Gabriela Berthou De Almeida
Débora Strieder Kreuz
(Organizadoras)

HISTÓRIA EM DEBATE: PESQUISA E ENSINO NO X CONGRESSO REGIONAL DE HISTÓRIA DA UESPI/OEIRAS

HISTÓRIA EM DEBATE:
PESQUISA E ENSINO NO X CONGRESSO REGIONAL DE HISTÓRIA DA UESPI/OEIRAS

GABRIELA BERTHOU DE ALMEIDA
DÉBORA STRIEDER KREUZ
(ORGANIZADORAS)

HISTÓRIA EM DEBATE:
PESQUISA E ENSINO NO X CONGRESSO REGIONAL DE HISTÓRIA DA UESPI/OEIRAS

UNIVERSIDADE ESTADUAL DO PIAUÍ - UESPI

Evandro Alberto de Sousa
Reitor

Jesus Antônio de Carvalho Abreu
Vice-Reitor

Mônica Maria Feitosa Braga Gentil
Pró-Reitora de Ensino de Graduação

Josiane Silva Araújo
Pró-Reitora Adj. de Ensino de Graduação

Rauirys Alencar de Oliveira
Pró-Reitor de Pesquisa e Pós-Graduação

Fábia de Kássia Mendes Viana Buenos Aires
Pró-Reitora de Administração

Rosineide Candeia de Araújo
Pró-Reitora Adj. de Administração

Lucídio Beserra Primo
Pró-Reitor de Planejamento e Finanças

Joseane de Carvalho Leão
Pró-Reitora Adj. de Planejamento e Finanças

Ivoneide Pereira de Alencar
Pró-Reitora de Extensão, Assuntos Estudantis e Comunitários

Marcelo de Sousa Neto
Editor da Universidade Estadual do Piauí

Universidade Estadual do Piauí
Rua João Cabral • n. 2231 • Bairro Pirajá• Teresina-PI
Todos os Direitos Reservados

GOVERNO DO ESTADO DO PIAUÍ
UNIVERSIDADE ESTADUAL DOPIAUÍ - UESPI

Rafael Tajra Fonteles **Governador do Estado**
Themístocles de Sampaio Pereira Filho **Vice-Governador do Estado**
Evandro Alberto de Sousa **Reitor**
Jesus Antônio de Carvalho Abreu **Vice-Reitor**

Conselho Editorial EdUESPI

Marcelo de Sousa Neto **Presidente**
Algemira de Macedo Mendes **Universidade Estadual do Piauí**
Ana de Lourdes Sá de Lira **Universidade Estadual do Piauí**
Antonia Valtéria Melo Alvarenga **Academia de Ciências do Piauí**
Cláudia Cristina da Silva Fontineles **Universidade Federal do Piauí**
Fábio José Vieira **Universidade Estadual do Piauí**
Sammy Sidney Rocha Matias **Universidade Estadual do Piauí**
Gladstone de Alencar Alves **Universidade Estadual do Piauí**
Maria do Socorro Rios Magalhães **Academia Piauiense de Letras**
Nelson Nery Costa **Conselho Estadual de Cultura do Piauí**
Orlando Maurício de Carvalho Berti **Universidade Estadual do Piauí**
Paula Guerra Tavares **Universidade do Porto - Portugal**
Pedro Pio Fontineles Filho **Universidade Estadual do Piauí**

Marcelo de Sousa Neto **Editor**
Rebeca de Oliveira Freitas **Capa**
Organizadoras **Revisão**
Ronyere Ferreira da Silva **Diagramação**
EdUESPI **e-book**

Endereço eletrônico da publicação: https://editora.uespi.br/index.php/editora/catalog/book/219

H673 História em debate: pesquisa e ensino no X Congresso Regional de História da UESPI/Oeiras / Organizador por: Débora Strieder Kreuz, Gabriela Berthou de Almeida. - Teresina: EdUESPI, 2024.
e-book.

ISBN: 978-65-81376-59-8

1. Universidade Estadual do Piauí (UESPI) - Congressos. 2. Ensino de História. 3. Memória. 4. Prática de Ensino. 5. História do Piauí. I. Kreuz, Débora Strieder (Org.) . II. Almeida, Gabriela Berthou de (Org.) . III. Título.

CDD 907

Ficha elaborada pelo Serviço de Catalogação da Biblioteca da UESPI
ANA ANGELICA PEREIRA TEIXEIRA (Bibliotecário) CRB-3ª/1217

Editora da Universidade Estadual do Piauí - EdUESPI
Rua João Cabral • n. 2231 • Bairro Pirajá • Teresina-PI
Todos os Direitos Reservados

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO..... 9
Débora Strieder Kreuz
Gabriela Berthou de Almeida
Pedrina Nunes Araújo
Reginaldo Sousa Chaves

PARTE I - HISTÓRIA DO PIAUÍ

"A EXPERIÊNCIA E A PRÁTICA DO PAÍS PODEM ENSINAR": SABERES POPULARES NA VIAGEM FILOSÓFICA NO PIAUÍ (1799-1803)..... 16
Gabriela Berthou de Almeida
Jackeline da Silva Santos Carvalho

TOPONÍMIA INDÍGENA NO PIAUÍ EM 2010: UMA ANÁLISE DE TOPÔNIMOS NO TERRITÓRIO DO VALE DOS RIOS PIAUÍ E ITAUEIRAS – RESULTADOS PARCIAIS..... 31
Neiliane Coelho Gomes
Messias dos Santos Santana

ESTHER, A RAINHA DA BELEZA: REPRESENTAÇÃO DA IMAGEM DA MULHER NO CONCURSO DE MISS COMERCIÁRIA 1934 EM PARNAÍBA – PI..... 48
Mariane de Sales Silva

PRELÚDIOS DA EXCEÇÃO: HISTÓRIA E IMPRENSA EM TERESINA NO ANO DE 1961..... 63
Raimundo Nonato da Nóbrega Cunha
Cláudia Cristina da Silva Fontineles

"ADESÃO OU ACOMODAÇÃO": A PARTICIPAÇÃO DO GOVERNADOR PETRÔNIO PORTELLA AO GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964..... 81
Joel Marcos Brasil de Sousa Batista
Francisco de Assis de Sousa Nascimento

PARTE II: ENSINO DE HISTÓRIA E PRÁTICAS DE ENSINO

ENSINO DE HISTÓRIA E HISTÓRIA LOCAL: MANIFESTAÇÕES CULTURAIS E RELIGIOSAS NO TERRITÓRIO DA SERRA DA CAPIVARA..... 101
Estefene Mendes da Silva
Rafaela de Oliveira Souza
Cristiane Maria Marcelo

RELATO DE EXPERIÊNCIA: ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL "PRÁTICAS, SABERES E MODOS DE FAZER EM SÃO RAIMUNDO NONATO- PI"..... 115
Betanha de Castro Silva
Vitória Macedo de Souza

ONHB E O ENSINO DE HISTÓRIA: QUESTÕES E REFLEXÕES CONTEMPORÂNEAS..... 126
Ítala Teixeira de Sousa
Cláudia Cristina da Silva Fontineles

EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA EM CMEI´S DE TERESINA..... 141
Maria Helena Ferreira da Costa
Gustavo de Andrade Durão

PARTE III: HISTÓRIA, MÍDIAS E NARRATIVAS

"LENTO E PSICOLÓGICO ATÉ O VERSO": UMA ANÁLISE HISTÓRICA DO MANIFESTO *VIDA, PAIXÃO E BANANA DO TROPICALISMO* A PARTIR DO CONCEITO DE LITERATURA MENOR..... 157
Natanael da Silva Cardoso
Edwar Alencar Castelo Branco

NOS RASTROS DE UMA CÂMARA VOLANTE: MEMÓRIAS DO CANGAÇO (1965) E O CINEMA DOCUMENTÁRIO COMO NARRATIVA DO SERTÃO..... 176
Francisco de Assis de Sousa Barbosa Júnior
Fábio Leonardo Castelo Branco Brito

AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DAS PESSOAS NEGRAS E PRETAS EM JORNAIS DO RIO DE JANEIRO DE 1888: UM ESTUDO LEXICAL..... 194
Rafaela Costa dos Santos

PASSO ATRÁS, PASSO ADIANTE: O "MOONWALK" DA CIDADANIA NO BRASIL FACE À MANUTENÇÃO DE PRÁTICAS E DISCURSOS AUTORITÁRIOS NA MÍDIA TRADICIONAL..... 212
Nathan Santos de Lavôr
Cláudia Cristina da Silva Fontineles

PARTE IV: MEMÓRIA, RESISTÊNCIA E TEMPORALIDADES

ENTRE PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES: O CENTENÁRIO DE NASCIMENTO DE OSWALDO ARANHA (1994)..... 231
Lucas Gomes
Francisco de Assis de Sousa Nascimento

"ELES DIVIDIRAM O MUNDO, NADA MAIS ME SURPREENDE": REGGAE E POLÍTICA EM TIKEN JAH FAKOLY..... 250
Wanderson Ramonn Pimentel Dantas

"STRIKE A POSE!": O BALLROOM COMO UMA EXPRESSÃO DA COMUNIDADE LGBTQIA+..... 270
Luiz Gustavo Oliveira Rodrigues

NEOLIBERALISMO, ACELERAÇÃO TEMPORAL E PATOLOGIA SOCIAL: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA TEORIA DA HISTÓRIA..... 282
André Wesley Barbosa Oliveira

SOBRE OS/AS AUTORES/AS..... 302

APRESENTAÇÃO:
10 ANOS DE EVENTO, 20 ANOS DE CURSO

Este livro contempla os textos completos apresentados no X Congresso Regional de História da Universidade Estadual do Piauí/Oeiras - Trajetórias Silenciadas, realizado entre os dias 23 e 26 de abril de 2024. Além de dez anos do evento, em 2024 o curso de Licenciatura Plena em História da UESPI de Oeiras/PI completa duas décadas dedicadas à formação de professores/as-pesquisadores/as através do ensino, pesquisa e extensão. Fruto de processo de interiorização da IES – atravessado por diferentes obstáculos financeiros, institucionais e materiais – seu funcionamento contribui para qualificação dos educadoras/es no Território do Vale do Canindé, onde Oeiras está inserida.

As lutas da comunidade oeirense pela oferta do ensino superior tiveram início em 1993 quando foram ofertadas as chamadas licenciaturas curtas. Segue-se então um longo itinerário de reinvenções de discentes e docentes por melhores condições para promoção de uma educação superior pública, gratuita e de qualidade. O campus "Professor Possidônio Queiroz" foi instituído através da Lei Estadual nº 5.832, de 23 de abril de 2004, sendo ofertadas, regularmente, a partir deste momento, vagas na área de História. Os problemas e entraves ainda continuam, mas é possível destacar duas conquistas significativas. Em 2012, o corpo docente passou a ser integrado, pela primeira vez, por membros efetivos admitidos por meio de concurso público. No dia 23 de janeiro de 2022, foi inaugurado o prédio planejado para abrigar as atividades dos cursos ofertados pela UESPI/Oeiras.

Os congressos organizados por professoras/es e estudantes fazem parte de um esforço político e social amplo de consolidação de um espaço democrático de construção do ensino e da pesquisa no Piauí. Representam ainda um esforço bem sucedido de descentralização dos debates

políticos e intelectuais, bem como da circulação e valorização da cultura local, uma vez que boa parte dos eventos acadêmicos e culturais ocorrem em Teresina. O presente livro traz à tona, portanto, novas pesquisas e experiências de ensino-aprendizagem produzidas em diferentes campi universitários instalados na capital e no interior do Estado. Por outro lado, é também uma oportunidade de revisitarmos parte da nossa história e de compreendermos a importância de um trabalho sério e comprometido que tem como um dos resultados a formação de docentes e pesquisadoras/es qualificadas/os no campo da História.

Embora a precariedade das condições de trabalho e estudo marquem a trajetória da Universidade Estadual do Piauí, destacamos os esforços coletivos de inúmeras/os docentes que atuaram e atuam nesta instituição de ensino superior. Não é exagero e nem um protocolo vazio afirmar que não estaríamos escrevendo a apresentação destes dezessete capítulos de distintas autorias se não fosse a dedicação e uma boa dose de teimosia de tantos outras/os colegas que trilharam, de diferentes modos, parte dos seus caminhos profissionais em Oeiras. Nas linhas que seguem, recuperamos brevemente o percurso - marcado pela luta em busca da construção de uma universidade pública, gratuita, de qualidade e emancipatória, e também pela constante defesa dos ataques direcionados aos cursos de licenciatura e aos campi do interior - das dez edições do congresso.

No ano de 2013, foi realizado o 1º Encontro de História "Ofício do Historiador: Campos, Métodos e Correntes Teóricas". Naquela época, o curso havia passado por uma renovação no corpo docente com a inserção de novos professores e professoras interessadas em conectar as produções realizadas no campus com outros profissionais da História de outros espaços. Em 2014, o evento adquiriu uma outra configuração, com a organização do 1º Congresso Regional de História discutindo o tema "Fontes históricas: desafios, propostas e debates", o congresso proporcionou debates que envolvessem as potencialidades de pesquisa da cidade de Oeiras e a importância das fontes para a escrita da História.

Os eventos seguintes foram sendo alternados entre Encontro e Congresso e a ideia do grupo foi que houvesse alternância na configuração do evento anualmente. Dessa forma, em 2015, realizou-se o 2º Encontro de História com o tema "História, Multiculturalismo e Diversidade", incorporando, no centro do debate, temáticas acerca do gênero, da religio-

sidade, do patrimônio material e imaterial e da arte e cultura. Em 2016, o curso realizou o 2º Congresso Regional de História intitulado "História, Relações de Poder e Práticas Sociais". Naquele ano, contamos com a participação considerável de alunos e alunas dos campi de Parnaíba e Teresina.

Em 2017, foi realizado o 3º Encontro de História com o tema "O Ensino de História e os desafios da contemporaneidade", o qual reuniu pesquisadores que tinham como objetivo ampliar as discussões formuladas no âmbito do ensino de história, observando os desafios, as mudanças na conjuntura que exigem dos professores práticas de ensino mais humanizadas e integradoras. Em 2018, realizou-se o III Congresso Regional "Democracias, Conflitos Políticos e Autoritarismo", alinhando as discussões acadêmicas com o cenário de turbulência política do país.

No ano de 2019, a configuração do evento passou por uma nova mudança, optou-se pela unificação dos eventos, surgindo então a proposta do VII Congresso Regional de História "Ensino e Pesquisa: Perspectivas Contemporâneas". Fruto da unificação da tradição de eventos do curso, essa proposta incorporou, às práticas, preocupações com a História e, também, com a identidade dos demais eventos. Em 2020, com a pandemia de COVID-19 e as restrições impostas, o evento não foi realizado.

Em 2021, com o retorno das atividades de forma remota na Universidade, foi possível retomá-lo. Com a temática "Projetos em disputa: a independência do Brasil no seu bicentenário", buscou-se problematizar a noção de independência brasileira para além do eixo Rio-São Paulo e com a ação de outros atores sociais. No ano de 2022, com a retomada das atividades presenciais, o IX Congresso Regional teve como tema central "Autoritarismo político e sociedade: história e historiografia indígena e afro-brasileira". O evento chamou atenção para novas historiografias acerca das experiências indígenas e afro-brasileiras no Brasil e para a necessidade de problematizar a historiografia tradicional.

No X Congresso Regional de História, como exposto anteriormente, as discussões das mesas redondas e conferências estiveram relacionadas com trajetórias silenciadas pela história e pela historiografia. Importante frisar que é uma prática da organização a escolha do tema com base em demandas levantadas pelas/os discentes do curso, as/os quais trazem questões candentes para a disciplina histórica e afinadas com as demandas

do tempo presente. A temática escolhida em 2024 expressou, em grande medida, preocupações contínuas do curso de contemplar, em discussões e práticas docentes e de pesquisa, trajetórias historicamente silenciadas de ativistas, intelectuais, mulheres, indígenas e afro-brasileiras/os. Corresponde a um esforço de formação de professoras/ex-pesquisadoras/es e cidadãs/os comprometidas/os com a transformação de uma sociedade marcadamente desigual e violenta.

Não são novos os trabalhos que incorporam a ampliação de sujeitos contemplados nas narrativas historiográficas, desvinculando-se de explicações unicamente estruturais e sistêmicas. Desde a década de 1960/70, estudos voltados para a história das mulheres, das relações de gênero, do protagonismo das populações indígenas e negras em diferentes contextos já apontavam para a urgência do alargamento do campo historiográfico brasileiro. Uma das demandas era a incorporação de sujeitos excluídos, seja por correntes historiográficas elitistas, ou em perspectivas demasiadamente generalistas. Deste modo, ganharam expressão, inclusive editorial, estudos focados em trajetórias ou biografias de agentes históricos com diferentes status sociais e econômicos.

Este movimento de transformação acadêmica sofria pressões de movimentos de resistência organizados na sociedade civil. A aprovação e implementação das Leis 10.639/03 e 11.645/08, que tornaram obrigatório o ensino de História e Cultura da África, afro-brasileira e dos povos indígenas nas escolas, são marcos históricos fundamentais neste processo de luta e reparação histórica. Ainda que sejam importantes os avanços historiográficos e no ensino de história nos últimos anos, há ainda muito a ser feito. Diversos espaços educacionais e de pesquisa permanecem invisibilizando agentes históricos fundamentais para a construção do Brasil. Além disso, muitos destes sujeitos continuam excluídas/os ou desproporcionalmente representados nos espaços de poder e fala, inclusive nas Universidades.

Os capítulos publicados neste e-book, organizados em quatro partes, adotam perspectivas teóricas e metodológicas variadas e tratam de temas e objetos diversos. A primeira traz capítulos relacionados à **História do Piauí** em diferentes contextos históricos. Como apontado anteriormente, novos sujeitos passaram a se fazer presentes na escrita histórica. Neste sentido, Gabriela Berthou de Almeida e Jackeline da Silva Santos Carva-

lho discorreram acerca da viagem científica realizada no sertão do Piauí no final do século XVIII, buscando compreender como os saberes populares foram incorporados na construção de um inventário da natureza local. Na mesma linha, Neiliane Coelho Gomes e Messias dos Santos Santana analisam a presença e a resistência dos topônimos indígenas nos territórios dos vales do rios Piauí e Itaueiras, demonstrando ao mesmo tempo a importância dos nomes indígenas para a formação da nossa língua.

O capítulo de Mariane de Sales Silva busca compreender as representações femininas, das mulheres que estiveram presentes no concurso de beleza de Miss Comerciária na cidade de Parnaíba no ano de 1934. A história política do Piauí também se apresenta com novas possibilidades de análise: é o que demonstram os trabalhos de Raimundo Nonato da Nóbrega Cunha e Cláudia Cristina da Silva Fontineles, que buscam compreender o papel da imprensa de Teresina durante o ano de 1961. Já Joel Marcos Brasil de Sousa Batista e Francisco de Assis de Sousa Nascimento analisam do golpe de 1964 e utilizam os conceitos de adesão e acomodação para compreender a ação do governador piauiense Petrônio Portella.

A segunda parte do livro contempla capítulos que versam sobre o **Ensino de História e Práticas de Ensino**. Os primeiros trabalhos são frutos de experiências relacionadas ao Ensino de História, vinculadas ao Programa Residência Pedagógica, desenvolvido pelo curso de História da UESPI de São Raimundo Nonato em parceria com professoras/es e estudantes da rede básica. Betanha de Castro Silva e Vitória Macedo de Souza, assim como Estefene Mendes da Silva, Rafaela de Oliveira Souza e Cristiane Maria Marcelo discutem o Ensino da História Local, partindo de diferentes modos de fazer, de saberes e vivências populares e das manifestações religiosas de São Raimundo Nonato. O capítulo de Itala Teixeira e Cláudia Fontineles analisam a Olimpíada Nacional de História Brasil e sua relação com diferentes possibilidades de ensino. Por fim, temos a discussão realizada por Maria Helena Ferreira da Costa e Gustavo de Andrade Durão acerca da maneira pela qual acontece a educação antirracista em escolas de educação infantil no município de Teresina.

A terceira parte do livro reúne trabalhos que versam sobre temas relacionados **a História, Mídias e Narrativas.** Abrindo a sessão, a pesquisa de Natanael da Silva Cardoso e Edwar Alencar Castelo Branco busca compreender o texto *Vida, Paixão e Banana do Tropicalismo* utilizando

o conceito de literatura menor. Ao abordar o cine documental enquanto fonte, Francisco de Assis de Sousa Barbosa Júnior e Fábio Leonardo Castelo Branco Brito analisam a produção *Memória do Cangaço* (1965) no que concerne a compreender o espaço sertanejo. A pesquisa de Rafaela Costa dos Santos investiga as representações sociais das pessoas negras e pretas em jornais do Rio de Janeiro no ano da abolição da escravidão no Brasil, 1888, partindo de construções linguísticas em que ocorram as palavras negro e preto. Já o texto de Nathan Santos de Lavôr e Cláudia Cristina da Silva Fontineles, analisa a presença de discursos autoritários na mídia convencional brasileira e estabelece relações com os debates em torno da cidadania no Brasil contemporâneo.

A última parte do livro contempla capítulos que tratam das temáticas da **Memória, Resistência e Temporalidades.** O conceito de representação aparece nas análises do trabalho de Lucas Gomes e Francisco de Assis de Sousa Nascimento que buscam compreender os debates em torno do centenário de nascimento de Oswaldo Aranha. Wanderson Ramonn Pimentel Dantas discute os elementos políticos que compõem a obra musical do autor e intérprete Tiken Jah Fakoly, que se destaca como uma voz do reggae costa-marfinense e pelas críticas e denúncias do colonialismo que recai sobre as sociedades africanas. Inserindo-se em uma área em que os estudos históricos ainda estão no início em nosso país, Luiz Gustavo Oliveira Rodrigues contribui para a análise do movimento LGBTQIA+, tendo como foco a cultura ballroom. Para concluir, o trabalho de André Wesley Barbosa Oliveira traz uma reflexão sobre como o neoliberalismo modela a experiência de tempo na contemporaneidade e reflete nas dinâmicas sociais.

Desejamos uma ótima leitura!

Débora Strieder Kreuz
Gabriela Berthou de Almeida
Pedrina Nunes Araújo
Reginaldo Sousa Chaves

PARTE I

HISTÓRIA DO PIAUÍ

"A EXPERIÊNCIA E A PRÁTICA DO PAÍS PODEM ENSINAR": SABERES POPULARES NA VIAGEM FILOSÓFICA NO PIAUÍ (1799-1803)

Gabriela Berthou de Almeida[1]
Jackeline Da Silva Santos Carvalho[2]

Circulação de sujeitos e saberes

O objetivo central do capítulo é discutir as recorrências aos saberes populares, também chamados de "vulgares", para construção de um inventário do mundo natural do Piauí no final do século XVIII e início do XIX. Para tanto, analisamos parte da documentação da viagem filosófica de Vicente Jorge Dias Cabral no sertão piauiense. Em 1799, o naturalista e bacharel, formado em filosofia e direito na Universidade de Coimbra reformada, foi incumbido pelo governador-general do Maranhão, D. Diogo de Sousa, de coordenar uma "expedição científica que percorreu 16 freguesias e 956 léguas pelas capitanias do Maranhão e do Piauí" (Galves, 2017, p. 555).

Dias Cabral partiu de São Luís, acompanhado de um desenhista, rumo ao Piauí, onde encontrou-se com Joaquim José Pereira, o vigário de Valença que o acompanhou no restante do percurso. Para Flávio Costa, "no caso do último é sabido que já tinha experiência nesse tipo de trabalho, pois tinha feito parte de uma expedição no Pernambuco,

1. Doutora em História pela UNICAMP e Professora Adjunto II do Curso de História da UESPI/Floriano. E-mail: gabrielaberthou@frn.uespi.br

2. Estudante do curso de Licenciatura em História da UESPI/Oeiras e bolsista FAPEPI, PIBIC 2023/2024, projeto: "História, ciência e natureza: levamento de bibliografia e fontes sobre o Piauí colonial (1772-1822)". E-mail: jackelinedasilvaoliveiras@aluno.uespi.br

Piauí e até no Maranhão" (Costa, 2023, p. 74). Entre os objetivos específicos da viagem estavam a busca por salitre e a tentativa de elaborar uma averiguação das árvores e plantas. A maior parte dos deslocamentos foram realizados no Piauí, sendo "percorrido desde o extremo norte (Parnaíba) até o extremo sul (Parnaguá), além de várias localidades do centro-oeste, como Oeiras, Valença, Campo Maior e Jerumenha." (Galves, 2017, p. 560)

A principal produção textual da viagem foi o manuscrito intitulado *Coleção das observações dos produtos naturais do Piauí, 1803,* disponível no acervo digital da Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro. O texto de quase trezentas páginas traz um inventário da fauna, dos minerais e da flora locais. É sobre este último campo do saber, a botânica, a maior parte das descrições textuais e imagéticas da expedição. Há um diálogo direto com as premissas da história natural em voga no mundo letrado europeu, em especial com o sistema de classificação e nomeação do naturalista sueco Carlos Lineu.

Embora a recorrência aos conhecimentos populares não ocupe uma centralidade nos escritos do naturalista e os sujeitos que detinham tais saberes nem sempre sejam referenciados em suas diversidades, foi possível identificar fragmentos que remetem para estas presenças. Nossa atenção se voltou para as passagens que vinham acompanhadas das seguintes expressões: "vulgarmente chamados", "contar com a voz popular", "aqui chamam", "percebe o povo pobre do sertão". Além disso, identificamos a descrição dos usos locais das plantas, em especial para a cura, derivadas de experiências das populações sertanejas e que remetem para manejos próprios da natureza.

Inventariar um mundo natural vasto e heterogêneo, como era o dos sertões da América portuguesa, só era possível recorrendo a sabedorias plurais, adquiridas através da experiência e transmitidas entre as gerações, detidas por populações já estabelecidas nestas regiões e que por ela transitavam. (Kok, 2009; Apolinário, 2013; Almeida, 2024) Parte do título deste capítulo, "a experiência e a prática do país podem ensinar", extraída do texto *Coleção das observações dos produtos naturais do Piauí*, sinaliza para o fato do naturalista compreender que a descrição do mundo natural dependia dos conhecimentos locais.

Nas dinâmicas de produção de conhecimento científico, ele não era

um caso isolado. Domingues Vandelli, professor de história natural responsável por supervisionar as primeiras viagens filosóficas financiadas pela Coroa portuguesa, afirmava, nas instruções de viagem endereçadas aos naturalistas em campo, que os indígenas eram "os melhores mestres para nos ensinar os nomes das plantas e seu uso, principalmente dos que podem extrair cores e das que servem nas doenças próprias daquela parte da América onde moram." (Vandelli, 2008 [1779], p. 126) Sabemos, contudo, que estes mesmos relatos desqualificaram intelectualmente os povos nativos da América e hierarquizaram os seres humanos, atribuindo aos homens brancos e nascidos na Europa o topo da cadeia civilizacional.

De todo modo, é necessário compreender que o conhecimento sobre o mundo natural se constituiu a partir dos trânsitos de saberes e culturas distintos, embora as relações entre os sujeitos envolvidos fossem marcadas por desigualdades. Muito do que se pensa ser ciência europeia se forjou, assim, a partir de trocas e de apropriações que se constituíam nas "margens do planeta". Em diálogo com o historiador indiano Kapil Raj, recorremos à ideia de circulação, tendo em vista que ela "sugere um fluxo mais aberto – e principalmente a possibilidade de mutações e reconfigurações voltarem ao ponto de origem. Além disso, a perspectiva circulatória confere ação a todos os envolvidos no processo interativo de construção do conhecimento." (Raj, 2015, p. 171)

A proposta é partir da viagem filosófica de Dias Cabral, mas construir uma reflexão para além dela, ou seja, não somente focada no letrado com formação especializada. Como tem sido demarcado por estudos historiográficos, para realização das viagens de cunho científico na América, África e Ásia, era imprescindível construir uma rede de apoio local, a qual era determinante dos resultados alcançados (Antunes, 2015; Almeida, 2022; Sanjad, Pataca, Santos, 2021). Para além da mão de obra, que também demandava conhecimentos especializados e guardava lógicas próprias de organização, as populações nativas ou as que com elas aprendiam detinham sabedorias que não podiam ser dispensadas pelo viajante em campo. Para Patrícia Melo-Alves e Ângela Domingues,

> Esta percepção historiográfica conduz-nos, então, ao reconhecimento de que muitos dos participantes da viagem tinham um conhecimento ancestral e empírico da natureza e do ambiente, uma sabedoria que não tinha a sua matriz na ciência europeia, mas que estava estruturada em

> saberes e práticas locais sobre fenômenos e produtos naturais. (Domingues; Melo-Alves, 2021, p. 159)

Ainda assim é necessário compreender quem foi Vicente Jorge Dias Cabral e em qual contexto se insere a viagem filosófica realizada no Piauí. É preciso conectá-la a outras investidas por parte dos reinos europeus, que elaboraram estratégias de exploração econômica e humana se valendo da construção de inventários da natureza construídos por sujeitos com formação letrada, em especial no campo da história natural. Trata-se de um exercício fundamental para apreender os filtros das fontes, analisando-as à luz do contexto em que foram produzidas.

A viagem filosófica de Vicente Jorge Dias Cabral no sertão do Piauí

A partir das últimas décadas do Setecentos, a coroa portuguesa financiou um conjunto de viagens filosóficas nos domínios coloniais na América e África. Segundo entendimento do iluminismo europeu, tais deslocamentos eram realizados por homens de ciência que consideravam "que a *felicidade do gêne*ro humano depende da elaboração de um inventário do mundo e da intensiva utilização dos produtos naturais". (Kury, 2008, p. 75) Assim como outros reinos colonialistas, investia-se na constituição de redes de informação sobre a flora, a fauna e os minerais em escala global. O conhecimento acumulado era incorporado como parte das rotinas administrativas e na construção de projetos de exploração das colônias.

Um dos sujeitos importantes na ampliação dos estudos sobre a natureza no universo letrado lusitano foi Domingos Vandelli. Sua atuação esteve associada à expansão de uma concepção de história natural que associava a feitura de um inventário da natureza com "um sentido econômico concernente aos projetos políticos do Estado" (Ferreira, 2016). No período em que esteve à frente do Real Museu e Jardim Botânico anexos ao Palácio da Ajuda, coordenou um programa para a produção da história natural das colônias, através da supervisão das viagens filosóficas realizadas por naturalistas no ultramar. Além disso, ajudou a inserir o reino português em uma rede internacional de trocas de espécies e correspondências, em especial a partir da relação estabelecida com Lineu. (Brigola, 2000).

Carlos Lineu fez fama como propositor da nomenclatura binomial e da classificação a partir do sistema sexual dos vegetais e foi também "uma espécie de consultor do Estado e dos particulares no que se refere à produção agrícola na Suécia." (Kury, 2008, p. 73-74) A publicação do *Sistema da Natureza*, em 1735, foi concebida como um marco no campo da história natural por ter proposto um sistema de classificação e descrição com pretensão universalizante, adotado por grande parte dos letrados do período. Para Mary L. Pratt, a obra proporcionou uma nova consciência planetária e reinventou um projeto global, que serviu, em grande medida, como base para a construção do moderno eurocentrismo. (Pratt, 1999)

A viagem filosófica realizada por Vicente Jorge Dias Cabral insere-se entre os empreendimentos que expressavam os laços estreitos entre ciência e colonização. Como dito, o naturalista, acompanhado do Vigário de Valença e de um desenhista, foi incumbido de realizar a "avaliação dos produtos que se poderiam auferir para os cofres da Coroa, a pesquisa esteve embasada na cultura da ciência do período e adentrou os sertões para apresentar perspectivas para a política colonial." (Costa, 2023, p. 80) Do mesmo modo, Dias Cabral possuía um perfil semelhante aos de outros letrados luso-brasileiros, os quais atuavam nas diferentes capitanias da América portuguesa, negociando interesses locais com os da metrópole, mas mantendo-se alinhados ao processo de exploração dos territórios e das populações indígenas e negras.

Nascido em Minas Gerais, no Tejuco, Comarca do Serro Frio, ele atravessou o oceano Atlântico para estudar na Universidade de Coimbra. Graduou-se em filosofia e direito, cursos que atraíam filhos das elites nascidos na América portuguesa. Durante todo o período colonial, foi considerável o fluxo de jovens pertencentes a famílias abastadas que seguiram para Portugal para receber formação universitária. Com o contexto da reforma da Universidade 1772, tal deslocamento ganhou novo impulso e se intensificou. Depois de graduado, retornou à América portuguesa, mas não para sua capitania natal.

Em meados de 1798, há registros da sua atuação profissional em São Luís, no Maranhão, onde assumiu "a direção do Horto Botânico e da expedição ao sertão da capitania, [a ser iniciada] tão logo terminasse o inverno." (Galves, 2017, p. 557) O então governador do Maranhão, D. Diogo de Sousa, igualmente formado em Coimbra e que tinha sido an-

tes governador de Moçambique, dizia ter mais planos para Dias Cabral. Um deles era torná-lo professor da cadeira de história natural em São Luís. O outro era iniciar uma expedição para o Piauí tão logo o período de chuvas se encerrasse. Uma vez realizada a expedição, Dias Cabral permaneceu em São Luís, embora manifestasse interesse em partir para o reino para aprofundar e publicar os seus estudos sobre o mundo natural do Piauí.

Não é por acaso que o ponto de partida da viagem filosófica tenha sido São Luís, local para onde foram remetidas as informações e amostras recolhidas *in loco*, sendo o governador do Maranhão um dos principais interlocutores de Dias Cabral. Como a historiografia tem demonstrado, no início do século XVIII se intensificou o avanço das fronteiras do Estado no Maranhão rumo às terras do Piauí. A faixa territorial que se constituía enquanto capitania representava uma região estratégica no processo de colonização, tendo em vista que ligava/separava as duas unidades administrativas da América portuguesa, as quais tinham a navegação pela costa dificultada pelas correntes marítimas. (Chambouleyron, Melo, 2013)

A condição de fronteira interna e as possibilidades de abertura de caminhos entre o Estado do Maranhão e Brasil motivaram um conjunto de entradas no sertão do Piauí, que se organizavam a partir da guerra movida contra os povos indígenas e da ocupação de grandes extensões territoriais com a criação de gado (Silva, 2016). A capitania impunha desafios para o exercício da soberania portuguesa e para o reconhecimento de suas possibilidades de exploração econômica, incluindo as atreladas ao mundo natural. O mesmo pode ser dito em relação a consolidação da estrutura religiosa, foco de estudo recente realizado por Pedrina Nunes Araújo (Araújo, 2023)

O Piauí era, portanto, uma região propícia à circulação, aos encontros, aos intercâmbios comerciais e culturais e aos conflitos entre instituições e sujeitos com procedências sociais diversas. A documentação legada da viagem filosófica de Dias Cabral permite compreender não somente os projetos coloniais, mas também mapear a circulação de saberes detidos por sujeitos que tinham manejo próprio da natureza e conheciam aquele sertão. Vale pontuar brevemente que o uso do termo sertão na língua portuguesa remete ao século XV, quando era empregado

para "nomear espaços vastos, interiores, situados dentro das possessões recém-conquistadas ou contíguos a elas, sobre os quais pouco ou nada sabiam." (Amado, 1995, p. 145)

Para o ultramar o termo ia além de indicar uma região desconhecida do interior. Ele foi progressivamente construído a partir da oposição/contraste à ideia de costa/litoral, o que remetia para uma faixa de terra em contato com o mar, mas, sobretudo, indicava um local ocupado pelos europeus e por suas instituições. Neste sentido, os sertões foram também vislumbrados como inacessíveis, povoados por "bárbaros", "bravios" e "hereges". Em muitos relatos, eram representados como a linha divisória entre "civilização" e "barbárie". Por agente da administração e muitos colonos estavam associados à falta de ordem e estabilidade.

> Dado os constrangimentos da administração portuguesa, os sertões poderiam se localizar para além do alcance do governo ou, na verdade, tão distantes como se estivessem efetivamente fora do império. Assim sendo, eles tinham um alto grau de autonomia. Para todos, salvo para os sertanejos, o sertão era um estado de espírito e de percepções: descrevê-lo como simples periferia é ignorar a multiplicidade de conotações que a palavra e a região evocam. (Russel-Wood, 1998)

Numa outra perspectiva, que acompanhava os anseios de sujeitos "expulsos da sociedade colonial – como os índios, escravos fugidos, os perseguidos pela justiça Real e pela Inquisição – o sertão era um espaço de liberdade em relação a uma sociedade que os oprimia e a esperança de uma vida melhor" (Melo, 2017, p. 30). Poderia abrir brechas para autonomia e sobrevivência, individual ou coletiva, nas margens ou mesmo fora do mundo colonial. A seguir, apresentamos passagens que permitem refletir acerca dos saberes das populações sertanejas sobre o mundo natural do Piauí.

Conhecimentos "vulgares" e usos locais das plantas na viagem filosófica pelo Piauí

A principal fonte utilizada para construção deste tópico foi a *Coleção das observações dos produtos naturais do Piauí,* datada de 1803. Como dito anteriormente, objetivamos mapear no manuscrito as recorrências

aos saberes "vulgares" e as descrições dos usos locais de ervas, cascas e raízes. O documento é marcado pela ótica e pelos interesses coloniais, mas deixa pistas dos conhecimentos acerca do mundo natural detidos pelas populações que viviam e transitavam nos sertões. Embora não seja nosso objetivo explorar neste espaço, vale dizer que amostras de plantas do Piauí foram remetidas para o Maranhão e para Lisboa. Deste modo, a circulação de saberes extrapolava as dimensões territoriais da capitania e da América portuguesa.

Ao se referir ao gênero *cactos/cactus,* observado em diversas regiões do Piauí, Vicente Jorge Dias Cabral afirmava ter visto em abundância os "vulgarmente chamados coroas de frade, as quais o gado, no tempo da seca, tendo sede comem, arrancando contes com as suas unhas os espinhos da planta; e assim passam muitos dias sem beber água." O mesmo vegetal tinha propriedades medicinais: "dizem que a parte carnuda desta planta assada cura, sendo aplicada externamente, os cravos que são a semelhança de globos redondos, brancos, ou calos internos, moléstia muito ordinária, que ataca os pés dos africanos".

Outra espécie de cacto se distinguia "pelos ângulos do caule. Chamam-se vulgarmente Mandacarus." Ele também possuía, segunda apurou localmente, propriedades medicinais: "as raízes ou a casca delas, supõem-se um antídoto poderoso contra o veneno das cobras peçonhentas, sendo molhada n´água por algum tempo, e bebida água por vezes pelo doente." Da mesma família, mas de outra espécie, era a "planta da cochonilha", denominada vulgarmente palmatória, um "verdadeiro cacto da divisão das *Opuntias,* a qual só cresce até a altura, quando muito, de dois pés." Cochonilha era o nome dado a um inseto que se alojava no cacto palmatória e era capaz de produzir uma tinta de cor vermelha muito apreciada na Europa.

> Nesta capitania há muitos anos, que se descobriu a Cochonilha, a contar com a voz popular [...] Dela tem ido amostras para Lisboa. Eu na viagem filosófica que acabo de fazer na parte inferior do sertão do Piauí, encontrei a Cochonilha brava em todo o continente, tanto nos terrenos de agreste e de mimoso, como nos campos descobertos e das caatingas, arenosos e marnosos [sic], de pedregulho e altas serras, ainda no mais eminente delas. (Cabral, 1803)

Pertencente, portanto, ao reino animal, a cochonilha foi encontrada em grande quantidade, o que fez Dias Cabral chegar à conclusão de que o clima e solo eram apropriados para exploração deste produto natural. Se cultivada de forma regular e recolhida no período correto, poderia gerar riqueza à coroa e aos colonos, sendo conciliada com a pecuária e com a exploração de frutas nativas e drogas do sertão. Como outros naturalistas, ele procurava instruir os lavradores locais, os quais considerava terem ainda pouco apreço com as práticas agrícolas:

> Nem espante ao lavrador a miudeza do trabalho na cultura da cochonilha, lembre-se que um pequeno terreno cultivado produz muitas libras, e que uma só libra de cochonilha vale mais que quatro bois de cinco anos. Pode igualmente o lavrador tirar utilidade do cercado. Muitas árvores hão que são fáceis em radicar de estaca, das quais se pode aproveitar o lavrador e destina-las juntamente para diversos usos vg. O jenipapeiro, a aroeira, o cajazeiro, jatobazeiro, piquizeiro. (Cabral, 1803)

De todo modo, foram as descrições dos usos das plantas para a cura os mais emblemáticos casos da recorrência aos conhecimentos locais. A já muito difundida quina, amplamente utilizada para combater as febres intermitentes, recebeu uma atenção considerável de Dias Cabral. Ele considerava que o Piauí possuía uma espécie específica do vegetal e afirmava que "a voz popular fundada na prática de aplicar-se em tais enfermidades, há mais de 50 anos nesta capitania, depõem muito em seu favor, para merecer examinar-se com cuidado se mais convém aplicar-se em maior ou menor dose do que a quina oficinal."

Ainda como antifebril destacou o uso da planta chamada "quatro patacas", cuja raiz "pisada e posta de infusão de um dia para o outro, ou por espaço de uma noite, deposita uma espécie de goma esbranquiçada, que passa por bom purgante antifebril." Com uso semelhante apontou o para-tudo, sendo "diversos os vegetais que assim se denominavam." Havia quem supusesse que o "para-tudo cascudo era também um antídoto do veneno das cobras, donde parece derivar o chamar-se pau cobra." Neste caso, "põem-se também a casca da raiz pisada sobre a mordedura." Outra planta com uso local era a caroba, sendo a "sua ramagem de muita utilidade, aplica-se cozimento bebido com a salsa simplesmente ou misturado com ela por todas as enfermidades venéreas."

Dias Cabral fazia referência aos conhecimentos populares na medida em que registrava as denominações e usos empregados localmente. Seu olhar era guiado pelo caráter utilitário e pragmático da história natural, a qual se mantinha associada aos projetos de exploração colonial. Ele dialogava e citava nominalmente homens que compunham a "república das letras" europeia e luso-brasileira, tais como Lineu, Vandelli, Arruda da Câmara, Frei Veloso e Brotero. No entanto, a referência nominal e a origem social e étnica dos interlocutores que não tinham formação letrada e que construíam os seus saberes a partir de outras demandas e lógicas não eram tratados com o mesmo cuidado.

Há, por exemplo, poucas menções diretas dos conhecimentos indígenas sobre as plantas, embora seja presumível que um número considerável do que foi registrado estivesse associado a práticas ancestrais, as quais extrapolavam o pragmatismo da ciência setecentista. De todo modo, esta dimensão não foi silenciada por completo em seus registros. Uma das plantas descritas pelo naturalista foi o "cururú-apé ou timbó", para o qual se atribuía a "virtude antivenérea". Além disso, "pisadas as raízes e deitados em poços de peixes, todos morre. Os gentios se servem destas raízes para essa matança e parece que esta é a significação da palavra timbó na língua indiana." Igualmente utilizada pelos indígenas para curar do "mal venéreo" era a planta nomeada Manacá. Caso o enfermo estivesse com "pequenas forças causa[va] grande desassossego em todo o corpo, intumescência nos beiços, ânsias de vomitar e como um formigueiro, que corre para as extremidades do corpo." O remédio vinha "produzindo maravilhosos efeitos" e merecia ser analisado com mais atenção.

Por outro lado, o fato de não ter sido minucioso acerca das populações locais junto às quais recorria para inventariar o mundo natural, não impediu o naturalista vislumbrá-las como mão de obra a ser disciplinada e empregada nos projetos que propunha. Expressando a ótica dos colonizadores, informava que "o povo do sertão desde o princípio da povoação destes centros [...] foi mal acostumado, entregue sempre a moleza, despreza o trabalho." Ao tratar de forma breve dos povos indígenas, os quais designou como "infeliz raça indiana", afirmava que os seus trabalhos poderiam ser aproveitados no "estabelecimento de nitreiras e de purificação de sal de glauber; principiar e adiantar por méto-

do regular a cultura da cochonilha, droga de grande preço no comércio; extrair as cascas, raízes, gomas e resinas preciosas para os seus usos na medicina e nas artes."

Para tanto, receberiam um jornal de "80 reis só naqueles dias em que trabalharem" e seria "recolhido a um cofre os jornais diários de todos os índios; dele se tirarão as despesas necessárias para o sustento e medicamentos nas enfermidades para cobrir-lhes a vergonhosa nudez com saias, camisas, calções de pano de algodão." Não há especificidade sobre como a proposta seria efetivada, nem indicação acerca de quais indígenas se referia. É possível que o naturalista se valesse de experiências e projetos voltados a outras regiões da América portuguesa. Trata-se de um tema que ainda merece ser melhor investigado a partir do cruzamento com outros documentos.

Considerações finais

As viagens filosóficas estiveram associadas à busca por novas formas de exploração econômica, à expansão colonial nos sertões da América portuguesa e aos interesses da ciência setecentista. Para tanto, foram remetidos naturalistas com formação especializada para desenvolver trabalhos de reconhecimento do local e das suas potencialidades naturais. Tais sujeitos foram responsáveis por construir inventários textuais e imagéticos sobre a fauna, a flora, os minerais e as populações no ultramar português, bem como por formar coleções e de herbários que permanecem em museus de história natural da Europa. Deste modo, a expedição coordenada por Vicente Jorge Dias Cabral esteve inserida entre outras realizadas com objetivos semelhantes em domínio coloniais na América e na África a partir do século XVIII.

A principal fonte analisada neste capítulo foi a *Coleção das observações dos produtos naturais do Piauí, 1803*. O documento é marcado pelos interesses coloniais, mas vai deixar pistas sobre os conhecimentos locais detidos por populações que viviam e circulavam pelo sertão do Piauí. Embora produzido por um homem inserido nas dinâmicas de exploração colonial, o manuscrito guarda diferentes camadas de conhecimentos e foi construído a partir da interlocução com sujeitos com procedências sociais diversas. É fundamental demarcar tais vozes e presenças histori-

camente silenciadas, ainda que elas apareçam de forma fragmentada e lacunar nas fontes históricas.

De forma mais específica, tem sido nosso interesse refletir sobre a recorrência aos saberes populares para construção de um inventário sobre a flora do Piauí, em um momento de expansão dos estudos da história natural e, em particular, da botânica. Procuramos evidenciar que a produção letrada setecentista recorria a um manejo próprio do mundo natural detido por populações já estabelecidas nos territórios percorridos. Como outros naturalistas do período, Dias Cabral precisava mobilizar saberes plurais para reconhecer e registrar a diversidade da natureza do Piauí. Tais conhecimentos eram incorporados em diários, memórias, correspondências e desenhos que circularam por diferentes espaços e tempos históricos.

Referências

Fonte

CABRAL, Vicente Jorge Dias. Coleção das observações dos produtos naturais do Piauí, 1803. Biblioteca Nacional do Rio de Janeiro (BN-RJ), Seção de Manuscritos I – 12, 2, 11, n. 1.

Bibliografia

AMADO, Janaína. Região, sertão e nação. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 8, n. 15, 1995. Disponível em: https://periodicos.fgv.br/reh/article/view/1990 Acesso em: 19 jul. 2024.

ALMEIDA, Gabriela Berthou. Vidas e saberes em trânsito: os indígenas preparadores Cipriano de Souza e José da Silva e a Viagem Filosófica na Amazônia colonial portuguesa (1783-1798). **Revista Brasileira de História da Ciência**, v. 15, n. 1, 2022. Disponível em: https://rbhciencia.emnuvens.com.br/revista/article/view/730 Acesso em 04 abr. 2024.

___. "Estas são plantas indígenas": circulação de saberes sobre a flora na viagem filosófica de Alexandre Rodrigues Ferreira (1783-1792). **Estudos Ibero-Americanos**, *[S. l.]*, v. 50, n. 1, p. e45952, 2024. DOI:

10.15448/1980-864X.2024.1.45952. Disponível em: https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/45952 Acesso em: 19 jul. 2024.

ARAÚJO, Pedrina Nunes. **Diocese no sertão**: a colonização espiritual do Piauí Amazônico – freguesias, capelas e justiça eclesiástica no século XVIII. Tese de Doutorado, Programa de Pós-graduação em História, Universidade Federal do Maranhão, São Luís, 2023.

ANTUNES, Anderson Pereira. **A rede dos invisíveis: uma análise dos auxiliares na expedição de Louis Agassiz ao Brasil (1865-1866).** Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2015.

APOLINÁRIO, Juciene Ricarte. Plantas nativas, indígenas coloniais: usos e apropriações da flora da América portuguesa. In: KURY, Lorelai (org.). **Usos e circulação de plantas no Brasil: séculos XVI-XIX.** Rio de Janeiro: Andrea Jakobsson, 2013. p. 181-227.

BRIGOLA, João Carlos. **Coleções, gabinetes e museus em Portugal no século XVIII**. Tese de doutoramento, Universidade de Évora, Évora, 2000.

CHAMBOULEYRON, Rafael; MELO, Vanice Siqueira de. Governadores e índios, guerras e terras entre o Maranhão e o Piauí (primeira metade do século XVIII). **Rev. Hist.** (São Paulo) [online]. 2013, n.168, pp.167-200. Disponível em: https://www.scielo.br/j/rh/a/Yc3W4ScvLPTdK8DJXGr-7VGd/ Acesso em: 19 jul. 2024.

COSTA, Flávio Pereira Júnior. **História, ciência e natureza na política Ilustrada de D. Rodrigo de Sousa Coutinho para o meio-norte da América Portuguesa (1796-1801)** Tese (Doutorado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em História, Belém, 2023.

DOMINGUES, Ângela; ALVES-MELO, Patrícia. Iluminismo no mundo luso-brasileiro: um olhar sobre a Viagem Filosófica à Amazónia, 1783-

1792. **Ler História** [Online], 78 | 2021, posto online no dia 23 junho 2021. Disponível em: http://journals.openedition.org/lerhistoria/7879 Acesso em 21 mar. 2022.

FERREIRA, Breno. **Economia da natureza: a história natural, entre a teologia natural e a economia política (Portugal e Brasil, 1750-1822).** Tese de Doutorado em História, Universidade de São Paulo, 2016.

GALVES, Marcelo Cheche. Vicente Jorge Dias Cabral: um naturalista na capitania do Maranhão e do Piauí. **Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi. Ciências Humanas**, v. 12, n. 2, p. 555-570, maio-ago. 2017. Disponível em: https://www.scielo.br/j/bgoeldi/a/3DsqqC7TW8yhy7MHY-3JcLKx/ Acesso em: 19 jul. 2024.

KOK, Glória. Vestígios indígenas na cartografia do sertão da América portuguesa. **Anais** do Museu Paulista. São Paulo. N. Sér. v.17. n.2. p. 91-109 jul.- dez. 2009.

KURY, Lorelai. As viagens filosóficas: Vandelli e a História Natural. In: **O gabinete de curiosidades de Domenico Vandelli.** Rio de Janeiro: Dantes editora, 2008.

MELO, Vanice Siqueira. **Cruentas guerras.** Índios e portugueses nos sertões do Maranhão e Piauí (primeira metade do século XVIII. Curitiba: Prisma, 2017.

PRATT, Mary Louise. **Os Olhos do Império.** Relatos de viagem e transculturação. Bauru: EDUSC, 1999. p.12-75.

RAJ, Kapil. Além do Pós-colonialismo... e Pós-positivismo. Circulação e a História Global da Ciência. Tradução de Juliana Freire. **Revista Maracanan**, Edição: n. 13, Dezembro, 2015.

SANJAD, N; PATACA E.; SANTOS, R. Knowledge and circulation of plants: unveiling the participation of Amazonian indigenous peoples in the construction of 18th and 19th Century botany. HoST - **Journal of History of Science and Technology.** 2021.

SILVA, Mairton C. **Um caminho para o Estado do Brasil: colonos, missionários, escravos e índios no tempo das conquistas do Estado do Maranhão e Piauí, 1600-1800**. Tese (doutorado) - Universidade Federal de Pernambuco, CFCH. Programa de Pós-Graduação em História, Recife, 2016.

VANDELLI, D. Viagens filosóficas ou dissertação sobre as importantes regras que o filósofo naturalista, nas suas peregrinações, deve principalmente observar (1779). In: BRIGOLA, J. et al. (org.). **O gabinete de curiosidades de Domenico Vandelli.** Rio de Janeiro: Dantes editora, 2008.

RUSSEL-WOOD, A. J. R. Centros e periferias no mundo luso-brasileiro,1500-1808. **Rev. bras. Hist**. [online]. 1998, vol.18, n. 36, p.187-250.

TOPONÍMIA INDÍGENA NO PIAUÍ EM 2010: UMA ANÁLISE DE TOPÔNIMOS NO TERRITÓRIO DO VALE DOS RIOS PIAUÍ E ITAUEIRAS – RESULTADOS PARCIAIS[1]

Neiliane Coelho Gomes[2]
Messias dos Santos Santana[3]

Introdução

O ser humano, durante toda a sua existência, nomeou e nomeia espaços como forma de identificação ou como uma possível expressão de pertencimento a lugares, rios, ruas, serras, dentre outros. Desse modo, segundo Santana e Gomes (2022), estamos tão habituados a empregar os nomes próprios, quer de pessoas, quer de lugares, que, muitas vezes, não conseguimos identificar a riqueza de aspectos sociais, históricos e culturais que estão associados a eles.

Nesse sentido, o nome exerce, em uma sociedade, uma função que vai muito além da nomenclatura. Assim, os estudos onomásticos reves-

1. Este texto faz parte de uma pesquisa mais ampla intitulada *Toponímia de origem indígena no Piauí em 2010: estudo linguístico e sócio-histórico-cultural*, desenvolvida no âmbito do *Mnemósine* – Grupo de Pesquisa em Língua, Cultura e Memória, da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), *Campus* Professor Possidônio Queiroz, na cidade de Oeiras. Este estudo, em específico, vincula-se a um subprojeto cujo foco é analisar o *Território do Vale dos Rios Piauí e Itaueiras*, composto por 19 municípios.

2. Graduada em Licenciatura Plena em Letras/Português, pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI), *Campus* Professor Possidônio Queiroz, na cidade de Oeiras. E-mail: neilianecoelhogomes378@gmail.com.

3. Doutor em Filologia e Língua Portuguesa, pela Universidade de São Paulo; Professor do Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), *Campus* Professor Possidônio Queiroz, na cidade de Oeiras. E-mail: messiassantos@ors.uespi.br.

tem-se de grande importância na compreensão da motivação empregada no ato de batismo, seja ele de um lugar, seja de uma pessoa. A Onomástica, portanto, tem como objeto de estudo o nome próprio e possui duas áreas principais: a *Toponímia* – que tem como foco os nomes próprios de lugares, rios etc. – e a *Antroponímia* – que estuda os nomes próprios de pessoas. Assim sendo, é possível afirmar que:

> Os estudos onomásticos remetem ao nosso passado, a nossas origens, por isso despertam, desde sempre, a curiosidade não só de estudiosos, mas de todas as pessoas em geral. Ultrapassando a mera função nomenclatória, os nomes de pessoas e os nomes de lugares são produtos de um sistema de denominação que reflete o modo de viver de uma cultura e a maneira desta representar os seus valores. Embora nos pareçam familiares porque os conhecemos e deles, habitualmente, fazemos uso, quando paramos para pensar sobre a natureza dos nomes próprios de pessoas e lugares, nos damos conta de que, quase sempre, são de significados incompreensíveis, estranhos para nós, mesmo designando pessoas e lugares conhecidos (Seabra & Isquerdo, 2018, p. 993-994).

Cabe destacar, ainda, o caráter interdisciplinar dos estudos onomásticos. Nesse contexto, Dick (1992) menciona que essa "ciência" está voltada para a História, a Geografia, a Antropologia, entre outras. Dessa forma, ao considerar que a Onomástica dialoga com outras áreas do conhecimento, é necessário, no entanto, no que tange à toponímia indígena no Piauí em 2010, alinhar a pesquisa linguística a fatos históricos, uma vez que esses topônimos refletem a história, a cultura e a sociedade daqueles que nos antecederam e que contribuíram para que a realidade na qual estamos inseridos seja como ela é (Santana; Gomes, *op. cit*).

Nesse âmbito, os estudos toponímicos podem oferecer uma importante contribuição acerca do conhecimento do passado de um país, um estado, uma cidade etc. Segundo Dauzat (1939, p. 7, tradução nossa), "A toponímia, associada com a história, indica ou precisa os movimentos antigos dos povos, as migrações, os ares de colonização, as regiões em que determinado grupo linguístico deixou seus traços". Nessa perspectiva, os aspectos envolvidos na atribuição desses nomes de lugares são identificados por meio de um estudo etimológico, que também é foco desta pesquisa. A respeito disso, Bardelli (2020, p. 1, tradução nossa) afirma que:

> No caso da toponímia, [a etimologia] não é uma simples curiosidade, mas um verdadeiro interesse histórico que nos leva a procurar o 'primeiro nome' de um lugar, para encontrar informação de outro modo indisponível. Em alguns casos, a investigação etimológica permite ultrapassar o muro que o silêncio dos documentos apresenta ao conhecimento do passado, mais ou menos remoto, dos nossos países. Por exemplo, um nome de lugar como Castelvecchio [Castelo Velho], mesmo na ausência de documentos antigos, poderia autorizar-nos a acreditar que existiu um castelo que depois caiu em desuso, se pudermos verificar que o nome não deriva, por exemplo, de um apelido.

De acordo com Dick (1990, p. 35), a Toponímia, "é um imenso complexo línguo-cultural", visto que, a nomeação desses espaços está associada a ações humanas realizadas em sociedade, isto é, a ações históricas, culturais e econômicas. Nesse sentido, Dick (*op. cit.*, p. 19) reitera que "a história dos nomes de lugares, em qualquer espaço físico considerado, apresenta-se como um repositório dos mais ricos e sugestivos, face à complexidade dos fatores envolventes". Logo, o emprego de um topônimo ultrapassa a nomeação, uma vez que os nomes de lugares expressam valores e significados que vão além do ato designativo. Desse modo, ainda segundo a toponimista, "[...] a Toponímia reflete de perto a vivência do homem, enquanto entidade individual e enquanto membro do grupo que o acolhe [...]" (Dick, *loc. cit.*).

Dessa maneira, este estudo tem como objetivos: i) identificar os topônimos de origem indígena presentes nos mapas dos municípios de *Brejo do Piauí*, *Canto do Buriti*, *Flores do Piauí*, *Itaueira Nova Santa Rita*, *Pajeú do Piauí*, *Pedro Laurentino*, *Rio Grande do Piauí* e *São Miguel do Fidalgo*; ii) descrever, quanto aos aspectos semânticos, os topônimos de origem indígena empregados nos mapas dos municípios descritos; e iii) caracterizar, quanto aos aspectos sócio-históricos-culturais, os topônimos de origem indígena nos mapas dos municípios já listados acima. Para isso, adotamos o método descritivo-documental, mas com caráter bibliográfico, tendo como uma primeira etapa o levantamento dos topônimos, por meio do *corpus* inicial, composto pela versão digital dos mapas dos municípios cujos nomes foram acima elencados, os quais foram elaborados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)

para o censo de 2010. Esses mapas encontram-se disponíveis na internet, em arquivo formato *pdf*, e podem ser acessados através do seguinte endereço: http://geoftp.ibge.gov.br/cartas_e_mapas/mapas_para_fins_de_levantamentos_estatisticos/censo_demografico_2010/mapas_municipais_estatisticos/pi/.

Observa-se, dessa forma, que o desenvolvimento desta pesquisa oferecerá uma importante contribuição para o conhecimento da toponímia do Piauí, em especial acerca da toponímia de origem indígena. Assim, inicialmente, possibilitará que se identifique se, ao longo do período focalizado, há (e quais são eles), na toponímia piauiense, topônimos constituídos por palavras de origem indígena, os quais serão analisados a partir de uma perspectiva da Linguística, momento em que se poderão descrevê-los em seus aspectos fonético-fonológicos, morfológicos, semânticos e, ainda, quanto à sua constituição etimológica.

A colonização do Piauí

Os documentos produzidos no período inicial da colonização do Piauí por cronistas, padres, cosmógrafos e cartógrafos – assim como outros que foram elaborados depois[4] – mostram que o território que atualmente corresponde ao Estado do Piauí já se encontrava habitado por diversos povos indígenas quando da chegada do europeu colonizador, as quais pertenciam a diversas etnias, segundo Baptista (2009, p. 121, destaques no texto):

> [...] é possível afirmar que, no Piauí, se desenvolveram e ainda existiam quando os brancos chegaram, grandes nações indígenas subdivididas em inúmeras tribos. Entre elas se destacam quatro nações *Jê* (Acroá, Gueguê, Jaicó e Timbira), uma *Tupi* (Tabajara), uma *Cariri* (Tremembé) e uma *Caraíba* (Pimenteira).

Nesse contexto, além dos povos indígenas citados por Baptista (*op. cit*), Mott (2010, p. 112-113) menciona outros grupos que estavam localizadas em todo o Piauí, nas proximidades de alguns rios, como os rios

4. Para mais informações, confira-se, por exemplo, o *Mapa etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes* (Nimuendajú, 1981) – disponível no link http://etnolinguistica.wikidot.com/biblio:nimuendaju-1981-mapa –, que elenca as tribos indígenas do Piauí, bem como as suas respectivas localizações.

Parnaíba, Mearim e Piauí.

Uma vez que o Piauí encontra-se localizado no sertão, a sua colonização é considerada tardia, pois não ocorreu de forma imediata, como nas terras situadas na costa do Brasil, especificamente as da Bahia e do Pernambuco. À vista disso, se a penetração pelo sertão iniciou-se no século XVII, a chegada ao Piauí não seria imediata:

> *No século seguinte [XVII], seria a vez de o interior da região*, desprovido de maiores obstáculos naturais de vegetação ou relevo e dotado pelo São Francisco de uma eficaz via de penetração e assentamento, *ser rapidamente penetrado pelas grandes boiadas que*, *em cerca de cem anos, já transitariam, por mais de duzentas léguas, entre a capital [Salvador] e o vale do rio Piauí*. (Dantas; Sampaio; Carvalho, 1998, p. 431, destaques nossos).

Observa-se, dessa maneira, que a presença do colonizador em solo piauiense dá-se em função da criação de gado. E, já em fins do século XVII, conforme destacou o Padre Miguel de Carvalho, em sua *Dezcripção do certão do Peauhy* (1697), havia várias fazendas nessas terras: no total são indicadas 130 fazendas.

Ante esse cenário, a relação estabelecida entre os indígenas e o colonizador era, por sua vez, conflituosa por natureza, como destaca o historiador da Companhia de Jesus, Serafim Leite, uma vez que os indígenas mostraram resistência em razão de não entenderem/aceitarem a ocupação de suas terras:

> [...] que não compreendiam [os índios], nem podiam compreender ainda, a razão por que outros homens invadiam as suas terras, e colocavam nelas currais, dificultando-lhes a própria subsistência. Desta incompreensão nasciam assaltos. Aos donos das terras agradavam as missões, se elas se prestassem a ser instrumentos de submissão desses índios aos seus interesses pecuários; mas se as missões tratassem desses índios, como **pessoas humanas**, a que era preciso instruir e educar e mesmo defender contra uma escravização, positiva ou disfarçada, os **curraleiros** insurgiam-se contra os missionários, recusavam-lhes os meios, intrigavam os índios entre si, influíam com os governadores para impedir as ações. (Leite *apud* Nunes, 2007, p. 83, destaques no texto).

Assim, conforme os currais de gados foram ganhando espaço no sertão do Piauí, a população indígena, em geral, ou morria ou era expulsa. Portanto, como consequência desse processo colonial, os indígenas cada vez mais eram expulsos de seus territórios. Acerca disso, o autor do *Roteiro do Maranhão a Goiaz pela capitania do Piauhi* dá testemunho dessa ausência, afirmando que:

> Quando Domingos Affonso Sertão, e seus socios, descobrirão estes sertões *erão habitados de muitas e diversas nações de Indios Silvestres. Entre ellas se forão estendendo as nossas Povoações, e diminuindo-se de tal sorte as dittas nações que apenas se conservão hoje as referidas* [Aruazes, Jaicós e Goguês] (Roteiro, 1900 [1814], p. 78, destaques nosso).

Em suma, não foram poucos os conflitos entre o colonizador e os indígenas habitantes do Piauí, no período que se estendeu do estabelecimento das primeiras fazendas a fins do século XVIII e o início do XIX (cf. Pereira D'Alencastre, 1857; Pereira da Costa, 1974; Carvalho, 2008), por meio dos quais os indígenas piauienses passaram a ser considerados oficialmente extintos (cf. Carvalho, 2008; Negreiros, 2012; Stella de Negreiros Oliveira, 2007; Dias e Santos, 2010; Melo, 2011).

É importante, no entanto, destacar aqui, que, a partir dos últimos censos realizados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), o número de pessoas que se autodeclaram indígenas tem aumentado, contrapondo-se à ideia de que houve a extinção dessa população aqui no Piauí (IBGE, 2012). Dessa forma, em vez de considerá-los extintos, talvez se deva admitir que os indígenas piauienses foram reduzidos a uma pequena quantidade, a partir do que passaram a viver junto aos demais habitantes. Daí, provavelmente, o silêncio da História sobre os indígenas no Piauí, desde a segunda década do século XIX até, aproximadamente, a segunda metade do século XX.

Diante, portanto, do tipo de relação estabelecida entre o colonizador e os indígenas – e, principalmente, das consequências advindas disso –, neste texto indaga-se: 1) se as terras que hodiernamente constituem o Piauí foram tão intensamente povoadas pelos indígenas, teriam eles deixado influência na toponímia do Piauí?; 2) são empregados, no Piauí, no ano de 2010, palavras de origem indígena na designação ou descrição de topônimos (nomes de lugares, de rios etc.)?; e 3) esses topônimos podem

ser encontrados ao longo de todo o *Território do Vale dos Rios Piauí e Itaueiras*?.

Toponímia indígena no *Território do Vale dos Rios Piauí e Itaueiras* em 2010: análise morfossemântica

A análise dos mapas dos municípios de *Brejo do Piauí*, *Canto do Buriti*, *Flores do Piauí*, *Itaueira*, *Nova Santa Rita*, *Pajeú do Piauí*, *Pedro Laurentino*, *Rio Grande do Piauí* e *São Miguel do Fidalgo* indicou um total de 1153 (mil cento e cinquenta e três) topônimos – incluindo as repetições. Assim, desse total de topônimos, foi possível identificar que 204 (duzentos e quatro) provêm de língua indígena. Verificamos, dessa forma, que as palavras de origem indígena representam, apenas, 17,6% dos topônimos analisados nos mapas. Na sequência, apresentamos e analisamos as palavras identificadas, com a indicação, inclusive, daquelas que se repetem:

Quadro 1 – Toponímia de origem indígena no Piauí em 2010: ocorrências nos municípios de *Brejo do Piauí*, *Canto do Buriti*, *Flores do Piauí*, *Itaueira*, *Nova Santa Rita*, *Pajeú do Piauí*, *Pedro Laurentino*, *Rio Grande do Piauí* e *São Miguel do Fidalgo*

Topônimo[5]	Origem ou constituição[6]	Fonte[7]	Referência[8]
Aracati (2)	Tupi *ará-caty*	TGN	-
Arapuá	Tupi *eirapu'a*	DTA	Fauna
Arara (2)	Tupi *a'rara*	DHLP	Fauna
Araras	Arara (Tupi *a'rara)* + des. pl. port. -s	DHLP	Fauna
Buriti (2)	Tupi **mbïri'ti*	DHLP	Flora
Buriti Seco	Buriti (Tupi **mbïri'ti*) + seco	DHLP	Flora
Canto do **Buriti**	Canto + do + buriti (Tupi **mbïri'ti*)	DHLP	Flora
Posto **Buriti**	Posto + buriti (Tupi **mbïri'ti*)	DHLP	Flora
Buriti grande	Buriti (Tupi **mbïri'ti*) + grande	DHLP	Flora
Vão **Buriti** grande	Vão + buriti (Tupi **mbïri'ti*) + grande	DHLP	Flora
Buritizinho (2)	Buriti (Tupi **mbïri'ti*) + suf. port. -zinho	DHLP	Flora
Caatinga comprida	Caatinga (Tupi *ka'atinga*) + comprida	DHPT	Flora
Catinga de porco	Catinga (Tupi *ka'atinga*) + de + porco	DHLP	Flora
Cajazeira (3)	Cajá (Tupi *kaîá*) + suf. port. -zeira	DTA	Flora

5. O número que segue o topônimo indica a quantidade de vezes que esse topônimo ocorre no corpus em análise. Por sua vez, aqueles nomes aos quais não se fez seguir nenhum número são os que tiveram apenas uma ocorrência.

6. Nesta coluna, indicamos as etimologias e/ou composições morfológicas dos topônimos identificados, com atenção especial para as palavras de origem indígena. Uma vez que retiradas de diferentes fontes, por sua vez escritas em diferentes épocas e utilizando critérios também diferentes, podem-se encontrar divergências entre os sistemas ortográficos empregados em cada uma delas. Apesar disso, preferimos manter a grafia indicada na fonte consultada.

7. Para a descrição morfológica (identificação das etimologias e/ou caracterização morfológica) dos topônimos em análise, assim como para a identificação de sua referência, ou seja, aquilo a que se referem no contexto sócio-histórico e cultural dos povos indígenas, foram consultadas as seguintes obras/fontes: *O Tupi na Geografia Nacional* (TGN; Sampaio, 1987); *Dicionário de Tupi Antigo* (DTA; Navarro, 2013); *Dicionário Eletrônico Houaiss da Língua Portuguesa* (DHLP; Houaiss & Villar, 2001); e *Dicionário Histórico das Palavras Portuguesa de O*rigem Tupi (DHPT; Cunha, 1998).

8. Nesta seção, *não pretendemos apresentar uma caracterização taxonômica dos topônimos*, conforme fez Dick (1990), mas tão somente identificar a que se refere, no contexto sócio-histórico e cultural das tribos indígenas que habitaram o Piauí, a palavra indígena que constitui ou compõe o topônimo em análise. Nesse sentido, *a caracterização apresentada aqui contempla, somente, a palavra de* origem indígena, motivo por que, nos exemplos em que esse topônimo é constituído por um sintagma (por exemplo: Rio Canindé, Serra de Ibiapaba etc.), as demais palavras da estrutura não são consideradas.

Cajazeiras (2)	Cajá (Tupi *kaîá*) + suf. port. -zeira + des. pl. port. -s	DTA	Flora
Cajazeiro (4)	Cajá (Tupi *kaîá*) + suf. port. -zeiro	DTA	Flora
Fazenda **Cajazeira**	Fazenda + cajá (Tupi *kaîá*) + suf. port. -zeira	DTA	Flora
Lagoa da **Cajazeira**	Lagoa + da + cajazeira (cajá - Tupi *kaîá*) + suf. port. -zeira	DTA	Flora
Riacho **Cajazeira**	Riacho + cajazeira (cajá - Tupi *kaîá*) + suf. port. -zeira	DTA	Flora
Cajueiro	Caju (Tupi *akaîu*) + suf. port. -eiro	DTA	Flora
Calumbi	Tupi *caá-r-omby*	DHLP	Flora
Baixa do **Calumbi**	Baixa + do + calumbi (Tupi *caá-r-omby*)	DHLP	Flora
Capivara	Tupi *kapii'gwara*, de *ka'pii* 'capim' + *'gwara* 'comedor'	DHLP	Fauna
Lagoa da **Capivara**	Lagoa + da + capivara (Tupi *kapii'gwara*, de *ka'pii* 'capim' + *'gwara* 'comedor')	DHLP	Fauna
Capim grosso **(2)**	Capim (Tupi *ka'pii*, este de *ka'a* 'mato, erva, planta em geral, mata' + *pii* 'fino, delgado') + grosso	DHPT	Flora
Lagoa do **Capim** grosso	Lagoa + do + capim (Tupi *ka'pii*, este de *ka'a* 'mato, erva, planta em geral, mata' + *pii* 'fino, delgado') + grosso	DHPT	Flora
Chapada do **Capim** de cheiro	Chapada + do + capim (Tupi *ka'pii*, este de *ka'a* 'mato, erva, planta em geral, mata' + *pii* 'fino, delgado') + de cheiro	DHPT	Flora
Jurema do **Capim** grosso	Jurema (Tupi îieremary) + do + capim (Tupi *ka'pii*, este de *ka'a* 'mato, erva, planta em geral, mata' + *pii* 'fino, delgado') + grosso	DTA/ DHPT	Flora
Caraíba (2)	Tupi *kara'iwa*	DHLP	Flora
Caraíbas (3)	Tupi *kara'iwa* + des. pl. port. -s	DHLP	Flora
Caraíba do Oscar	Caraíba (Tupi *kara'iwa*) + do + Oscar	DHLP	Flora
Fazenda **Caraíbas**	Fazenda + caraíbas (Tupi *kara'iwa*) + des. pl. port. -s	DHLP	Flora
Caraíbinha	Caraíba (Tupi *kara'iwa*)+ suf. port. -inha	DHLP	Flora
Várzea das **Carnaíbas**	Várzea + das + carnaíbas (Tupi *kara-na'ïwa*, de *kara'na* + *'ïwa* 'planta' + des. pl. port. -s)	DHLP	Flora

Carnaibinha	Tupi *karana'ïwa*, de *kara'na* + *'ïwa* 'planta + suf. port. -inha'	DTA	Flora
Carnaubal	Tupi *karana'yba* + suf. port. -al	DTA	Flora
Carnaubinha	Tupi *karana'yba* + suf. port. -inha	DTA	Flora
Catuaba	Tupi *katûaba*	DTA	Flora
Cipós	Tupi ïsï›po + des. pl. port. -s	DHPT	Flora
Coroá	Tupi *karagwa'ta*	DHPT	Flora
Morro **Coroá**	Morro + coroá (Tupi *karagwa'ta)*	DHPT	Flora
Coroatá	Coroatá (Tupi *karagwa'ta*)	DHLP	Flora
Cupim (2)	Tupi *kupi'i*	DHLP	Flora
Curicaca	Tupi kuri'kaka	DHLP	Fauna
Fazenda **Guarani**	Fazenda + guarani (Tupi *guarinî*)	TGN	-
Lagoa do **Guarani**	Lagoa + do + guarani (Tupi *guarinî*)	TGN	-
Riacho baixa do **Girau**	Riacho + baixa + do + girau (Tupi *yu'ra)*	DHLP	Objeto
Ingazeira (2)	Ingá (Tupi înga*)* + suf. port. -zeira	DHLP	Flora
Inhuma	Tupi '*y+ nhau"uma*	DTA	Água
Ipueiras	Ipueira (Tupi *ï›pwera, *de ï* 'água' + *'pwera* 'que já foi') + des. pl. port. -s	DHLP	Terra
Jaboti (2)	Tupi *yawo'ti*	DHLP	Fauna
Jabuti	Tupi *yawo'ti*	DHLP	Fauna
Jacaré	Tup*i iaka´re*	DHPT	Fauna
Jacarecanga	Tupi *yacaré- acanga*	TGN	Fauna
Jacú (2)	Tupi *iaku*	DTA	Fauna
Jatobá (4)	Tupi *yetï'wa*	DHLP	Flora
Barra do **Jatobá**	Barra + do + jatobá (Tupi *yetï'wa)*	DHLP	Flora
Vereda do **Jatobá (2)**	Vereda + do + jatobá (Tupi *yetï'wa)*	DHLP	Flora
Fazenda **Jatobazeiro**	Fazenda + jatobá (Tupi *yetï'wa)* + suf. port. -zeiro	DHLP	Flora
Jenipapo (4)	Tupi îanypaba	DTA	Flora
Fazenda **Jenipapo**	Fazenda + jenipapo (Tupi îanypaba)	DTA	Flora
Jenipapeiro	Jenipapo (Tupi îanypaba) + suf. port. -eiro	DTA	Flora
Juá (5)	Tupi *iuá*	DHPT	Flora
Lagoa do **Juá (2)**	Lagoa + do + juá (Tupi *iuá)*	DHPT	Flora
Macambira (4)	Tupi **maka'mbira*	DHLP	Flora

Fazenda **Macambira**	Fazenda + macambira (Tupi **ma-ka'mbira)*	DHLP	Flora
Macaúba (2)	Tupi *macá-yba*	TGN	Flora
Macaúba do Quinha	Macaúba (Tupi *macá-yba)* + do + Quinha	TGN	Flora
Mandioca	Tupi *mani'oka*	DHPT	Flora
Mangabeira	Tupi *ma'ngawa* + suf. port -eira	DHLP	Flora
Miroró	Tupi *mïroy'ro*	DHLP	Fauna
Chapada do **Miroró**	Chapada + do + miroró (Tupi *mïroy'ro)*	DHLP	Fauna
Mocó	Tupi *mokó*	DTA	Fauna
Moriçoca	Tupi *mberu'soka*	DHLP	Fauna
Mucaitá	-	-	-
Ribeira do **Mucaitá**	-	-	-
Mudubin	var. *amendoin*, do Tupi *manu'ui*	DHPT	Flora
Mutuca (2)	Tupi *mu'tuka*	DHLP	Fauna
Mutuca do Bira	Mutuca (Tupi *mu'tuka)* + do + Bira	DHLP	Fauna
Mutuquinha	Mutuca (Tupi *mu'tuka)* + suf. port. -inha	DHLP	Fauna
Oiti	Tupi *gwî'ti*	DHLP	Flora
Pé de **Oiti**	Pé + de + oiti (Tupi *gwî'ti*)	DHLP	Flora
Pajeú (5)	Tupi *pajé-ú*	TGN	-
Povoado **Pajeú**	Povoado + pajeú (Tupi *pajé-ú)*	TGN	-
Patuá	Tupi *patûá*	DTA	-
Brejo do **Piauí**	Brejo + do + Piauí (Tupi *piau + y*)	TGN	Fauna
Chapada do **Piauí**	Chapada + do + Piauí (Tupi *piau + y*)	TGN	Fauna
Flores do **Piauí**	Flores + do + Piauí (Tupi *piau + y*)	TGN	Fauna
Rio Grande do **Piauí**	Rio + grande + do + Piauí (Tupi *piau + y)*	TGN	Fauna
Pindobas	Tupi *pi'ndowa* + des. pl. port. -s	DHLP	Flora
Piquizeiro (2)	Pequi (Tupi *py-quí)* + suf. port. -zeiro	TGN	Flora
Piripiri	Tupi *piripi'ri*	DHPT	Flora
Piripizinho	Piripiri (Tupi *piripi'ri)* + suf. port. -zinho	DHPT	Flora
Lagoa do **Piripirizinho**	Lagoa + do + piripiri (Tupi *piripi'ri)* + suf. port. -zinho	DHPT	Flora
Pitombeira	Pitomba (Tupi *pi'tomba*) + suf. port. -eira	DHLP	Flora
Puça	Tupi *pysá*	DTA	Objeto
Chapada do **Puça (2)**	Chapada + do + puça (Tupi *pysá)*	DTA	Objeto
Sapé (2)	Tupi *yasa'pe*	DHPT	Flora

Sussuarana	Tupi çooaçú-arana	TGN	Fauna
Taboca (5)	Tupi *ta'woka*	DHPT	Flora
Tabocas	Taboca (Tupi *ta'woka)* + des. pl. port. -s	DHPT	Flora
Riacho das **Tabocas**	Riacho + das + tabocas (tupi *ta'woka)* + des. pl. port. -s	DHPT	Flora
Tabocas de Zé Wilson	Tabocas (Tupi *ta'woka)* + des. pl. port. -s + Zé Wilson	DHPT	Flora
Tamboril (6)	Tupi *ta mbo rï*	DHLP	Flora
Tapera (2)	Tapera (Tupi *taba+ pi.ter)+ -a*	DTA	Lugar
Serra da **Tapera**	Serra + da+ tapera (Tupi *taba+ pi.ter)+ -a*	DTA	Lugar
Tapuo	Tupi *tapuîa*	DTA	Lugar
Várzea das **Traíras**	Várzea + das + traíras (Tupi *tare ̈ira)* + des. pl. port. -s	DHLP	Fauna
Timbituba	var. de imbituba *-imbé (*Tupi *gwe'mbe)* + *tïwa*	DHLP	Flora
Tingui	Tupi *ty-gui*	TGN	Flora
Tinguis (4)	Tupi *ty-gui* + des. pl. port. -s	TGN	Flora
Umburana	Tupi *imbu* + *ran* + *-a*	DTA	Flora
Umbuzeiro (3)	Umbu (Tupi ï›mbu) + suf. port. -zeiro	DHPT	Flora
Umbuzeiro do formigueiro	Umbu (Tupi ï›mbu *)* + suf. port. -zeiro + do + formigueiro	DHPT	Flora

Fonte: Elaborado pelos Autores

Em relação à construção estrutural, os topônimos apresentam, em sua formação, tanto uma estrutura inteiramente composta por um morfema de língua Tupi, quanto aqueles que combinam o termo Tupi, seja por derivação, seja por composição, com duas ou mais palavras da língua portuguesa – com ou sem auxílio de preposição.

Nesse sentido, os topônimos identificados podem ser caracterizados da seguinte forma: 1) topônimos emprestados – são aqueles que, por meio do contato entre os indígenas e o colonizador, passaram a fazer parte do léxico da língua portuguesa. Trata-se, portanto, dos nomes compostos por um morfema de língua Tupi, adaptados ao nosso sistema ortográfico. São exemplos desse tipo, dentre outros: *Arara*, *Buriti*, *Jaboti*, *Juá*, *Mocó*, *Oiti*, *Sapé* e *Tapuo*; 2) topônimos híbridos por derivação – juntam-se ao radical da palavra Tupi os sufixos do português,

isto é, palavras da língua Tupi que já fazem parte da língua portuguesa e que, ao serem acrescentados os sufixos, formam novos nomes. Percebe-se, no *corpus* analisado, uma frequência significativa desse processo na formação dos topônimos. Como exemplo, temos: *Cajazeira*, *Carnaubal*, *Jatobazeiro*, *Mangabeira*, *Mutuquinha* e *Piripirizinho*; e 3) topônimos híbridos por composição – diferentemente do que ocorre nos topônimos citados anteriormente, nos híbridos por composição, a palavra de origem indígena combina-se com duas ou mais palavras – com ou sem auxílio de preposição – e não com sufixo(s), tal como verificamos nestes topônimos: *Canto do Buriti*, *Lagoa da Capivara*, *Chapada do Capim de Cheiro*, *Barra do Jatobá* e *Brejo do Piauí*.

No que se refere ao contexto sócio-histórico-cultural dos povos indígenas, os topônimos, em sua maioria, fazem referência à fauna e à flora. Outras referências encontradas incluem à água, objetos ou aspectos da terra, que, embora com menor frequência, são também elementos importantes em uma sociedade indígena.

Considerações finais

Os estudos onomásticos, em especial o de nome de lugares – Toponímia ou Toponomástica – podem trazer ao conhecimento de uma dada população – no caso específico deste estudo, a sociedade piauiense – contribuições relevantes acerca do emprego dos nomes de cidades, sítios, rios e localidades em que residem ou de que já ouviram falar. Em outras palavras, é possível afirmar que o nome de um lugar – ou de uma pessoa – é mais que um nome próprio que especifica determinado ser ou espaço em relação a outros; ele carrega, também, informações sobre a cultura, a história e as características sociais de um povo, embora essas informações não sejam de conhecimento da comunidade que emprega esse nome (Santana; Gomes, *op. cit.*).

Tendo em consideração os mapas do Piauí no ano de 2010, elaborados pelo IBGE e aqui analisados, verificamos que os topônimos de origem indígena existentes no *Território do Vale dos Rios Piauí e Itaueiras* são constituídos (totalmente ou em parte) de palavras da língua Tupi. Nesse contexto, a presença desses nomes em dias atuais ressalta, por sua vez, a influência deixada na língua pelos povos indígenas que habitavam

essas terras nos primórdios do que hoje se configura o Estado do Piauí, conforme afirmaram Carvalho (1697) e Nimuendajú (1981).

É importante, no entanto, destacar que, apesar de os indígenas serem os primeiros habitantes destas terras, observa-se que a toponímia de origem indígena, em todos os municípios analisados, é muito inferior à de origem não indígena, ficando aproximadamente entre 11% e 24%. Isso deixa claro que a ação do colonizador contribuiu para que palavras da língua Tupi fossem substituídas por outras de origem portuguesa, o que, por sua vez, permite-nos concluir o quão devastadora foi a colonização para as sociedades indígenas que já aqui habitavam.

Em relação à caracterização morfológica dos topônimos, eles podem ser caracterizados como: topônimos emprestados, topônimos híbridos por derivação sufixal e topônimos híbridos por composição. Por fim, cabe destacar que os topônimos elencados nesta pesquisa – da mesma forma que já demonstramos ao analisar a *Carta Geografica da Capitania do Piauhi, e partes das adjacentes*, elaborada por Galluzzi, em 1761 (cf. Santana; Gomes, *op. cit.*) – remetem às coisas concretas e materiais, mas nenhum deles faz referência à cultura, organização social, religião ou outros aspectos da vida dos indígenas. Assim, podemos entender que o interesse do colonizador era naquilo que os indígenas tinham e não no que eles eram como seres humanos. Em outras palavras: os colonizadores estavam interessados em extrair/absolver aquilo que ainda não possuíam, motivo pelo qual empregavam as palavras indígenas para referir-lhes; já palavras que nomeavam realidades que já conheciam (por exemplo: formas de organização social, religiosidade etc.) não foram incorporadas, certamente por considerarem as suas práticas superiores às dos nossos indígenas, não havendo, assim, interesse não adoção delas e, consequentemente, de suas palavras (Santana; Gomes, *op. cit.*, p. 142).

Referências

BAPTISTA, João Gabriel. **Etno-história indígena piauiense**. 2 ed. Teresina: APL; FUNDAC; DETRAN, 2009.

BARDELLI, Luigi. **Melegnano e dintorni**: indagini etimologiche. Cerro al Lambro: Gruppo Amici dela Storia Locale, 2020. Disponível em:

http://www.melegnanolibri.cloud/wp-content/uploads/2020/05/aoperadint.pdf. Acesso em: 20 julho 2024.

CARVALHO, João Renôr F. de. **Resistência indígena no Piauí colonial (1718-1774)**. 2 ed. Teresina: EDUFPI, 2008.

CARVALHO, Pe. Miguel de. Dezcripção do certão do Peauhy Remetida ao Illm.o e Rm.o S.or Frei Francisco de Lima Bispo de Pernam.co. [1697]. *In*: ENNES, Ernesto. **As Guerras nos Palmares**: subsídios para a sua história. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1938, p. 370-389. Disponível em: https://repositorio.ufrn.br/handle/123456789/14389. Acesso em: 20 julho 2024.

CUNHA, Antônio Geraldo da. **Dicionário histórico das palavras portuguesas de origem tupi**. 5 ed. São Paulo: Melhoramentos, 1999.

DANTAS, Beatriz G.; SAMPAIO, José Augusto L.; CARVALHO, Maria Rosário G. de. Os povos indígenas no Nordeste brasileiro: um esboço histórico. *In*: CUNHA, Manuela Carneiro da. (Org.). **História dos índios no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras; Secretaria Municipal de Cultura; FAPESP, 1998, p. 431-456.

DAUZAT, A. **Les noms de lieux**. Paris: Delagrave,1939.
DIAS, Claudete Maria Miranda; SANTOS, Patrícia de Sousa. (Org.). **História dos índios no Piauí**. Teresina: EDUFPI; Gráfica do Povo, 2011.
DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **A motivação toponímica e a realidade brasileira**. São Paulo: Governo do Estado de São Paulo, 1990.

DICK, Maria Vicentina de Paula do Amaral. **Toponímia e Antroponímia no Brasil**: coletânea de estudos. 3 ed. São Paulo: FFLCH, 1992.

GALLUZZI, Henrique Antonio. **Carta geografica da Capitania do Piauhi, e parte das adjacentes**. 1761. 1 mapa ms., col., desenho a nanquim, 58,5 x 85cm. em f. 61,5 x 88. Disponível em: <https://objdigital.bn.br/objdigital2/acervo_digital/div_cartografia/cart249898/cart249898.jpg >. Acesso em: 21 julho 2024.

HOUAISS, Antônio; VILLAR, Mauro de Sales. **Dicionário eletrônico**

Houaiss da língua portuguesa. Rio de Janeiro: Objetiva, 2001. CD-ROM.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Os indígenas no Censo Demográfico 2010 – primeiras considerações com base no quesito cor ou raça. Rio de Janeiro: Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, 2012. Disponível em: https://indigenas.ibge.gov.br/images/indigenas/estudos/indigena_censo2010.pdf. Acesso em: 20 julho 2024.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cartas e mapas – mapas para fins de levantamentos estatísticos. Disponível em: http://geoftp.ibge.gov.br/cartas_e_mapas/mapas_para_fins_de_levantamentos_estatisticos/censo_demografico_2010/mapas_municipais_estatisticos/pi/.

MOTT, Luiz. **O Piauí colonial**: população, economia e sociedade. 2 ed. Teresina: APL; FUNDAC; DENTRAN, 2010.

MELO, Vanice Siqueira de. **Cruentas guerras**: índios e portugueses nos sertões do Maranhão e Piauí (primeira metade do século XVIII). Dissertação. Belém, UFPA, 2011. Disponível em: http://repositorio.ufpa.br/jspui/handle/2011/4593. Acesso em: 20 julho 2024.

NAVARRO, Eduardo de Almeida. **Dicionário de tupi antigo**: a língua indígena clássica do Brasil. São Paulo: Global, 2013.

NEGREIROS, Rômulo Macedo Barreto de. **As trilhas da morte no sertão das Pimenteiras – PI (1769-1815)**: caracterização e reconhecimento arqueológico de um território. Dissertação. Recife, UFPE, 2012. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/19064. Acesso em: 20 julho 2024.

NIMUENDAJÚ, Curt. **Mapa etno-histórico do Brasil e regiões adjacentes**. Rio de Janeiro: IBGE, 1981. Disponível em: http://etnolinguistica.wikidot.com/biblio:nimuendaju-1981-mapa. Acesso em: 20 julho 2024.

NUNES, Odilon. **Pesquisas para a história do Piauí**: pré-história, primeiros contatos com a terra, primórdios da colonização e ausência de governo, primeiros governos, oligarquia indígena contra delegados de

el-rei. v. 1. Teresina: FUNDAPI; Fundação Monsenhor Chaves, 2007.

PEREIRA D'ALENCASTRE, José Martins. Memoria chronologica, historica e corographica da Provincia do Piauhy. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro**. Rio de Janeiro, Tomo XX, 1° Trimestre, p. 5-164, 1857. Disponível em: https://ihgb.org.br/publicacoes/revista-ihgb/item/107714-revista-ihgb-tomo-xx.html. Acesso em: 20 julho 2024.

PEREIRA DA COSTA, Francisco Augusto. **Cronologia histórica do Estado do Piauí**: desde os seus tempos primitivos até a proclamação da República. 2 ed. Rio de Janeiro: Artenova, 1974.

ROTEIRO do Maranhão a Goiaz pela capitania do Piauhi. **Revista Trimensal do Instituto Historico e Geographico Brazileiro**. Rio de Janeiro. Tomo LXII, Parte I, p. 60-161, 1900 [1814]. Disponível em: https://ihgb.org.br/publicacoes/arquivo-rihgb.html. Acesso em: 20 julho 2024.

SAMPAIO, Theodoro. **O Tupi na geographia nacional**. Memoria lida no Instituto Historico e Geographico de S. Paulo. São Paulo: Typ. da Casa Eclectica, 1901. Disponível em: <http://biblio.etnolinguistica.org/sampaio_1901_tupi>. Acesso em: 20 julho 2024.

SANTANA, Messias dos Santos; GOMES, Neiliane Coelho. Toponímia de origem tupi do Piauí no século XVIII: uma descrição a partir da *Carta Geografica da Capitania do Piauhi, e partes das adjacentes, de Galluzzi, 1761*. **Revista de Letras Norte@mentos**. Mato Grosso. v. 15, n. 40. p, 129-145, out 2022. Disponível em: https://periodicos.unemat.br/index.php/norteamentos/article/view/10485. Acesso em: 20 julho 2024.

SEABRA, M. C. T. C; ISQUERDO, A. Negri. A onomástica em diferentes perspectivas: resultados de pesquisas. **Revista de Estudos da Linguagem**, v. 26, n. 3, p.993-1000, 2018.

STELA DE NEGREIROS OLIVEIRA, Ana. **O povoamento colonial do Sudeste do Piauí**: indígenas e colonizadores, conflitos e resistência. Tese. Recife, UFPE, 2007. Disponível em: https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/7253. Acesso em: 20 julho 2024.

ESTHER, A RAINHA DA BELEZA: REPRESENTAÇÕES DA IMAGEM DA MULHER NO CONCURSO DE MISS COMERCIÁRIA 1934 EM PARNAÍBA – PI

Mariane de Sales Silva[1]

"A escondida" e o poder da beleza justa

"A escondida" ou "aquela que se esconde" provavelmente são os significados do nome Ester, que indicam a personificação da ação de Deus através dos menos desfavorecidos. É através da simbologia do significado do nome, que na Bíblia, no livro de *"Ester: o poder a serviço da justiça"*, conta a história da rainha que através de sua beleza e da ocultação de sua verdadeira identidade salvou seu povo de um fim trágico.

Segundo a introdução, o livro de Ester não é uma narrativa histórica, é uma espécie de conto que analisa a situação da comunidade judaica entre as nações estrangeiras. No terceiro parágrafo, ainda na introdução, é explicado que a inspiração dessa narrativa se dá no fato do êxodo ser visto como a resistência dos judeus na Palestina e no esforço de preservar a sobrevivência da comunidade. Diferente da narrativa do êxodo, o livro de Ester, "busca criar condições de sobrevivência e espaços no sistema vigente, já que as circunstâncias históricas não permitem transformações mais profundas" (Est, 532).

Tudo se inicia por um conflito de poder, onde a beleza seria o estopim. O rei Assuero, que reinava na fortaleza de Susa, ofereceu um banquete para todos os seus oficiais e ministros. "Assuero queria ostentar a

1. Mestra em História pelo Programa de Pós-Graduação em História/PPGHis da Universidade Federal do Maranhão - UFMA. E-mail: mariane-sales@hotmail.com

riqueza e a glória do seu reino com o fausto magnífico de sua grandeza. Por isso fez o banquete durar cento e oitenta dias" (Est 1, 4).

Segundo o conto, passados esses dias, o rei ofertou um banquete de sete dias no jardim do palácio real, onde convidou o povo que se encontrava na fortaleza se Susa. Paralelo a esse acontecimento, a rainha Vasti, também deu um banquete para as mulheres no palácio real. Embriagado, o rei ordenou a sete funcionários que o serviam pessoalmente a "lhe apresentar a rainha Vasti, com a coroa real, para exibir a beleza dela ao povo e aos oficiais, pois a rainha era muito bela" (Est 1, 11). A rainha recusou se apresentar.

Furioso, o rei "consultou os sábios, especialistas em leis", para tomar uma atitude quanto à postura da rainha. Entre os seus sete conselheiros, os maiores do reino da Pérsia e da Média, Mamucã, responde diante de todos,

> [...] não foi somente contra o rei que a rainha Vasti agiu mal, mas também contra todos os oficiais e todos os súditos que vivem por todas as províncias do rei Assuero. De fato, o comportamento da rainha será conhecido por todas as mulheres, que desprezarão seus maridos, dizendo: 'O rei Assuero mandou que a rainha Vasti se apresentasse, e ela recusou'. Hoje mesmo, as princesas da Pérsia e da Média, que ficaram sabendo do comportamento da rainha, comentarão isso com todos os oficiais do rei, e haverá muito desprezo e caçoada. Se o rei achar bom, proclame um decreto real, que seja incluído nas leis da Pérsia e da Média, e tenha caráter irrevogável: que a rainha Vasti nunca mais se apresente ao rei Assuero e que o título de rainha seja dado a outra, que seja melhor do que ela. Quando o decreto real for promulgado em todo o reino, todas as mulheres respeitarão seus maridos, tanto as nobres, como as do povo (BÍBLIA, Est 1, 16).

O conselho de Mamucã foi seguido, e após o episódio, "os cortesãos disseram ao rei: "Mande procurar jovens solteiras e bonitas. [...] A jovem que mais agradar ao rei substituirá a rainha Vasti". Aconselhado por outros homens, o rei acaba por consentir a procura de uma nova rainha, por não aceitar que sua ordem seja desobedecida e que esse episódio não sirva de exemplo às demais pessoas de seu reino e principalmente as mulheres.

Ester, jovem bela e atraente, ainda criança ficou órfã e foi adotada

pelo primo Mardoqueu "ele era judeu que vivia na cidade de Susa, homem notável ligado à corte do rei" (Est 1, 1b). O livro de Ester inicia com a descrição do sonho de seu primo e na nota de rodapé, nos é informado que o sonho é o resumo de toda a história narrada no livro. Ela, assim como outras jovens do reino, é levada para a fortaleza de Susa, onde fica sob os cuidados de Egeu, o guarda das mulheres, que logo gosta da jovem e lhe deu regalias e um tratamento especial para viver no palácio real. Ester não informa de qual povo ou família pertencia.

Nos versículos 12-13, é descrito o ritual no qual as jovens passavam para se apresentar ao rei, com uma duração de doze meses, "este era o prazo para o tratamento de beleza: seis meses a base de óleo de mirra e outros seis meses com vários bálsamos e cremes". Antes de se apresentar ao rei, a jovem recebia tudo o que quisesse levar do harém para o palácio real, no qual entrava em uma tarde e só saíam pela manhã e passavam por um segundo harem. Ela não voltaria mais para junto do rei, apenas se esse lhe desejasse e chamasse por seu nome. Ester não pediu nada. Atraía a simpatia de todos os que a conheciam. O rei preferiu Ester entre todas as mulheres e a coroou e nomeou rainha, no lugar de Vasti.

O início do livro de Ester, narra a sua ascensão através da beleza e de sua simpatia, nos quais conquistam o rei e o título de rainha, mesmo escondendo um segredo. A narrativa nos diz muito sobre a imagem e o comportamento que se deseja da mulher. A rainha Vasti, que apesar de bela, contrariou a ordem do rei e perdeu seu lugar de poder[2]; e Ester, bela, mas que conquistou pela simpatia.

> Os poderosos compram ou se apossam do que bem querem, e ter muitas mulheres é sinal de poderio econômico e prestígio social. Ester é órfã e vem do meio dos pobres e oprimidos, mas a sua beleza mostra que estes nada ficam a dever diante dos ricos. O nome dela significa provavelmente "a escondida" ou "aquela que se esconde" – talvez para indicar o Deus que se esconde na ação dos fracos (BÍBLIA, Est 2, 1-18)

2. O comportamento da rainha Vasti é mal visto não só por desobedecer à ordem do rei, mas por incitar comportamentos assim, entre as outras mulheres. Segundo a nota de rodapé dos versículos 9-22:"Vasti "agiu mal", não por desobedecer à ordem do rei, mas por criar o princípio de violação da autoridade. Seu comportamento poderá ser imitado em todos os escalões, e abalar a ordem vigente."

Diante dos acontecimentos que se sucedem, os judeus são perseguidos a mando do rei, incitado por Amã, no qual possuía atritos com Mardoqueu. Sem saber que a rainha Ester era judia e filha adotiva de Mardoqueu, o decreto do rei ordenava que todas as pessoas – judeus - descritas na carta de Amã, entre homens, mulheres e crianças, fossem exterminadas como inimigas. Ester ao saber do ocorrido fica dividida "e tem que escolher: ou continua rainha para dar prazer ao opressor, ou se torna rainha em favor do seu povo, nem que seja arriscando a vida" (Est 4, 1-17).

Ester está diante de uma situação semelhante vivida pela rainha Vasti: se colocar contra a ordem do rei, seu marido. É interessante observar o desfecho da história, que diferente da primeira situação, a beleza de Ester consegue contornar a situação. A rainha inicia e pede ao seu povo, através de Mardoqueu, que façam o mesmo que ela: um jejum durante três dias, para que ela se apresente ao rei para interceder pelo seu povo. Intercessão essa exigida pelo tio, onde em uma troca de recados ele a lembra,

> [...] não pense que você é a única dos judeus a escapar com vida, só porque vive no palácio. Se você se calar agora, a salvação e a libertação dos judeus virá de outra lugar, mas você e sua família morrerão. Quem sabe se você não se tornou rainha exatamente para esta ocasião? (BÍBLIA, Est 4, 13-14).

Em uma ação radical, Ester renúncia de todo o luxo que a cerca no palácio, troca suas roupas por roupas de miséria, substitui os perfumes por cobrir a cabeça por cinzas e poeira; descabelada, cobre o corpo sem nenhum enfeite e faz o jejum com suas escravas durante os três dias de luto e oração a Deus. Ao terminar, volta a vestir suas roupas de rainha e se apresenta ao rei, "no auge de sua beleza, Ester caminhava ruborizada, com o rosto alegre, como se ardesse de amor" (Est 5, 16). A rainha Ester consegue reverter à situação dos judeus perante o rei, no qual descobre que foi enganado por Amã, que no fim é enforcado.

A beleza de Ester a fez conquistar o título de rainha, não através da vaidade, mas associada a uma boa conduta moral. Como oferta para Deus, ela entrega tudo o que é relacionado ao seu corpo e sua aparência e passa a viver como os mais pobres, sem vaidade, desejo ou soberba. Através disso, ela consegue se aproximar do rei e interceder pelos desfa-

vorecidos, assim revelando a sua verdadeira identidade e não sofrendo nenhuma punição por isso, pois segundo o conto, a sua beleza verdadeira e justa seria a "arma" na qual Deus tocaria o coração do rei. E ao contrário da primeira rainha, Ester usou sua beleza para salvar seu povo e não para se esconder dele.

O conto da Rainha Ester, bela e salvadora, nos revela uma possibilidade de verdadeiro significado da beleza na mulher. Uma imagem bela requer não apenas aparência. Segundo o conto, nem mesmo a beleza da primeira rainha, foi suficiente para torná-la um ser belo diante dos outros, o primeiro motivo foi desobedecer à ordem do rei e também seu marido. O castigo foi perder o posto de rainha e esposa e por fim se tornou esquecida na história.

Para um tipo de narrativa que atravessa a sociedade há séculos e que está presente e serve de discurso para várias formas de comportamentos, a imagem que se segue da personagem principal – no caso Ester – é a imagem da mulher que há muito tempo vem sendo cobrada, exigida e estampada nos meios sociais, não apenas como modelo ideal a ser seguido, mas como modelo real – no qual não é homogêneo.

Bela, obediente, encanta pela simpatia, não desobedeceu à palavra de seu marido, por mais que tenha um lugar de poder e privilégio; o estereótipo da rainha Ester pode ser visualizado até os dias atuais nos discursos mais rígidos. No conto, além da estreita relação de 'beleza e moral', também é explícito a 'beleza divina', como um dom entregue por Deus, para salvar, libertar e modificar. Esse tipo de beleza, não se conquistaria fácil, é algo natural, mas poderia ser conquistado com sacrifícios através de uma boa conduta – que é o caso da narrativa. A beleza escondida seria aquela que mesmo visível não pode ser notada. Ela não é igual a todos os que são belos, ela precisa ser desafiada e colocada em teste, para tornar algo ou alguém belo.

Uma beleza que existe através das ações de um ser superior. O conto também frisa a relação em que Deus estabelece a beleza para seus filhos, utilizá-la como ferramenta para se combater algo que os desafia. Novamente, se coloca a mulher como figura central que decide o destino de um povo, mas diferente de Eva - a imagem da mulher que levou ao castigo e sofrimento – Ester ao ser temente a Deus, levaria o seu povo à salvação através da renúncia de tudo o que a caracterizava.

O conto não é uma narrativa histórica. Mas faz parte de vários exemplos de narrativas históricas, como a que veremos a seguir. Revê-lo, apesar de resumido, nos mostra que um discurso pode se perpetuar, se modificando, negando ou reafirmando conceitos e padrões que são estabelecidos ao longo da história. Muito semelhante à Rainha Ester, outra rainha foi coroada graças a sua beleza, na cidade de Parnaíba, Piauí em 1935 e assim como a rainha bíblica, Esther Furtado, seria conhecida – até a atualidade – por sua beleza digna de majestade.

Esther – A rainha Linda

Rubem Freitas, colunista social parnaibano, publicou em 2012 o livro *Parnaíba tem Memória*, onde se encontra uma série de narrativas sobre suas experiências nos eventos que organizou ou ajudou a organizar na cidade de Parnaíba. Além disso, seus textos giram em torno de personalidades parnaibanas que marcaram a história da cidade e que ainda estão presentes nas lembranças dos acontecimentos passados. Como jornalista, radialista, Freitas foi precursor como colunista social no estado do Piauí e esteve presente e relatou diversos acontecimentos marcantes para a cidade e sua população[3].

No capítulo *Esther – a Rainha linda*, o colunista social Rubem Freitas descreve a Rainha dos Comerciários de 1935, Esther Furtado. Nos seis primeiros parágrafos, o autor narra o conto bíblico do livro de Ester, a libertadora dos judeus no império de Xerxes, O Grande, presente no Antigo Testamento, no qual foi descrito anteriormente.

> O livro de Esther, do antigo Testamento, conta a história dessa linda judia, nascida na Babilônia, a qual se tornou a Rainha da Pérsia para salvar seu povo do extermínio. [...] O mundo todo soube, e sabe que Esther, além de extremamente bela, tinha um grande coração. (FREITAS, 2003, p. 118-119)

O autor faz uma pequena introdução sobre o conto, a fim de com-

3. Ver:"CHLORIS – MISS PIAUÍ": memórias de um colunista, o concurso e a Miss. In: Silva, Mariane de Sales. O tempo das curvas: padrões estéticos femininos no concurso de Miss Piauí 1957. 179f. Dissertação - Programa de Pós Graduação em História (PPGHis) - UFMA, 2021, p. 78 - 126.

parar a figura da rainha judia que se destaca por beleza e justiça, para descrever a seguir outra *rainha*.

> Temos, aqui em Parnaíba, um exemplo de beleza e de coração magnânimo, e que também foi Rainha: D. Esther Mavignier. Foi Rainha e ainda é: "Quem foi rei não perde a majestade". Nascida Esther Furtado de Carvalho, filha de Eugênia (Genoca) e Amadeu Carvalho, Esther é uma das oito irmãs bonitas e prendadas. [...] Os estudos, no Colégio Nossa Senhora das Graças. Formou-se Guarda-Livros, o que é, hoje, Técnico em Contabilidade. De posse do diploma, trabalhou na Empresa Moraes, forte poderosa da época. No ano de 1935, foi eleita RAINHA DOS COMERCIÁRIOS e coroada em grande festa, [...] (FREITAS, 2007, p. 120).

Muito comum na narrativa do autor sobre as mulheres que participaram de eventos sociais marcantes para Parnaíba, é a descrição não apenas de *quem* era ela, mas de *onde* vinha e de *qual* família pertence. A descrição de uma personagem participante de um concurso de beleza, principalmente nessa década, sempre será feita em relação à sua moral, conduta e família. Assim como no conto bíblico de Ester, que tinha como família seu primo que a criou quando órfã, era detentora de uma boa conduta e possuía beleza e simpatia; a personagem descrita por Freitas também atendia a esses requisitos desejáveis à imagem da mulher e principalmente para aquelas que participavam de um concurso de beleza. Atentando para o fato de que as participantes dos concursos, em sua maioria, eram mulheres brancas da elite, no qual percebemos através dos discursos de beleza muito em voga naquelas décadas no Brasil.

Em Parnaíba os eventos sociais organizados se detinham aos grupos das elites, esses formados por famílias tradicionais da cidade. Em diversos relatos não apenas do memorialista que analisamos aqui, mas nos demais que escrevem sobre suas memórias de uma cidade passada, os sobrenomes de famílias da elite predominam os acontecimentos mais lembrados. Freitas cita isso, quando fala sobre o concurso no qual Esther Furtado foi eleita.

> De posse do Diploma, trabalhou na Empresa Moraes, forte poderosa na época. No ano de 1935, foi eleita RAINHA DOS COMERCIÁRIOS e coroada em grande festa, como descreve o livro "Parnaíba no Século XX", da escritora parnaibana Maria Luiza Motta de Menezes.

> O comércio, àquela época, era peso forte na economia parnaibana, e piauiense, e os seus funcionários formavam a elite social mais elevada. (FREITAS, 2003, p. 120)

Anterior ao sucesso da *Miss* e das *Top models*, o título de Rainha era dado às mulheres eleitas em concursos de beleza. A denominação diz respeito à majestade e tudo o que de mais elevado seus sinônimos poderiam significar. As rainhas da beleza não apenas eram mulheres na qual sua beleza era observada através do físico – rosto e corpo -, mas principalmente sobre sua *beleza espiritual*. Que segundo a historiadora Denise Sant'Anna (2014, p. 51) "a beleza espiritual era uma qualidade fundamental, a essência da verdadeira feminilidade".

> O milenar dualismo entre corpo e espírito esteve na origem da desvalorização do primeiro em relação ao segundo, mas também alimentou muitas das tentativas de liberar o corpo das regras morais e religiosas que defendiam o privilégio da alma imortal sobre o corpo. No Brasil, diversos médicos e escritores incluíram em seus conselhos essa cisão entre corpo e alma. Quando escreviam sobre o embelezamento, tendiam a valorizar as virtudes morais e espirituais femininas. Defendiam que delas provinha qualquer traço belo estampado no corpo. A beleza do espírito seria a fonte de todas as outras. (SANT'ANNA, 2014, p. 53)

Em Parnaíba, já se tinha o costume de competições para a escolha da mulher considerada mais bela, e entre elas as que são lembrados até os dias atuais, seja pelos memorialistas ou de quem viveu nessa época, seja pelos resquícios de fontes escritas e fotográficas, são os concursos de Miss Comerciária e Miss Caixeira, as belezas do comércio de Parnaíba.

> Parnaíba em seus tempos de prosperidade era palco de eventos sociais que difundia o significado de beleza. As festas organizadas nos espaços de lazer mais conhecidos e bem frequentados da cidade, sempre acompanhava as disputas para escolher a mulher que tinha a beleza que mais se sobressaia entre as concorrentes e que mais significasse o evento. [...] Os concursos de Miss Comerciária eram organizados em decorrência do auge econômico da cidade, onde por algum tempo manteve uma prosperidade significativa para a sociedade da época. (SILVA, 2017, p. 37)

O concurso de Miss Comerciária, nas décadas de 1930 e 1940 até

hoje são os que mais chamam atenção nas memórias sobre a cidade, segundo a historiadora Mary Angélica Tourinho (2015, p. 215), "duas mulheres vão ter seus nomes e imagens preservados, como rainhas do comércio em Parnaíba, por conta da permanência desses registros. Ester Furtado de Carvalho e Spés Fontenele de Carvalho. A primeira, no ano de 1935 e a segunda em 1943".

Os concursos de Miss Comerciária eram organizados em decorrência do auge econômico da cidade. O primeiro ocorreu em 1935 e eternizou a beleza de Esther Furtado de Carvalho, o segundo em 1943 e Spés Fontenele de Carvalho foi a ganhadora.

Imagem 1 - Esther Furtado, Rainha dos Comerciários 1935

Fonte: Arquivo do Instituto Histórico e Genealógico de Parnaíba.

Esther trouxe a glória dos concursos de beleza para Parnaíba. Até hoje sua imagem vestida após o concurso é sinônimo de uma Parnaíba áurea, onde o próprio memorialista nos indica a comparação da coroação. O título de Rainha não é à toa, o concurso dispunha de um ritual de coroação semelhante aos das realezas europeias:

> O próprio ato de coroação da escolhida remete à formação dos Estados nacionais modernos, centrados na figura do rei. Ainda que os reis da modernidade não sejam mais advindos do poder divino e político, os títulos de Rainha e Rei remetem à necessidade de os estados e mesmo das pessoas, reconhecerem, entre pares, os que se diferenciam, que detêm sob guarda, talentos, atributos, habilidades, dons especiais que os transformam em referenciais locais, nacionais ou mundiais. (SANTOS, 2011, p. 71)

A imagem da mulher associada à realeza será muito difundida nos concursos, principalmente para valorizar e afirmar um padrão ideal. Através do texto percebemos de qual lugar social esse ideal se reafirmava, os grupos da elite. As candidatas, acompanhadas dos pais, disputavam um ritual que valorizava suas belezas partindo de sua boa conduta moral.

Imagem 2 - Rainha dos Comerciários 1935 e suas damas de honra.

Fonte: Arquivo do Centro Cultural União Caixeiral.

Em exposição no atual Centro Cultural Sesc União Caixeiral, local onde funcionou a antiga escola União Caixeiral, que como vimos na citação de Freitas anteriormente, foi o local onde as candidatas dos concursos de Rainha se formaram. A mesma imagem podemos encontrar na

edição do Almanaque da Parnaíba de 1936[4], importante boletim de notícias, que reunia os principais acontecimentos sociais do ano. Durante os eventos de beleza da cidade, os editores faziam questão de parabenizar as candidatas eleitas e exibir uma fotografia do evento ou da candidata. No Almanaque encontramos a seguinte nota para seus leitores:

> Teve um cunho de distinta elegancia a realçante festa da coroação da Rainha dos Comerciários, Senhorita Ester Furtado de Carvalho. A escolha não poderia ser melhor acertada, visto que Ester Carvalho tem associada á sua notavel belêsa e elegancia, uma educação esmeradissima. No cliché acima a formosa Rainha, está cercada pelas suas damas de honra, Senhoritas Alaide Pereira, Francisquinha Barreto, Walkiria Reis, Leonor Lopes e Maria Antonieta Machado (ALMANAQUE DA PARNAÍBA, 1936, p. 105).

É interessante notar que esses concursos estavam relacionados ao local de trabalho. Nas décadas de 1930 e 1940, a inserção da mulher no mundo do trabalho é notória em Parnaíba. As comerciárias não só se destacavam pelo seu trabalho, mas por sua beleza, cada uma como fruto do discurso e do dinamismo social de sua época:

> Trabalhar em atividades comerciais formais era exigência para conquistar o título de rainha dos comércios. Spés trabalhou no comércio local e assim como Esther Furtado de Carvalho, casou-se abandonando o trabalho junto ao comércio. Carlos Araken faz uma alusão a ela ao elencar o que ele considerava à luz dos seus padrões estéticos – como ele próprio ressalta – uma mulher bonita, destacando-o entre outras: "As filhas de D. Evarinta, mulher de grande inteligência e personalidade forte, das quais a estrela maior era Spés." (TOURINHO, 2015, p. 218)

É interessante observar como o casamento era um dos motivos que levava a entrega da coroa, do título e do emprego. O matrimônio era considerado o objetivo máximo a ser atingir pela mulher, onde ela deveria voltar sua atenção e dedicação para a vida familiar. Uma boa parte dos relatos de mulheres, principalmente as da elite, retrata sua trajetória pro-

4. Sobre o Almanaque da Parnaíba, ver: CIARLINI, Daniel Castello Branco. Contribuição da imprensa e da literatura de Parnaíba para a formação do sistema literário piauiense. DISSERTAÇÃO (Mestrado em Letras) -Centro de Ciências Humanas e Letras, Universidade Estadual do Piauí. Teresina, 2015.

fissional ou de concursos se encerrarem quando elas se casavam.

Não apenas através da veiculação das notícias sobre os concursos, como também através das fotografias, percebemos que os eventos da beleza feminina atingiam todos os segmentos de eventos sociais. A presença de uma *Miss* ou Rainha em outros eventos, além das festas e de concursos, era muito comum nessa época. Política, futebol e jogos eram espaços comuns para ter a presença da beleza feminina, onde além de um símbolo de feminilidade, a representante de beleza ou outro título específico – rainha da primavera, carnaval – estava como modelo de um grupo, estado ou instituição.

História das mulheres e possibilidades de narrativas

A proposta desse artigo foi explorar discursos e as representações que são feitas às mulheres em diversas narrativas, onde a escolhida aqui foi à comparação da imagem de duas rainhas: o conto bíblico da rainha dos judeus, Ester; e o discurso memorialista da rainha dos comerciários, Esther Furtado.

Analisamos o discurso de Freitas, sobre a beleza de uma mulher em um evento de impacto importante na cidade de Parnaíba, mas a beleza dessa mulher não pode ser vista através dela e de suas próprias sensações sobres os acontecimentos, pois durante a pesquisa não encontramos nas fontes uma única fala da Rainha dos Comerciários sobre a conquista do seu título.

Foi percebido que a beleza não se trata apenas de um atrativo físico proporcionado pelo corpo, mas sim, todo um conjunto de ideais e sentimentos incorporados por aqueles que desejam vivenciá-la. Perceber a representação que é feita através da narrativa do homem, é a forma que as mulheres emergiram na história ocupando o seu lugar como personagens que construíram e modificaram essa história, mesmo quando silenciadas.

Partindo da discussão teórica produzida por historiadoras sobre as possibilidades e os desafios na pesquisa histórica sobre mulheres, a problematização das narrativas acima se faz pertinente para explorar como a imagem de beleza é construída relacionada à figura feminina, no qual beleza está associada ao poder e logo quem a detém possui um poder

superior ao restante.

A historiadora Michelle Perrot em um artigo bastante conhecido, além de analisar o véu sobre as ações e a própria existência das mulheres como sujeitos ativos dentro dos processos históricos, descreve uma longa trajetória – ainda em andamento - da escrita da História das Mulheres e a sua própria experiência enquanto pesquisadora da área.

> Escrever uma história das mulheres é um empreendimento relativamente novo e revelador de uma profunda transformação: está vinculado estreitamente à concepção de que as mulheres têm uma história e não são apenas destinadas à reprodução, que elas são agentes históricos e possuem uma historicidade relativa às ações cotidianas, uma historicidade das relações entre os sexos. Escrever tal história significa levá-la a sério, querer superar o espinhoso problema das fontes ("Não se sabe nada das mulheres", diz-se em tom de desculpa) Também significa criticar a própria estrutura de um relato apresentado como universal, nas próprias palavras que o constituem, não somente para explicitar os vazios e os elos ausentes, mas para sugerir uma outra leitura possível. (PERROT, 1995, p. 9)

Ler a História através de outro ângulo possibilitou novas interpretações para as lacunas presentes. Porém, como campo de pesquisa, tem os seus dois lados: a possibilidade de uma nova visão sobre a escrita da história, já que por muito tempo essa foi condicionada por uma escrita tradicional em que os homens além de escreverem, eram os sujeitos centrais, bem como a problemática quando se fala das fontes. Mas essa exclusão das mulheres na história se dá por diversos fatores, entre eles o espaço em que elas habitavam - ou o único lugar que se destinava a elas -, o âmbito do privado. A história das mulheres partirá das esferas de sua própria vida privada, mesmo em casos que se trata da visibilidade da mulher, como é de Esther, quando se fala no concurso de beleza de 1936.

A vida pública de uma mulher se transforma completamente quando se trata de abrir mão dessa visibilidade para adentrar nas esferas do privado: o casamento. Assim como foi o caso de Esther Furtado - e outras Rainhas e *Misses* da época - esse fenômeno era muito comum entre as candidatas ao posto da mulher mais bela durante aqueles períodos. O casamento estava acima de toda a sua conquista pessoal e pública.

Discutimos uma história a partir da narrativa sobre mulheres em tempos diferentes, mas com um discurso igual sobre elas: uma descrição bíblica e a outra memorialística sobre a imagem de uma mulher para um cargo de beleza. Ser Rainha segundo o conto bíblico precisava dispor de uma beleza divina que envolvia todas as qualidades enviadas por um ser superior, onde lealdade, justiça e poder estavam aliados. Ser Rainha da beleza nos anos de 1930 trazia algo semelhante ao discurso bíblico, notamos isso na escolha do memorialista em comparar as duas personagens, seja pelo nome semelhante ou pela função que elas carregavam: mulheres que inspiraram outras mulheres e que não tinham a sua beleza como algo de superior.

REFERÊNCIAS

BÍBLIA. **Bíblia Sagrada**. Tradução de Ivo Storniolo. Edição Pastoral. São Paulo: Editora Paulus, 1990.

PERROT, Michelle. **Escrever uma História das Mulheres:** relato de uma experiência.
Cadernos Pagu, p. 9-28, 1995.

Pinsky, Carla Bassanezi. A era dos modelos rígidos. In: Pinsky, Carla Bassanezi; Pedro, Joana Maria. (Orgs.) **Nova história das Mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2013.

Santos, Lídia Noêmia. **Brotinhos e seus Problemas:** Juventude e Gênero na Imprensa Fortalezense da década de 1950. Fortaleza: Expressão Gráfica Editora, 2011.

Sant'Anna, Denise Bernuzzi de. **História da beleza no Brasil**. São Paulo: Contexto, 2014.

SILVA, Mariane de Sales. **Corpo e beleza feminina**: estética nos concursos de beleza em Parnaíba na década de 1950. – Monografia, Universidade Estadual do Piauí – Parnaíba, 2017, 58 p.

Silva, Mariane de Sales. O tempo das curvas: padrões estéticos femininos

no concurso de Miss Piauí 1957. 179f. Dissertação - Programa de Pós Graduação em História (PPGHis) - UFMA, 2021.

Tourinho, Mary Angélica Costa. **Por dentro da história:** mulheres operosas no mundo do comércio em Parnaíba (1930-1950). (Tese de Doutorado) - Assis-SP: UNESP, 2015.

Wolf, Naomi. **O mito da beleza:** como as imagens de beleza são usadas contra as mulheres. Tradução Waldéa Barcellos. Rio de Janeiro: Rosa dos Tempos, 2019.

FONTES

ARAKEN, Carlos. **Estórias de uma cidade muito amada**. Parnaíba: s.e., 1988.

FREITAS, Rubem. **Parnaíba tem memória**. Parnaíba: Sieart, 2012.

Almanaque da Parnaíba, 13º ed., 1936.

PRELÚDIOS DA EXCEÇÃO: HISTÓRIA E IMPRENSA EM TERESINA NO ANO DE 1961

Raimundo Nonato da Nóbrega Cunha[1]
Cláudia Cristina da Silva Fontineles[2]

INTRODUÇÃO

A imprensa, no mundo contemporâneo, é muito expressiva e no contexto brasileiro, ela tem sido marcante na história do país. Nos anos de 1960, tal como em outros momentos, a imprensa se fez fortemente presente nos espaços de produção de sentido e disputas de poder. Por esse prisma, é válido observar que houve a passagem do jornalismo opinativo para o informativo sob influência do modelo estadunidense, salienta Sônia Meneses:

> Destacam-se aqui dois aspectos: primeiro, o caráter empresarial e capitalista na estruturação dos conglomerados e das redes pelo país. Assumia-se efetivamente o jornal como um produto de consumo. O outro é que a produção de notícias foi colocada sob a égide da racionalidade dos cursos de jornalismo e sua elaboração se torna objeto intensos de debates. Implanta-se uma sistematização tão rigorosa sobre o trabalho do jornalista que parece aproximá-lo do ideal cientificista do século XIX. A reflexão sobre o fator jornalístico passa ao centro das discussões, fazendo emergir uma séria de conceitos que buscam compreender e definir o papel do jornalista (MENESES, 2016, p. 21).

1. Graduando do curso de Licenciatura em História pela Universidade Federal do Piauí. E-mail: rnnc2002@ufpi.edu.br.

2. Professora doutora associada ao corpo docente do departamento de História da Universidade Federal do Piauí, bolsista em produtividade CNPq. E-mail: claudiafontineles@ufpi.edu.br.

Sendo assim, nota-se uma mudança na técnica jornalística que seria muito significativa do ponto de vista da prática, onde há a busca pela neutralidade no resultado. No entanto, segundo Abreu (2000, p.17), a linguagem não é um meio que constitui a neutralidade podendo ser utilizada para manobrar, atribuir ou revelar, sendo assim, o discurso como um produto da linguagem, não exerce "sem sujeito, nem sujeito sem ideologia, donde se pode concluir que não há discurso jornalístico sem ideologia" (ABREU, 2000, p. 21).

Não obstante, é imprescindível argumentar que a imprensa jornalística não se constitui como um meio homogêneo do ponto de vista ideológico no tempo, assim como a sociedade também não. Ou seja, embora tenham participado de modo a incentivar o golpe de 1964, a imprensa foi também um dos meios de disfarce para luta contra a censura, sendo assim, constituiu-se um meio de esquivar-se do Ato Institucional nº 5 de 1968. O movimento de insurreição contra o governo autoritário não foi maior, até mesmo nos espaços empresariais, em virtude da dependência financeira que estes veículos tinham para com o governo. Com exceção do jornal O Globo, que manterá a postura de conveniência com o Estado autoritário por muito mais tempo, se comparado com os outros grandes veículos de notícia do recorte. Nas palavras de Rodrigo Patto Sá Motta, a imprensa estaria:

> [...] cindida entre a devoção à liberdade e o amor à ordem, oscilante entre o desejo de autonomia e a dependência e os favores do Estado. Por convicção e por interesse, as empresas jornalísticas são favoráveis à liberdade de manifestação, notadamente quando as restrições atingem-nas também (MOTTA, 2013, p. 67).

A partir disso, busca-se estabelecer como aparato teórico de análise, as reflexões de Sonia Meneses com o conceito de "operação midiográfica" que visa refletir como os meios de comunicação atuam na produção midiática de eventos emblemáticos, "cujo produto final é uma escrita da história elaborada pelos meios de comunicação" (MENESES, 2016, p. 25).

Para a pesquisa, pretendeu-se analisar de que forma os órgãos de imprensa do Piauí, na capital Teresina, desempenharam algum papel na

produção de sentido ou de memória no contexto pré-ditadura civil-militar. Nesse caso, foram tomados como objetos de análise os jornais de circulação no recorte entre os anos de 1960 e 1970 na capital piauiense, o que por ordem não significa dizer que estes jornais estavam restritos ao território da capital, pois existia uma produção que era exportada para as cidades vizinhas. Para a presente pesquisa, foram selecionados os jornais *O Dia* e *Folha da Manhã*.

Este trabalho está divido em algumas partes. Na primeira delas será contextualizado o cenário político brasileiro levando em conta a disputas e crises políticas ocorridas antes da década de 1960, pois se configuram como prelúdios dos acontecimentos de 1964, levando em consideração, de modo breve, as disputas de projeto de país nos governos de Getúlio Vargas (1951-1954), Juscelino Kubitschek (1956-1961), Jânio Quadros (1961) e João Goulart (1961-1964). A segunda parte analisará o trabalho jornalístico exercido pela imprensa piauiense, tal como, como se portaram frente aos acontecimentos, no ano de 1961.

De acordo com as reflexões propostas pelo historiador Marcos Napolitano (2019), podemos tomar como parâmetro de elucidação que "Golpe de Estado" não se define como uma subversão abrupta da ordem em todo caso, podendo ele aclamar de apoio popular das camadas conservadoras da sociedade, tal como em 1964 ou 1930. No caso destas duas datas existe um ponto de convergência em específico: a participação de uma camada da sociedade civil no apoio de uma intervenção autoritária.

Em outras palavras, desde o início da república brasileira forjada sob uma política oligárquica excludente, é retratado essencialmente o medo da mobilidade social das camadas menos abastadas, entendido como um perigo e por isso a intervenção na política é fruto como uma "ação audaz" de salvar a "pátria" do inimigo "vermelho". Napolitano retrata isso como um vírus *latente* e *atávico*, como a seguir:

> O fim do Poder Moderador, ao que parece, criou um vácuo político no próprio conjunto das elites políticas, expondo conflitos corporativos, fisiológicos, regionais-federativos, econômicos e ideológicos diversos. De tempos em tempos, surgem candidatos a novos poderes moderadores que produziram uma convergência a fórceps na política, impondo soluções não pactuadas para crises sociais e políticas, com prejuízo da ordem constitucional e dos valores democráticos. Alguns exemplos já aponta-

> dos pela literatura e pela crônica política: a burocracia técnica federal (anos 1930), as Forças Armadas (anos 1950/1960), o Poder Judiciário ativista (mais recentemente). Esses "poderes moderadores" informais operam em um ambiente marcado tanto pela tradição liberal-oligárquica (excludente, elitista, regionalizada), como pelo fisiologismo (política como extensão dos negócios particulares), tentando discipliná-los em prol de uma agenda nacional minimamente coerente, mas sem enfrentá-los no plano estrutural, até porque compartilham da mesma base social: grandes proprietários, profissionais-liberais conservadores, altos burocratas de Estado. (NAPOLITANO, 2019, p. 408).

Nesse sentido, para o entendimento de um contexto que reflete constância de acontecimentos de variadas origens como política, militar, econômica e social, atravessamos as reflexões e leituras de diversos autores, como Daniel Aarão Reis e Lucília de Almeida Neves (2003) em seus escritos sobre as crises republicanas de 1954, 1955 e 1961 e os impactos no cotidiano da sociedade brasileira. Em concomitante, evidenciar sobre as disputas econômicas e políticas que se expressavam naquele contexto através das reflexões de Angelissa Azevedo (2007) sobre o petróleo e as disputas que rondavam esse recurso natural brasileiro.

Na atual pesquisa foram utilizadas as reflexões – em escala nacional – de João Batista de Abreu (2000) e Sônia Meneses (2016) no que se refere pensar sobre a grande mídia empresarial e os interesses econômicos e políticos nas folhas de seus editoriais.

A mudança-estática: cenário político 1950-1960

Durante as décadas de 1950 e 1960, o país foi marcado por aquilo que Jorge Ferreira chama de Crises da República. Certamente as mais significantes e que marcaram os possíveis inícios de uma guerra civil foram as de 1954, já no retorno democrático de Vargas, 1955, no contexto eleitoral em que Juscelino é escolhido democraticamente, e em 1961 quando acontece a renúncia de Jânio Quadros e João Goulart se depara com dificuldades para assumir o governo.

No retorno de Vargas à presidência da República, pela via democrática, a oposição viu João Goulart no Ministério do Trabalho e depois, em 1955, disputou o cargo de vice-presidente ao lado de Juscelino Ku-

bitscheck. Isso representou um perigo para os interesses da oposição, haja vista que Jango constituía uma parte dos projetos getulistas. Nesse momento, o argumento de anular as eleições era forte e baseado na construção de um dilema em decidir entre "pseudolegalidade" e o restabelecimento da "moralidade democrática", afirmações discursadas por Canrobert, presidente do Clube Militar. Sendo assim, segundo Aarão Reis:

> Em outras palavras, a maneira como os trabalhadores manifestavam sua cidadania política, particularmente com o voto, estaria "conspurcada", "desvirtuada", "corrompida" pelos direitos sociais. As leis trabalhistas, interpretadas por diversos grupos liberais como fruto da demagogia, da conjuntura nazi-fascista e do tráfico de influência entre políticos corruptos e "pelegos", teriam comprometido a legitimidade da democracia no Brasil. Os trabalhadores corrompidos em sua consciência política, continuaram a votar nas lideranças demagógicas, caudilhescas e manipuladores, condenando o processo democrático ao fracasso. Quando os conservadores recorriam às Forças Armadas falando em "saneamento da política", visavam algo muito mais profundo do que a figura de Getúlio Vargas. "Sanear" significava destituir os trabalhadores de seus direitos políticos. (REIS, 2003, p. 317)

De modo geral, a figura de Goulart constituiu, no decorrer do tempo, esse simbolismo político mais próximo daquilo que os liberais consideravam "demagógico", a sua presença cada vez mais próxima da presidência da república, era vista pela oposição como uma ameaça. Jango era o símbolo de atração de votos, segundo o Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC):

> Realizada a eleição em 3 de outubro de 1955 e concluída a apuração, Juscelino Kubitschek obteve 3.077.411 votos (correspondentes a 36% do total), Juarez Távora 2.610.462 (30%), Ademar de Barros 2.222.725 (26%) e Plínio Salgado, o último colocado, apenas 714.379 votos (8% do total). Por seu lado, Goulart alcançou quase 3.600.000 sufrágios, registrando uma diferença para Milton Campos superior a duzentos mil votos.[3]

Os dados da eleição de 1955 falam por si ao mostrar que este pleito e a própria conjuntura política dispõem de um teor contraditório. Jan-

3. A Campanha Presidencial de 1955. Disponível em: https://jk.cpdoc.fgv.br/trajetoria-ded-vida/10-campanha-presidencial-de-1955. Acesso em: 03 mar 2024.

go, na construção direitista da época, era sinônimo da continuação de uma ferida cunhada *varguismo* e do perigo de desestruturação de um projeto de país calcado na desigualdade. No âmbito militar havia uma complexidade de pensamentos.

Segundo José Murilo de Carvalho (1999), havia os "nacionalistas de esquerda", "nacionalistas direitistas" e os "cosmopolitas de direita". Os dois últimos, apesar de não concordarem com um projeto econômico, eram comuns ao combate do comunismo e por isso estavam suscetíveis à união. O primeiro representava uma ala que acreditava que o Estado era o condutor, bem como nos projetos do nacional-estatismo. Ou seja, havia discordâncias de projetos, embora o liberalismo conservador tenha ganhado espaço com a Escola Superior de Guerra posteriormente. Em um cenário de premente participação política, não surpreende que alguns militares estivessem incitando, de algum modo, valores ideológicos a fim de suceder alguma atitude intervencionista.

Isso nos possibilita afirmar que as movimentações ocorridas na década anterior ao golpe de 1964 são espécies de preâmbulos aos processos que desaguam nesse acontecimento. A fim de contextualizar, o governo de Juscelino Kubitschek, assim como ocorrera na Novembrada, faz parte desse cenário de tentativas de golpes, que se emprenharam em impedir sua posse e instalação. O ponto é que dentre os candidatos à presidência de república até aquele momento, poucos se apresentavam como uma opção viável no contexto de 1955, especialmente no Piauí. Segundo denota Camal Cury

> A situação do Brasil, nunca é demais repetir: é idêntica a da França revolucionária de 1789. O luto, a miséria e a fome, a rondar sinistramente os lares humildes, enquanto os potentados se banqueteiam a olhos vistos num flagrante desrespeito ao sentimento humano de fraternidade e igualdade entre os povos. (CURY, O Dia, 3 jan. 1960, p. 5)

Nesse sentido, o colunista nos permite refletir sobre os anos do governo de Juscelino Kubitschek, onde governou com parcial tranquilidade. No entanto, a esse custo ocasionou, especialmente a classe de camponeses, trabalhadores rurais e povos indígenas, o insucesso dos 50 anos em 5. Haja vista que o sustentáculo deste governo era fruto de um pacto com a elite econômica do país, como salienta Vânia Maria Losada Moreira:

> [...] a sustentação do projeto nacional-desenvolvimentista foi fruto de um pacto tácito entre os grandes interesses rurais e o capital industrial, de origem nacional, internacional ou uma combinação de ambos. É nos parâmetros desse pacto que se torna explicável a relativa estabilidade política do governo JK, a intensificação da industrialização e, também, um outro fenômeno pouco notado por quase todos os estudiosos desse período: a reprodução ampliada e modernizada da oligarquia rural brasileira. (MOREIRA, 2003, p. 190)

Em outras palavras, a estabilidade política dos anos de Juscelino Kubitschek tinha no alicerce um acordo feito entre a elite econômica do país, esse fator deu a oportunidade de o ex-presidente desfrutar do presidencialismo sem a intervenção de terceiros. Outra questão esboçada pela historiográfica do recorte de 1950 seria a coligação PTB-PSD que, em tese, levaram alguma parte dos projetos do nacional-estatismo. Por isso havia resistência da legenda oposicionista – a União Democrática Nacional (UDN) – que foi responsável por desestabilizar o regime democrático em 1954, 1955 e 1961 a ponto de ser necessárias intervenções como os protestos por parte de população civil ou mesmo de políticos como Leonel Brizola[4].

No contexto de 1961, quando Jânio Quadros renuncia esperando que o povo saísse às ruas para que voltasse ao governo, na verdade, nem o partido que o elegera se movimentou. A renúncia, que foi uma estratégia em virtude dos problemas que enfrentava o país, na verdade, não surtiu os efeitos esperados.

Na eminência de João Goulart assumir a presidência, a direita golpista viu, mais uma vez, o fantasma do *getulismo* se aproximar do governo. No âmbito militar os ministros previam um golpe de baixo custo, mas Leonel Brizola não se rendeu. O governador do Rio Grande do Sul se apropriou de uma rádio e montou a Rede Legalista, com o objetivo de disseminar e denunciar o golpe iminente. A rádio tinha alcance nacional e internacional, o que possibilitou a propagação da notícia.

Diretamente do comando do Exército, o general Odílio ordenou que bombardeasse o palácio onde estava Brizola, no entanto, o coman-

4. Governador do Rio Grande do Sul eleito no pleito de 1958. Próximo de personalidades como Getúlio Vargas e João Goulart se filiou ao Partido dos Trabalhadores Brasileiros (PTB).

dante do III Exército da região – general Machado Lopes – decidiu ir até o governador para convencê-lo de parar o movimento legalista. O resultado foi inesperado, o general se juntou à causa legalista. E com a notícia do golpe divulgada, o povo saiu às ruas mais uma vez em defesa da democracia. Foram expressamente reprimidos em vários estados, especialmente na Guanabara onde Carlos Lacerda era governador. Estavam "desmoralizados na imprensa e desafiados por Brizola, os ministros ainda sofriam com a insubordinação de seus comandados" (Aarão Reis, 2003, p. 335), o golpe não teria forças. A fim de evitar a desmoralização, os ministros militares propuseram um acordo. A barganha girava em torno da posse de Goulart em um regime parlamentarista, de modo que os poderes políticos de Jango estariam cerceados enquanto chefe do Executivo. Brizola não estava satisfeito, mas João Goulart aceitou pois bastava que assumisse o cargo.

Embora todas as crises de 1950 a 1964 tenham sido impedidas, podemos e devemos analisar que são projetos políticos conflitantes. O *getulismo*, depois chamado de *trabalhismo*, que encontra conforto na esquerda, pretende promover diversas mudanças sociais como a legislação trabalhista para os moradores do campo, estatização de empresas, mudança na estrutura social, capital estatista e outros. No entanto, o liberal-conservador, mira em outras propostas como a entrada de capital estrangeiro, privatização, limitação dos direitos sociais e a inércia na estrutura social. Isso provocou atritos que, influenciados por diversos fatores, desembocaram nas crises descritas.

Narrativa ou omissão: a imprensa piauiense no ano de 1961

No caso da divulgação destes acontecimentos no Estado do Piauí, é um fato curioso e digno de pesquisa o modo como se deu o anúncio desses acontecimentos. Mais especificamente da renúncia de Jânio Quadros e a posse de João Goulart à presidência da República, na data de 25 agosto de 1961. É válido observar que os jornais se configuram como fontes secundárias para sintetização desta análise, afinal, desde o início deste texto, temos mostrado como as narrativas emitidas pelos veículos de comunicação podem ser variadas de acordo com os interesses particulares de quem os dirige.

Dando um foco mais específico para o ano de 1961, no acontecimento da renúncia de Jânio Quadros, nota-se que *O Dia* lançou a primeira notícia sobre o fato no dia 27 de agosto de 1961, dois dias depois do ocorrido. Levando em conta a historiografia, já era clima de tensão com as tentativas de impedimento da posse de João Goulart. Com o seguinte texto, a redação d'*O Dia* tornava de conhecimento público piauiense a renúncia do ex-presidente Jânio Quadros:

> [...]
> A crise **tornou-se** intensa quando o ex-Presidente da República **condecorou** o líder cubano Guevara, com a mais alta condecoração do Brasil, a Ordem nacional do Cruzeiro do Sul. Êste fato fêz que o governador Carlos Lacerda, em sinal de **protesto**, anunciasse a sua **renúncia** ao Govêrno da Guanabara, para **combater**, fora das responsabilidades do cargo, a política do Sr. Jânio Quadros.
> [...]
> O Sr. Carlos Lacerda falou à televisão e à imprensa **denunciando** o **plano** palaciano de um **golpe** nas instituições, articulado pelo Sr. Pedroso D'Horta, Ministro da Justiça, em nome do Presidente da República. Salientou que o Sr. Jânio Quadros desejava "assumir o poder pessoal, em nome de ambições desenfreadas". Estava o Presidente articulando essa **manobra**, com o apoio da UDN, para inclusive poder levar o Brasil para a política das **ditaduras russas**.
> [...] (A Renúncia..., O Dia, 27 ago. 1961, p. 1).

O jornal anunciava o início de uma crise política a partir da renúncia de Jânio, no entanto, como ressalta a manchete, podemos verificar que o motivo posto em foco para a motivação da renúncia do ex-presidente, primeiramente, faz referência ao governo de Cuba. Ao colocar em foco o fato de o presidente da república ter condecorado o Primeiro-Ministro Che Guevara, de Cuba, o editorial tende afirmar a versão de Carlos Lacerda, onde argumentou que Quadros desejava golpear as instituições democráticas aliado às "ditaduras comunistas". Mais do que nunca a narrativa posta em operação reforça a presença do inimigo vermelho dentro as instituições democráticas ao trazer elementos que verifiquem tal afirmação e que possam dar significação para esse viés.

Pode-se afirmar que até o dia 31 de agosto de 1961, ainda não havia informações sobre as inquietações que aconteciam no Rio Grande

do Sul, noticiava-se apenas que o presidente da Câmara dos Deputados – Ranieri Mazzilli – assumia a presidência da república, no entanto, deixava-se em omissão a carta enviada pelos ministros militares do Exército, Marinha e Aeronáutica, respectivamente Odylio Denys, Silvio Heck e Grum Moss, vetando a posse do vice-presidente João Goulart à presidência da república.

Na verdade, viam-se poucas menções aos acontecimentos antidemocráticos ou às ações a favor da legalidade constitucional exercidas por Leonel Brizola no Sul do país. Tentou-se justificar a crise até mesmo na própria renúncia de Jânio Quadros, procurando os "reais" motivos de sua renúncia que variavam desde seu descontentamento com a falta de flexibilidade no Congresso Nacional até explanações de sua preocupação ditatorial em ter tudo a seu controle, dando foco ao aspecto de aproximação de Jânio com as esquerdas e países "comunistas" como Cuba e China.

> A Jânio Quadros, o ditador frustrado, se ajustam como uma luva os conceitos de Agramonte sôbre o sábio equatoriano. O diagnóstico focaliza a ausência do sentimento de coletividade, o temos da intimidade, a impulsividade epileptóide, a hipocrisia, a incoerência de conduta, o espírito de vingança, a maldade inútil, a arbitrariedade, a preocupação pela minúcia, o egocentrismo, a mania moralizante. (JOBIM, O Dia, 3 set. 1961, p. 3)

Aproximar Jânio Quadro das esquerdas e por conseguinte, no vocabulário conservador, do adjetivo de "subversivo" era uma ação muito específica e que, caso funcionasse, viria a calhar para o impedimento da posse de João Goulart, visto que este era filiado ao Partido Trabalhista Brasileiro. O PTB por si só representava alguns signos que iam de encontro com os interesses da elite econômica, no entanto, João adquiriu com o tempo um significado parecido, até mesmo porque ele manteve de pé a comunicação com os operários e camponeses.

Importante notar que as notícias eram impressas somente 2 a 3 dias depois, já que o jornal não era de fato diário. A explanação dos acontecimentos como o impedimento da posse de Goulart ou as ações de Leonel Brizola no Rio Grande Sul, viriam a ser anunciadas com certo atraso. No entanto, considerando que foram publicados outros artigos e manchetes que versavam sobre acontecimentos tangentes, tornou-se claro o posi-

cionamento político do periódico a partir disso.

Diferente do restante do editorial, que buscava dar um ar de leveza para o novo regime que se arrumava, um artigo foi publicado na terceira página criticando o parlamentarismo e os políticos que apoiaram no Congresso

> Elogio ridículo nos parece aquêle que nos fizeram alguns ao verem criado, a toque de caixa, o nosso regime parlamentarista, qualificando-nos de povo politicamente amadurecido. Simples ironia – não dúvida.
> [...]
> Naturalmente vai agora o Congresso votar lei que obrigue os causadores da crise a indenizarem a Nação pelos prejuízos por esta sofridos no decurso daquela.
> E quem serão êles? Para nós, do povo, não vemos outros culpados além dos três ministros militares que, contrariando o curso natural das coisas, se manifestaram decididamente contra a legalidade da posse do eleito do povo, sucessor natural do Sr. Jânio Quadros.
> Pelo menos nós, representantes de Zé Povo, não vemos outros culpados. No entanto, Zé Povo é quem sempre paga os caprichos dêsses gozadores. [...] (GUERRA, O Di**a**, 10 set. 1961, p. 3)

No final, o autor do artigo deixa claro seu posicionamento frente as atitudes interventoras do ministério da FAB, dando a entender que este setor era dispendioso e que não deveriam tentar mudar o "curso natural" das coisas, ou seja, de impedir a posse do vice-presidente João Goulart. **N**ão se pode afirmar que esta coluna isolada denotaria a expressão popular, no entanto, ela pode nos dar um mínimo resquício de que alguns indivíduos tinham uma visão pouco mais crítica referente aos fatos políticos do país, dando a entender que, mesmo uma pequena parcela do povo, não era afeita ao que estava previsto para política do Brasil. As eleições são provas disso: João Goulart conquistou mais votos na condição de vice-presidente que o candidato a presidente, e isso não foi algo inexpressivo. O ponto é que o povo elegeu e não estava disposto a deixar sua escolha escorrer pelo ralo facilmente.

Na data de 14 de setembro de 1961, foi impressa uma nota de agradecimento a Leonel Brizola, dando mais informações sobre os acontecidos no Sul do país, o jornal coloca como pano de fundo o apoio do go-

vernador Chagas Rodrigues[5] para assumir um posicionamento que antes não se fez presente no corpo do noticioso:

> O Governador Leonel Brizzola acaba de tegrafar o Sr. Chagas Rodrigues agradecendo o seu decidido apoio à causa da Legalidade pela posse de João Goulart, na presidência da República. O telegrama foi também, extensivo ao povo piauiense.
> Os adversários de Chagas Rodrigues que o subestimavam e lhe atiravam as mais torpes calúnias, hoje, com a sua atitude desassombrada em ficar ao lado de seu amigo Leonel Brizzola e da maioria do povo brasileiro desde as primeiras horas em que pretenderam impedir a posse do Sr. Goulart. Na presidência da República, ficaram certos de que Chagas Rodrigues é homem decidido e de atitudes dignas e que não teme ameaças daquêles que queria tomar conta do poder com mentiras e infâmias. (Agradecimento, O Dia, 14 set. 1961, p. 1)

Nota-se a tentativa de se posicionar para um lado mais favorável frente os acontecimentos, já que era premente o julgamento. *O Dia* fazia o esforço de se constituir como um veículo de comunicação que tivera assumido um lugar convergente com o movimento legalista. Quando na verdade, em todo processo jornalístico, houve a omissão de vários fatos, além da criação de uma atmosfera de insegurança que previa uma guerra civil no país. Somente no dia 14 de setembro, *O Dia* faz do 25 de agosto um marco em prol da legalidade. Nota-se então, uma manobra a fim de se posicionar do lado certo.

No caso do *Folha da Manhã,* a situação parece similar. Não há a explanação clara dos acontecimentos no Sul do país, ao contrário disso há a extensiva ação de criar um clima de tranquilidade, indo contra a construção d'*O Dia*. Durante três datas o jornal insiste em abrir o editorial clamando pela calmaria que supostamente reinava em todo território nacional, embora estivessem as grandes capitais como São Paulo, Guanabara, Curitiba, Brasília e outras em estado de alerta com a polícia militar a postos e o Exército a ponto de bala.

5. Francisco das Chagas Caldas Rodrigues foi eleito governador do Piauí em 1958 filiado ao Partido dos Trabalhadores Brasileiros (PTB), sendo o primeiro governador trabalhista do Piauí. Para mais, consultar: Oliveira, Marylu Alves de. Da terra ao céu: culturas políticas e disputas entre o trabalhismo oficial e o trabalhismo cristão no Piauí (1945-1964). Teresina: Cancioneiro, 2020.

Diferentemente d'*O Dia*, o *Folha* tinha sua impressão em frequência diária, de modo que, durante os dias de acontecimento de crise política houve inúmeras oportunidades de esclarecer os fatos. Importante observar que o jornal tinha a prática de transcrever as notícias de outros veículos de comunicação como o rádio ou mesmo jornais. Essa é uma estratégia fácil de se encontrar nas páginas dos editoriais da imprensa local. Utiliza-se de outros jornais de maior alcance como *Folha de São Paulo* ou *O Globo* de modo a repetir a notícia, o que implicaria em expressar seu posicionamento às custas de outro periódico, sem pôr em xeque sua própria imagem ou ideologia de forma direta.

No dia 26 de agosto de 1961 surge a primeira manchete tratando da renúncia de Jânio Quadros. Nota-se a renitência por parte da redação em afirmar o "clima de tranquilidade" no corpo da notícia. Observa-se também, através dos títulos estampados, essa mesma insistência de sintetizar um país que estava em seus plenos dias frente à renúncia de Juscelino Kubitschek, diferente do Rio Grande do Sul, onde as coisas não andavam dentro do esperado, criando um cenário de descompasso com o restante do país.

Um outro aspecto que deve ser analisado é que, de propósito ou não, o periódico entrava em contradição em seu próprio texto. Afirmar o clima de tranquilidade e em seguida escrever que a IV Região Militar estava em "rigorosa prontidão", é no mínimo intrigante. No decorrer das notícias, outros fatos expressam que o país atravessava um momento de dificuldade, no entanto, o *Folha da Manhã* persiste em construir outra realidade. Talvez o objetivo fosse provocar uma cortina de fumaça diante das propostas dos ministros militares, que a propósito, o jornal deixou para noticiar na data de 2 de setembro de 1961, uma semana após todo o ocorrido. Para além disso, o jornal utilizou da estratégia de replicar uma notícia oriunda de outro veículo maior, como já argumentado anteriormente. Nesse caso o *Folha da Manhã* transpõe uma notícia que foi publicada no *O Globo*.

> [...]
> Já ao tempo em que exercera o cargo de Ministro do Trabalho, o Sr. João Goulart demonstrara, bem às claras, suas tendências ideológicas, incentivando e mesmo promovendo agitações sucessivas e frequentes nos meios sindicais, com objetivos evidentemente políticos e em pre-

> juízo mesmo dos reais interêsses de nossas classes trabalhadoras. E não menos verdadeiro foi a ampla infiltração que, por essa época, se processou no organismo daquele Ministério, até em postos chaves de sua administração, bem como nas organizações sindicais, de ativos e conhecidos agentes do comunismo internacional, além de incontáveis elementos esquerdistas.
> [...]
> Na Presidência da República, em regime que atribui ampla autoridade e poder pessoal ao Chefe do Govêrno, o sr. João Goulart constituir-se-á, sem dúvida alguma, no mais evidente incentivo a todos aquêles que desejam ver o País mergulhado no caos, na anarquia, na luta civil. As próprias Fôrças Armadas, infiltradas e domesticadas transformar-se-iam, como tem acontecido noutros países, em simples milícias comunistas.
> [...]
> As Fôrças Armadas estão certas da compreensão do povo cristão, ordeiro e patriota do Brasil. E permanecem, serenas e decididas, na manutenção da ordem pública.
> Rio de Janeiro, GB, 30 de agôsto de 1961.
> a) Vice-Almirante Sylvio Heck, Ministro da Marinha
> b) Marechal Odylio Denys, Ministro da Guerra
> c) Brigadeiro-do-Ar Gabriel Gün Moss, Ministro da Aeronáutica.
> (De O GLOBO) (Manifesto à Nação [...], O Globo *apud* Folha da Manhã, 2 set. 1961, p. 1)

Em uma estratégia parecida com que foi analisada no *O Dia* algumas linhas acima, podemos perceber como os ministros militares aproximam a figura de João Goulart das esquerdas, embora este realmente fosse próximo dos partidos que figuravam essa ala polítca, é preciso que tenhamos olhos atentos em perceber que essa *exagerada* aproximação é traçada com adjetivos que trazem efeito negativo para a imagem de Goulart, como "milícia", "comunismo" ou "infiltração", colocando-o em um campo de caráter duvidoso. Todas essas afirmações tomam potencialidade dado o contexto internacional de Guerra Fria em uma constante luta ideológica entre capitalismo e comunismo, onde, no caso da república brasileira, até mesmo o fato de o ex-presidente Jânio Quadros ter condecorado o Primeiro-Ministro Che Guevara, tornou-se motivo de justificar sua renúncia.

Em contrapartida, verifica-se a construção de uma roupagem positiva, de "salvadores da pátria" por parte dos ministros militares. Ao fi-

nalizar o referido manifesto, esperam os ministros a "compreensão do povo cristão, ordeiro e patriota" buscando nessa parcela da população legitimidade e reforçando a busca por uma imagem positiva com o tom interventor que manifesta todo o texto, afinal, precisariam salvar o Estado brasileiro do inimigo vermelho – João Goulart.

Diferente d'*O Dia*, o *Folha* não noticia uma nota elogiando o governador do Estado do Piauí pelo seu posicionamento pró-legalidade, como exposto algumas linhas acima.

Considerações finais

Sobre a discussão da imprensa piauiense, a partir dessa breve exposição das fontes em diálogo com a historiografia, os jornais traçam posicionamentos, por vezes sucintos, mas que demostram seu viés ideológico no sentido de manter uma posição neutra em relação à João Goulart. Por isso a cautela na publicação das notícias. Em um cenário onde Jango fosse presidente, não seria de bom tom que a imprensa local adotasse uma posição desfavorável frente a uma figura como o Presidente da República. Principalmente considerando que os investimentos para o Estado do Piauí vinham principalmente do governo federal e que o governador era do mesmo partido político do possível presidente.

É válido analisar não somente o texto do corpo noticioso, mas o proprietário ou seu diretor de redação que são cargos que mostram o caminho que pode ser tomado. Nesse sentido, os dois – embora o *O Dia* mais tarde – posicionam seus editoriais a depender de um viés ideológico pertencente a sua visão de mundo, o que na prática jornalística pode ser prejudicial. O *Folha da Manhã* tendo como proprietário um político filiado ao partido da União Democrática Nacional, Marcos Parente, viria a se posicionar de forma menos condescendente com a posse de João Goulart, do que no *O Dia*. Este, que apesar de ter como proprietário o coronel Otávio Miranda, nota-se maior cautela no momento da divulgação e do seu posicionamento público frente à política nacional e local.

Trazer a luz diferentes narrativas para além daquela considerada "oficial", seria uma das práticas pertinentes a um jornal informativo, no entanto, o que se percebe é a consideração ou mesmo omissão dos fatos, potencializando a possibilidade de desinformação.

Certamente ainda há muito a se verificar a partir dos jornais da época, traçar um paralelo econômico com essas informações que são replicadas nas páginas dos jornais é de suma importância, a fim de evidenciar em que grau as informações que são tratadas como verdade pelo jornal são pares com a realidade. Embora nem sempre os números disponibilizados, durante a vigência da ditadura, sejam de total congruência, afinal, procurava-se mostrar que havia um "milagre" econômico em virtude da "revolução" de 1964. De fato, a imprensa é uma parte constituinte e formadora de parte da opinião pública, embora não possamos considerar como algo imediato ou homogêneo, visto que, a sociedade não é una e nem amorfa aos acontecimentos políticos evidenciados aqui. No entanto, é possível afirmar que estes veículos de comunicação desempenham um certo peso na criação de narrativas que venham a ser favoráveis para o pensamento conveniente aos interesses particulares.

REFERÊNCIAS

ABREU, João Batista de. **As manobras da informação:** análise da cobertura jornalística da luta armada no Brasil (1965-1979). Rio de Janeiro: Mauad, 2000.

Agradecimento. **O Dia**, 14 set. 1961, n. 910, p. 1.

A Renúncia de Jânio. **O Dia**, 27 ago. 1961, n. 905, p. 1.

A Versão Lacerda. **O Dia**, 31 ago. 1961, n. 906, p. 1-3.

A Renúncia de Jânio. **O Dia**, 3 set. 1961, n. 907, p. 1-3.

CURY, Camal. Evitemos a Revolução. **O Dia**, Teresina, n. 784, 3 jan. 1960, p. 5.

FONTINELES, Cláudia Cristina da Silva; FONTINELES FILHO, Pedro Pio. Resistência às mordaças: história e luta contra a opressão na literatura de Assis Brasil. **Topoi (Rio de Janeiro)**, v. 21, p. 45-67, 2020. Disponível em: https://www.scielo.br/j/topoi/a/dXGnwFGKwWv6QgVgV5tmjqJ/. Acesso em: 15 nov. 2023.

GUERRA, S. D. E Cada Vez Aperta Mais. **O Dia**, 10 set. 1961, n. 909, p. 3.

JOBIM, Danton. O Planto Diabólico. **O Dia**, 3 set. 1961, n. 907, p. 3.

KUSHNIR, Beatriz. **Cães de guarda:** jornalistas e censores, do AI-5 à Constituição de 1988. Boitempo Editorial, 2015.

LIMA, Nilsângela Cardoso. Jornal O Dia e o jornalismo em transição nos anos 1950. **XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação**. Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: https://portalintercom.org.br/anais/nacional2015/resumos/R10-3818-1.pdf. Acesso em: 16 out. 2023.

_____. **Relações de poder e práticas jornalísticas em o dia, a cidade e jornal do Piauí (1951 a 1954)**. 2014. Disponível em: http://repositorio.jesuita.org.br/handle/UNISINOS/4222. Acesso em: 23 out. 2023.

MOREIRA, Vânia Maria Losada. Os anos JK: industrialização e modelo oligárquico de desenvolvimento rural. In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Org.) **O tempo da experiência democrática**: da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 3, 2003., p. 155-194.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. A ditadura nas representações verbais e visuais da grande imprensa: 1964-1969. **Topoi (Rio de Janeiro)**, v. 14, p. 62-85, 2013. Disponível em: https://www.scielo.br/j/topoi/a/szkYRxbMSbvn5SCrHrd7MsL/?lang=pt. Acesso: 16 nov. 2023.

MENESES, Sônia. **Operação midiográfica:** o golpe de 1964 e a Folha de S. Paulo. Intermeios, Casa de Artes e Livros, 2017.

Manifesto à Nação: Fôrças Armadas Dão Razões do Veto – Importante Documento Assinado Pelos Três Ministros Militares. **Folha da Manhã**, 2 set. 1961, n. 1.064, p. 1.

NAPOLITANO, Marcos. Golpe de Estado: entre o nome e a coisa. **Estudos Avançados**, v. 33, p. 397-420, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/j/ea/a/WGPncXJHXXHrpMMxb3H9SFc/?lang=pt&forma-

t=html. Acesso em: 19 nov. 2023.

OLIVEIRA, Marylu Alves de. ENTRE MORTOS E FERIDOS, SALVARAM-SE TODOS! O PROCESSO ELEITORAL DE 1958 NO PIAUÍ. **História e Culturas**, v. 7, n. 13, p. 40-69, 2019. Disponível em: https://revistas.uece.br/index.php/revistahistoriaculturas/article/view/3008. Acesso: 2 set. 2023.

_____. **Da terra ao céu:** culturas políticas e disputas entre o trabalhismo oficial e o trabalhismo cristão no Piauí (1945-1964). Teresina: Cancioneiro, 2020.

REIS, Daniel Aarão (coord.). **Modernização, ditadura e democracia:** 1964-2010. Rio de Janeiro: Fundação Mapfre: Objetiva, 2014.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. **Sobre o autoritarismo brasileiro**. Editora Companhia das Letras, 2019.

SCHWARCZ, Lilia; STARLING, Heloisa. Conclusão — história não é conta de somar. In: SCHWARCZ, Lilia; STARLING, Heloisa. **Brasil:** uma biografia. São Paulo: Companhia das Letras, 2015, p. 610-621.

"ADESÃO OU ACOMODAÇÃO": A PARTICIPAÇÃO DO GOVERNADOR PETRÔNIO PORTELLA AO GOLPE CIVIL-MILITAR DE 1964[1]

Joel Marcos Brasil de Sousa Batista[2]
Francisco de Assis de Sousa Nascimento[3]

O objetivo dessa pesquisa é analisar a participação e o posicionamento do governador do estado do Piauí, Petrônio Portella Nunes, ao golpe de 1964. Como objetivos específicos, investigamos as complexidades das conjunturas políticas nacional e local que o estado do Piauí estava inserido nesse contexto, e analisamos a postura do governador piauiense, a partir do conceito de "cultura política" (MOTTA, 2018), com o intuito de entender as adaptações, acomodações e conciliações que as sujeitos políticos que fazem parte das elites políticas e econômicas agem em momentos de crise constitucional para permanecerem no poder.

O recorte temporal da pesquisa inicia em 1963, por ser o início do mandato de Petrônio Portella como governador do Estado do Piauí,

1. O trabalho foi financiado pela agência de fomento CAPES/DS.

2. Mestrando em História do Brasil pelo programa de Pós-Graduação em História do Brasil na Universidade Federal do Piauí. Bolsista da CAPES/DS. Possui experiência nas pesquisas de temas relacionados à História do Brasil República, com ênfase na Formação da Identidade Nacional brasileiro, a Produção científica discursiva jornalística, História da Imprensa, Ditadura Militar, História do Piauí e a imprensa piauiense. Gmail: joelmarcosbrasil@gmail.com. e Currículo Lattes: : http://lattes.cnpq.br/523590666207169

3. Possui doutorado em História Social pela Universidade Federal Fluminense – UFF. Atualmente, é Professor Associado IV da Universidade Federal do Piauí - UFPI, do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da UFPI. Tem experiência na área de História, com ênfase em História do Brasil, atuando principalmente nos seguintes temas: República, Educação e Memória, Psico-história, História militar, Arte e Cultura no Brasil contemporâneo. G-mail: franciscoufpi@gmail.com. e Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/6305918928692600

abordando a conjuntura socioeconômica e política que enfrentou na sua gestão a fim de elucidar a aproximação que o governador teve com o presidente da República no início de seu mandato até o golpe civil-militar. O recorte termina em 1969, após a consolidação da ditadura militar e da sistematização de seu aparato repressivo, com a finalidade de entender como Petrônio Portella, não só conseguiu terminar o seu mandato de governador, diferente de outros governadores que foram oposição aos militares e apoiavam Jango durante o golpe e consequentemente foram cassados, como conseguiu crescer politicamente durante ditadura.

As principais fontes hemerográficas utilizadas neste trabalho foram: os jornais *O Dia* e *Estado do Piauí*. O primeiro, foi um periódico que a partir de 1964 era de propriedade do militar da reserva e empresário Octávio Miranda (1912-2002) que modernizou o noticioso tornando-o diário, tendo um perfil editorial empresarial e favorável ao liberalismo econômico O dono do jornal era alinhado a manutenção do *modus operandi* governamental e das estrutura econômica, contrário às reformas de base e anticomunista, contudo, era apoiador e vinculado ao grupo político de Petrônio Portella (OLIVEIRA, 2007, p. 55).

Enquanto o jornal *Estado do Piauí*, era de propriedade Josípio Lustosa (1906-1990), no início do mandato de Petrônio era seu apoiador, contudo, devido a desentendimentos pessoais, quando perdeu o emprego, tornou-se opositor e utilizava o seu jornal como veículo de oposição ao governador Petrônio Portella e ao seu grupo político. Escolhemos esses dois jornais, por um ser favorável ao governador e outro de oposição, para entender como representaram o apoio de Petrônio Portella ao governo João Goulart no primeiro momento e a posteriori, com o seu apoio ao golpe de 1964.

Um conceito chave utilizado neste trabalho para entender o posicionamento do governador Petrônio Portella e seu grupo político com o golpe de 1964 foi de: "culturas políticas" defendido pelo historiador Motta:

> [...] conjunto de valores, tradições, práticas e representações políticas, partilhado por determinado grupo humano, que expressa/constrói identidade coletiva e fornece leituras comuns do passado, assim como fornece inspiração para projetos políticos direcionados ao futuro (MOTTA, 2020, p. 114).

Isto é, as escolhas e ações políticas muitas as vezes sofrem e são influenciadas por uma "cultura política", de padrões de ações já normalizadas na sociedade por causa de uma certa tradição e por serem mais atraente por já terem tido sucesso anteriormente – apesar disso, não exclui a possibilidade de alteração e mudanças nas posturas políticas com o surgimento de novos grupos políticos. Consideramos esse conceito fundamental para entender o porquê da mudança de atitude do governador Portella com o presidente da República como seu "repentino" apoio ao golpe civil militar e como ele conseguiu se manter no poder e crescer no cenário político nacional em meio às perseguições e desconfianças dos setores radicais do Exército.

A priori, não pretendemos nesse trabalho fazer uma espécie de biografia individual do Petrônio Portella Nunes focada nas excepcionalidades e na sua vida privada, mas uma Biografia que relacione com o seu contexto, analisando as relações entre o indivíduo e a sociedade em que está inserido, trazendo a especificidade do personagem histórico, ao mesmo tempo que relaciona a época, o meio e ambiência em que o mesmo está inserido (LEVI, 2006, p. 175).

Dividimos a pesquisa em 3 tópicos: a priori, analisamos o contexto que o estado do Piauí estava inserido na década de 1960 para entender o contexto socioeconômico e político do estado durante a gestão do Petrônio Portella, as principais metas de suas políticas administrativas e a sua aproximação com o governo Goulart. No segundo tópico, abordamos sobre o contexto da execução do golpe de 1964 no estado do Piauí, tendo como foco os posicionamentos do governo Petrônio Portella com o levante civil-militar. E, por fim, analisamos como o governador piauiense de defensor da bandeira da legalidade-constitucional, tornou-se apoiador do governo ditatorial no estado do Piauí, conseguindo não apenas, manter o seu mandato político, mas crescer na burocracia político-militar na ditadura militar.

Gestão Petrônio Portella (1963-1966): os desafios para a integração nacional e a modernização do estado do Piauí

O estado do Piauí, durante o início da década de 1960 foi impactado pela euforia desenvolvimentista do governo Juscelino Kubitschek

(1957-1961) que ficou conhecido na memória popular pelo slogan "50 anos em 5", transmitia a sensação de que a tão sonhada modernização e desenvolvimento seriam possíveis naquele momento da história do país. Entretanto, o crescimento urbano e o desenvolvimento industrial não foram sentidos em todos os estados da Federação.

O Piauí, nesse contexto passava por uma crise econômica acarretada pela decadência da economia baseada no extrativismo vegetal, causada pela queda crescente dos preços da cera de carnaúba e da amêndoa do babaçu no mercado externo, além disso, o plano de metas do governo JK foi sentido no Piauí através da abertura de rodovias visando ligar as cidades vizinhas e aproximar o território piauiense com os demais estados da federação, contudo, acarretou na dependência do estado com os produtos industriais e manufaturados que circulavam do eixo Sudeste-Sul, ocasionando a falência das poucas indústrias piauienses (RABELO, 2008, p.48).

O Piauí, na década de 1960 de acordo com o censo de 1960, a população do Piauí alcançava 1.242.164 habitantes, com apenas 285.566 residentes na zona urbana, isto é, aproximadamente 77% dos piauienses estavam dispersos nas grandes fazendas da zona rural (Mendes, 2003, p.332) Além disso, segundo o censo demográfico de 1960, o nível de alfabetização era baixo, dos 1.242.126 habitantes, apenas 230.264 pessoas sabiam ler e escrever (Medeiros, 1996, p.20). Somado a isso, o Piauí como os demais Estados da região Nordeste, possuía o predomínio do latifúndio com o agravante de ter uma urbanização itinerante sem a presença de indústrias, consolidando-se como um dos estados mais vulneráveis do ponto de vista social e econômico.

Nesse cenário socioeconômico, na década de 1960 ficou comum no espaço da imprensa e das redes de poder os políticos e intelectuais divulgarem o Piauí como "o estado mais pobre da federação" e que precisava da atenção do governo federal para sair dessa situação de subdesenvolvimento. Nesse contexto, pelo menos em nível discursivo os gestores estaduais preocupavam-se em desenvolver o estado do Piauí e retirar nessa condição de subdesenvolvimento através da iniciativa estatal aliada a iniciativa privada.

Além disso, o estado do Piauí, como todo o Brasil no início da década de 1960, foi impactado pelo debate das reformas de base defendido pelo governo João Goulart e pelas esquerdas, que segundo Delgado e Pas-

sos (2007, p.102-103) propunha uma reforma econômica e social ampla, a fim de "[...] alcançar um desenvolvimento pleno, através da superação das condições de subdesenvolvimento [...]" . As propostas de reforma estavam em torno da tentativa de resolver os problemas de ordem educacional, social, econômica e política através da intervenção estatal.

Em oposição, os setores liberais-conservadores ou a direita, defendiam um programa de desenvolvimento econômico: "[...] arrojado, internalizado, menos voltado para a produção de artigos destinados ao consumo popular e mais direcionados, por um lado, para a implementação da indústria de ponta; por outro, para a preservação da estrutura agrária do país [...]" (DELGADO; PASSOS, 2007, p.102-103), isto é, eram favoráveis às reformas que eram simultaneamente modernizadoras economicamente, mas profundamente conservadoras do ponto de vista social e político, visando não abalar as estruturas sociais vigentes.

O Piauí, por ser um estado dominado pela latifúndio, marcado pela posse da terra nas mãos de poucos proprietários, com a economia agrária e predomínio da ruralidade, as propostas de reformas de base, em especial a reforma agrária sofreu forte oposição dos setores latifundiários locais. Inclusive, o então governador Chagas Rodrigues (1958-1962) que tinha um perfil reformista sofreu forte oposição das elites tradicionais, por ter uma gestão que buscou aproximar das massas trabalhadores, usando o rádio como veículo de comunicação e realizar programas sociais, ademais, defendeu a proposta de reforma agrária e as reivindicações das Ligas Camponesas no estado do Piauí (OLIVEIRA, 2008).

Nesse contexto, Petrônio Portella Nunes que iniciou a sua carreira política como deputado estadual (1955-1958), foi prefeito de Teresina (1959-1962) e foi candidato e eleito governador do Piauí (1963-1966), todos esses mandatos foram pela UDN. Muitos de seus contemporâneos e biógrafos, como Zózimo Tavares, salientam a habilidade política de Portella de conciliar e unir os polos opostos, juntando "a água e o óleo" (TAVARES, 2010, p.161) para conseguir chegar ao governo e governar, como conseguiu ter o apoio do PSD, partido que era representante de setores que eram adversários de seu grupo políticos nas eleições anteriores.

No seu mandato de prefeito de Teresina, segundo Rocha (2017, p.227), teve um mandato reconhecida como eficiente, por administrar a partir de planejamento administrativo, sendo sensível com a ausência de

urbanização, "[...] com a grande quantidade de ruas esburacadas e sem cobertura de esgotos, além da ausência de iluminação na maior parte da cidade [...]", considerados requisitos mínimos para uma capital moderna. Petrônio Portella, era um político com perfil conservador, moralista e "reformista", no sentido de está ancorada na ideia dos padrões do progresso e do moderno civilizacional.

Durante o seu mandato de governador do Piauí, segundo Medeiros (1996, p.80) seu governo era marcado pela promessa em tentar conciliar os interesses do seu partido a UDN com "[...] a aliança com o PSD e uma postura reformista, sintonizada com a conjuntura nacional [...]", entretanto, no início de seu mandato enfrentou crises de ordem financeira, pelo funcionalismo está em três meses de atraso, defrontou-se com uma grave crise com a polícia militar do estado que reivindicava melhorias salariais, respondendo negativamente, alegando impossibilidade de aumentar os salários e reagiu como uma forte repressão aos participantes do levante militar (MEDEIROS, 1996, p.84).

Na sua política econômica e social visava investir no setor da infraestrutura através da intervenção estatal, pois acreditava que atrairia capitais industriais e econômicos para o estado (MEDEIROS, 1996, p.87), além disso, na sua política econômica "programática", buscou captar recursos de programas internacionais, principalmente a da Aliança pelo Progresso e da SUDENE. E na sua política interna, apesar de ser filiado à UDN, partido que historicamente era opositor do PTB em nível nacional, Petrônio Portella teve uma política de aproximação com o presidente Goulart no início de seu mandato de governador, tendo inclusive uma postura de apoio às reformas de base, postura contrária do seu partido e das elites conservadoras do estado do Piauí que ele representa.

A postura de aproximação do governador Petrônio Portella com o presidente Goulart, foi algo que juntamente com a nota oficial a favor da legalidade do mandato do mesmo - que será analisada no próximo tópico – vai torná-lo suspeito para setores mais radicais das Forças Armadas durante a ditadura militar que o concebiam como oportunista e com tendências "esquerdista". Entretanto, não consideramos que esse aceno do governador Portella as reformas de base e ao presidente Goulart, foi causado por convicções ideológicas, mas por pragmatismo político em busca de governar um estado pobre que estava em uma condição financeira

desfavorável, buscando capitanear recursos públicos do governo federal para o estado.

"O revolucionário de última hora": o golpe de 1964 e a postura do governador

"Teresina: Situação Calma e de Ordem" (O DIA, 02/04/1964, p.8), foi a manchete do jornal *O Dia*, representando a situação de Teresina em meio a conjuntura do levante militar e civil de que depôs João Goulart da presidência da República, dando a sensação que Teresina não foi impactada pela conjuntura nacional. Todavia, apesar da notícia otimista, o Piauí, assim como todo o Brasil, logo sentiu o peso da repressão da violência militar que se abateu contra os movimentos sociais, trabalhistas e os setores da esquerda. Emissoras de rádios e jornais de rádios foram censurados, sindicatos sofreram repressão e intervenção, prisões arbitrárias foram realizadas, mandatos de parlamentares piauienses tanto na esfera nacional como estadual foram cassados (DANTAS, 2008).

A postura do governador do estado, Petrônio Portella, no início do desenrolar dos acontecimentos, diferente dos governadores da UDN, como Carlos Lacerda que eram contrários ao presidente Goulart e conspiravam, a seu pronunciamento oficial quando soube do levante militar, foi de apoio a legalidade constitucional, isto é, a favor da manutenção do mandato do presidente João Goulart, pronunciando por meio de uma nota oficial o apoio a legalidade constitucional, contudo, desaconselhado pelos seus assessores e amigos, no dia 01 de abril, enviou uma outra nota oficial – que ficou muito mais conhecida – pelo seu forte teor legalista e de defesa ao mandato do presidente de uma maneira bem enfática:

> No momento de incertezas em que já vemos esclarecidos os objetivos do movimento de rebelião em vários Estados da Federação, dirijo-me ao povo, no cumprimento de um dever, para esclarecer, uma vez mais, minha posição de defesa do mandato do Sr. Presidente da República, Dr. João Goulart, e de protesto contra a ação revolucionária dos que ontem faziam intocável a Constituição que hoje não vacilam em desrespeitá-la. Palácio do Governo do Estado do Piauí, em Teresina, 1ºde abril de 1964 Petrônio Portella Nunes, Governador do Estado. (NUNES, 01/04/1964)

Essa nota oficial, publicada por Petrônio Portella no dia 1 de abril, teve forte impacto, no sentido de ser utilizado pelos seus adversários políticos, pois nessa nota oficial, ele não apenas declara o seu apoio a legalidade-constitucional que poderia ser utilizado como algo inclusive "abstrato", como se pronuncia de maneira enfática, declarando no sua nota oficial em defesa do mandato de João Goulart e critica a ação dos militares colocando como rebelião e seu desrespeito à Constituição.

Essa nota oficial teve forte impacto na carreira política de Portella, no sentido de ser utilizada pelos seus opositores como argumento de que ele era oportunista e um adesista de "última hora". Como podemos observar nesse fragmento do jornal *Estado do Piauí*:

> Quando rebentou a Revolução de 31 de março, o governador do Piauí, para demonstrar gratidão a Goulart e pensando que a Revolução fracassaria, passou um telegrama de solidariedade ao ex-Presidente e até em têrmos enérgicos e decisivos. Dizem que deputados, magistrados e pessoas da família pediram lhe insistentemente que não enviassem tal telegrama, mas o governador é cabeçudo e o telegrama foi despachado. Quando o dr. Petrônio que ruma coisa, quer porque quer, não há ninguém que o demove. Só não foi teimoso, no apoio político e administrativo que dava ao ex-Presidente João Goulart. Deixou a teimosia de lado e passou-se de armas e bagagens para o lado da Revolução (ESTADO DO PIAUÍ 05/07/1964, p. 3).

A notícia, intitulada "*Governador Cabeçudo*", foi escrita pela equipe editorial do jornal *Estado do Piauí* que durante a ditadura militar, era opositor ao governador Petrônio Portella e ao seu grupo político. Inclusive, o jornal utilizou diversas vezes o apoio de Petrônio ao Goulart, colocando no periódico inclusive a carta de apoio, como fosse para avisar os leitores, os políticos e inclusive os militares que Portella não era confiável. Colocando como um "camaleão" político que pensava apenas nos seus interesses.

Além disso, o periódico piauiense, para intensificar as suas críticas ao Portella, principalmente, no momento que subia politicamente durante a ditadura militar, noticiava o seu apoio, ao então governador do Pernambuco, Miguel Arrais, num discurso pronunciado pela rádio no dia 1 de abril, na presença de operários e jornalistas (ESTADO DO PIAUÍ,

02/02/1969, p.4). Nesse discurso, Petrônio Portella, afirma o seu apoio ao presidente João Goulart e apoia a iniciativa de Miguel Arrais, apesar de afirmar que não possuí recursos materiais para uma reação material e desestimula que os trabalhadores façam manifestações, para o estado não correr risco de intervenção federal, dizendo que os a única força a favor que eles tinham, era a força moral, além de chamar os militares de imorais e golpistas.

Esses telegramas, como os outros, demonstram um posicionamento político de Petrônio Portella, favorável à legalidade constitucional representada na manutenção do mandato de João Goulart, apesar de não participar da reação armada, por causa do estado não ter forças materiais. Os telegramas foram utilizados pelos adversários de Petrônio, como uma prova de que ele não é confiável pelo seu apoio ao Goulart.

Em contrapartida, enquanto os oposicionista de Portella, como o proprietário do Estado do Piauí, Josípio Lustosa, colocava esses telegramas e aproximação que o então governador do Piauí tinha com o presidente Goulart como uma arma contra o mesmo, os seus apoiadores tentavam criar narrativas que justificassem esses posicionamentos e a aproximação do então governador ao Goulart, durante a ditadura militar:

> Sua Exa. O Governador Petrônio Portela é um homem público de personalidade firme e integral. [...]. Pode ter errado ao ter aproximado tanto do caudilhismo demagógico, atuante na presidência da República. [...]. Mas Goulart era o presidente da República. E Petrônio assumido o govêrno do Piauí em 31 de janeiro de 1963 – encontrou o erário público arrasado, os servidores da administração com meses de atraso – tudo caótico, reduzido a escombros pelo antecessor – culminando o déficit por bilhão superior às rendas de um ano. [...]. Ora, - o ser. João Goulart, propondo-se a ajudar o Piauí – o Estado mais pobre da Federação – não poderia ser recusado pelo sr. Petrônio Portela. (O DIA, 03/04/1964, p. 3)

No discurso, escrito por Simplício de Sousa Mendes, na coluna *A Televisão* do jornal O Dia, percebemos uma narrativa que visa defender e justificar Petrônio Portella na sua aproximação ao governo Goulart, em especial, ao fato de que Goulart era o presidente da República e pela situação do estado está em crise financeira, o governador do Piauí não

podia recusar a proposta do então presidente.

Percebemos na representação escrita pelo colunista que a fim de justificar a aproximação de Portella com o então presidente, a descrição de um cenário caótico financeiro do estado do Piauí exagerado – que culpava o ex-governador Chagas Rodrigues – e que ajuda do presidente não podia ser recusado, pois o Piauí sendo o "Estado mais pobre da Federação", precisava dos recursos vindos do governo federal. Vale destacar que a difusão da imagem Piauí como um estado miserável era muito difundido pela imprensa do eixo Sul-Sudeste com um tom de denúncia, de humor e de sátira com a situação socioeconômica do Piauí, contudo, as elites piauienses apesar de rejeitarem essa visão do Piauí, se apropriaram dessa representação com o objetivo de barganhar verbas e recursos federais e de aproximarem do governo federal (BAHIENSE, 2018, p. 76)

Contudo, o alinhamento de governadores dos estados da Federação com situações financeiras preocupantes ao presidente da República, é uma "cultura política" brasileira muito praticada, principal devido o modelo federativo cooperativo, em que a União deve colaborar com os estados e municípios, devido a centralização das finanças ao poder executivo federal, consequentemente, resulta numa "barganha" realizada pelo presidente com os governadores e deputados em troca de verbas financeiras e apoio aos seus projetos em que precisam de financiamento volumoso. Essa visão é compartilhada pelo seu primo, ex-governador Helvídio Nunes de Barros (1967-1970), na sua defesa ao Portella por ter aproximado com o governo Goulart:

> O governador Petrônio Portella não tinha outro caminho, outra alternativa, outra opção. Procurou o presidente da República e lhe fez, sem servilismo, sem sabujice, sem o adesismo que avilta, exposição real e exata da situação estadual, ao tempo em que solicitou, por empréstimo, a transferência de recursos para a programação que pretendia executar. [...]. A aproximação do governador Petrônio Portella com o então presidente da República, portanto, foi inspirada no bem público, no desejo de governante sem meios, sem disponibilidades materiais de servir, de construir, de melhorar a vida do Estado, sem a mais mínima conotação de adesismo ou de favorecimento pessoal. [...]. Apesar da grandeza da causa que o motivou. Petrônio Portella pagou vida afora pesadíssimos ônus tributáveis à incompreensão, algumas vezes, outras tantas à male-

> dicência e a má fé, pelo proveitoso relacionamento que manteve, como governador do Piauí, com o poder federal. E pagaria muito mais ainda por decisão personalíssima que adotou, em momento crucial da vida das instituições do país (BARROS, 2016, p. 171-172)

No excerto de Helvídio Nunes de Barros, podemos observar uma defesa a decisão do Petrônio Portella a se aliar com João Goulart, por causa da situação de crise financeira que o estado encontrava-se, sendo que o governador precisava do apoio e recursos financeiros do governo federal para executar o plano de governo. Sendo que na visão do ex-governador, a aproximação que Portella tinha com o governo central resultou na precipitação com a nota de solidariedade ao presidente Goulart em meio ao golpe de 1964, algo que quase custou a carreira política dele.

Nesse sentido, observamos que o então governador Petrônio Portella possuía na sua gestão uma aproximação política movida mais pelo pragmatismo político do que propriamente por ideologia ou adesão com as políticas do então presidente Goulart. Todavia, essa aproximação resultou no seu apoio pelo menos no primeiro momento ao presidente constitucional durante o golpe de 1964, entretanto, com a consumação do golpe de 1964, o então governador rapidamente muda de posicionamento e apoia o governo instalado pelos militares.

"Apoio, adesão e colaboração": a ascensão no cenário nacional durante a ditadura militar

Com o golpe civil-militar de 1964, as Forças Armadas por meio da repressão cassaram os mandatos dos governadores que eram favoráveis e que declararam apoio ao governo Goulart e a posteriori, cassou os mandatos dos governadores que anteriormente tinha apoiado e participado do golpe, mas que devido desentendimento políticos tornaram oposição ao governo ditatorial, como no caso exempla da cassação dos governadores Mauro Borges de Goiás e de Adhemar de Barros de São Paulo.

Nesse sentido, visamos analisar por meio da análise dos conceitos de "cultura política" e de "apoio" e "acomodação" como o então governador piauiense conseguiu não só ter sobreviver no seu mandato de governador, como subiu para o cenário em nível nacional pelo senado

durante a ditadura militar e continuou influente no cenário local do estado do Piauí.

Uma das principais perguntas quando estudamos a trajetória do Petrônio Portella, é o porque ele não perdeu seu mandato de governador por causa da carta em defesa da legalidade-constitucional. Como salienta o jornalista e seu biógrafo Tavares (2010, p. 176), Petrônio Portella fez um movimento naquela situação de crise política institucional, arriscado que podia ter custado o seu futuro político e de sua família, porém, aponta que talvez ele não foi cassado e preso – como ocorreu com os governadores Miguel Arraes e Seixas Dória – por um "golpe de sorte". Não acreditamos que a manutenção do mandato de Portella, a aproximação que teve com os governos militares da ditadura e de seu crescimento na esfera política nacional, em meio a ditadura militar, seja uma coincidência ou algo relacionado à sorte.

Outros pesquisadores, como o historiador Castro (2022, p.282), defende que existe indícios de que Petrônio Portella apesar de fazer o pronunciamento a favor de Goulart, não se comprometeu com o presidente em defesa da legalidade em ações concretas, como quando negou qualquer ajuda material ao governador Miguel Arraes a uma resistência armada contra o golpe de 1964, sendo a carta mais fruto de um cálculo político e estratégico naquele momento. O autor defende que o político preferiu manter na espreita, mesmo após os manifestos simbólicos a favor da legalidade constitucional, sendo esses gestos uma "tentativa de manter acesa a áurea de progressista em terras piauienses ou mesmo esperar o desenrolar dos acontecimentos mantendo abertas para si as possíveis soluções daquele momento" (CASTRO, 2022, p. 283).

Defendemos que o governador Petrônio Portella de fato se arriscou com a nota-manifesto favorável ao mandato do presidente Goulart, principalmente a mensagem enviada no dia 01 de abril de 1964 que podia resultar em tensões e atritos com os militares devido a sua aproximação e defesa do mandato do presidente que foi acusado ser "comunista". Para amenizar os ânimos e as tensões com os militares, divulgou uma carta manifesto no dia 02 de abril de 1964, tornando público aos piauienses o seu apoio à nova ordem política vigente.

Essa postura "camaleônica" do então governador pode ter sido oportunista, mas faz parte de uma conjuntura política maior e não significa

dizer que ele não corria riscos de ter sua trajetória política prejudicada. O conceito de "culturas políticas" (MOTTA, 2018), auxilia a entendermos determinados posicionamentos políticos das elites piauienses em especial em momentos de crise política de apoio ao lado vencedor é algo normalizado, principalmente relacionado às rupturas democráticas que tendem a terem o apoio das elites para deixarem inalteradas as suas posições de mando.

De acordo com Castro (2022, p. 277), figuras políticas como Petrônio Portella e entre outras do estado do Piauí, se adaptaram mudança de diversos contextos políticos, sejam eles democráticos ou autoritários, mantendo-se em posição de poder por meio de negociações e utilizando das artimanhas e da teatralidade do poder, visando permanecer seu status quo político.

Motta (2021, p.166), define como acomodação as pessoas que não desejavam aderir a ditadura por não partilha seus valores dominantes, "[...] mas que não tinha a intenção de resistir frontalmente - por medo ou por acharem inútil -, buscaram estratégias de conviver com a ditadura, inclusive como forma de reduzir os efeitos da repressão". O conceito de acomodação encaixa perfeitamente ao posicionamento pragmático de Petrônio Portella em mandar a carta-manifesto apoiando o golpe civil-militar, contudo, o posicionamento político de Petrônio Portella teve alteração e foi realizada algumas "táticas" para manter-se no cargo, apesar das desconfiança de setores mais radicais das Forças Armadas.

Segundo o jornalista Castello Branco (2018, p.134), aponta que talvez a manutenção do cargo de Portella se deu pela influência do então senador do Piauí, José Cândido Ferraz da UDN que estava entre os grupos conspiradores civis e militares, além disso, o então governador do Piauí que já conhecia o presidente ditador Humberto Alencar Castello Branco, esteve na sua posse e numa reunião com o mesmo, deixou o seu cargo à disposição (TAVARES, 2010, p. 181). A própria influência da permanência do mandato do cargo de Portella, além de estar relacionado com o seu apoio ao golpe de 1964, também está relacionado com o peso familiar das influências políticas, um traço predominante na "cultura política" brasileira.

Para Motta (2014, p. 15), existe uma "cultura política" de acomodação de interesses de grupos em disputa, "[...] em um jogo de mútuas

concessões, para evitar conflito agudo, sobretudo quando os contendores principais pertencem às elites sociais", isto é, a própria repressão, prisão e cassação adotadas pela ditadura contra seus opositores não foram a regra adotada, quando seus membros eram influentes e pertencentes a grupos das elites políticas e econômicas. Segundo Castro (2022, p. 289), o caso piauiense, pode-se observar parte dos políticos oriundos de setores específicos das elites políticas os seus reposicionamentos ideológicos, adaptações, acenos adesistas, somado com aproximação social-familiar com membros de poder, foram elementos fundamentais para a preservação de seus cargos políticos, como na trajetória de Petrônio Portella.

Além dos laços familiar, Petrônio Portella na sua gestão como governador do Piauí, pós-1964, afastou-se das demandas de reformas de base, apoiando na bandeira da defesa da "ordem" e do apoio ao desenvolvimento a partir do capital estrangeiro - modelo econômico defendido pelos militares, atrelando-se aos ideais do regime ditatorial. Nesse sentido, acreditamos que com o passar dos anos para Portella não só sobreviver mas crescer politicamente, aderiu ao regime militar.

Segundo Motta (2021, p.154), define como adesão aqueles indivíduos ou grupos sociais que não só apoiaram a ditadura, mas como colaboraram com a mesma, seja pela afinidade ideológica com os militares, seja pelo o apego a vantagens e cargos de poder por meio do regime militar. Petrônio Portella, nesse sentido como governador não só aderiu aos militares em nível discursivo, como se tornou um dos principais representantes da ditadura no meio político civil, principalmente com a reorganização da ARENA - partido de sustentação da ditadura - no estado do Piauí (ROCHA, 2017, p. 230).

Além disso, o então governador aproveitou-se e adaptou-se a nova conjuntura política vigente, para aproximar-se do governo Castello Branco com o objetivo de atrair recursos para o estado do Piauí, principalmente através da construção da Barragem de Boa Esperança, considerada pelas elites como um projeto que visava o progresso econômico do estado. Os próprios posicionamentos de Portella podem ser considerados pragmáticos em tentar conciliar com o governo ditatorial com o objetivo de criar uma aproximação com os dirigentes da ditadura militar a fim de conseguir recursos financeiros e criar vantagens políticas.

Em 1966, renúncia o mandato de governador para concorrer ao car-

go de senador pela Arena, se torna aos poucos um dos principais líderes da Arena pelo senado. Sua influência com os presidentes militares pode ser observada na indicação ao cargo de governador, o seu primo Helvídio Nunes de Barros, o seu aliado Dirceu Mendes Arcoverde (1975-1978) e seu irmão, Lucídio Portella Nunes (1979-1982). Todavia, apesar da aproximação que Portella teve com a ditadura militar, mesmo tendo mantido o seu cargo de governador, ter sido eleito ao mandato de Senador pela ARENA e indicado seu sucessor, não significava que Petrônio Portella não fosse visto com desconfiança pelos militares mais radicais que viam o piauiense como um "oportunista" e "esquerdista" devido ao seu passado.

Durante o contexto do endurecimento do regime militar com a promulgação do Ato Institucional nº5, foi elaborada uma documentação elaborada pelos órgãos de informação da ditadura militar que encaminhou para o Conselho de Segurança Nacional, para aplicar o AI-5 no então senador Petrônio Portella Nunes, nesse documento foi realizada uma série de levantamento sobre seu histórico, discursos proferidos, discursos e opiniões dos seus adversários políticos e sua proximidade que possui com o governo Goulart antes do golpe de 1964. Podemos observar nesse fragmento na exposição dos motivos, as razões colocadas pela "comunidade de informações" para a cassação do mandato de Petrônio Portella:

> Tenho a honra de dirigir-me a Vossa Excelência, relativamente à representação do Ministro de Estado da Justiça, para suspensão dos direitos políticos e cassação do mandato eletivo federal do senhor PETRÔNIO PORTELA NUNES, Senador pela ARENA Seção do PIAUÍ nos têrmos do Artigo 2, do Ato Complementar no 39º. Esta Secretaria-Geral, após proceder a minucioso estudo do assunto, compulsando tôda documentação encaminhada pelo Serviço Nacional de Informações e outros Órgãos de Informações dos Ministérios Militares, concluiu pela inteira procedência das medidas propostas, em face das atividades de há muito desenvolvidas pelo indiciado, contrárias ao espírito da Revolução de 31 de março. Considerado político oportunista, quando Governador do Estado praticou o tráfico de influência, e esteve sempre ligado aos corruptos e subversivos da situação anterior ao movimento de 31 de março. Revolucionário de última hora, negou seu apoio àquele movimento desafiando o Exército aderindo à Revolução apenas por interêsse pessoal - sobrevivência política. (CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL, Janeiro de 1969)

Nesse trecho do documento encaminhado para o Conselho de Segurança Nacional sobre o processo de Petrônio Portella Nunes, observarmos que os militares que produziram esse documento visavam enquadrar o piauiense no AI-5, devido ao seu passado, por ter apoiado a bandeira da legalidade no primeiro momento, sendo considerados pelos mesmo como um oportunista, que aderiu a chamada "Revolução" pela sua sobrevivência pessoal.

Esse documento revela na nossa análise a dimensão de que mesmo o Petrônio Portella em 1969, sendo um senador da Arena, vice-líder da Arena no Senado, ainda possuía militares e grupos civis que queriam cassar Portella tendo como justificativa o seu passado. Que mesmo ele sendo considerado por alguns como a figura da ditadura militar, ele era vigiado por alguns setores extremados das Forças Armadas.

Nessa ficha produzida pela "comunidade de informações", não apenas possuía dados de sua biografia, mais discursos de seus opositores no senado, detalhamento de sua aproximação com o governo Goulart, suas comunicações, seus discursos no senado, reportagens destacando o jornal *Estado do Piauí* de Josípio Lustosa que por fazer oposição ao Portella, divulgava representações que lembrava os seus leitores a respeito do posicionamento do então governador a favor de Goulart e contra as Forças Armadas.

Portanto, consideramos que mesmo Petrônio Portella tenha por motivos pragmáticos e por estratégia política, aderido à ditadura militar e se aproximado dos ditadores militares, conseguindo inclusive subir na sua carreira política no cargo de Senador, sendo uma das principais vozes da ARENA e ter forte influência política estadual através de seus parentes e aliados, era vigiado por setores militares mais extremados. Nesse sentido, Petrônio Portella, na sua posição durante a ditadura militar mesmo que tenha aderido ao governo, teve que tomar cuidado e ser cauteloso para não tomar decisões que pudessem prejudicar o seu futuro político.

Considerações finais

Nesta análise da trajetória de Petrônio Portella Nunes, principalmente nos seus posicionamentos durante o golpe de 1964 e durante a

ditadura militar, revela as complexidades da conjuntura política do momento e as ações políticas realizadas por grupos políticos que detém o poder em momento de crises políticos e suas adaptações à nova conjuntura seja ela democrática ou autoritária.

O estudo sobre Petrônio Portella, como um membro das famílias tradicionais da política piauiense, faz entendermos a forte "cultura política" presente no Brasil, no caso específico durante a ditadura militar, de como os laços sociofamiliares, as adesões e reposicionamentos foram fundamentais para a adesão e colaboração de setores sociais, principalmente da elite econômica e política com o regime militar.

Consideramos nesse estudo o Petrônio Portella durante o golpe de 1964, ele foi acima de tudo, um político, que numa situação de crise política conseguiu adaptar-se à realidade pós-golpe de 1964, não apenas ter mantido seu mandato de governador do Piauí, mas se eleger senador e tornar-se um dos principais líderes da Arena no cenário nacional, durante plena vigência da ditadura militar, mesmo com todas as incertezas e perigos que podia encontrar.

Defendemos que esse posição de políticos de tirar proveito de uma situação política de ruptura democrática, não é uma atitude isolada do Petrônio Portella Nunes, mas que faz parte da "cultura política" brasileira, fazendo parte de um *modus operandi* político das elites políticas que visam permanecerem nas suas posições de poder político, adaptando-se e conciliando os interesses com as novas realidades políticas surgidas mesmo aquelas que são de períodos marcados pelo autoritarismo e a violência.

Referências

BAHIENSE, Daniel de Albuquerque. **O soldado e o intelectual:** um estudo sobre a trajetória política de Petrônio Portella. Tese: Doutorado em História Social. Rio de Janeiro: UFRJ, 2018.

BARROS, Helvídio Nunes de. **Tempos de Política.** Teresina: Alínea Produções, 1996.

BARROS, Helvídio Nunes de. Homenagem a Petrônio Portella. In: LEMOS, Oswaldo. **Petrônio Portella:** depoimento à história política brasi-

leira. Teresina: APL, 2016 , p.167-175.

CASTRO, Francisco José Leandro Araújo de. **1964**: memórias e cultura políticas no Piauí. Teresina: Cancioneiro, 2022.

DELGADO; Lucília Almeida Neves; PASSOS, Maturo. Catolicismo: direitos sociais e direitos humanos (1960-1970). In: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs). **Brasil Republicano – O tempo da ditadura**: regime militar e movimentos sociais em fins do século XX. 2 edição. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. p.93-132.

LEVI, Giovani. Usos da biografia. In: AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos & abusos da história oral**. 8 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2006, p.167-182.

MENDES, Felipe. **Economia e desenvolvimento do Piauí**. Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 2003.

MEDEIROS, Antônio José. **Movimentos sociais e participação política**. Teresina: CEPAC, 1996.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. Cultura política e ditadura: um debate historiográfico. **Tempo & Argumento**: Florianópolis, v. 10, n. 23, p. 109 - 137, jan./mar. 2018.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **Passados presentes**: o golpe de 1964 e a ditadura militar. São Paulo: Zahar, 2021.

MOTTA, Rodrigo Patto Sá. **As universidades e o regime militar**: cultura política brasileira e modernização autoritária. Rio de Janeiro: Zahar, 2014.

OLIVEIRA, Marylu Alves de. A cruzada antivermelha – democracia, Deus e terra contra a força comunista: representações, apropriações e práticas anticomunistas no Piauí da década de 1960. Dissertação (Mestrado em História do Brasil). Teresina: UFPI, 2008

OLIVEIRA, Marylu Alves de. **Contra a foice e o martelo**: considerações sobre o discurso anticomunista piauiense no período de 1959-1969: uma

análise a partir do jornal "O Dia". Teresina: Fundação Monsenhor Chaves, 2007.

ROCHA, Damião Cosme de Carvalho. **Nas franjas da história**: singularidades e distinção da liga camponesa de matinhos na terra dos Carnaubais - Piauí. Tese (Doutorado em História Social). Rio de Janeiro: PUC-RJ, 2017.

TAVARES, Zózimo. **Petrônio Portella**: uma biografia. Teresina: ed. do autor, 2012.

Fontes

CONSELHO DE SEGURANÇA NACIONAL. **Processo de Petrônio Portella Nunes**. Ato Institucional nº5. Brasília: Janeiro de 1969.

Discurso pronunciado pelo governador Petrônio na tarde do dia 1 de abril de 1964 no Palácio de Karnak na presença de operários e jornalistas e gravado em fita imagética e que se encontra no Conselho de Segurança Nacional. **Estado do Piauí**: Teresina, 02 de fevereiro de 1969, nº1121, p.4.

Governador Cabeçudo. **Estado do Piauí**: Teresina, 09 de julho de 1964, nº657, p.1.

MENDES, Simplício de Sousa. Petrônio é coerente. **O Dia:** Teresina, 03 de abril de 1964, nº1207, p.3.

NUNES, Petrônio Portella. **Nota Oficial**. 01 de março de 1964. Palácio do Governo: Gabinete do governador.

NUNES, Petrônio Portella. **Nota Oficial**. 02 de março de 1964. Palácio do Governo: Gabinete do governador.

NUNES, Petrônio Portella. **Nota Oficial**. 31 de março de 1964. Palácio do Governo: Gabinete do governador.

Teresina: situação calma e de ordem. **O Dia**: Teresina, 02 de abril de 1964, nº 1206, p. 8.

PARTE II
ENSINO DE HISTÓRIA E PRÁTICAS DE ENSINO

ENSINO DE HISTÓRIA E HISTÓRIA LOCAL: MANIFESTAÇÕES CULTURAIS E RELIGIOSAS NO TERRITÓRIO SERRA DA CAPIVARA

Estefene Mendes da Silva[1]
Rafaela de Oliveira Souza[2]
Cristiane Maria Marcelo[3]

Introdução

O presente capítulo é um relato de experiência fruto da nossa participação no Programa Residência Pedagógica, edital CAPES nº 24/2022, junto ao curso de História da Universidade Estadual do Piauí, campus São Raimundo Nonato. O programa tem como seus objetivos aproximar os graduandos dos liames que envolvem o ambiente escolar e aprimorar as habilidades e competências necessárias para a atuação como professor em sala de aula. Durante os três módulos do programa, o subprojeto de História desenvolveu propostas didáticas relacionadas ao Ensino de História e História local. No presente texto exploramos as experiências vivenciadas no segundo módulo, desenvolvidas com alunos do 6º ano da Unidade Escolar Epitácio Alves Pamplona da rede municipal de São Raimundo Nonato – PI entre os meses de maio e novembro de 2023.

1. Graduanda do curso de Licenciatura em História, na Universidade Estadual do Piauí – Campus Prof. Ariston Dias Lima, São Raimundo Nonato-PI. E-mail: estefenesilva@aluno.uespi.br

2. Graduanda do curso de Licenciatura em História, na Universidade Estadual do Piauí – Campus Prof. Ariston Dias Lima, São Raimundo Nonato-PI. E-mail: rafaelasouza@aluno.uespi.br

3. Docente orientadora. Universidade Estadual do Piauí – Campus Prof. Ariston Dias Lima, São Raimundo Nonato-PI. E-mail: cristiane.marcelo@srn.uespi.br

O segundo módulo do programa dedicou-se a explorar os Saberes, Religiosidades e Manifestações Culturais no Território Serra da Capivara. Cada dupla ficou responsável por problematizar uma temática. Nosso foco recaiu sobre as Manifestações culturais e religiosas. Em termos de metodologia, o módulo teve como proposta o ensino baseado em projetos. O ensino baseado em projetos pondera que os alunos estejam incluídos no que está sendo abordado, favorecendo uma maior aproximação entre professor e aluno, ou seja, há uma maior relação do sujeito com o conteúdo explicado. Nessa metodologia ativa, os alunos são incentivados a desenvolverem pesquisas, preferencialmente em grupo, para responderem a uma determinada questão norteadora, a uma questão-problema, e no final apresentam os resultados da sua pesquisa em forma de exposição ou de algum produto construído em grupo.

O projeto desenvolvido buscou promover o fortalecimento dos sentimentos de identidade e de pertencimento a partir do ensino da história de São Raimundo Nonato e região, pois o conhecimento do lugar de pertença favorece o reconhecimento dos alunos enquanto sujeitos históricos. Nessa perspectiva, os alunos se entendem como seres ativos no ensino de história, visto que, muitas vezes, a história ensinada é distante de sua realidade e não consegue se conectar com esse ensino.

Como dito anteriormente, o projeto foi realizado em duas turmas de 6° ano do ensino fundamental, porém aplicamos estratégias de ensino diferentes para cada uma delas, pois encontramos dificuldade com alunos que ainda não eram alfabetizados. O projeto, desenvolvido em estreito diálogo e colaboração com a preceptora Ana Karla Macedo e com a docente-orientadora Cristiane Maria Marcelo, tomou por base um conjunto variado de estratégias didáticas como a produção de mapas mentais, de acrósticos, de fanzines e construção de livretos que favorecem a interação e o comportamento ativo dos alunos.

Para fins e organização, o texto inicia com um debate sobre a importância do ensino da história local e as especificidades que envolvem a metodologia baseada em projetos. Seguimos com a apresentação das etapas do desenvolvimento da nossa proposta pedagógica e reflexão sobre os resultados alcançados e encerramos com as considerações finais.

Diálogos com a teoria e a metodologia

Muitas vezes, os alunos da educação básica não conseguem encontrar um sentido na história que é ensinada em sala de aula, não veem nela uma aproximação e muito menos uma identificação com a realidade em que vivem. O espaço reservado à história da Europa geralmente é muito maior do que aquela conectada a sua realidade. O professor se encontra refém do sistema, do perigo de uma história única, como destaca Chimamanda Adichie (2009), e muitas vezes acaba utilizando somente o livro didático, focado em uma proposta de currículo nacional padronizado, não dispondo de outros materiais que proponham aos alunos pensarem a partir da perspectiva local e muito menos compreenderem o que seria essa história.

Nesse contexto, o desenvolvimento de atividades e/ou projetos focados na história local faz-se necessária para que alunos, que são os principais sujeitos do aprendizado, se encontrem nela, sendo também um caminho para perceberem que o seu lugar possui história. Como afirma Vilma de Lurdes Mello (2015, p. 110):

> [...] o ensino da história local ganha significado e importância no ensino Fundamental exatamente pela possibilidade de introduzir e pronunciar a formação de um raciocínio histórico que contemple não só o indivíduo, mas a coletividade, apreendendo as relações sociais que ali se estabeleceram, na realidade mais próxima.

Ao analisar a fala da autora pode-se perceber a importância da história local e como pode ter impacto diretamente na vida em sociedade e também na construção do conhecimento histórico. O projeto por nós desenvolvido focou em algumas das manifestações culturais e religiosas de São Raimundo Nonato e região, muitas ainda praticadas pelos nossos alunos ou pelos seus familiares, o que facilitou a identificação com a temática.

A partir da história local pode-se estudar a realidade de uma história mais próxima do cotidiano e favorece a troca de experiências entre seus interlocutores. Além de ser crucial na construção de identidades, a história local tem o poder de afirmar a voz e as ações políticas, econômicas, sociais e/ou culturais de comunidades, de sujeitos históricos que fazem

parte do nosso convívio, mas são ignorados em sala de aula. Lurdes de Mello também lembra que:

> A construção e elaboração da história local podem ser reveladora da realidade cotidiana das comunidades, no sentido de configurar e explicar os problemas por eles enfrentados, ao mesmo tempo que, em mão dupla, os problemas e questionamentos das comunidades podem suscitar a necessidade de, no exercício de compreendê-los e buscar soluções numa práxis, se proceda a sua elaboração e registro (Mello, 2015, p. 42).

Essa reflexão norteou nossa abordagem metodológica do trabalho desenvolvido que se orientou a partir da aprendizagem baseada em projetos. Esta é uma metodologia ativa utilizada pelos professores que, a partir de questões norteadoras e de desafios, incentiva os alunos a produzirem conteúdos, a pesquisarem sobre problemáticas que fazem parte do seu cotidiano. Nesta metodologia, o professor não deve se perceber como detentor de todo o conhecimento, mas entender que os alunos têm suas vivências e suas próprias experiências que precisam ser consideradas.

Ao refletir sobre o ensino baseado em projetos o autor Fabricio Pecheco (2017, p. 24) afirma "no método ativo de ensino, o professor assume o papel de orientador, supervisor e facilitador da aprendizagem, mas não representa a única fonte informação na qual o estudante busca se apoiar". O autor ainda pontua que "todo foco é apontado em direção ao aluno sendo ele protagonista do processo de ensino-aprendizagem em alguns aspectos são: o "fazer" (montar, elaborar) e o pensar (refletir) a respeito das atividades que estejam elaborando" (Pecheco, 2017, p. 24). A partir disso, podemos perceber que o aluno desenvolve as habilidades de pensar, de questionar o que está sendo desenvolvido, ao mesmo tempo em que ele aprende. Eles também são produtores de conhecimento, pois são conhecedores da sua própria realidade.

As aulas baseadas em projetos têm prós e contras. Os pontos positivos percebidos são a empolgação dos alunos em serem indivíduos ativos na sua própria formação, isso gera um interesse nos assuntos ensinados, ainda mais quando se percebem no contexto que está sendo analisando. Outra questão é esta perspectiva metodológica rompe com as formas tradicionais de aprendizagem. Em contrapartida, é possível encontrar dificuldades como o déficit de aprendizagem e os alunos que não estão no

mesmo ritmo que os demais, sendo necessário o professor se reinventar.

Nas linhas que seguem problematizamos alguns aspectos do projeto que foi desenvolvido, as estratégias didáticas utilizadas e algumas impressões sobre os resultado do mesmo.

A aplicação do projeto e seus impactos

Conforme já mencionado no início do texto, no segundo módulo do Programa Residência Pedagógica o enfoque da temática do nosso projeto foi "Religiosidades e manifestações culturais no território Serra da Capivara". Antes de iniciar a aplicação houve um momento voltado para a formação dos residentes, na qual nos inteiramos das temáticas a serem desenvolvidas, bem como a aplicação de atividades que poderiam ser desenvolvidas em sala. O curso de formação de 24h foi ministrado pela professora Cristiane Maria Marcelo, docente orientadora, funcionou como uma preparação para a aplicação do projeto. Nele tivemos a oportunidade de debater textos e produzir atividades didáticas com perspectivas inovadoras que, posteriormente, seriam experimentadas em sala de aula.

No primeiro dia de aula na escola o objetivo foi saber quais eram os conhecimentos prévios dos alunos sobre o tema. Para isso, fizemos produzimos uma nuvem de palavras com a seguinte pergunta: "Quais festividades religiosas você conhece na região Serra Da Capivara?" Neste momento foi perceptível a falta de conhecimento por partes dos alunos, algo que foi surpreendente, já que imaginávamos que teria diversidade nesse quesito, levando em consideração que o Piauí é um dos estados mais religiosos do Brasil, mas, no momento desta atividade, percebemos que a religiosidade está distante da realidade dos alunos.

A partir do resultado desta atividade diagnóstica, dividimos a aplicação do projeto em duas partes. A primeira, objetivou apresentar uma parte teórica em estreito diálogo com os alunos, onde debatemos questões relacionadas às principais religiões praticadas em São Raimundo Nonato e algumas das manifestações culturais características da região. As aulas eram acompanhadas de atividades para fixação dos conteúdos trabalhados e do uso de muitas fontes, pois partilhamos da ideia de que o uso diversificado de fontes estimula a criatividade, a curiosidade, a criticidade, além de importantes instrumentos na mediação entre o alu-

no e o conhecimento. Circe Bittencourt, autora referência no assunto, lembra que:

> Em História, não se entende como apreensão de conteúdo apenas a capacidade dos alunos de dominar informações e conceitos de determinado período histórico, mas também a capacidade das crianças e jovens de fazer comparações com outras épocas, usando, por exemplo, dados resultantes da habilidade de leitura de tabelas, gráficos e mapas ou de interpretação de textos (Bittencourt, 2008, p. 106).

No segundo momento do projeto partimos para uma parte mais prática, onde, com a ajuda de nossa preceptora, incentivamos os alunos a realizarem entrevistas, a produzirem maquetes, livretos e outros materiais que seriam apresentados no dia da culminância. O apoio de nossa preceptora nesta etapa foi mais do que essencial, pois os alunos foram organizados em grupo e precisamos lidar com alguns episódios de indisciplina. Ela também nos ajudou com ideias sobre as possíveis atividades a serem desenvolvidas.

Durante a primeira etapa do projeto, dedicamos as duas aulas iniciais para trabalhar com intolerância e racismo religiosos com o intuito de promovermos a conscientização e estabelecermos respeito entre os colegas. Uma das turmas em que o projeto foi aplicado o projeto, o 6° B, tinha 23 alunos, portanto, é nítido que teríamos suas diferenças, ainda mais por se tratar de religiões.

Com o apoio de slides, fizemos o uso de notícias recentes sobre intolerância religiosa, lidas em voz alta, e especificando que é algo bastante comum no Brasil, mas que precisa ser combatido. Aproveitamos para explorar o dia a dia deles mostrando que certas frases e palavras ditas em tons de "brincadeirinhas" com a crença do próximo pode ser considerado crime. Este momento inicial foi importante, pois muitos alunos perceberam e falaram o quão danoso é julgar o outro pela religião que possuem.

Nas aulas seguintes, abordamos sobre o catolicismo que é a maior religião em São Raimundo em números de fiéis. Esta aula também foi muito embasada no trabalho de Jessika Gomes (2014) "As festividades do Padroeiro em São Raimundo Nonato - Piauí (2000-2014)", quando estudamos a história do padroeiro da cidade e fizemos uma articulação

entre as perspectivas do sagrado e do profano. Também exploramos o protestantismo e finalizamos falando sobre a crescente participação da comunidade sanraimundense nas religiões de matriz africana.

Para cada religião tivemos um momento de aprofundamento em que partíamos de uma concepção mais geral até chegar na cidade de São Raimundo Nonato, até mesmo como forma dos alunos se aproximarem do tema e ter um maior conhecimento sobre a temática. As aulas foram fruto de muitas pesquisas, pois, com exceção do catolicismo, não temos trabalhos específicos sobre a prática das outras religiões na cidade.

Na primeira parte do projeto, além de religiões, trabalhamos outras expressões da cultura e da religiosidade popular da região com usos de textos, imagens e depoimentos de líderes religiosos. Uma dessas expressões foi a Cova da Tia, um local de peregrinação e de devoção no município de Bonfim do Piauí, distante cerca de 34 km de São Raimundo. De acordo com a memória da população e do trabalho de Crisvanete Aquino (2009), a Tia foi uma escravizada que fugiu da opressão que vivia, se perdeu na mata e acabou falecendo. Um vaqueiro encontrou o corpo da escravizada e depois de enterrá-la alcançou a benção desejada e a associou à Tia (Aquino, 2009). Pedimos para que os alunos compartilhassem alguma manifestação singular como a Cova da Tia. Alguns trouxeram experiências familiares, mas apenas um aluno sabia da existência da Cova da Tia. Foi um assunto que arrancou curiosidades por parte da turma. Como atividade solicitamos um desenho a partir da explicação e da imagem do local onde está a Cova da tia.

Outra manifestação cultural bastante forte na região é a festa do Vaqueiro. A festa do Vaqueiro também é uma festa religiosa, uma das que podemos ver a mistura do profano e o sagrado. Esse foi um momento em que as duas turmas do 6° ano falaram sobre suas experiências individuais para compartilhar, sendo um dos momentos de maior conexão entre os residentes e os alunos, pois eles se viam inseridos nesse contexto, sempre tendo algum familiar que fosse vaqueiro. Usamos como embasamento o trabalho de Renata Rodrigues Paes Landim (2009) intitulado "Cavalgadas ao santo: história e memória dos vaqueiros nos festejos de São Raimundo Nonato (1985 a 2009)".

Os caretas também foi uma outra manifestação abordada em sala, na qual muitos conheciam e tinham curiosidades a respeito. Os caretas é

uma manifestação que ocorre na semana santa e é uma das mais antigas da região. As pessoas saem nas ruas mascaradas e com fantasias criativas onde fazem espetáculos pelas ruas. Essa aula foi importante para percebermos que alguns elementos da cultura local estão sendo deixadas de lado com a modernidade.

Após as aulas expositivas e dialogadas, quando os alunos já tinham mais domínio das temáticas abordadas, partimos para o segundo momento do projeto. A proposta desta etapa era incentivar os alunos das duas turmas a produzirem materiais escritos e imagéticos a partir da realização de entrevistas

No entanto, durante o desenvolvimento da primeira etapa do projeto na U.E Epitácio Alves encontramos muitos alunos, especialmente do 6º ano C, que não sabiam ler e escrever. Este foi um grande desafio, pois percebemos que o conteúdo não poderia ser abordado de forma igual para os alunos das duas turmas, tivemos que pensar em outras abordagens para inseri-los no debate das questões. Neste sentido, usamos e abusamos de atividades manuais, de colagem.

Na turma do 6° ano B os alunos tinham uma maior facilidade com a leitura e com a escrita, portanto, pedimos a eles que realizassem entrevistas com membros de cada uma das três religiões trabalhadas na primeira etapa. A ideia, a princípio, seria levá-los na igreja matriz de São Raimundo Nonato, na igreja evangélica mais antiga da cidade e em um terreiro de umbanda. Em cada uma dessas visitas eles entrevistariam uma pessoa e a partir delas desenvolveram fanzines, cartazes, esculturas de papel. Porém, a escola não disponibilizou o ônibus. Com a ajuda da nossa preceptora, conseguimos visitar somente a igreja católica que ficava perto da escola. Membros da igreja evangélica e da umbanda foram convidados para irem à escola, falar de suas respectivas religiões e serem entrevistados pelos alunos.

Os alunos da turma foram divididos em três grupos e cada um ficou com uma religião. Reservamos uma aula para a preparação das entrevistas. Explicamos a importância de um relato oral, como os alunos deviam se comportar, como as perguntas deveriam ser feitas.

Figura 1- Palestra com duas umbandistas

Fonte: Arquivo do projeto, 2023

Figura 2 - Entrevista com o padre

Fonte: Arquivo do projeto, 2023

A primeira entrevista foi realizada com duas umbandistas, (figura 1) que foram convidadas a irem à escola. Durante a entrevista os alunos sanaram muitas dúvidas sobre a religião, foram muitas perguntas feitas, não somente pelo grupo, mas pelos demais alunos. Nesse momento foi perceptível que os alunos tinham bastante interesse sobre a religião, pois demonstraram muito entusiasmo e curiosidade em conhecer detalhes sobre a origem dos nomes dos orixás, o uso das roupas, o significado de algumas palavras. Momentos como este são muito importantes e essenciais para divulgar a história e a cultura afro-brasileira e contribuem no combate aos preconceitos que ainda imperam em nossa sociedade.

Ao realizar a entrevista com o padre Alaércio Carvalho Souza (figura 2), os alunos se mostraram bastante empolgados, até mesmo por estarem no espaço da igreja. O grupo responsável fez as perguntas, mas teve a participação dos demais alunos que também tinham suas dúvidas. As principais perguntas feitas foram sobre as festividades católicas na cidade, quais santos eram festejados. Também teve perguntas como: Em que ano a igreja foi construída? Por quem? Quais pessoas estão enterradas na igreja? Essa entrevista se faz importante pois os alunos perceberam a diversidade religiosa que existe na cidade e como o catolicismo carrega um grande números de fiéis, pois se impressionaram sobre a quantidade de fiéis que passam na cidade no período da festividade ao padroeiro da cidade são Raimundo Nonato, somando em média cinco mil pessoas.

A terceira e última entrevista foi feita com uma memorialista, Marizete Paz, da igreja Cristã Evangélica. Ela foi escolhida pois faz parte da igreja mais antiga da cidade. Nessa entrevista, os alunos não demons-

traram muito entusiasmo como observado nas anteriores. As perguntas direcionadas à memorialista estavam voltadas para como os cultos eram realizados e como aconteciam as festas religiosas, como era a participação da comunidade externa.

Depois da realização das entrevistas reservamos algumas aulas para que os alunos colocassem em prática a sua criatividade na produção de acrósticos, fanzines e livretos que foram apresentados às outras turmas da escola no dia da culminância do projeto. Nestes momentos, atuamos como mediadoras do conhecimento, direcionando os alunos na realização das atividades para que eles se percebessem como agentes da aprendizagem. Foi perceptível o engajamento na elaboração dos produtos fruto da pesquisa, das entrevistas que eles mesmos fizeram. Foram momentos de muito aprendizado em que os alunos se sentiram à vontade para compartilharem com a turma as histórias trazidas de casa.

Já na turma do 6º ano C, onde os alunos possuíam uma dificuldade de leitura e escrita, as aulas mais práticas foram reservadas para o desenvolvimento de atividades manuais. Com base no que tinha sido explicado, eles produziram desenhos sobre os vaqueiros, que foi um dos assuntos que se mostraram mais interessados. Os que sabiam escrever, relataram a história de alguns dos seus familiares. Outros ainda demonstraram o interesse de darem continuidade à história de pais e/ou tios e praticarem as atividades do vaqueiro como esporte.

Outro momento foi reservado para a construção de maquetes, tanto da igreja evangélica quanto da igreja católica, tendo nesse momento uma grande participação da turma. Foram usados materiais como papelão e outros cedidos pela direção da escola, com a qual estabelecemos uma excelente parceria. Como não tinha como construir uma maquete de um terreiro por falta de acesso, os alunos produziram desenhos e colagens em uma cartolina onde também colocaram informações sobre a religião e apresentaram na culminância.

Figura 3- Exposição de desenhos

Fonte: Arquivo do projeto, 2023

Figura 4 - Construção de Maquete

Fonte: Arquivo do projeto, 2023

Figura 5 - Maquete da Igreja Evangélica

Fonte: Arquivo do projeto, 2023

Figura 6 - Maquete da Igreja Matriz

Fonte: Arquivo do projeto, 2023

No dia da culminância, que aconteceu em uma sala com as produções das duas turmas, todos os materiais foram expostos para a escola. Podemos observar o quanto os alunos aprenderam com as aulas. Fizemos joguinhos de perguntas, as turmas se saíram muito bem e mostraram ter domínio do tema. Este domínio também pôde ser percebido nas exposições das maquetes na qual cada grupo ficou responsável por expor seus conhecimentos, além dos desenhos de vaqueiros.

O programa residência pedagógica acrescentou em muito no que se refere à pesquisa, ao ensino, em nosso processo de formação, nos permitindo perceber que um ensino não precisa se basear na mesmice, mas, que os professores têm a capacidade de se reinventar. Além disso, pode

ser perceptível a importância da história local e como faz os alunos se perceberem como principais sujeitos da aprendizagem. Ao trabalhar manifestação religiosa com alunos de 6° ano constatamos que questões relacionadas ao preconceito religioso necessitam ser trabalhadas constantemente, pois só assim pode ser combatido.

Considerações finais

O desenvolvimento do projeto agregou conhecimentos tanto às residentes quanto aos alunos da U. E. Epitácio Alves Pamplona e só fortalece a necessidade da continuidade de programas como o Residência Pedagógica que, além de contribuir para a troca de experiências, essencial no processo de construção da identidade profissional, aprofunda o contato dos futuros professores e os ajuda a lidar com diversidade de desafios que envolvem do chão da escola. Isso pode ser percebido na forma como buscou-se mediar a triste realidade de alguns alunos ainda não terem dominado as habilidades de leitura e de escrita.

Para além da riqueza da experiência pedagógica adquirida, a participação no programa contribuiu enormemente no aprofundamento da percepção enquanto docentes. A partir dele foi possível colocar em prática muitos dos referenciais teóricos e metodológicos apreendidos nos bancos da universidade e também no curso de formação que acabou servindo de laboratório para as atividades que seriam desenvolvidas posteriormente. A qualidade do processo de formação e também de aprendizagem pode ser percebida nas criatividade das metodologias de ensino empregadas, na forma como os alunos foram inseridos nas atividades.

O projeto também demonstrou o quão importante é valorizar os conhecimentos dos nossos alunos, tirá-los da zona de conforto e debater temáticas que estejam mais próximas da sua realidade. Muito embora a Base Nacional Comum Curricular (BNCC) estabeleça que 40% das atividades precisam valorizar aspectos regionais e/ou locais, elas acabam sendo colocadas em segundo plano devido à ausência de materiais ou mesmo à falta de tempo.

Pensar a partir da perspectiva local, sem esquecer a articulação com o geral, possibilita ganhos pedagógicos imensos, pois, permite que os alunos reconheçam que a história do local em que vivem é importante,

promove o reconhecimento de sujeitos históricos até então ignorados e favorece um maior comprometimento com o resguardo de memórias que são esquecidas ao longo do tempo.

Percebeu-se ainda que o debate de temáticas próximas, como as manifestações culturais e religiosas, contribuiu para o maior engajamento dos alunos nas atividades propostas, o que demonstra que o processo de ensino-aprendizagem não é uma via de mão única e todos os sujeitos envolvidos precisam ser considerados e respeitados em sua individualidade.

Destaquemos, por fim, o sucesso de metodologias como a da aprendizagem baseada em projetos. Como tivemos a oportunidade de perceber no trabalho, além do desenvolvimento de habilidades importantes para o mundo contemporâneo, como o saber trabalhar em equipe, a aprendizagem baseada em projetos contribui na elaboração de produtos originais, tira o nosso aluno da posição de receptor do conhecimento, pois precisa apresentar os resultados do que desenvolveu para outras pessoas. Ela também favorece a pesquisa científica, a construção de argumentos, aguça a curiosidade, a ludicidade e, certamente, fortalece o senso crítico dos discentes. Confirma-se que a aprendizagem baseada em projetos é uma excelente metodologia, pois coloca em prática o princípio do aprender fazendo.

REFERÊNCIAS

ADICHIE, Chimamanda Ngozi. **O perigo de uma história única.** São Paulo: Cia das Letras, 2009.

AQUINO, Crisvanete de Castro. **Misticismo e simbolismo na "Cova da Tia": um olhar sobre o patrimônio cultural imaterial da região de São Raimundo Nonato e entorno**. Monografia (Arqueologia e Preservação Patrimonial). Universidade Federal do Vale do São Francisco: São Raimundo Nonato, 2009.

BITTENCOURT, Circe. **Ensino de história:** fundamentos e métodos. 4.ed. São Paulo: Cortez, 2008.

GOMES, Jessika Negreiros. **As festividades do Padroeiro em São Rai-**

mundo Nonato-Piauí (2000-2014). Monografia (Licenciatura Plena em História). Universidade Estadual do Piauí (UESPI): São Raimundo Nonato, 2015.

MELO, Vilma de Lurdes Barbosa e. **História Local. Contribuições para pensar, fazer e ensinar**. João Pessoa: Editora da UFPB, 2015.

LANDIM, Renata Rodrigues Paes. **Cavalgadas ao santo:** história e memória dos vaqueiros nos festejos de São Raimundo Nonato (1985 a 2009). Monografia (Licenciatura Plena em História). Universidade Estadual do Piauí (UESPI): São Raimundo Nonato, 2012.

PECHECO, Fabricio S. **Aprendizagem baseada em projeto como proposta para desenvolver a aprendizagem significativa no segundo ano do ensino médio na disciplina de química**. Dissertação (mestrado profissional em projeto educacional de ciência) - Universidade de São Paulo, escola em engenharia, Lorena, SP 2017.

RELATO DE EXPERIÊNCIA: ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL "PRÁTICAS, SABERES E MODOS DE FAZER EM SÃO RAIMUNDO NONATO- PI"

Betanha de Castro Silva[1]
Vitória Macedo de Souza[2]

1 Introdução

Esse relato refere-se as experiências presenciadas através do projeto de Residência Pedagógica que foi articulado e pensado para a construção do saber da História Local, contribuindo para essa nova perspectiva da história. Projeto de Residência Pedagógica (PRP), financiado pela CAPES, objetiva incentivar e desenvolver a formação dos estudantes dos cursos de licenciatura, contribuindo para formação profissional, reunindo as habilidades teóricas e práticas[3]. Foi criado o Subprojeto do curso de Licenciatura em História, na Universidade Estadual do Piauí – Campus Ariston Dias Lima, com o título "Ensino de História e História Local: fortalecendo identidades". Organizado pela professora Cristiane Maria Marcelo, o projeto está sendo desenvolvido desde finais do ano de 2022 e se estenderá até o ano de 2024.

Neste trabalho apresentaremos as atividades desenvolvidas no segundo módulo do programa, que foram divididas entre duplas de re-

1. Graduanda do curso de História na universidade estadual do Piauí- Uespi, cursando o último período. e-mail: silvabetanha74@gmail.com

2. Graduanda do curso de História na universidade estadual do Piauí, cursando o último período, dupla do programa residência pedagógica e co-autora do projeto.e-mail: Vitória-souza@aluno.Uespi.com

3. Governo Federal. Programa de Residência Pedagógica. Disponível em: https://www.gov.br/capes/pt-br/acesso-a-informacao/acoes-e-programas/educacao-basica/programa-residencia-pedagogica. Último acesso em 06 de Maio de 2023.

sidentes para serem trabalhadas nas escolas do município de São Raimundo Nonato – PI, tanto no ensino fundamental, quanto no ensino médio. A experiência aqui relatada refere-se as atividades desenvolvidas na Unidade Escolar Epitácio Alves Pamplona e no CEEP – Gercílio de Castro Macedo, instituição de nível técnico integrado ao ensino médio.

A temática escolhida por nós para ser trabalhada foi **"Práticas, Saberes e Modos de Fazer em São Raimundo Nonato-PI"**, para tanto, utilizamos variados trabalhos acadêmicos, entre eles as obras de Jéssica de Farias Costa (2021), Elizeide Miranda de Oliveira (2017), dentre outras, que nos possibilitasse trabalhar diferentes saberes e modos de fazer presentes em São Raimundo Nonato e região, como por exemplo, os vaqueiros, a vivência dos maniçobeiros, o uso de plantas de forma medicinal, fazendo remédios, assim como na prática de benzeção e de partejar, as comidas típicas, objetos trançados, e cerâmica, entre outros.

Optamos por utilizar variadas metodologias para trabalhar os conteúdos com os alunos, como análise de imagens, escrita, interpretação de texto, entrevistas, desenhos, pinturas, livros de colagens, criação de histórias, jogos, resumos, acrósticos e poemas. Assim, além de trabalharmos diferentes habilidades cognitivas, procuramos construir esse saber significativo, através da participação e imersão dos alunos na temática.

A proposta construída foi baseada no modelo de Aprendizagem baseada em projetos, essa, por sua vez, Segundo Terezinha Jocelen Masson (et. Al, 2012),

> [...] está associada às teorias construtivistas, em que o conhecimento não é absoluto, e sim construído pelo estudante por meio de seu conhecimento pregresso e sua percepção global, dimensionando a necessidade de aprofundar, amplificar e integrar o conhecimento. (p. 2-3)

Sendo assim, a ABP é um método no qual os alunos são colocados como centro do processo de aprendizagem, trabalhando seus conhecimentos relacionando com o conteúdo selecionado.

O projeto teve como objetivo fortalecer a identidade através do conhecimento da história local. Trabalhando a partir da questão "Quais são os saberes e modos de fazer em São Raimundo Nonato", foi construído um plano de aulas, selecionando alguns saberes que podiam ser trabalhados, assim como valorizando, sobretudo, a identificação dos alunos com

tais saberes, sendo necessário algumas aulas para levantar informações sobre seus conhecimentos locais. Perceber e valorizar quais são esses saberes, a relação dos alunos com eles, assim como valorizar o protagonismo de sujeitos esquecidos pela historiografia, percebendo suas contribuições para nossa história e a formação de tais saberes foi fundamental em toda a aplicação do projeto.

Quando analisamos as manifestações populares (tradições de um povo/comunidade) presentes em São Raimundo Nonato, como crenças, danças populares, costumes e celebrações, podemos identificar a natureza imaterial dessas manifestações, como o saber fazer. É assim trazer a perspectiva, que esses aspectos sofrem mudanças no tempo, mas continuam dentro das tradições muitas vezes familiares.

Na região, podemos observar, graças as pesquisas arqueológicas, a vastidão de produção material e imaterial dos povos antigos que viveram na região da Serra da Capivara. As armas, os utensílios, as urnas funerárias e as pinturas rupestres são exemplos dessas expressões culturais desses povos.

Embora as tradições sejam a herança cultural adquirida através dos antepassados, não podemos dizer que a cultura é estática. A cultura está em constante mudança e adaptações, sendo influenciada e influenciadora por e em diferentes aspectos das nossas vidas. Os Saberes e Práticas são aspectos dessa cultura, que remetem a nossa história, e que também são passados de geração em geração. Os saberes são todos os conhecimentos adquiridos por um grupo de pessoas, no qual, muitas vezes, permite uma prática, como o ser vaqueiro, a capoeira, a utilização das plantas de forma medicinal, dentre muitos outros. Esses saberes e práticas sofrem alterações ou se perdem com o tempo. Eis a importância de serem preservados, valorizados, e trabalhados dentro das salas de aulas

2.1 O ato de aprender e educar: aplicação do projeto

O projeto intitulado **"Práticas, Saberes e Modos de Fazer em São Raimundo Nonato-PI",** buscou ressaltar os aspectos culturais presentes na região e a identificação dos alunos com os mesmos, trazendo aspectos do seu dia-a-dia, priorizando a vivência social e familiar em que os mesmos estavam inseridos. O trabalhar com a Aprendizagem

Baseada em Projetos dentro das salas de aula permite a inserção do aluno e professor na temática trabalhada, de modo que possibilita novos caminhos dentro um tema amplo, e trazendo como resultado final a elaboração de um produto.

Nesse contato entre alunos e professores durante o ato de educar e aprender, ou processo de aprendizagem, além de repassar o seu conteúdo selecionado, o professor obtém a oportunidade de uma aproximação com os aspectos culturais e sociais dos alunos, de forma que perceba-se a construção da identidade sendo uma junção daquilo que se absorve na escola, mas sobretudo dos conhecimentos trazidos do âmbito social inserido. Quando buscamos por levar o conhecimento sobre as práticas e saberes culturais da região, buscamos trabalhar não só aquilo que era desconhecido dos alunos, mas aquilo que eles já conheciam, de maneira a respeitar, valorizar e garantir a preservação das tradições culturais das quais os mesmos pertencem e vê-las como heranças familiares, e parte dos processos históricos que formara nossa sociedade.

No caso de São Raimundo Nonato, foi possível perceber essa ligação com o projeto principalmente para aqueles alunos que tinham alguém na família que praticava alguma dos conteúdos apresentados dentro das aulas, seja vaqueiros, rezadores[4], maniçobeiros, entre outros. Entretanto mesmo aqueles que não conheciam muito bem as suas origens culturais passaram a aprender juntamente com os conteúdos expostos dentro da sala de aula, de forma que os incentivou a procurar informações com seus familiares.

Destacamos a importância de trabalhar aspectos culturais em sala de aula para criar um ambiente que percebe e valoriza o processo de construção de identidades, assim como percebe os alunos como indivíduos operantes de uma cultura que é resultado da mescla de diferentes grupos étnicos, de maneira que projetam influências sobre nossos comportamentos, ritos, crenças, saberes e práticas dentro de um contexto social, construindo por um longo processo histórico, pois assim como afirma Elizeide Miranda de Oliveira (2017) "Pensar nesses conhecimentos é

4. Pessoas ligadas às práticas e saberes que necessariamente não estão ligadas a religiões de matrizes africanas, mais com contatos com ritos católicos, indígenas, africanos e assim praticam a cura de males, o nome pode ter suas diferenciações a partir das regiões brasileiras, porém no estado do Piauí e em outros da região nordeste são intitulados desse modo.

pensar num saber que não é algo pronto e acabado e sim aperfeiçoado, por meio da experiência e passado de geração em geração. Deixar esses saberes desaparecer é fazer com que nossa história desapareça." (p. 307).

Os conteúdos aplicados em da sala de aula tiveram como base a seguinte questão norteadora: "Quais são as práticas e saberes em São Raimundo Nonato?". No primeiro contato foi analisado quais os conhecimentos dos alunos entorno da temática e os seus níveis de desenvolvimento, cabe ressaltar que tivemos contatos com turmas que viam de um contexto pós-pandêmico, trazendo a tona a precariedade do ensine nesse período, onde foi chocante o déficit de alfabetização, onde muitos alunos possuíam pouco ou nenhuma leitura e escrita, na turma de 6° ano do ensino fundamental, escola Epitácio Alves Pamplona. Para o cumprimento da carga horária do segundo módulo do Residência Pedagógica, tivemos de selecionar outra turma, essa de um grau mais avançado, sendo uma 1ª série de ensino médio, na escola CEEP Gercílio de Castro Macedo. O projeto se dividiu em três momentos que buscaram trabalhar o conteúdo a partir de diferentes formas de aprendizado.

No primeiro momento foi apresentado aos alunos, de forma introdutória, a história da formação da cidade de São Raimundo Nonato- PI, e como esse processo ocupacional foi agente formador da sua diversidade cultural, tendo sua colonização a partir da instalação de fazendas e sua uma economia ligada diretamente a pecuária. Foi dado certo destaque ao processo de ocupação da região, que ocasionou nos diversos conflitos entre colonizadores e povos indígenas que habitavam o território que posteriormente viria a ser a vila de São Raimundo Nonato. Também demos destaque aos aspectos que foram fundamentais para a solidificação da pecuária na região, como o uso de mão de obra escravizada e o plantio de alimentos para a comercialização e subsistência, como mandioca e seus derivados, feijão entre outros. Esse cenário ligado à agricultura e o comércio, estava atrelada a mão de obra dos vaqueiros que poderiam ser livre ou escravizada, e que, hoje a figura do vaqueiro ainda é estimada devido a esse período da história do Piauí, recebendo festas, procissões, cavalgadas, e até mesmo seus saberes e modos de fazer, como a fabricação das vestimentas em couro, conhecimentos tradicionais e que se seguem nos dias atuais, principalmente na região de São Raimundo Nonato.

Dentre outros conhecimentos apresentamos, buscamos também refletir sobre práticas ancestrais oriundas de povos antigos que habitaram o Parque Serra da Capivara, como a utilização de matérias para se fazerem potes de argilas, panelas, tradições que ainda são presentes. Dentro desse tema também foi apresentado o processo de mudanças na humanidade a partir da utilização de diversos materiais diferentes, como o bronze, cobre, argila, foi utilizado como complemento diversos documentários, documentário "TERÉNS – Ecos de uma pré-história recente"[5], para que os alunos entendessem a produção desses materiais, como a produção de cestos, panelas de barro, papa-fogo, e instrumentos musicais, sem deixar de lado os significados das pinturas rupestres e os saberes concentrados em todas essas atividades, que passam por todo um processo de criação.

Outra temática trabalhada foi o ciclo da maniçoba em São Raimundo Nonato. A extração da maniçoba, foi uma importante atividade desenvolvida no Piauí, a partir do final do século XIX e início do XX, essa atividade econômica se correlaciona diretamente com o início do extrativismo no Brasil, em plantas como a seringueira, em outras regiões. A atividade econômica de extração da borracha da maniçoba, trouxe um desenvolvimento econômico e estrutural para o Piauí, substituindo até então a atividade pecuária, que era a principal fonte econômica, com a diminuição da produção e criação bovina, se fez necessário o investimento em novas atividades. Em São Raimundo Nonato essa extração se concentrou onde hoje está localizado a localidade Serra Branca, dentro Parque Nacional Serra da Capivara. Os maniçobeiros desenvolvia a praticas na construção de suas próprias ferramentas, além de desenvolverem laços de sociabilidade e suas manifestações culturais, como danças, realização de festejos religiosos entre outros. A principal rota de escoamento era levar essa borracha para a região da Bahia, em animais de cargas e posteriormente em caminhões, a maioria dos grupos se dividiam entre 5 a 10 pessoas, e possuíam mulheres e crianças em seu meio.

A última temática, buscou abordar o uso das plantas medicinais. Essa temática teve grande repercussão entre os alunos, já que os mesmos conheciam muitas das plantas, pois era utilizadas pelos seus familiares. Atrelando também a mesma temática, também buscamos abor-

5. Realizado pelo Instituto Olho D'água. Disponível em: https://www.instagram.com/tv/CTpyoHfJ54-/?igsh=MTV6Mmo1NXJubnhhdw==

dar a questão dos benzedores e as parteiras, muito comuns em regiões do interior, e em todo o nordeste, os mesmo utilizam-se das plantas como recursos para desenvolver as suas práticas. Essas plantas, como o mulungu, o pau-de-rato, a jurema, e muitas outras, também estão ligadas com a vivência na caatinga e no cerrado, utilizadas para fazerem remédios, chás, tratando diferentes doenças como pressão alta, dores na coluna, diabetes entre outras.

As temáticas foram importantes para se concluir a segunda etapa do projeto, que se consistiu na produção de matérias para uma exposição. Foram realizadas oficinas que se concentraram em produção de poemas, jogos e seleção de materiais relacionados as temáticas. Os alunos foram divididos em grupos e estes ficaram responsáveis pela sua temática, sorteada, com tarefas distribuídas e materiais que deveriam ser recolhidos, como no caso das plantas medicinais foi necessário os alunos irem atrás dessas plantas e trazerem amostras ou remédios, assim como aqueles que ficaram os vaqueiros tiveram que trazer vestimentas e aspectos da cultura vaqueira na região. .

A última etapa foi a exposição dos materiais para as demais turmas da escola, na turma de 1ª série do ensino médio essa etapa foi mais desenvolvida até mesmo por conta da idade dos alunos e também a facilidade com as atividades escritas, em nossa contabilidade mais de 150 alunos passaram pela exposição nessa turma. Com a turma de 6º ano, nós auxiliamos na construção de todos os materiais pelas limitações dos mesmo, sobretudo pela ausência de escrita.

Construímos então cartolinas com muitas imagens e notas explicativas, painéis de amostra com plantas e remédios, e alguns jogos, que os alunos aplicavam os conhecimentos obtidos em sala para vencer. Como podemos observar nas imagens, os matérias foram pensados como uma forma lúdica e que passa-se um aprendizado de forma reduzidas a outros alunos sobre os assuntos trabalhados nas turmas contempladas pelo projeto, assim o projeto buscou ensinar quais eram essas práticas e saberes de forma que os mesmos em suas exposições conseguissem expor o seu aprendizado aos seus colegas e a outros alunos, tendo o total protagonismo durante a exposição, enquanto nós residentes estavam apoiando e coordenando somente na organização.

Imagem 1

Fonte : Arquivo próprio, 2023

Imagem 2

Fonte : Arquivo próprio, 2023

2.1 Experiência da aplicação do projeto

No colégio Epitácio Pamplona, nos deparamos com uma realidade diferente do esperado. Percebemos o quanto foram afetados os alunos que, por conta da pandemia do Covid-19, pouco desenvolveram suas habilidades no processo de aprendizagem, onde chegaram ao 6º ano com um déficit gigantesco em relação a escrita e a leitura, onde muitos não sabiam escrever o próprio nome. Ter se deparado com tal situação dificultou extremamente na aplicação do projeto, pois tivemos que focar em metodologia que estivessem mais ligados à prática e a participação dentro da sala de aula, utilizando slides interativos quando possível, materiais visuais e da oralidade. Inicialmente, também nos deparamos com uma turma considerada "difícil" pela escola, de alunos agitados e desinteressados. Entretanto, na medida que trabalhávamos conhecimentos que os mesmos já conheciam mesmo que superficialmente, tornou o diálogo mais fácil, e alunos que outrora não participavam ou apenas nos ignoravam, passaram a se identificar com a temática, trazendo curiosidades em todas as aulas e participando ativamente de todas as atividades.

Uma das estratégias utilizadas para incentivar a participação foi a criação de um painel com os nomes de todos os alunos e aqueles que entregassem as atividades e participassem durante as alunas ganhavam uma estrela, que no final do projeto, os que mais tivessem estrelas ganhariam uma pequena bonificação. No início ouve uma relutância em média 3 a 5 alunos participavam, ao decorrer das aulas e aplicação de atividades o número foi crescendo cada vez mais e até mesmo aqueles que tinham

uma dificuldade de concentração ou participação, começaram a se destacar na participação, o que nos foi muito satisfatório.

Buscamos focar em atividades que pôde-se ser feitas sem grandes dificuldades, como Caça- palavras, labirintos, associação de imagens. Na parte de produção para a exposição, focamos em colagens, pinturas, livretos de colagens e jogos interativos. A aplicação do projeto foi satisfatório pois podemos ver a evolução dos alunos de acordo com os conteúdos que estavam sendo aplicados, o produto resultante do trabalho com esse alunos, foi a criação de um portfólio, pois atividades ou conteúdo que houvesse a escrita não foi possível ser trabalhados.

A aplicação na turma de 1ª série do ensino médio, na escola Gercilio de Castro Macedo, buscamos trabalhar três temáticas principais, maniçobeiros, plantas medicinais, e vaqueiros. Os alunos tiveram que fazer pesquisa e apresentar sobre as suas temáticas, abrindo possibilidade de se trabalhar produções escritas, onde os alunos forma responsável por escreverem resumos, acrósticos, criação de histórias e pinturas de quadros. Nessa turma aprendemos adaptar os nossos conteúdo, de forma que podemos experimentar a efetividade do projeto em duas realidades distintas, comprovando que temáticas como a apresentada neste capítulo pode ser inserida em diferentes realidades desde que se busque temáticas que tragam a identificação com o ensino de história local, cultural e principalmente do cotidiano dos alunos. Todas as produções feitas por essa turma foram requisitos para a aplicação na exposição que foi visitada por todos os alunos das outras turmas da escola. Trabalhar com essa turma foi uma boa experiência e a percepção de que os projetos vão ser recebidos de diferentes formas pelos os alunos, e quando a mesma é abraçada pela a turma a experiência de aprendizado do professor e aluno tomaram rumos diferentes, assim a aplicação do projeto resultou como produto final a produção de uma revista.

3 Considerações finais

A reconstrução da história local dentro da sala de aula proporciona uma nova forma de ensino que traz a participação ativa dos alunos dentro da sala de aula. A metodologia de Aprendizagem Baseado em Projeto proporciona essa ligação entre professor, aluno e a temática que está sen-

do trabalhada a criação de uma ligação e um maior aprendizado, tornando assim os alunos pesquisadores.

A experiência de trabalhar com projetos proporcionou uma nova experiência e o enfretamento de novos desafios como professoras e a necessidade de se reinventar, assim como a necessidade de ter a sensibilidade de perceber as dificuldades dos alunos e tentar repassar o conteúdo de novas maneiras, fugindo do tradicional e principalmente novas formas de avaliar. Passar por essa experiência nos leva a considerar que é necessário que os alunos percebam e se reconectem com os aspectos do seu culturais, percebendo a mesma como fruto dos processos históricos e formadora de suas identidades, bem como a importância da valorização dos saberes e práticas culturais dentro da sua região e realidade familiar.

Porém cabe destacar que a criação de um roteiro e aplicação do mesmo, se torna um desafio quando encontramos a realidade educacional, embora seja uma ideia de construção inovadora e envolvente, precisa de grandes modificações que se adapte as diferentes realidades, por que não existe uma fórmula exata é nem garantias que terá uma funcionalidade dentro da sala de aula, é necessário a participação e colaboração dos alunos para com o professor e principalmente da escola que é fundamental com o fornecimento de horários, matérias e a disponibilidade de oferecer o seu espaço. Acreditamos também que a maior dificuldade em se aplicar projetos esteja na falta de conhecimento e contato dos alunos com tal dinâmica, onde os mesmos tem que produzir, pesquisar e participar ativamente, o engajamento sobretudo vai depender da identificação com as temáticas propostas e também da forma em que o professor buscará aplicar e desenvolver o conteúdo.

REFERÊNCIAS

CARDOSO, Andressa da Silva. **Tradições de vaqueiro**: a pega do boi no mato em São Raimundo Nonato-PI. Artigo Científico (Graduação em História). Coordenação de História, Universidade Estadual do Piauí – São Raimundo Nonato, 2022.

COSTA, Jéssica de Farias. **Cultura vaqueira no Piauí**: saberes no vestir em couro. Piauí: Monografia (Graduação) Licenciatura Plena em Histó-

ria – Universidade Estadual do Piauí – UESPI, São Raimundo Nonato--PI, 2021.

LIMA, Luara Ferreira; COSTA, Rodrigo Lessa. Materialidade, memórias, tradições e abandonos: produção atual de objetos trançados na cidade de São Raimundo Nonato-PI e comunidades tradicionais do entorno. **Revista de Ciências Humanas** caeté, n.2, p.128-142 2019.

MASSON, Terezinha Jocelen. MIRANDA, Leila Figueiredo de, MUNHOZ, Antonio Hortêncio (Jr), CASTANHEIRA, Ana Maria Porto. Metodologia de Ensino: aprendizagem baseada em projetos (PBL). Pará: **Cobenge, XL Congresso Brasileiro de Educação em Engenharia,** Belém, set/2012.p.1-10.

OLIVEIRA, Elizeide. Saberes culturais: um olhar sobre as mudanças e permanências da cultura imaterial de São Raimundo Nonato- Piauí (2004-2014). Vozes, Pretérito & Devir, Ano IV, Vol. VII, Nº I (2017). Disponível em: http://revistavozes.uespi.br/index.php/revistavozes/article/viewFile/162/186

ONHB E O ENSINO DE HISTÓRIA: QUESTÕES E REFLEXÕES CONTEMPORÂNEAS

Ítala Teixeira de Sousa[1]
Cláudia Cristina da Silva Fontineles[2]

Introdução

Para um debate inicial, urge a necessidade de uma exposição sobre o que é Olimpíada Nacional em História no Brasil (ONHB). Assim, de acordo com o estudado, compreendemos a Olimpíada como movimentadora de um ensino de história reflexivo, consciente e significativo. A mesma teve seu início em 2009, através de um projeto de extensão da Universidade Estadual de Campinas (UNICAMP), onde em meio a um contexto histórico, reconhecemos como uma alternativa para o ensino de história onde se encontrava em situação de crise (Mendes, 2020). Em meio à defasagem do mesmo, a ONHB vem como mobilizadora de uma consciência histórica brasileira, tendo em vista que suas questões são voltadas a cunho nacional – mesmo que com interligações internacionais momentâneas.

Desde sua inauguração, a ONHB funciona da seguinte forma: é dividida em sete fases (seis de forma on-line e a sétima de forma presencial em Campinas-SP), onde é realizada por equipes de quatro pessoas, sendo três estudantes (podendo ser de séries diferentes, mas da mesma instituição escolar), e o professor orientador (cada professor podendo

1. Graduanda no curso de Licenciatura em História pela Universidade Federal do Piauí. E-mail: italateixeira@ufpi.edu.br

2. Professora doutora associada ao corpo docente do departamento de História da Universe sidade Federal do Piauí, bolsista em produtividade CNPq. E-mail: claudiafontineles@ufpi.edu.br

orientar mais de uma equipe, em até mesmo instituições diferentes). A Olimpíada é voltada a alunos de 8° e 9° séries e todos os anos do Ensino Médio, de rede pública e privada. Tendo como proposta de aprendizado o trabalho em equipe, os três estudantes, juntamente com seu orientador, vão ter o prazo de seis dias para resolução de cada fase on-line e a cada segunda-feira se obtém o resultado da semana anterior, progredindo ou reprovando de fase, podendo chegar a participar da última fase presencial, onde a prova é aplicada em um único dia, sem auxílio do professor orientador.

Como afirma Costa Júnior (2017), trata-se de uma metodologia de ensino e aprendizagem eficiente e inovadora. E prossegue que:

> As questões e as tarefas propostas pela ONHB envolveram um conjunto de atividades – refinamento das pesquisas na internet, leitura e interpretação de diversos gêneros textuais escritos e não-escritos, entrevistas, observação participante, registros escritos, orais e visuais – que superaram as discussões meramente conteudistas que, não raro, ocorrem no cotidiano das aulas de História e de outras disciplinas. [...]. Além disso, revelou a implicação cultural, social e política dessa estratégia pedagógica para a formação humanística de estudantes de cursos técnicos, que, ao longo da história, no Brasil, têm sido vistos apenas como formadores e qualificadores de mão de obra para o mercado de trabalho. Por conseguinte, as atividades da ONHB proporcionaram uma articulação entre trabalho, ciência, cultura e tecnologia no Ensino Médio, além de práticas pedagógicas de pesquisa como processo educativo, a interdisciplinaridade, o respeito à diversidade e o trabalho como princípio educativo, sob uma perspectiva de formação humana, como defendem os estudiosos da Educação Profissional. (COSTA JÚNIOR, 2017, p. 145)

Com isso, compreendemos sua importância em meio aos fatos supracitados, também pela defasagem de conteúdo disponibilizado gratuitamente pelas escolas, que é o caso dos livros didáticos, uma vez que estes livros com o passar dos anos foram se tornando cada vez com menos informações e alusões históricas de valor (Marques, 2023, p. 6). Nesse sentido, em meio a nossa pesquisa, nos deparamos com questões onde as mesmas podem ser levadas à sala de aula como formas de contribuir com a compreensão de diversos conteúdos abordados, no entanto, centralizamos nosso olhar frente às questões voltadas aos povos indígenas.

Em meio a debates presentes em nosso cotidiano, podemos fazer uma articulação de passado e presente através das questões abordadas. Em nossa pesquisa, acionaremos o que é denominado por Consciência Histórica com Rüsen (2022), e o favorecimento de uma compreensão histórica dentro do ambiente escolar partindo de um conceito de Letramento Histórico com Rocha (2020). Assim, através da teoria, deveremos aplicar na prática o que no seu resultado se voltaria para uma interpretação autônoma dos alunos de fontes históricas e o desenvolvimento da argumentação pessoal como parte do letramento histórico necessário durante o processo educativo da juventude. Para além de uma reflexão momentânea, a Didática da História volta seu olhar para uma compreensão que transpasse as paredes escolares, sendo assim, ensinamentos que contribuam para a formação crítica dos estudantes no decorrer de suas vidas pessoais. A História como motor principal, favorece debates sociais em meio aos contextos em que situam-se os mais diversos debates, assim, contribuindo com discussões para diferentes problemáticas onde se utilizaria a articulação de passado e presente.

Em meio ao campo historiográfico, as problemáticas relacionadas a conteúdos como história da mulher, história dos negros, história dos povos indígenas ainda é recente. Apenas com a influência da escola de Annales é favorecido o desenvolvimento de tais pertinências. Mas quando falamos de Ensino de História, esse debate é ainda mais recente. Em meio a *Redemocratização* (1980-1990) no Brasil, é que esse ensino começa a ser inserido dentro das escolas brasileiras onde pesquisadores do ensino Cabrini, 1986; Bittencourt, 2004; Fonseca, 2003; Pinsky, 2012; Nadai, 1986 e 2012; Napolitano, 2003; Silva, 2007 e outros produziram um razoável volume de material que contribuiu com os avanços de debates voltados ao Ensino de História no Brasil. No entanto, essa produção ainda é pequena em relação à urgência dos debates. Como citado anteriormente, nos casos de defasagem dos livros didáticos, temáticas como dos povos indígenas vêm sendo tratados de forma superficial em meio a riqueza cultural e a violência constante vivenciada por esse grupo social.

Nesse contexto, no início deste século, com a difusão dos escritos do filósofo e historiador Jörn Rüsen (2006), o Ensino de História passa por uma transformação à medida que sua obra começa a ser utilizada

para pensar o ensino no Brasil, refletindo diretamente nas pesquisas e reflexões sobre aprendizagem histórica. Podemos perceber em meio aos trabalhos influenciados por Rüsen, como os de Paniago (2023); Schmidt (2009); Cerri (2001); Saddi (2014); Barca (2012) novas formas de pensar a transmissão do saber histórico, antes passada por uma reprodução tradicional e decorativa. Onde neste momento, somos levados a impulsionarmos o pensamento reflexivo dos nossos estudantes, além de pensar o lugar do Ensino enquanto ciência.

Os povos indígenas e a ONHB: ressignificando o ensino de História

Dentro desse contexto, é de conhecimento nosso os aspectos aos quais os povos indígenas e o ensino sobre esses sujeitos são colocados à margem da sociedade. Segundo Wittman (2015), as iniciativas voltadas à pesquisa dos povos indígenas ainda se mostram tímidas em comparação com a produção correspondente à temática afro-brasileira. Aqui, não estamos elencando qual é mais importante que outra, mas sim elevando a temática indígena para que a mesma deva ser debatida com o mesmo anseio. A Lei n° 11.645, de 10 de março de 2008, determina a inclusão da história das culturas dos povos indígenas nos currículos de História na educação básica, mas ainda nos dias atuais, quais os subsídios didáticos disponíveis sobre a temática indígena? (Silva; Silva, 2015). Assim, reconhecemos que há necessidade de novas possibilidades metodológicas para que os mesmos sejam debatidos em sala de aula.

No presente trabalho, entendemos a ONHB como auxílio metodológico e pedagógico do ensino de História. Em sua 15° edição, essa de um passado recente de 2023, catalogamos oito questões e duas tarefas que se voltam à temática indígena brasileira. Questões essas, nos situam de situações diversas, que perduram entre suas dificuldades vivenciadas desde processos como a colonização até suas vivências atuais e suas adaptações com meios tecnológicos como as redes sociais, fazendo delas um meio de difusão cultural.

Nesse sentido, a ONHB vem como propulsor dentro do ensino básico a partir da 8° série, propiciando debates que continuamente são ignorados. No que tange propriamente suas questões, é destacado segundo

sua comissão organizadora[3] que a mesma busca cumprir as exigências estabelecidas pelas Diretrizes Curriculares do Ensino Médio (DCEM), onde entre os objetivos da atividade, um deles é: "[...] o domínio dos princípios e fundamentos científico-tecnológicos para a produção de bens, serviços e conhecimentos relacionados à disciplina histórica (...). Dentre esses princípios, citamos (...) a análise e interpretação de documento iconográfico/cartográfico (...) (Meneguello, 2011, p. 5).

Com isso, a familiarização dos estudantes com as mais diversas fontes históricas em seus cotidianos traz para dentro do ambiente escolar uma amostra de como é o ofício do historiador, trazendo de forma prática que o conhecimento histórico é fruto de um trabalho sistematizado. (Paniago, 2021, p. 6)

De acordo com a Didática da História, tendo o aprendizado assim como seu inicial objeto de pesquisa, a mesma se propõe a analisar as formas de consciência histórica – cuja consciência que auxilia o homem a se situar no tempo agindo de forma consciente no seu presente em relação ao seu passado com perspectivas ao futuro (Rüsen, 2006). Ademais, sob outros aspectos, concordamos que o trabalho do historiador/ professor de História deve estar atrelado às demandas do seu tempo. Nesse caso, a Didática da História não se limita ao universo escolar, mas à sociedade como um todo.

Em relações práticas, em que medida essas questões se inserem na vida dos alunos? Bom, suponhamos que os jovens e adultos em meio aos seus processos educacionais, deparam-se com uma olimpíada científica cuja ultrapassa os limites da sala de aula. Um exemplo disso são os estudantes indígenas ou com descendência aproximada (tendo em vista que todos nós temos em certa medida), em sua maioria pardos e filhos de trabalhadores, à medida que se tem acesso aos debates propiciados pela Olimpíada com suas condições integrantes enquanto uma classe trabalhadora explorada, desvalorizada e sem acesso à saúde digna, seu passado (nas aulas de História) passam a ter uma perspectiva construtiva e repro-

3. Como abordado anteriormente sobre seu processo de fundação, tendo em vista que a Olimpíada é fruto de um projeto de extensão da UNICAMP, sua comissão organizadora é composta por professores e alunos da pós -graduação em História desta mesma Universidade. De início, o trabalho foi desenvolvido pelos historiadores Iara Lis Schiavinatto, José Alves Freitas Neto e Eliane Moura da Silva. Informações contidas no endereço eletrônico oficial da ONHB: (olimpiadadehistoria.com.br) Acesso em 17 fev 2024.

dutora. Ou seja, sua condição possui uma historicidade, e é partindo dela que guia-se uma perspectiva de futuro diferente do seu presente. Temos, portanto, uma perspectiva voltada para a vida prática.

O contato de jovens e adultos com as referências musicais, textuais e imagéticas apontam para um passado cheio de significados. Quando o professor ou professora utiliza desses elementos para sua sala de aula, seus alunos compreendem um nível de complexidade de conhecimento histórico e científico. Assim, eles podem ainda questionar as narrativas históricas tradicionais e serem sujeitos à construção de novos conhecimentos históricos, como podemos compreender nos escritos de (Paniago, 2021) e (Fontineles, 2016).

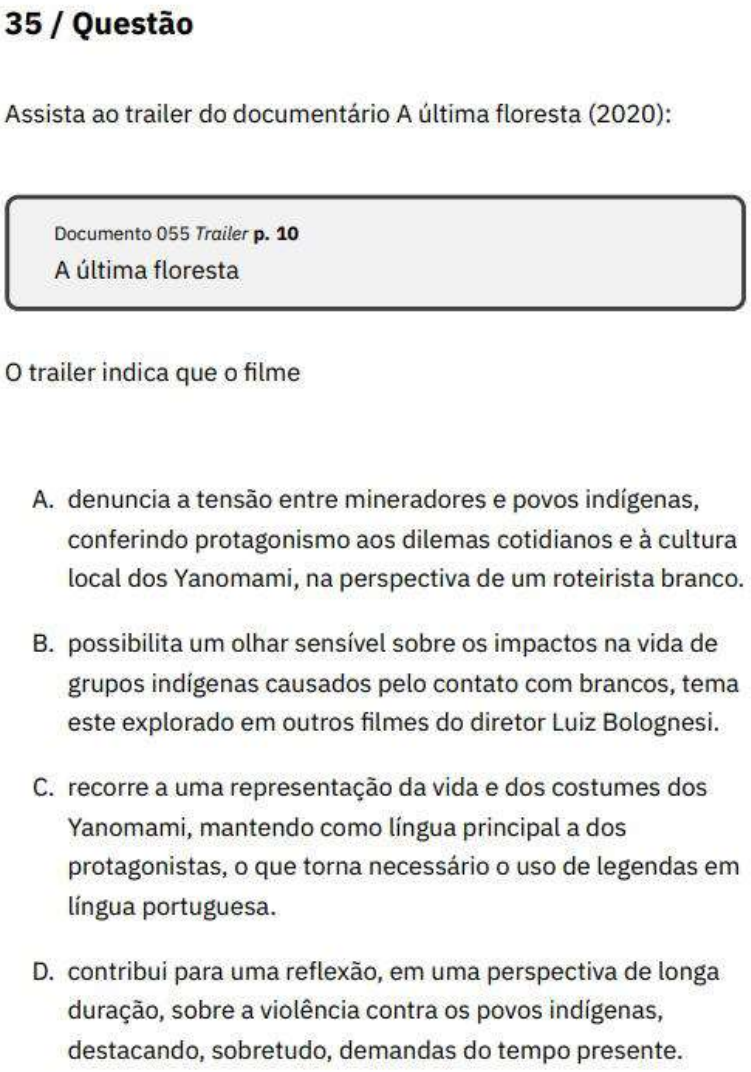
Análise de questão: povos indígenas, culturas e políticas atuais

Como falado anteriormente, notamos que quando analisamos o ensino de História sobre os povos indígenas, partindo sobre eles mesmos, se torna mais fácil explicarmos aos nossos estudantes que as mazelas vivenciadas constantemente em suas comunidades não fazem parte da atualidade. Mostrando-os assim como seres que possuem sua historicidade intrinsecamente ligada.

A partir das fontes analisadas, percebemos que as questões propostas pela ONHB transpassam a conscientização histórica educacional necessária para desenvolvimento dentro do ambiente escolar, mas além disso, possuem a capacidade de desenvolver o pensamento crítico e reflexivo dos estudantes para as políticas públicas adotadas nos últimos anos.

A exemplo disso, nos deteremos em cima da 35° questão da 4° fase da 15° edição da ONHB, cuja aplicação foi feita em 2023:

Figura 1 - Questão 35, 4° fase da ONHB 15° edição - A última floresta



35 / Questão

Assista ao trailer do documentário A última floresta (2020):

Documento 055 *Trailer* **p. 10**
A última floresta

O trailer indica que o filme

A. denuncia a tensão entre mineradores e povos indígenas, conferindo protagonismo aos dilemas cotidianos e à cultura local dos Yanomami, na perspectiva de um roteirista branco.

B. possibilita um olhar sensível sobre os impactos na vida de grupos indígenas causados pelo contato com brancos, tema este explorado em outros filmes do diretor Luiz Bolognesi.

C. recorre a uma representação da vida e dos costumes dos Yanomami, mantendo como língua principal a dos protagonistas, o que torna necessário o uso de legendas em língua portuguesa.

D. contribui para uma reflexão, em uma perspectiva de longa duração, sobre a violência contra os povos indígenas, destacando, sobretudo, demandas do tempo presente.

Fonte: Acervo disponibilizado no endereço eletrônico: <http://formacaohistorica.blogspot.com/p/olimpiada-nacional-em-historia-do-brasil.html?m=1 > Acesso em: 13 jun de 2024.

Conforme analisado, a partir do documento disponibilizado na própria questão[4], em conjunto com a indagação principal e as alternativas, somos provocados a questionarmos em que medida a relação dos povos indígenas com a terra, e a nossa – percepção essa já captada pelos traços capitalistas, se diferem. A questão abordada trata-se das violências que são tragadas constantemente por estes povos, em situação especial, dos garimpos ilegais. Tendo em vista o ano de aplicação da 15° edição

4. Anexo complementar: GULLANE. **A Última Floresta - Trailer 1**. 1 mar. de 2021. Disponível: <https://youtu.be/WAVOR3Ob1_g?si=K7_XOFbu01ONx-2W > Acesso: 13 jun de 2024.

(2023) e a recorrência desses debates marcados fortemente entre os anos de 2018 a 2022, percebemos que para além da consciência histórica escolar, a ONHB propicia um debate atual da calamidade pública vivenciada por estes povos.

A partir do jornal *Mapas de conflito: injustiça ambiental e saúde do Brasil,* que é um projeto de extensão da Fiocruz, instituição pública de pesquisa brasileira, podemos perceber a urgência de tais problemáticas à medida que o último governo brasileiro vigente teria facilitado o processo de degradação destes territórios. Mas não apenas isso, a atuação de tais entidades governamentais mostra sobretudo o desrespeito para com o regime de uso e ocupação do território, assoreamento de recursos hídricos, além de contaminações ou intoxicações por substâncias nocivas. Tudo isso associado a um precário acesso à saúde pública voltada especialmente a esses povos. Podemos compreender com maior clareza a partir do trecho em anexo:

Figura 2 - Reportagem publicada no endereço eletrônico Mapas de conflitos - injustiça ambiental e saúde do Brasil. Matéria: O garimpo ilegal e o genocídio Yanomami.

Ainda durante a campanha e no período em que esteve como presidente da República, Jair Bolsonaro anunciou publicamente uma proposta de abertura das terras indígenas para exploração da mineração, mas principalmente do garimpo; o que fica evidente a partir do Projeto de Lei 191/2021, entregue ao Congresso Nacional em fevereiro de 2021, com o intuito de legalizar o garimpo e a instalação de outros empreendimentos em TIs.

Não apenas as políticas, mas os discursos explícitos do então presidente Bolsonaro, têm incentivado a invasão ao território Yanomami, acirrando os conflitos entre indígenas e garimpeiros, que têm como resultados mais imediatos ataques, ameaças e mortes, mas, a longo prazo, também geram outros problemas, como conflitos internos, contaminação do território e das pessoas, dificuldade de acesso a direitos sociais e desnutrição severa.

Em novembro de 2020, Bolsonaro afirmou que a TI Yanomami não deveria existir, segundo noticiado pelo Brasil de Fato (2022): "*A reserva Yanomami. Tem mais ou menos 10 mil índios. O tamanho é duas vezes o Estado do Rio de Janeiro. Justifica isso? Lá é uma das terras com o subsolo mais rico do mundo. Ninguém vai demarcar terra com subsolo pobre. Agora o que o mundo vê na Amazônia, floresta? Está de olho no que está debaixo da terra*".

Fonte: O garimpo ilegal e o genocídio dos Yanomami. In: Mapa de conflitos: injustiça ambiental e saúde no Brasil, 2023. Disponível em: <O garimpo ilegal e o genocídio yanomami - Mapa de Conflitos Envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil (fiocruz.br)> Acesso em: 13 jun de 2024.

Dessa forma, com a História, podemos perceber um passado que nunca deixou de ser agressivo para com os povos indígenas, onde em um cenário brasileiro arrastam-se os avanços em políticas públicas em

contrapartida de um presente que agride, adoece e desrespeita culturas e formas de existência.

Outrossim, sob tal viés extrativista, a extração de grandes volumes de recursos naturais, em sua maior parte são exportados como matéria prima. É sob tal perspectiva, a partir dos estudos de Santos (2020), compreendemos que ambientes habitados por povos indígenas, tais como a região amazônica, mas não exclusivamente, é que situam os processos de violência e exploração de suas terras de forma econômica, sendo degradadora da natureza e exploradora dos humanos. Mas não só isso, há um processo marcado por um intenso desrespeito, genocida na essência, onde está a manutenção da colonialidade (Quijano, 2005) e a dicotomia entre *homem-natureza*, cuja esta segunda é colocada a serviço de um capitalismo, como nos afirma Moreira (1982), onde os homens subordinam-se à lógica predatória do capital.

Sob um viés governamental, a violência contra os povos originários se acentua a partir de outubro de 2018 à medida que a abertura de seus túmulos passou a transitar pelos palácios do Planalto (Santos, 2020). Com a eleição do ex-presidente Jair Messias Bolsonaro, abertamente crítico ao reconhecimento e demarcação dos territórios indígenas, as repercussões de ódio se tornaram ainda mais presentes na sociedade, na mesma medida que o ex-presidente já anunciava suas posições antes da sua chegada à presidência (como evidenciamos na figura 2).

Considerações finais

Diante do exposto, podemos inferir que a ONHB pode funcionar como auxílio metodológico e pedagógico ao Ensino de História, sobretudo contribuindo para despertar a consciência histórica, o que pode resultar em inúmeros benefícios. Onde podemos perceber um jovem/adulto mais reflexivo, crítico e consciente de políticas atuais vivenciadas na sociedade, prezando assim por um ensino menos tecnicista e decorativo.

Além disso, é notório que há urgência na ampliação dos estudos acerca da temática de História Indígena e sua reverberação nos currículos dentro da educação básica.

A ONHB, como já destacado, vem como ferramenta a estimular o

aprendizado dos estudantes, mostrando os personagens principais aqui elucidados como importantes, frente a uma ideia de marginalização que frequentemente aos quais são relacionados.

Ao explorarmos as questões da ONHB, onde evidenciam-se as violências contemporâneas enfrentadas pela população indígena, especialmente decorrentes de garimpos ilegais e políticas que sucateiam seus modos de existência, evidenciamos que a ONHB não apenas promove uma conscientização histórica robusta, mas engaja estudantes nas discussões sobre políticas públicas e suas repercussões sociais, trazendo um conhecimento para além de delimitações escolares, tendo sujeitos com participação ativa como agentes de mudança e defensores dos direitos humanos e ambientais.

Portanto, há necessidade também de que iniciativas como a ONHB sejam cada vez mais valorizadas e expandam à medida que captam uma quantidade cada vez maior de alunos em suas inscrições. Além de partir-se para uma integração dentro dos currículos escolares e incentivo a uma abordagem crítica e reflexiva sobre a história e as realidades contemporâneas dos povos indígenas no Brasil.

Referências

AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos & abusos da história oral.** 8° ed. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2006.

BAROM, Wilian Carlos Cipriani; CERRI, Luís Fernando. **O ensino da história a partir da teoria de Jörn Rüsen.** Seminário de Pesquisa do Programa de Pós-Graduação em Educação; Universidade Estadual de Maringá: 2011.

BAROM, Wilian Carlos Cipriani. Os micro campos da Didática da História: A teoria da história de Jörn Rüsen, pesquisas acadêmicas e o ensino da história. **Revista de Teoria da História**, v. 12, n. 2, p. 15-67, 2014.

BERGMANN, Klaus. A história na reflexão didática. **Revista Brasileira de História**, v. 9, n. 19, p. 29-42, 1989.

BITTENCOURT, Circe Maria Fernandes. **Ensino de História**: funda-

mentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2004.

CERRI, Luis Fernando; COSTA, Maria Paula. O banho, a água, a bacia e a criança: história e historiadores na defenestração da primeira versão da Base Nacional Curricular Comum de História para o Ensino Fundamental. **Educar em Revista**, v. 37, 2021. Acesso em: 17 fev 2024.

CERRI, Luis Fernando. A Didática da História para Jörn Rüsen: uma ampliação do campo de
pesquisa. In: **ANPUH–XXIII. Simpósio Nacional de História**, Londrina, p. 1-7, 2005.

COSTA JÚNIOR, José Gerardo Bastos da. **A Olimpíada Nacional em História do Brasil (ONHB) e o Ensino Médio Integrado do IFRN.** Mossoró, RN: Dissertação (Mestrado em Ensino – UERN, UFERSA e IFRN, 2017.

CUNHA, M. C. da. Índios no Brasil: história, direitos e cidadania. 1a ed. São Paulo: Claro Enigma, 2012.

FONTINELES, Cláudia Cristina. As "centelhas da esperança": o papel da literatura e da música no despertar da consciência histórica. **Revista História Hoje**, v. 5, n. 9, p. 131-158, 2016.

FONTINELES, Claudia Cristina; DE SOUSA NETO, Marcelo. Transformações na oficina da história: o PIBID e a "variação de enredo" na formação de professores. História Unisinos, v. 21, n. 2, p. 200-205, 2017.

FREITAS, Rafael Reinaldo. Aprendizagem histórica e cultura histórica: Contributos para investigações sobre o lugar da intersubjetividade na formação histórica. **História & Ensino**, v. 22, n. 2, p. 247-262, 2016.

LEE, Peter. Literacia histórica e história transformativa. **Educar em revista**. Curitiba, n. 60, p. 107-146, abr./jun. 2016.

LEE, Peter. Progressão da compreensão dos alunos em História. Perspectivas em Educação Histórica. In: BARCA, Isabel (org). **Actas das primeiras jornadas internacionais de Educação Histórica.** Universidade do

Minho, 2001, p. 13 – 28.

LEE, Peter. “Nós fabricamos os carros e eles tinham que andar a pé”: compreensão da vida no passado. In: BARCA, Isabel (org.). **Educação Histórica e Museus.** Actas das Segundas Jornadas Internacionais de Educação Histórica. Braga: Instituto de Educação e Psicologia, 2003, p. 19 – 36.

LEE, Peter. Por que aprender História. **Revista Educar.** Curitiba, Editora da UFPR, n.42, p. 19- 42, out./dez., 2011.

MENDES, Breno. Ensino de História, historiografia e currículo de história. **Revista Transversos**, n 18, abr. 2020.

MENEGUELO, Cristina, SCHIAVINATTO, Iara Lis; MOURA, Eliane; FREITAS NETO, José Alves. A divulgação científica em Ciências Humanas – Um caso em expansão: o caso da 1ª Olimpíada Nacional em História do Brasil (2009). Disponível em: **http://www.oei.es/histórico/frocampinas/PDF_ACTAS/POSTERES/grupo11.174.pdf.** Acesso em: 18 fev. 2024.

MENEGUELLO, Cristina. Entrevista sobre a ONHB. **Com Ciência: revista eletrônica de jornalismo científico.** Campinas, n. 172, out. 2015. Disponível em: https://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?-section=8&tipo=entrevista=&edicao=11 7. Acesso em: 18 fev. 2024.

MOREIRA, R. **Geografia, Ecologia, Ideologia:** a ‘totalidade homem--meio’ hoje (espaço e processo de trabalho). In: MOREIRA, Ruy. Geografia: teoria e crítica. Petrópolis: Vozes, 1982.

_____. Olimpíada Nacional em História do Brasil. **[Entrevista concedida a] Bruno Leal.** Disponível em: https://www.cafehistoria.com.br/olimpiada-nacional-em-historia-do-brasil/. Acesso em: 18 fev. 2024.

. _____. Olimpíadas Científicas como políticas públicas: o caso da Olimpíada Nacional em História do Brasil (2008-2017). XI Encontro Nacional de Pesquisadores do Ensino de História; Pesquisa em Ensino de História: desafios de um campo de conhecimento. Universidade Federal do

Rio de Janeiro. GRUPO DE PESQUISA EM DIÁLOGO 4 - POLÍTICAS PÚBLICAS E A PESQUISA EM ENSINO DE HISTÓRIA. **Programação e Resumos**, 26 – 29 de set. 2017, p. 107. Disponível em: https://xienpeh.ufrj.br/caderno-de-resumos/. Acesso em: 18 fev. 2024.

_____. Olimpíada Nacional em História do Brasil: política de formação docente e ensino de História para a Educação Básica. **Conferência proferida**, 30ª Simpósio Nacional de História, Universidade Federal de Pernambuco, Recife, 2019. Disponível em: https://www.snh2019.anpuh.org/conteudo/view?ID_CONTEUDO=419. Acesso em: 18 fev. 2024.

QUIJANO, A. **Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina**. In: Lander, E. (org.). A colonialidade do saber: etnocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. Buenos Aires: Clacso, 2005.

PANIAGO, Mayra. **A Olimpíada Nacional em História do Brasil (ONHB):** contribuições para a aprendizagem histórica de jovens estudantes da educação básica brasileira. 2023. 256f. Tese (Doutorado em História) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de História (FH). Programa de Pós Graduação em História, Goiânia, 2023.

PANIAGO, Mayra. Diálogos possíveis entre a ONHB, a Didática da História e a Educação Histórica. In: **ANPUH Brasil - 31° Simpósio Nacional de História**, Rio de Janeiro. 2021.

PINA, Max Lanio Martins; SILVA, Maria da Conceição. A Didática Reconstrutivista da História: uma proposta teórica e metodológica para o Ensino de História. **CRV**, Curitiba, 2020. p. 174p.

RODRIGUES, Cristiano Antônio Brugger. A Olimpíada Nacional em História do Brasil (ONHB) e a pesquisa como norteadora da prática pedagógica: esforços em prol da construção de conhecimentos. 30º Simpósio Nacional de História, Universidade Federal de Pernambuco, 2019, **Resumo de Comunicação.** Disponível em: https://www.snh2019.anpuh.org/simposio/view?ID_SIMPOSIO=161. Acesso em 17 fev 2024.

RÜSEN, Jörn. **Razão histórica – Teoria da História:** fundamentos da ciência histórica. Tradução Estevão de Rezende Martins. Brasília: Editora

da Universidade Brasília, 2001.

RÜSEN, Jörn. Didática da história: passado, presente e perspectivas. Tradução Marcos Roberto Kusnick. **Práxis educativa**, v. 1, n. 2, p. 7-16, 2006.

ROCHA, Helenice Aparecida Bastos. "Letramento(S) Histórico(S): Uma Proposta Plural Para O Ensino E a Aprendizagem de História." **Revista Territórios E Fronteiras**, vol. 13, no. 2, 2020, pp. 275–301.

SADDI, Rafael. Didática da História na Alemanha e no Brasil: considerações sobre o ambiente de surgimento da Neu Geschichtsdidaktik na Alemanha e os desafios da nova Didática da História no Brasil. **OPSIS**, v. 14, n. 2, p. 133-147, 2014.

SANTOS, Gilberto Vieira dos. Governo Bolsonaro: o retorno da velha política genocida indígena. **Revista ANPEGE**, v.16. n 29, p. 426. 2020.

SILVA, Manuela Arruda dos Santos Nunes da. A Olimpíada Nacional em História do Brasil e a (re) significação das práticas docentes: um relato de experiência. IV SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE HISTÓRIA E HISTORIOGRAFIA Os 40 anos de Faire de l'histoire e a Historiografia Brasileira SIMPÓSIO TEMÁTICO, **Resumo de Comunicação Oral.** Universidade Federal do Mato Grosso, 2015.

SILVA, Maria da Conceição. Educação Histórica: perspectivas para o ensino de história em Goiás. Sæculum - **Revista de História** [24]; João Pessoa, jan. /jun. 2011, p. 197-211.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora; BARCA, Isabel; MARTINS, Estevão de Rezende (Org.). **Jörn Rüsen** e o Ensino de História. Curitiba: Editora da UFPR, 2011.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos. Pesquisas em Educação Histórica: algumas experiências. **Educar.** Curitiba, Especial, p. 11-30, 2006.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos. **Didática Recons-**

trutivista da História. Curitiba: CRV, 2020.

SCHMIDT, Maria Auxiliadora Moreira dos Santos; SILVA, Maria da Conceição; CAINELLI, Marlene. **Formação e aprendizagem: caminhos e desafios para a pesquisa em educação histórica e ensino de história.** Goiânia: Trilhas Urbanas, 2019.

TOUNEAU, François-Michel Le. O Governo Bolsonaro contra os Povos Indígenas garantias constitucionais postas à prova. **Confins,** 501**.** 2019.

WITTMAN, Luiza Tombini. (Org.). **Ensino (d)e história indígena.** Belo Horizonte, Autêntica, 2015. 202 p.

EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA EM CMEI'S DE TERESINA

Maria Helena Ferreira da Costa[1]
Gustavo de Andrade Durão[2]

Introdução

Este artigo faz parte de uma pesquisa em andamento, cujo objetivo principal é constatar nas Diretrizes Curriculares Municipais de Teresina a efetivação de uma educação antirracista em escolas de educação infantil através, inicialmente do levantamento bibliográfico dos documentos que culminaram no currículo da educação infantil publicado no ano de 2008. Posteriormente serão realizadas entrevistas semiestruturadas e rodas de conversa por amostragem de professoras de Centros Municipais de Educação Infantil (CMEIs) para compreender o impacto de tal documento, o currículo no cotidiano escolar, frente aos planejamentos e demais elaborações didático-metodológicas que orientam as práticas pedagógicas das professoras na educação infantil.

O que motivou a idealização temática desta pesquisa foi o fato de que a autora ao assumir o cargo de coordenadora em uma escola de educação infantil no ano de 2000, observou a inexistência da representação de crianças não-brancas em cartazes, painéis ou quaisquer outros suportes imagéticos pelas paredes da escola. Tal invisibilidade provocou a necessi-

1. Graduada Pedagogia. Habilitação Supervisão Escolar. Licenciatura Plena em Educação Artística. Especialista em História da Arte e Arquitetura, Mestranda Interdisciplinar Sociedade e Cultura (UESPI). mhfcosta@aluno.uespi.br

2. Graduado em História (PUC-SP). Mestre em História (UNICAMP). Doutor em História Comparada (UFRJ). Pós-Doutorado em História Social da Cultura (PUC-Rio). gustavo.durao@srn.uespi.br

dade de questionar por qual razão isso parecia ter sido normatizado pela equipe pedagógica daquela escola.

No corpo deste artigo serão abordados especificamente os documentos que iniciaram a formulação do currículo oficial da educação infantil, que nasceu praticamente junto com a própria municipalização dessa etapa da educação básica em Teresina. Serão apresentados em gráficos alguns aspectos referentes a conteúdos que abordam ou estabelecem algum tipo de inferência às relações étnico-raciais, dentro do corpo de fundamentação teórica desse documento que é o currículo.

Desenvolvimento

A educação básica, à medida que a sociedade foi se transformando, passou por mudanças que afetaram significativamente a estrutura do currículo em seus diversos postulados, quer adicionando aspectos teóricos, quer rejeitando elaborações conceituais outrora aceitos como modelos de educação. No estado do Piauí não tem sido diferente, pois essas mudanças também ocorreram na educação de sua capital, Teresina, em suas várias etapas, níveis e modalidades de ensino.

A educação infantil, primeira etapa da educação básica, surgiu de modo relativamente recente na capital Teresina, pois a Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SEMEC) nos primeiros anos de 2000 era responsável por escolas que atendiam alunos do ensino fundamental, possuindo 07 (sete) unidades de ensino, que recebiam alunos na faixa etária entre 04 (quatro) e 06 (seis) anos; e a Secretaria Municipal da Criança e do Adolescente (SEMCAD), atendia a maioria das crianças menores de sete anos, num formato mais assistencialista, que era a função precípua desta secretaria, dentro da estrutura de trabalho da prefeitura, junto a famílias menos favorecidas economicamente da cidade.

Contudo, no tocante a evolução histórica da educação infantil esta não tinha um foco estritamente educativo, pois o que preponderava era esse aspecto mais assistencialista, onde o cuidar predominava sobre o educar, sobretudo aos mais vulneráveis socialmente inseridos nos sistemas públicos de ensino, pois acreditava-se que pela ausência de um currículo efetivo em vez de proposta de orientação para currículo, a educação infantil tem sido encarada como uma educação menor, ou menos

importante. Mas com a municipalização da educação infantil essa concepção foi mudando (Melo, p. 97-98, 2020).

Em Teresina a educação infantil é institucionalizada oficialmente, no final do século XX, fazendo-se cumprir a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB 1996) no seu artigo nº11, que distribuiu os níveis de ensino, entre os entes federados, delegando ao município a responsabilidade de oferecer como prioridade a educação infantil – com pré-escolas e creches, o que provocou resistência do setor educacional municipal, justificando naquela época, dificuldades financeiras para açambarcar com tais despesas (Melo, 2020). Após diversas negociações entre os secretários de educação municipal e estadual, que aconteceram naquela época, essa transferência de responsabilidade foi acontecendo gradativamente, sendo que a cada ano o número de escolas municipalizadas estava aumentando, como resultado de um acordo entre ambos (Melo, 2020).

Assim, no ano de 2004 a SEMEC ampliou para 14 (catorze) unidades, tendo já em 2019, mais de 155 (cento e cinquenta e cinco) Centros Municipais de Educação Infantil. A mudança na nomenclatura de creche para centros municipais de educação ocorreu, inclusive, como uma forma de "oficializar essas escolas como centros educacionais", como bem nos explica Melo (2020, p.110). A SEMEC cumpre a municipalização pré-escolar no ano de 2006. Atualmente, em 2024 o Sistema Municipal de Educação e Cultura de Teresina possui 170 (cento e setenta) escolas, englobando aqui escolas de tempo parcial, tempo integral, creches e turmas de educação infantil.

No ano de 1998 em termo de legislação, tanto na forma da Constituição Estadual, quanto em termo de legislação municipal de Teresina, na sua Lei Orgânica ambos daquele mesmo ano, foi incluída o "conteúdo programático sobre a História da África e Cultura Afro-Brasileira", no currículo escolar, como bem explicou Rocha & Silva (2013), em seu artigo "À Luz da Lei 10.639/03, Avanços e Desafios: Movimentos Sociais Negros, Legislação Educacional e Experiências Pedagógicas", quando os autores vão descrever o processo histórico de elaboração da lei supracitada, através de legislação existente em várias cidades pelo Brasil e dentre elas, encontra-se citado a cidade de Teresina:

> Nas capitais e municípios brasileiros, após a promulgação da Constituição Federal, em 1988, os parlamentares, ao elaborarem as constituições estaduais e leis orgânicas municipais, destacaram a questão da revisão do currículo escolar, inserindo o "conteúdo programático sobre a história da África e cultura afro-brasileira". Neste sentido, veio à tona e se contemplou a sua inclusão nas constituições estaduais da Bahia, do Rio de Janeiro e de Alagoas, todas publicadas em 1989, assim como nas leis orgânicas das seguintes cidades brasileiras: Belo Horizonte/MG (1990), Porto Alegre/RS (1991), Belém/PA (1994), Aracaju/SE (1994/95), São Paulo/SP (1996) e Teresina/PI (1998), conforme Santos (2005). (Silva, 2013, p. 63).

Desse modo, a partir do ano de 2003 foi elaborado o primeiro esboço do que seria uma diretriz curricular sob o nome "Competências e Habilidades Específicas para a Educação infantil", até que no ano de 2008, chegaram às escolas a versão final impressa das Diretrizes Curriculares Municipais de Teresina, sendo citada a Lei 10.639/03 que se refere ao ensino de cultura africana e afro-brasileira na educação básica e no ano de 2004 foi acrescido que também deveria constar nos currículos da educação infantil.

Vamos analisar agora cronologicamente os documentos que antecederam as Diretrizes Curriculares Municipais de Teresina. Iniciamos no ano de 2003, um primeiro material produzido pelo Departamento de Ensino, com a equipe da Coordenação de Ensino, junto à Divisão de Educação Infantil, o documento "Competências e Habilidades Específicas para a Educação Infantil", contendo aproximadamente 30 (trinta) páginas. Neste material em seus fundamentos teóricos são citados estudiosos como Howard Gardner e a Teoria das Inteligências Múltiplas (Santos, 2002), e Jean Piaget na Teoria da epistemologia genética (Freitas, 2002), além de outros embasamentos documentais como os Referenciais Curriculares para a Educação Infantil (RCNEI, 1998) e o Programa de Formação Continuada Parâmetros em Ação (1999).

O corpo desse documento se divide, para efeito de organização, em duas partes, das quais a primeira apresenta três gráficos, cada um referente a um período de ensino ou ano escolar. Todos os quadros possuem três colunas, encabeçadas pelos títulos: Entrada, 1º Semestre e 2º Semestre. Abaixo de cada uma dessas colunas são listadas as competên-

cias e habilidades estabelecidas para que sejam atingidas pelo alunado a cada semestre. Desse modo o documento inicia sua exposição listando as metas a serem atingidas por semestre escolar, dando à professora certa liberdade em se organizar didaticamente, conforme o perfil de suas turmas, e assim construindo seu percurso metodológico tendo por meta se aproximar ao máximo dessas metas pré-estabelecidas.

Encontramos outro documento, sob o nome de "Proposta Curricular para a Educação Infantil" (SEMEC, 2005), elaborado dois anos depois, bem mais robusto e com mais destaques acerca das questões que embasam esse estudo, que são as relações étnico raciais nesse nível de educação escolar. Em sua Apresentação algumas partes textuais nos indicam o objetivo de ensinar a criança de modo abrangente e integrado:

> Intensificar o desenvolvimento infantil nos diversos aspectos de ordem física, afetiva, cognitiva, ética, estética, de relação interpessoal e inserção social (...) tendo por base os eixos de trabalho: movimento, artes visuais, música, linguagem oral e escrita, natureza e sociedade, e outros temas de acordo com os Referenciais Curriculares Nacionais para a Educação Infantil (Teresina, 2005, p. 3).

Percebemos também uma perspectiva discursiva mais democrática a partir de alguns termos usados no texto da Justificativa como: 'abordagem pedagógica que promova aprendizagens significativas', e 'ação docente que promova desafios à construção de aprendizagens conforme nível de desenvolvimento epistemológico das crianças' (Teresina, 2005, p. 5).

Esse documento teria por objetivo maior desempenhar o papel de instrumental de monitoramento de competências e habilidades específicas para a educação infantil, com metas para cada período ou ano escolar (1º, 2º e 3º períodos – este último hoje se configura como o 1º ano do ensino fundamental, conforme a Lei 11.274/2006).

Em virtude dessa legislação de ensino fundamental em 09 (nove) anos, a SEMEC também elaborou um material para que seu corpo de professores se ajustasse a esse novo formato da educação infantil, antes recebem alunos de quatro a seis anos, e depois apenas na faixa etária entre quatro a cinco anos, abrindo espaço para matricular alunos do segmento creche com três anos de idade.

Bastante conciso, a "Proposta Curricular do Ensino Fundamental

1ª Etapa do 1º Bloco (6 anos) Município de Teresina" de 2005 possui apenas 20 (vinte) páginas, sendo que o documento já segue direto para o Sumário, onde lista as matérias (Língua Portuguesa, Arte, Educação Física, Ciências, Matemática, Geografia, História e Ensino Religioso). No conteúdo História (p. 18, 2005) vemos muitas referências à diversidade étnica, tanto no quesito Habilidade, como na sua correspondente Conteúdos.

A razão desse documento está sendo citado aqui é que ele foi intitulado como um documento curricular e vai influenciar na formação do documento subsequente que será apresentado aos professores do sistema municipal de Teresina dois anos depois sob o nome de Diretrizes Curriculares Municipais de Teresina (2008).

O documento "Proposta Curricular para Educação Infantil" de 2005 apresenta mais uma série de gráficos, organizados a partir das áreas de conhecimento (Identidade e Autonomia, Movimento, Artes Visuais, Linguagem Oral e Escrita, Natureza e Sociedade, Matemática e Música). Cada página traz por título o eixo e o nível de ensino a que se refere; por exemplo nível I (alunos de quatro anos) – e o bimestre onde serão detalhados por eixo de aprendizagem. Ao observar melhor os trechos pertinentes às habilidades do eixo de conhecimento Identidade e Autonomia, é possível identificar orientações sobre as relações sociais, em cujos textos aparecem de forma direta ou indiretamente explícitos os conteúdos que perpassam pela problemática das relações étnico-raciais.

Organizamos em uma tabela (Tabela 1) para melhor observarmos como são descritas essas habilidades, e como a cada semestre elas vão se repetindo em seus enunciados ou simplesmente reproduzidos, alterando uma palavra ou outra, ou adicionando um detalhe irrelevante, em relação à essência do próprio enunciado.

Vejamos a Tabela 1 a seguir para melhor entendermos essas construções teórico-didáticas:

Tabela 1 – Tabela Descritiva de Habilidades

Nível de Ensino	Descrição da Habilidade
Nível I (4 anos) – 1º Bimestre	Identifica progressivamente algumas singularidades próprias e das pessoas com as quais convive no seu cotidiano em situações de interação.
Nível I (4 anos) – 2º Bimestre	Respeito às características pessoais relacionadas ao gênero, etnia, peso, estatura, etc.
Nível I (4 anos) – 3º Bimestre	Respeito às características pessoais relacionadas ao gênero, etnia, peso, estatura e a cultura do seu grupo de origem e de outros grupos.
Nível I (4 anos) – 4º Bimestre	Identifica e enfrenta situações de conflito utilizando seus recursos pessoais, respeitando as outras crianças e adultos exigindo reciprocidade.
Nível II (5 anos) 1º Bimestre	Demonstra respeito às características pessoais relacionadas ao gênero, etnia, peso e estrutura.
Nível II (5 anos) – 2º Bimestre	Manifesta respeito às características pessoais relacionadas ao gênero, etnia, peso e altura; Tem respeito e valoriza a cultura de seu grupo de origem e de outros grupos.
Nível II (5 anos) – 3º Bimestre	Respeito às características pessoais relacionadas ao gênero, etnia, peso, estatura e a cultura do seu grupo de origem e de outros grupos. Respeita e valoriza a cultura de seu grupo de origem e de outros grupos.
Nível II (5 anos) – 4º Bimestre	Identifica e enfrenta situações de conflito utilizando seus recursos pessoais, respeitando as outras crianças e adultos exigindo reciprocidade.

Fonte: Tabela elaborada pela autora, 2023.

Observamos na descrição das habilidades elencadas, como são tratadas as situações, conflituosas ou não, nas relações étnico-raciais dentro do contexto escolar, através da utilização de termos como "grupo de origem" e "outros grupos", como demarcatórios da ideia de uma referência grupal e da existência de grupos diferentes, diversos ou não, contrapostos com o que o documento nomeia como "a cultura do seu grupo de origem". Chamamos aqui a atenção que o documento nos parece explorar o conceito transversal de cultura para justificar um suporte teórico a partir do qual compartimentaliza nitidamente as ideias de "meu grupo de origem" e "o outro".

O termo cultura e sua diversidade conceitual, como foi colocado no corpo das habilidades do currículo, nos induz a percebê-los a fazer aqui o papel de divisor de águas, uma fronteira de ideias ou categorias do eu e do outro, que em uma perspectiva ampliada nos instiga e conduz a uma suposta hierarquização nitidamente tendenciosa entre centro e periferia, ou centro e margens, permitindo outras possibilidades interpretativas.

E esse outro personalizado nos povos que são considerados minoritários – indígenas e afro-brasileiros - vão sendo apagados, esmaecidos, invisibilizados, quando numa perspectiva de educação integral os currículos deveriam também fazer jus às suas contribuições provenientes do perfil étnico-racial do Brasil como nação multiétnica. Sobre essa problemática, Gomes (2012) chama a atenção ao tratar do currículo como ferramenta de efetivar essas inserções culturais de povos continuamente invisibilizados:

> Na escola, no currículo e na sala de aula convivem de maneira tensa valores, ideologias, símbolos, interpretações, vivências e preconceitos. Nesse contexto, a discriminação racial se faz presente como fator de seletividade na instituição escolar e o silêncio é um dos rituais pedagógicos por meio do qual ela se expressa. Não se pode confundir esse silêncio com o desconhecimento sobre o assunto ou a sua invisibilidade. É preciso colocá-lo no contexto do racismo ambíguo brasileiro e do mito da democracia racial e sua expressão na realidade social e escolar. (Gomes, 2012, p. 103, 104).

A importância de um tratamento equânime a todas as etnias que engendraram o povo brasileiro tem de estar apresentadas textualmente no corpo de qualquer material a ser explorado em salas de educação infantil, e não somente no mês em que os indígenas e os povos africanos são geralmente citados, respectivamente abril e novembro. Faz-se necessário efetivar isso nas orientações dos planos anuais e planejamentos mensais e diários das professoras para que essas possam levar para as salas de aulas, como unidades de ensino a serem ensinadas aos alunos das turmas de educação infantil.

Mas, então qual o conceito de cultura, dentro do currículo, estaremos dispostos a discutir ao longo dessa pesquisa, ancorada principalmente na análise das DCMT em relação à educação antirracista?

Ao focar no conceito de cultura as Diretrizes Curriculares Municipais de Teresina trazem, na parte dedicada à educação infantil, o vernáculo 35 (vinte) vezes em 124 (cento e vinte e quatro) páginas, das quais parte desse número se reporta ao nome da SEMEC (Secretaria Municipal de Educação e Cultura); onde foram considerados tanto os textos teóricos, quanto os gráficos bimestrais que trazem as duas categorias Habilidades e Conteúdos.

Assim, o termo cultura aparece três vezes dentro do eixo Identidade e Autonomia; duas vezes dentro do eixo Linguagem Oral e Escrita; quatro vezes dentro do eixo Natureza e Sociedade, e quatro vezes também dentro do eixo Música. Os eixos Movimento, Artes Visuais, Matemática não foi observado nenhuma vez sequer o uso do termo cultura.

A exiguidade com que tal conceito é apresentado no corpo desses currículos, nos revela de certa forma a subutilização da cultura como possibilidade de alcançar as histórias e culturas dos povos afrodiaspóricos para atingir os alunos de pouca idade que estudam na educação infantil, dificultando práticas pedagógicas que contemplem a equanimidade para uma educação antirracista através de um ensino curricular multicultural ou interétnico.

Oliveira & Candau (2009) ao nos descrever parte de uma pesquisa intitulada "Multiculturalismo, Direitos Humanos e Educação: a tensão entre igualdade e diferença" trata de enfatizar essa educação multiétnica e multicultural, a partir do que assegura, 'na Constituição Brasileira, artigos 215 e 242, o reconhecimento da pluralidade étnica da sociedade brasileira e a garantia do ensino das contribuições das diferentes etnias na formação do povo brasileiro. (2009, p. 29):

> "Tal reconhecimento de caráter jurídico atende a uma antiga reivindicação dos movimentos negros que há anos sinalizavam a importância da inclusão da história dos negros nos currículos escolares, assim como o reconhecimento do caráter pluriétnico da nação brasileira. Essas discussões se intensificaram nos anos 1990, quando o conceito de afrodescendência ganha força enquanto fator de mobilização social e categoria histórica definidora de um pensamento étnico. Ao mesmo tempo, nesse mesmo período, a categoria cultura, associada a categorias como identidade e etnia, passa a ser fundamental nas discussões no campo do currículo e da educação em geral." (Oliveira & Candau, 2009, p. 29).

Em 2008 a SEMEC elabora denso material, com mais de 300 (trezentas) páginas, e um suporte teórico-metodológico mais consistente e organizado, consolidando assim quase oito anos de tentativas de organizar o currículo da educação infantil, publicando então as "Diretrizes Curriculares do Município de Teresina".

Seu sumário nos apresenta 02 (duas) subdivisões, a saber: Diretrizes Curriculares da Educação Infantil, contendo mais de 100 (cem) páginas, e Diretrizes Curriculares do Ensino Fundamental, com aproximadamente 200 (duzentas) páginas. Cada uma dessas diretrizes específicas traz as áreas de conhecimentos (Identidade e Autonomia, Movimento, Artes Visuais, Linguagem Oral e Escrita, Natureza e Sociedade, Matemática e Música) para educação infantil; enquanto para o ensino fundamental, contém pressupostos teóricos e metodológicos e sistema de conteúdos e habilidades das chamadas matérias ou disciplinas (Língua Portuguesa, Matemática, História, Geografia, Ciências, Língua Estrangeira, Ensino Religioso, Arte e Educação Física) exploradas ao longo do ano letivo.

As DCMT em seu corpo teórico, apesar de trazer temáticas como Educação para o trânsito, Drogas e Paz na sociedade contemporânea, não foi possível identificar aquelas leis nem nas habilidades elencadas bimestre após bimestre, e nos conteúdos a serem trabalhados pelas professoras ao longo de um ano letivo (SEMEC, 2008, p. 14), salvo raras citações. Neste sentido acreditava-se que fosse desenvolvido como um tema transversal e assim estaria inserido no conteúdo do currículo, o que gerou questionamentos, e com isso a necessidade de trabalhar mais assertivamente as questões étnico raciais com a relevância que merecem dentro do dia a dia escolar, seguindo junto com as temáticas.

Nessa perspectiva de valorização desses chamados saberes locais, o município de Teresina, 10 anos antes da publicação de suas diretrizes curriculares municipais, já possuía legislação que enfatizava a efetivação de tais conteúdos nas escolas:

> Art. 223. O Poder Público Municipal assegurará, na promoção da educação infantil e do ensino fundamental, a observância dos seguintes princípios: V. Lei nº 2.639, de 16 de março de 1998 "Insere no currículo da Escola Pública Municipal de Teresina a Disciplina VALORES TERESINENSES": Art. 1º. Fica inserido no Currículo da Escola Pública Municipal de Teresina a disciplina – VALORES TERESINENSES. Parágrafo

> único. São considerados VALORES TERESINENSES para os efeitos desta Lei: I – a formação étnica da sociedade teresinense, especialmente, a história e as manifestações culturais da comunidade afro-piauiense; II – a literatura, a música, a dança, a pintura, o folclore e todas manifestações e produção artístico-culturais locais; III – os aspectos geográficos, históricos, paisagísticos e turísticos. (Soares, 2001, p. 87).

Tal descritor legal, foi quase totalmente ignorado na formulação do currículo municipal de 2008, o que nos traz um alerta acerca das reais intencionalidades de um currículo que, por ser municipal, deveria ter em suas linhas teóricas metodológicas conteúdos que fizessem referência a unicidade da história sócio-cultural de Teresina.

Além disso não podemos esquecer a Resolução nº1, de 17 de junho de 2004 do Conselho Nacional de Educação em seu Artigos 1º:

> Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana em programas de formação continuada de professores. (Brasil, 2004).

E em seus artigos subsequentes, esta Resolução vai desenvolver orientações, princípios e fundamentos, assim como planejamento, execução e avaliação da educação. Por isso teremos no Artigo 3º:

> Por meio de **conteúdos, competências, atitudes e valores** (grifos do autor), a serem estabelecidos pelas instituições de ensino e seus professores, com **apoio e supervisão** dos sistemas de ensino, entidade mantenedoras e coordenações pedagógicas, atendidas as indicações, recomendações e diretrizes explicitadas no Parecer CNE/CP 003/2004. (Brasil, 2004).

Tudo isso disponível para qualquer município se atualizar junto à legislação federal, a fim de implantá-la adequadamente nas suas escolas.

Em documentos mais recentes lemos nos Anexos do Decreto Municipal nº 4.739, de 26 de junho de 2015, que trata do Plano Municipal de Educação de Teresina (PME), referências que deveriam estar explicitadas no currículo ou em alguma matriz curricular, elaboradas anualmente por um setor específico de dentro da SEMEC. O PME em seu Artigo 2º, trata textualmente de aspectos como desigualdades educacionais, cidadania e

erradicação de todas as formas de discriminação (Parágrafo III, p. 13), que aqui compreendemos estar inseridas as discriminações étnico-raciais, religiosas e de gênero, das quais as discriminações étnico-raciais constituem o objeto de estudo desta pesquisa.

No seu artigo "A Lei 10.639/03 como instrumento político-pedagógico na perspectiva da Interculturalidade", Nunes (2018) afirma que essa lei é de suma importância na construção de qualquer estrutura curricular num país racista como o nosso:

> A Lei 10.639/03 é um instrumento legal importante para a população afro-brasileira, uma vez que permite ao sistema educacional brasileiro desenvolver várias ações político-pedagógicas no combate ao racismo, sentimento este que traz consequências nefastas ao convívio humano. (...) Na perspectiva da interculturalidade (...) consideramos que o ensino da História e Cultura da População Africana e Afro-brasileira poderá permitir tomadas de consciência identitária, tanto por parte dos não-negros quanto dos negros que passam a conhecer e compreender o povo negro como construtores e protagonistas de inúmeras histórias invisibilizadas nos livros escolares e nas pesquisas acadêmicas. (NUNES, 2018, p. 107-108).

Ao verificar esses documentos, considerados oficiais, pois foram engendrados pela própria Secretaria Municipal de Educação e Cultura, com o intuito de organizar conteúdos e habilidades de aprendizagem elaborados, ao longo de aproximadamente 10 anos, surgindo quase simultaneamente à própria municipalização da educação infantil de Teresina; podemos perceber o quão distante estamos de uma educação antirracista, pautada na Lei 10.639/03, com lacunas conceituais, metodológicas e mais especificamente a ausência quase total de conteúdos que tragam a cultura e história dos povos afro-brasileiros, além das culturas africanas diaspóricas. Necessário formações e práticas pedagógicas, pautadas em teóricos que vem escrevendo, publicando e debatendo questões que envolvam preconceitos, racismo e propostas pedagógicas antirracistas imprescidíveis para efetivarmos uma educação antirracista, cabendo aqui citar entre tantos Gomes (2012), Cardoso (2021), Pinheiro (2023) a decolonialização curricular, desenvolvida por Gomes (2012); além de não esquecermos a própria reformulação curricular tão

bem desenvolvida por Silva (2005) e Sacristãn (2013).

Eles irão aprofundar e ampliar o conceito de cultura de modo que este reverbere por sobre o ensino do legado desses povos, para uma mudança de paradigma perceptivo, deslocando o eixo eurocêntrico para um ensino multicultural, a fim de que as professoras que trabalham com a educação infantil possam transmitir as contribuições das três principais etnias constituintes do Brasil, para formação de cidadãos conscientes das raízes culturais de modo integrado e equânime.

Conclusão

Neste momento esta pesquisa se encontra em uma etapa de aprofundamento teórico, onde pretende discorrer sobre alguns conceitos necessários para embasar a coleta de dados que será realizada *a posteriori*, quando se seguir para as escolas a fim de realizar a etapa de campo, que consistirá na realização de entrevistas e rodas de conversa com as professoras. Seguimos nessa pesquisa agora confrontando as análises feitas em cima das Diretrizes Curriculares do Município de Teresina ao discursos das professoras mediante os questionamentos feitos em torno da hipótese levantada. Uma educação antirracista como premissa indispensável para se promover a inclusão dos povos que constituintes do Brasil continuará como guia para a coleta de dados que advirão.

Referências

BRASIL, Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Lei n. 9.394/96. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm.

BRASIL. Lei nº 11.274 de 06 de Fevereiro de 2006. Dispõe sobre o ensino fundamental de 09 anos. Disponível: portal.mec.gov.br

BRASIL. Lei n.º 11.645, de 10 março de 2008. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Poder Executivo, Brasília, DF, 11 mar. 2008.

BRASIL. Decreto nº6.861, de 27 de maio de 2009. Dispõe sobre a educação escolar indígena, define sua organização em territórios etnoeducacionais, e dá outras providências. Diário Oficial da União, Brasília, DF,

nº100, Seção 1, p.23, 28 fev. 2009b.

BRASIL. Lei Nº 14.402 / 2022, de08dejulhode 2022. https://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=08/07/2022&jornal=601&pagina=6&totalArquivos=7

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. Plano Nacional de Educação PNE 2014-2024: Linha de Base. – Brasília, DF: Inep, 2015.

CANDAU, Vera Maria Ferrão. OLIVEIRA, Luiz Fernandes de. Pedagogia Decolonial e Educação Antirracista e Intercultural no Brasil.Educ. Rev. [online]. 2010, vol. 26, n. 1, p.15-40.

CARDOSO, Cintia. Branquitude na Educação Infantil, 1ªed - Curitiba: Appris, 2021, 209p.

GOMES, Ana Beatriz Sousa. O Movimento Negro e a Educação Escolar: Estratégias de Luta Contra o Racismo. IN: Educação e Afrodescendência no Brasil. Fortaleza: Edições UFC, 2008. P. 15-32.

GOMES, Nilma Lino (Org.). Um olhar além das fronteiras: educação e relações raciais. 1ªed, Belo Horizonte: Autêntica, 2010. 136 p.

GOMES, Nilma Lino. Relações Étnico-Raciais na Educação e Descolonização dos Currículos. Currículo sem fronteiras, v.12, n.1, pp. 98-109, Jan/Abr 2012.

MELO, Pedro Thiago Costa. A municipalização da Educação infantil pública de Teresina: história, educação e memória (1996-2007). EdUESPI, 2020.

MACHADO, Sátira Pereira. Mídia, Infância e Negritude: Cidadania de afrodescendentes no Brasil. IN: Mídia e racismo. Petrópolis, RJ: DP et alii; Brasília, DF: ABPN, 20122019 p. 200-244.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. Como ser um educador antirracista. São Paulo: Planeta do Brasil, 2023, 160 p.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade do Poder, eurocentrismo e América Latina. IN: A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais. Perspectivas latino-americanas. CLACSO, Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales. 2005. p.117-142. http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/calcso/sursur/20100624103322/12_Quijano.pdf

RIBEIRO, Luciara. Abdias Nascimento: um legado que não dorme. Quinta 26 de mai.,2022. Amlatina.contemporaryand.com. C&AMÉRICA LATINA.

ROCHA, S., & SILVA, J. A. N. da. (2013). À Luz Da Lei 10.639/03, Avanços e Desafios: Movimentos Sociais Negros, Legislação Educacional e Experiências Pedagógicas. Revista da Associação Brasileira de Pesquisadores/as Negros/As (ABPN), 5 (11), 55–82, 2013. Recuperado de https://abpnrevista.org.br/site/article/view/189 Acessado em: 19 de dezembro de 2023.

SILVA, Tomaz Tadeu da. Documentos de Identidade; uma introdução às teorias do currículo. 2ª ed., 9ª reimp., Belo Horizonte: Autêntica, 2005, 156 p.

TERESINA. Competências e Habilidades Específicas para a Educação Infantil. SEMEC, 2003. Material fotocopiado, 27p.

TERESINA, Proposta Curricular para a Educação Infantil, SEMEC, 2005a. Material fotocopiado. 97 p.

TERESINA, Proposta Curricular do Ensino Fundamental 1ª Etapa do 1º Bloco (6 anos), SEMEC, 2005b. Material fotocopiado. 20 p.

TERESINA, Diretrizes Curriculares do Município de Teresina. Semec: Halley, 2008, 347p.

PARTE III
HISTÓRIA, MÍDIAS E NARRATIVAS

"LENTO E PSICOLÓGICO ATÉ O VERSO": UMA ANÁLISE HISTÓRICA DO MANIFESTO *VIDA, PAIXÃO E BANANA DO TROPICALISMO* A PARTIR DO CONCEITO DE LITERATURA MENOR.[1]

Natanael da Silva Cardoso[2]
Edwar Alencar Castelo Branco[3]

> Como eu disse anteriormente, Deleuze e Guattari são importantes porque me possibilitam uma liberdade de pensamento; eles são libertadores, assim como Foucault, por serem intelectuais que incentivam a criação. Ao contrário de uma produção acadêmica que está muito preocupada com a fôrma, com o molde, seja com a fôrma da metodologia ou com a fôrma que modela certo uso das fontes na História, Deleuze e Guattari nos dão uma grande liberdade por nos levarem a pensar no ato de criar e de inventar. A própria ideia de invenção, que é muito importante nos meus trabalhos, não deixa de ter conexão com eles [...] Os conceitos podem ser criados com todas as coisas, não necessariamente apenas com a matéria filosófica, mas com o cinema, a pintura, a física ou a botânica. Deleuze e Guattari mostram que os conceitos podem ser produzidos de qualquer material. Aí eu me pergunto: por que os conceitos não podem nascer do contato com o arquivo? Por que os conceitos não podem

1. Artigo escrito como parte de Projeto de Iniciação Científica à Pesquisa (PIBIC) financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq).

2. Graduando em Licenciatura História na Universidade Federal do Piauí. Membro do GT História, Cultura e Subjetividade (DGP/CNPq). Bolsista PIBIC/CNPq sob orientação do Prof. Dr. Edwar Alencar Castelo Branco. Email natanaelsilvacardoso216@gmail.com.

3. Doutor em História, Bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq, é Professor titular na Universidade Federal do Piauí. Líder do GT História, Cultura e Subjetividade (DGP/CNPq). Email: edwar2005@uol.com.br

> nascer a partir do passado? Por que os conceitos não podem nascer das fontes ditas históricas? Ou por que os conceitos são coisas que devemos sempre beber de outros autores para serem trazidos para a historiografia? (Albuquerque Júnior. 2020. p. 151)

O trecho acima é parte de uma fala do historiador Durval Muniz de Albuquerque Junior, assíduo leitor das obras de Deleuze e Guattari, em entrevista sobre estes filósofos, especificamente quanto a alguns pontos centrais no pensamento desses intelectuais, tais como o *corpo*, o *acontecimento* e a *diferença*. Albuquerque Júnior destaca que os citados, juntos ao francês Michel Foucault, figuram como importantes referências para a historiografia na medida em que é insistente neles o incentivo a um pensamento inventivo, à criação de conceitos, por exemplo, sendo esta timidamente presente entre os historiadores. "O historiador inspirado por Deleuze e Guattari é alguém que segue na contracorrente dessa história sedimentada para fazer o conhecimento sobre o passado nomadizar" (Albuquerque Júnior. 2020. p. 150), depois destas palavras, Albuquerque Jr. cita uma das obras que considera magistral no rol das produções de Deleuze e Guattari:

> O livro *Kafka: por uma literatura menor* (1977) mostra que Kafka sempre colocava a sua escrita em questão e se colocava à prova na medida em que escrevia. A literatura menor é justamente esta literatura que sai do cânone literário e que tem coragem de romper com esse modelo. Uma historiografia nômade é aquela que procura não se ater aos cânones impostos pela disciplina, que tenta problematizar e questionar as regras impostas pelos historiadores [...] . Uma categoria fundamental da filosofia deles é a ideia do entre ou do terceiro excluído, que normalmente é afastado do pensamento binário e maniqueísta ocidental. A história da terceira margem é a de um elemento que passa e flui entre dois pontos fixos e que carrega esses pontos para outra direção (Albuquerque Júnior. 2020. p. 150-151)

A obra a que este outro excerto retirado da mesma entrevista se refere, é intitulada *Kafka: por uma literatura menor*, livro publicado pela primeira vez em 1975, também é produto do trabalho conjunto de Deleuze e Guattari. Neste livro, é possível perceber como esses dois filósofos analisam os escritos do literato Franz Kafka como uma abordagem da-

quilo que foge ao convencional, em termos de mostrar o protagonismo de outros sujeitos, considerados "menores", postos à margem, diferenciando-se das narrativas consagradas, onde não lhes seria possível qualquer tipo de visibilidade, razão por que Albuquerque Júnior compreende esta literatura menor como um importante artifício, pois mediante a este prisma teórico-conceitual é possível ampliar as possibilidades investigativas no trabalho historiográfico. O livro dedica capítulos inteiros para as análises de cada obra de Franz Kafka, entre esses capítulos, figura um cujo título já expressa o seu propósito: "o que é uma literatura menor ?". No texto, os autores baseiam a explicação do conceito em três elementos constitutivos: a linguagem, o político e o coletivo.

A linguagem é entendida por esses pensadores como um forte coeficiente de *desterritorialização*, pois uma vez bricolada, desalojada de seu lugar cultural primitivo, possibilita aos subgrupos étnicos e raciais, que num dado momento histórico se encontrem acuados por outros grupos socialmente hegemônicos, agir de modo tático. Exemplificando as possibilidades de atuação desses menores, marginais, mediante a linguagem, Deleuze e Guattari falam da literatura judia em Varsóvia ou em Praga vistas nas obras de Kafka, sendo expressão daquilo que em suas palavras "Uma literatura menor não é a de uma língua menor, mas antes a que uma minoria faz em uma língua maior" (Deleuze e Guattari. 2017. p. 35) A linguagem, portanto, figura nas literaturas menores como uma ferramenta com a qual é possível distanciar-se daquilo que é hegemônico, estruturado e pensado como modelo imóvel. A Literatura de Kafka pode ser entendida como aquilo que o historiador Castelo Branco, a propósito de uma leitura Deleuze-guattariana, explicou como sendo um pensamento sem imagem, o qual, segundo Castelo Branco, é

> Intempestivo e atemporal sem ser eterno. Ele corresponde ao momento em que, alastrando-se rizomaticamente, o pensamento problematiza um sistema de representação do interior do qual eclode como um arrombamento, uma rachadura que desestabiliza aquele sistema não por colidir com ele, mas, antes, por existir alheio a ele, descompromissado com os seus pressupostos. Esse pensamento intempestivo, sem raízes, alforriado de um pressuposto começo, pode então ser o pensamento da diferença (Castelo Branco, 2014, p. 133).

O aspecto político é o outro elemento constitutivo de uma literatura menor, posto que, diferenciando-se das literaturas canonizadas, hegemônicas, onde as narrativas guardam lugar especial para os sujeitos ou grupos bem situados econômica e socialmente, nas literaturas menores isso é invertido, de modo que o protagonismo das narrativas é dado aos sujeitos comuns, àqueles cujo cotidiano simples, não interessaria às grandes narrativas ou apareceriam apenas como coadjuvantes. Este aspecto político, então, diz respeito às diversas entradas, poros, observados por Deleuze e Guattari na obra de Kafka, porque são lidas pela noção conceitual de *rizoma*, a exemplo do Gregor Samsa, protagonista da obra *Metamorfose*, a partir do qual é possível observar uma lógica inversa, onde o entendimento do macro se dá pela observação do micro, a sociedade que o circunda é explicada pela narrativa de sua trama, de seu íntimo. Sobre essa escrita rizomática, pontua Daniel Lins:

> O escritor rizomático está, pois, do lado do informal, do inacabado, da deformação que abre e liberta, instiga os conteúdos e quebra aquilo que esmaga a vida, faz passarem-se as linhas de fuga no horizonte, faz a apologia do barato abstêmio e do porre com um copo de água. É isso: ficar chapado com um copo de água! Não era esse um sonho de Henry Miller? (Lins, 2010. p. 3)

O Coletivo figura como o terceiro elemento constitutivo de uma literatura menor porque é possível observar que elas trazem um devir coletivo, não se fecham em si mesmas, buscam transbordar. Esse tipo de literatura apresenta os aspectos maquínicos e de desejo de uma parcela socialmente marginalizada, relegada ao segundo plano diante daquela cuja hegemonia os invisibiliza e os oprimem. Deste modo, as literaturas menores são expressões coletivas à medida que falam de um lugar a pedido de uma fração cujo anseio é desviar-se do majoritário, daquilo que lhes é imposto. Nas palavras dos autores:

> É a literatura que se encontra carregada positivamente desse papel e dessa função de enunciação coletiva e mesmo revolucionária: a literatura é que produz uma solidariedade ativa apesar do ceticismo; e se o escritor está à margem ou à distância de sua frágil comunidade, a situação coloca-o mais à medida de exprimir uma outra comunidade potencial, de forjar os meios de uma outra consciência e de uma outra sensibilidade.

(Deleuze; Guattari, 2017, p. 40)

Deste modo é possível sintetizar, tendo em vista os propósitos que serão logo elencados e assim esclarecer a aplicabilidade desta noção conceitual, que o adjetivo "menor" dessas literaturas – oposto de maior – deve ser pensado dentro de uma lógica de um terceiro excluído, de um processo de seleção e exclusão. Portanto, em termos valorativos, uma literatura menor designaria um gênero, uma forma de escrita, um autor, uma expressão de um grupo, que se encontram à margem em relação a outro cuja hegemonia lhe guarde um espaço especial e um poder para a finalidade de excluir tudo que a este "maior" não seja devoto, tudo que a ele seja inadequado, desviante, estranho.

Esclarecido o conceito que servirá de instrumento para as análises que aqui se fará, é preciso, de igual modo, explicar que este trabalho soma esforços para fazer uma leitura histórica de um dos manifestos-base do movimento tropicalista, aquele intitulado "*Vida, Paixão e Banana do Tropicalismo*", escrito em 1968 pelo poeta Torquato Neto, importante articulador do dito do movimento tropicalista. Assim, para além desta explicação teórico-conceitual de Literatura Menor, este trabalho é dividido em outras duas partes, primeiro procura-se situar o surgimento desse movimento artístico, explicando a ideia e os indivíduos a que foram legados a posição de sujeitos-núcleos de um movimento homogêneo, bem como será apresentado, com base em outros estudos, investigações que, a contrapelo, entenderam a importância de outros partícipes, como Torquato Neto, autor do manifesto em questão. Na segunda parte, os esforços se canalizam no sentido de investigar o manifesto, dando ênfase àquilo que diz respeito ao lugar, ao momento histórico, aos sujeitos e às condições de produção de tais ideias, aplicando uma análise que se atenha aos aspectos referentes à linguagem, ao político e ao coletivo.

Movimento tropicalista, um tecido cheio de poros: Torquato Neto (à)cena

Quando se pensa no "movimento Tropicalista", "na Tropicália" ou no "Tropicalismo" – as tantas denominações que se esforçam para nomear os acontecimentos que foram empreendidos por uma parcela

de brasileiros que, durante a conjuntura política da ditadura militar no país, desalojaram as noções pétreas sobre cultura e arte - a mente é tão logo confortada por uma ideia que projeta o desenho de um movimento inteiriço, homogêneo, cujas fissuras e diferenças no seu interior, se existem, são, ou pelo menos foram, objeto de pouca atenção, desleixo de quem as vê, isto por causa de toda uma tradição de pensamento, conformação e conjuração de discursos que elegeram indivíduos, campos da cultura -como a música- e eventos para a feitura de uma identidade do movimento.

No gancho dessa provocação, é preciso ser objetivo em pontuar que existem, para a finalidade deste trabalho, duas correntes explicativas para o entendimento do movimento tropicalista. Primeiro, aquela que, sombreando os outros ramos das artes, como o cinema, a poesia e a pintura, por exemplo, teve como representante, em detrimento das citadas, a música e, neste campo, alguns nomes consubstanciaram-se e personificaram o rosto do movimento. A segunda via de entendimento sobre o Tropicalismo, que não se exclui da primeira, é aquela que, ainda no âmbito das idealizações que projetaram essas agitações culturais, alguns partícipes – como Torquato Neto – foram invisibilizados por toda uma produção discursiva que necessitava enquadrar o movimento em questão associando-o a seletos nomes. Faz-se preciso, mesmo que ligeiramente, entender os dois prismas sob os quais pode-se observar a problemática postaSegundo Castelo Branco, os anos 1960 carregam consigo, dentre tantos acontecimentos em seu interior, o movimento tropicalista como marco histórico de modo que "a Tropicália aparece como o objeto de maior brilho, de tal forma que as coisas só ganham algum significado, mesmo em um período pós-tropicalista, se tiverem o movimento tropicalista como referência" (Castelo Branco. 2014. p. 02). Tal movimento, cabe destacar, surge através das condições de emergência de uma pós-modernidade brasileira, especificamente quanto o abalo das estruturas de pensamento antes fixas, bem como as identidades que serão produtos de reflexões depois do vertiginoso aperfeiçoamento da técnica e da tecnologia, fazendo com que as noções de tempo e espaço sejam comprimidas e entendidas como produto daquilo que o canadense Marshall Mcluhan denominou de "Aldeia Global" (Mcluhan. 1996)

A década de 1960 também é emblemática porque a partir dela as

configurações política e social do país foram afetadas de modo brutal com a implantação da ditadura militar no ano de 1964. Em que pese a grande iluminação direcionada ao âmbito político dessa conjuntura, faz-se imperioso lançar luz sob outros aspectos que não sejam aquele puramente político-institucional e, assim, entender outras arestas de igual forma tão necessárias para uma abordagem mais robusta. Em síntese, em termos de atuações de sujeitos, pessoas, corpos, é preciso distinguir que existiram duas notáveis formas de atuações com que se subjetivaram, os inconformados com o sistema: *o corpo-militante-partidário* - este ligado às atuações políticas e institucionais- e, por outro lado, o *corpo-trans-bunde-libertário*- com estes as mudanças poderiam acontecer por via da arte, a qual poderia mediar a comunicação das subjetividades, ao modo de Leibniz (Deleuze, 1987) os tropicalistas, portanto, podem ser lidos sob este último conceito (Castelo Branco. 2024)

O termo tropicalista, que nomeia o movimento, é baseado numa obra do artista plástico Hélio Oiticica, de nome "Tropicália" a qual consistia na ideia de uma forte mistura de alegorias para desmistificação da ideia de uma cultura universalista e foi exposta num evento no Rio de Janeiro em 1967. O movimento em si não surgiu de forma programada em seu momento inicial, pelo contrário, as manifestações deram-se de forma isolada, residual. A antropofagia cultural, ideia medular do movimento, é uma retomada às posturas políticas e estéticas Oswaldianas, as mesmas que movimentaram a Semana de 22. Este movimento, que já foi descrito como "[...]universo multifacetado no interior do qual habitam muitas virtualidades". (Castelo Branco. 2024. p. 91), é assim entendido porque nele tem-se nas artes plásticas, Hélio Oiticica; no teatro, José Celso Martinez Corrêa; no cinema, Glauber Rocha e, na música, Gilberto Gil e Caetano Veloso como sujeitos-núcleos não só da música, mas nomes representativos de todo o movimento. No que se refere ao seu propósito, o movimento foi assim entendido por Hollanda:

> Na opção tropicalista o foco de preocupação política foi deslocado da área da "Revolução Social" para o eixo da "rebeldia", da intervenção localizada, da política concebida enquanto problemática cotidiana, ligada à vida, ao corpo, ao desejo, à cultura em sentido amplo. Na relação com a indústria cultural essa nova forma do conceber a política veio a se traduzir numa explosiva capacidade de provocar áreas de atrito e tensão não

> apenas no plano específico da linguagem musical, mas na própria exploração dos aspectos visuais/corporais que envolviam suas apresentações (Hollanda 1982, p. 26-27)

Essas muitas virtualidades que constituíram o movimento, tiveram todas elas suas particularidades comprimidas em função da necessidade de englobá-las dentro do entendimento do tropicalismo enquanto um movimento uno, inteiriço, sem poros ou identidades outras cuja relevância carecesse de uma atenção especial ou de uma nomeação paralela. Além disso, esse movimento foi compreendido por Favaretto e Tati (1996), em termos de um arco histórico, pensando a partir de pontos extremos de participação ativa na cena cultural do país conformaria a "imagem" desse arco. Segundo Castelo Branco:

> Esta situação, prossegue, teria determinado que a Tropicália se situasse dentro de um arco histórico, delimitado por uma proposta de fratura, em seu nascedouro, -cujo marco seria o disco Panis et Circensis - e de sutura, em sua fase madura, a qual seria representada pelo disco "Tropicália 2", lançado por Caetano Veloso e Gilberto Gil no início dos anos 1990. Em sua avaliação [de Favaretto e Tati] o movimento tropicalista é devido, exclusivamente, a Caetano Veloso e Gilberto Gil. (Castelo Branco. 2024. p. 90)

Na mesma toada de explicação sobre a presença maior dos nomes de Caetano Veloso e Gilberto Gil enquanto representantes máximos do Tropicalismo em sua totalidade e por isso, os nomes de outros partícipes são relegados ao segundo plano, o autor do excerto acima busca explicitar que isso é resultado de uma necessidade explicativa de construir um sentido para o movimento em questão. Além disso, esse "movimento" -descrito e pensado sempre nesses termos- onde a personificação de Caetano Veloso e Gilberto Gil são endossadas por "Capas de livros, embalagens de discos, cartazes de eventos, matérias de revistas (Castelo Branco.2024. p. 94), mas também o autor explica que esses sujeitos não arrogam para si a proeminência de seus nomes no que se refere a capitania do movimento, mas isso é antes o intento de uma objetivação exterior, involuntária, que os escapa a intervenção e demonstra a necessidade de possuir o "Movimento Tropicalista" como algo tratável, com nome principais, campo de atuação e obras inaugurais, como as músicas que abrem e fecham o

arco histórico proposto por Favaretto e Tatti.

Assim sendo, é possível perceber os aspectos que autorizam entender a imagem serena e tranquila do "movimento tropicalista", com data pontual de começo e fim, bem como os nomes representativos da vasta, heterogênea e dispersa produção artística como sendo produto de uma feitura, uma versão inventada. Antes de mais nada, é preciso ser didático ao enfatizar que, se a história é o estudo do homem no tempo -como lecionam os livros didáticos-, e todo resultado de um estudo é transmitido pela linguagem, seja ela dita ou escrita, a mesma também passa por um processo de *seleção* e *exclusão*, principalmente no que diz respeito aos vestígios a partir dos quais as investigações tomam rumo, portanto "É no mundo da linguagem que as coisas se passam, na medida em que é a linguagem que constitui os nossos objetos e, mesmo, as nossas figuras de sujeito" (Castelo Branco. 2007. p.302). Tanto por estas razões, quanto pelo fato de que a narrativa histórica carece da elaboração de um enredo, escolha de personagens e de argumentos elaborados, não se desmente o entendimento da história como *a arte de inventar o passado* (Albuquerque Júnior. 2019), tal como ocorreu com o movimento tropicalista.

Dado este fato, "é preciso fazer ver o que vemos" (Foucault. 1970. p.12) no sentido de problematizar, em se tratando especificamente do movimento ora estudado, as tantas possibilidades, já que na história não possível apreender o *real* -que no sentido lacaniano foge à possibilidade de significação precisa, objetiva-, cabendo, pois, entender a *realidade* -esta entendida como o *Simbólico*, apreensível de significação ainda no mote lacaniano. Desmontar a ideia de sujeitos-núcleos do movimento, como Gilberto Gil e Caetano Veloso, e no mesmo movimento entender a participação de outros sujeitos, torna-se uma atividade necessária para ampliação dessa problemática, como obras icônicas já fizeram.Dentre as importantes bibliografias e citações teóricas que costuram e embasam as ideias elencadas no corpo deste trabalho, uma obra em específico serve de esteio à proposta desta parte do texto, qual seja *Todos os dias de Paupéria: Torquato Neto e a Invenção da Tropicália* (2024), autoria de Castelo Branco. A tese de doutoramento que, posteriormente, foi convertida em livro, aproxima-se daquilo que o historiador Walter Benjamin disse ao alertar para a necessidade de se fazer uma leitura da história a contrapelo (Benjamin. 1996), mas também pode ser compreendida como uma

história da *terceira margem*, uma vez que "[...] o que impera é o devir, o fluxo, que desmancha as formas estabelecidas de objetos e sujeitos, que mistura aspectos que aparecem separados, classificados e ordenados [...]" (Albuquerque Júnior. 2019. p.32).

Esta obra, portanto, no que interessa a este estudo, toma o poeta piauiense Torquato Pereira de Araújo Neto como pretexto para uma abordagem que vai desde a visão panorâmica do maravilhamento e do vislumbre das técnicas e tecnologias que dão a ver, além do encurtamento das distâncias, a condição pós-moderna do Brasil nos anos 1960, além de um dessecamento da ideia sólida do movimento tropicalismo tendo como sujeitos-núcleos Gilberto Gil e Caetano Veloso, produzindo uma cartografias que mapeia as tantas manifestações culturais heterogêneas e subjetividades diversas ligadas ao movimento no país, as ressonâncias desse livro margeiam e fertilizam outras abordagens, como a que se pretende com este trabalho, no entanto, fazendo uso da expressão nietzscheana de "começos" e "origens", posteriormente, vista e apropriada pelo francês Michel Foucault como metodologia de análise, os esforços aqui privilegiam os *começos* aos invés das *origens*, porque estes implicam dispersão, enquanto aquele implica causa (Foucault. 1970).

A dispersão, pode aqui ser observada pela também escolha de Torquato Neto como pretexto, especificamente de um roteiro seu intitulado *Vida, Paixão e Bananas do Tropicalismo*, no entanto, as análises se direcionaram à linguagem -elemento reapropriado pela geração de 1960 como nova dicção, semântica-, além disso, o texto guarda no seu interior as ideias torquateanas que arquitetam a tropicália, contrariando a posição régia de certos projetores do tropicalismo. Dessa forma, o documento será imaginado e interpelado como se fosse a pessoa de seu autor de modo que as ideias e pensamentos nele encontrados serão manejados a fim de "utilizá-lo, deformá-lo, fazê-lo ranger e gritar" (Foucault. 1981. p.143), em se tratando da linguagem enquanto artefato de bricolagem dessa geração de sujeitos, será possível buscar uma resposta à seguinte pergunta:"Será possível fazer a língua gaguejar sem confundi-la com a fala?" (Deleuze, 1997. 123).

"Está instaurado o tropicalismo na Televisão": a linguagem e as ideias torquateanas nos manifestos tropicalistas

Antes de converter-se em "Anjo Torto da Tropicália", é possível entender, através da biografia de Torquato Neto, que sua saída de Teresina para realizar seus estudos na Bahia, porque sua terra natal era "sem condições para o talento dele, ele tinha mesmo era que ir" (Kruel.2008. p. 33) como disse seu pai em entrevista, e da capital Baiana para o Rio de Janeiro, onde reencontrou com os sujeitos que compunham "o grupo baiano", com os quais formaria o "movimento tropicalista", demarca também um sujeito não somente nômade no sentido geográfico, espacial, mas também em termos de convicções, especificamente no que se refere à ideia de cultura, se comparado ao conjunto de textos seus, de 1962, intitulados *Arte e Cultura Popular*. No entanto, em que pese o fato de que sua fase tropicalista ser a mais conhecida, nela o poeta não teve uma participação direta, como aqueles que cantaram músicas de sua autoria. Segundo Frederico Oliveira Coelho:

> Geralmente, a memória de Torquato Neto permanece aprisionada na sua trajetória de poeta marginal e suicida (ele se mata em novembro de 1972), supervalorizando-se uma trajetória de maldito, em contraposição. Como ele era compositor, não se apresentava em festivais ou na televisão, e não se tornou um ídolo das massas nos tempos tropicalistas (Coelho. 2016. p. 43)

No entanto, em que pese o fato de não ter se apresentado nos eventos empreendidos pelo grupo do movimento tropicalista, sua importância assenta-se de igual forma quando se observa as ideias por ele orquestradas, aquelas que são compreendidas como manifestos tropicalistas. Em *Torquatália: Do Lado de Dentro* (2004), obra que reúne escritos do poeta, organizada por Paulo Roberto Pires, apresenta num capítulo intitulado "manifestos tropicalistas", três textos de Torquato Neto, sendo eles: "Tropicalismo para principiantes", "Torquatália III", e "Vida, Paixão e Banana do Tropicalismo", todos de 1968. Este último, trata-se de um roteiro escrito por Torquato Neto e Capinam, seria o primeiro de uma série de três programas previstos para ir ao ar na TV Globo, no entanto, houve um desentendimento com o patrocinador, a Rhodia, fez

com que tal programa não fosse ao ar. (Vaz. 2013)Habitando o território da contradição, duas bibliografias, em certa medida, podem ser postas face a face, como a *A biografia de Torquato Neto* (2004) escrita por Toninho Vaz quando afirma ser "O programa *Vida, Paixão e Banana do Tropicalismo*, enquanto depositário das ideias coletivas" (Vaz. 2013. p. 199), pelo que se supõe trata-se, não de tirar a autoria dos dois tropicalistas, mas de entendê-los como sujeitos cuja serventia foi aplicar as ideias pensadas coletivamente no papel, desprezando, assim, a subjetividade de Torquato e Capinam. A outra bibliografia, já citada, trata-se de *Torquatália: Do Lado de Dentro* (2004), de Paulo Roberto Pires, onde também referindo-se ao citado roteiro de programa/manifesto, ele atesta "Traduzem, isto sim, a visão extremamente pessoal de Torquato Neto sobre as idéias em ebulição à sua volta" (Pires. 2004. p. 57). Esta última afirmativa pode ser corroborada quando se analisa bem detalhadamente o documento, pois "Toda interpretação histórica depende de um sistema de referências [...] que se infiltrando no trabalho de análise, organizando-o à sua revelia, remete à 'subjetividade' do autor (Certeau. 2000. p. 67).

No início do roteiro, as letras da apresentação mostram logo se tratar de algo diferenciado, estranho, não convencional. O título "Vida, Paixão e Banana do Tropicalismo", encontra-se grafado de modo que as palavras, que na ordem costumeira de uma escrita estariam alinhadas da direita para esquerda, foram, conjectura-se, escritas de forma sobrepostas umas às outras, formando algo que não transmite a mensagem -título- somente, mas busca provocar outros sentidos, posto que "O ato de ver não é o ato de uma máquina de perceber o real enquanto composto de evidências tautológicas. O ato de dar a ver não é o ato de dar evidências visíveis a pares de olhos que se apoderam unilateralmente do 'dom visual'[...] (Huberman. 2015. 77). Desse modo, a forma como o título é arquitetado iguala-se, a algo onde a compreensão está condicionada a elementos intra e extra literários, como a Poesia Concreta -campo artístico que, no bojo de outros manifestações, constituiu o movimento tropicalista- onde os representantes foram Décio Pignatari e os irmãos Haroldo e Augusto de campos, para os quais a forma do poema se sobrepunha a outros elementos, erigindo um discurso *verbicovisual* (Campos; Pignatari, Campos. 1965). Para além da forma como elemen-

to proeminente num poema, o documento, detendo um caráter eclético, apresenta outro texto em forma de poema, qual seja:

> SÓ ME INTERESSA O QUE É MEU
> TUPI OR NOT TUPI THAT´S THE QUESTION
> A VERDADEIRA HISTÓRIA DO BRASIL
> COMEÇA COMA DEGLUTIÇÃO DO
> BISPO SARDINHA PELO CANIBAIS
> NÓS NÃO TEREMOS DESTRUÍDO NADA SE NÃO
> DESTRUIRMOS AS RUINAS
> VAI QUE É MOLE
> QUEM TE VIU, QUEM TE VÊ
> REINA A MAIS COMPLETA ORDEM NO PAÍS
> PRIMO VOCÊ Ê Ê QUE É FELIZ
> O PETRÓLEO É NOSSO
> E AGORA, JOSÉ
> EM SE PLANTANDO TUDO DÁ
> ORDEM E PROGRESSO
> TEORIA NA PRÁTICA NÃO DÁ CERTO
> (Araújo Neto; Capinam. 2004. p. 67)

Apesar de se tratar de um poema, ou pelo menos de algo que se assemelha a um poema, o texto acima é na verdade formado por um conjunto de cartazes que deveriam ser colocadas na hall de entrada e no interior do teatro, compondo a continuação que Torquato Neto e Capinam projetavam. Esses cartazes não formam um sentido linear, não narram uma história, no entanto, lidos com um olhar que leve em conta alguns aspectos importantes para as ideias centrais do movimento, tornam-se objetos legíveis. A nível de exemplo, a primeira frase "só me interessa o que é meu", trata-se de uma reinvenção e uma ressignificação, mas não muito distante da qual a citada baseou-se, onde se tem "Só me interessa o que não é meu", umas das primeiras frases encontradas no manifesto antropofágico escrito por Oswald de Andrade de 1928. A frase de Oswald de Andrade é compreendida no sentido de que o "alheio" -objeto de interesse a que a frase remete- diz respeito a uma poética, a uma produção de si a partir da preocupação com o outro, dando a ver uma espécie de alteridade no seio da proposta antropofágica, porém, supõe-se que no caso do manifesto escrito por Torquato Neto e Capinam, a apropriação

desta premissa deu-se porque, de antemão, os elementos heterogêneos que compuseram o movimento tropicalista já eram entendidos como pertencentes àqueles que se propuseram a explicar, fazendo o movimento ora analisado, a partir entendimento de um todo formado por partes, daí o pronome possessivo, "meu", que produz o trocadilho com sua frase originária.

Além disso, outras frases soltas dão a ler os intentos e os preceitos norteadores do movimento tropicalista, como "*tupi or not tupi that is the question*", que traduzida para o português, aproxima-se de algo como "ser ou não ser brasileiro, eis a questão", também encontrada no manifesto escrito por Oswald de Andrade, de onde se percebe sempre uma forte retomada de tais ideias, como "a verdadeira história do brasil começa com a deglutição do bispo Sardinha pelos canibais", a antropofagia, enquanto metáfora espinhal da Semana de 22, é repetidas vezes encontrada no texto. Nota-se que se trata, na frase em questão, de entender o começo da história do Brasil a partir da deglutição do "bispo sardinha", este uma referência ao elemento estrangeiro, cuja assimilação produziria uma cultura genuinamente brasileira, um elemento de mistura. As frases também, buscando remeter aos aspectos constitutivos da cultura brasileira e a ela todos os outros elementos implicados, dispensam uma alocação desses dizeres em ordem cronológica nas referências históricas de que fazem críticas ou alusões, portanto, não há um *télos*, quando, por exemplo, elenca-se "o petróleo é nosso", frase proferida pelo presidente Getúlio Vargas na segunda metade de 1940 por ocasião da descoberta de petróleo no país, contrapõe-se, em termos temporais, a "em se plantando tudo dá", a qual faz alusão ao modo que Pero Vaz de Caminha, em carta ao rei Dom Manuel observa serem férteis as terras que viria a ser o Brasil, em 1500. Esse aspecto de desorganização temporal dos fatos elencados, pelo que se observa, é proposital e sua aplicação dá-se com objetivo de fugir de uma ordem, no caso cronológica, de um modo único de fazer crítica, mas também de notabilizar os aspectos relevantes de uma cultura e de uma história cujo o híbrido é indisfarçável.

Levando em conta que essas reivindicações culturais que caracterizam essa geração de 1968 e entende-se por *geração* aquilo que "dilatando-se e encolhendo-se ao sabor das freqüências dos fatos inauguradores", (Sirileni. 2006. p.135) ganha uma certa identidade, algo que a

imprime uma singularidade, um diferencial, demarcando uma memória sua, pode-se destacar que no rol desses fatos inauguradores, a linguagem ganha demasiada notoriedade. Curiosamente, no ano de 1968, pode-se entender que houve um *levante das palavras*, ou seja, atuações de cunho reivindicatórias e revolucionárias, não só no Brasil, mas em países da Europa também, a exemplo do que houve na França em maio deste ano, onde os indivíduos que assim fizeram da linguagem meio de atuação "não tomavam a palavra como mera elaboração teórica prévia que deveria ser testada e modificada por uma práxis, mas enxergavam-nas como parte da própria práxis" (Albuquerque Júnior. 2021. p. 135), assim, é possível entender que, embora a linguagem constitua elemento importante para o tropicalismo enquanto um todo, é preciso também entender, especificamente, em se tratando de Torquato Neto, indivíduo para quem a linguagem sempre foi um artifício de encantamento e assombro, o roteira aqui analisado apresenta trechos onde se percebe uma preocupação com a linguagem:

> Auditório da América do sol, do sol, do sul. Nuestros inimigos han querido isolar, el tropicalismo do resto da América, para que seu ejemplo não frutificasse em todo el continente. Entretanto nunca entuvimos tan estreitamente ligados aos demais povos da América. Eles forjaram o estribilho de que o tropicalismo quer impor ao continente uma cultura extracontinental. Os povos da América, porém, compreenderam a nossa posição. Estranhos a Latino América são eles e sua posição paternalista, folclorista, que piensa que la autenticidad solamente existe em la samba. Conosco se realizam todas as aspirações de los artistas da América Latina. Tentaram isolamos, e com tal procedimento conseguiram estreitar ainda mais os laços da indestrutível unidade do grupo baiano e de los demás grupos de América, que constituem uma grande e única família humana , oposta a un adversário comum, o inimigo principal de toda a Humanidade: ELES. Pelo encontro de la vereda tropical em América Nuestra (Araújo Neto; Capinam. 2004. p. 75-76)

O excerto acima seria, no manifesto, uma das falas projetadas para uma das vezes em que Caetano Veloso apareceria no espetáculo. A mensagem que o trecho traz é dupla em formas. Porque, se referindo ao conteúdo, pode-se interpretar que se trata de um posicionamento quanto ao fato de, a contragosto daqueles que eles compreendem como seus

inimigos, as ideias tropicalistas não ficariam isoladas em seu lugar nascedouro, Brasil, pelo contrário, tenderiam a se espalhar. Sendo o medo dos "inimigos", segundo o fragmento, que tais ideias se frutificassem em seus territórios, além disso, é possível notar a ênfase quanto ao fato de que os países sul-americanos permaneciam unidos, ligados, inclusive, culturalmente. A outra forma com que a mensagem é transmitida, e esta desperta curiosidade porque, por mais simples que pareça, foi pensada inteligentemente, diz respeito à intercalação de palavras. Há uma mistura de palavras grafadas em português e espanhol, termos entremeados que tornam a mensagem um pouco confusa, porém, a proximidade espacial de palavras que designam países diferentes da América Latina, Brasil e Espanha, dá continuidade à contundente ideia de um não-isolamento dos países desse continente, principalmente no que toca à cultura.

Embora o documento não se trate de uma narrativa coerente, obviamente, porque foi um texto produzido para ser um roteiro de um programa de TV, e se iguale em certa medida ao modo como a historiadora Heloisa Buarque de Hollanda descreveu a sensação de ler a conjunto de textos intitulados da coluna *Geléia Geral*, assinada por Torquato Neto. como uma viagem aos anos 1960, o roteiro também transmite uma sensação próxima disso, não necessariamente abarcando aquilo que diz respeito à década como um todo, mas em relação aos caracteres do movimento tropicalista. Nos trechos de falas destinadas a cada partícipe do programa, é possível notar o uso de gírias "vai que é mole" (Araújo Neto; Capinam 2004. p. 67), ironias "[...] há o trabalho construtivo das indústrias. As grandes empresas elétricas fecharam com a crise" (Araújo Neto; Capinam, 2004. p. 67), e metáforas "O tropicalismo é a graça de Deus em sua casa" (Araújo Neto; Capinam 2004. p. 70) todas estas constituem "[...] movimento ou transição na sequência de enunciações discursivas que viola um cânone de coerência lógica" (White, 1994. p. 15).

Embora o roteiro ora investigado seja entendido como mais uma manifestação, entre tantas, de ideias que sintetizariam e contemplariam todo o movimento tropicalista e em certa medida o é, também não deixa de ser visto como produto que carrega as marcas de quem o escreveu, deixando vestígios sobretudo de Torquato Neto enquanto um importante ideólogo dessas propostas de renovações estéticas na forma de fazer arte no Brasil. Mas, igual forma a preocupação com a linguagem é o as-

pecto que se sobrepõe quando se leva em conta que este poeta travou afanosa peleja e cuidado tanto com o fato de significar as coisas por meio das palavras, quanto de ser por elas significado, principalmente se as atenções forem as mesmas de Paulo Andrade (2002) ao dizer que Torquato Neto, em todas as suas frentes estéticas, buscou aderir à necessidade de experimentação da linguagem e, enquanto participante do tropicalismo, tornou-se importante membro, no plano teórico, em razão dos manifestos e músicas por ele escritos.

Considerações finais

Aquilo que posteriormente às manifestações culturais foi concebido, pelas tantas engrenagens que pairam na ordem discursivas das narrativas, como "Movimento Tropicalista" e sempre pensado em termos de um movimento, dando a entender algo que careceu de uma elaboração e planejamento, porque sua imagem é plena e tranquila com data de início e fim, razões unas, sujeitos-núcleos, campo artístico -música- e princípio originário -de retomada de uma linha evolutiva-, foi na verdade um produto inventivo. "O tropicalismo", "Tropicália" ou "movimento tropicalista" não é inteiriço, indivisível, pelo contrário, como estudos já mostraram as tantas e distintas manifestações alojadas nesse *lócus* de "movimento", bem como de sujeitos e lugares do país, não havendo arautos que o projetaram de antemão e expandiram as ideias.

Dessa forma, por se tratar de algo heterogêneo, cada sujeito ou campo de atuação artística pode servir como uma janela sob a qual é possível ter uma visão dessas manifestações. No caso do poeta multimídia Torquato Neto, cuja participação deu-se no plano arquitetônico das ideias, as análises a este personagem são de grande valia, pois como foi possível observar através da investigação de um de seus manifestos, no caso, o roteiro de programa de TV *Vida, Paixão e Banana do Tropicalismo* escrito em 1968, é, antes de um depósito de ideias coletivas daquilo que foi tratado como "movimento tropicalista", uma das expressões de algo que emanou desse sujeito, que exclama sua subjetividade nas entranhas ,sobretudo, da linguagem, fazendo dele sujeito-signo de um tempo onde a palavra, a linguagem funcionaram como uma *linha de fuga* identitária, um distanciamento daquilo que lhes causava desconforto. Sob pena de

uma má comparação, Torquato Neto assim como Menocchio e Rivière já foram interpretados, pode ser também "um criminoso da palavra [...] ele teima em disparar suas palavras-balas, suas flechas enunciativas, que afetam o coração da ortodoxia religiosa e seu aparato institucional" (Albuquerque Júnior, 2019, p. 104).

Referências

Entrevistas

POCHAPSKI, Gabriel José; BRITO, Fábio Leonardo Castelo Branco. Corpo, acontecimento e diferença: Deleuze e Guattari e a historiografia, uma entrevista com Durval Muniz de Albuquerque Júnior. **História Unisinos**, v. 24, n. 1, p. 149-156, 2020.

Bibliográficas

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A arte de inventar o passado**. **S**ão Paulo, Appris. 2019.
ARAÚJO NETO, Torquato. **Torquatália** (Do lado de dentro). Organização de Paulo Roberto Pires. Rio de Janeiro: Rocco, 2004.

BENJAMIN, Walter **"Sobre o conceito de história", em . Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política**. São Paulo: Brasiliense, 1996. Trad. de Sérgio Paulo Rouanet

CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar. Fazer ver o que vemos: Michel Foucault–por uma história diagnóstica do presente. **HistóriaUnisinos**, v. 11, n. 3, p.321-329, 2007.

CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar. **Todos os dias de Paupéria: Torquato Neto e A Invenção da Tropicália**. Teresina. 2° ed. Cancioneiro. 2024.

CASTELO BRANCO, Edwar de Alencar. PO-EX: a poética como acontecimento sob a noite que o fascismo salazarista impôs a Portugal. **Revista brasileira de história**, v. 34, p. 131-155,2014.

COELHO, Paulo. Formação de um tropicalista: um breve estudo da "coluna música"popular de Torquato Neto *In*: Castelo Branco, Edwar de A, Cardoso, Vinicius (org.).**Torquato Neto: um poliedro de faces infinitas**. Teresina: EDUFPI, 2016.

DELEUZE, Gilles. **Crítica e clínica**. Trad. Peter Pál Pelbart. São Paulo: Editora 34, 1997.

DELEUZE, Gilles; GUATTARI, Félix. O que é uma literatura menor? In: _____. **Kafka:por uma literatura menor**. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

FAVARETTO, Celso F. **Tropicália: alegoria, alegria**. Ateliê editorial, 1996.

FOUCAULT, Michel. As palavras e as coisas: uma arqueologia das ciências humanas. 2. ed. São Paulo: Martins Fontes, 1981.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de e Gonçalves, Marcos. **Cultura e participação nos anos 60**. São Paulo: Brasiliense, 1982.

KRUEL, Kenard. **Torquato Neto, ou, A carne seca é servida**. Zodíaco, 2008.

LINS, Daniel. Por uma leitura rizomática. **História Revista**, v. 15, n. 1, p. 3, 2010.

MCLUHAN, Marshal. **La aldea global**. Barcelona: Gedisa Editorial, 1996

SIRINELLI, Jean-François. A geração. In: AMADO, Janaína; FERREIRA, Marieta de Moraes Coord.). Usos & abusos da história oral. São Paulo: FGV, 2006.

VAZ, Toninho. **A biografia de Torquato Neto**. Editora Nossa Cultura, 2014.

NOS RASTROS DE UMA CÂMERA VOLANTE: *MEMÓRIA DO CANGAÇO* (1965) E O CINEMA DOCUMENTÁRIO COMO NARRATIVA DO SERTÃO

Francisco de Assis de Sousa Barbosa Júnior[1]
Fábio Leonardo Castelo Branco Brito[2]

A matriz cultural *republicana dos anos 30/40 que abrigou a noção luso-tropical de Cultura Brasileira está esgotada. Encerrado também o ciclo militar (1964-1984), impõe-se ao país a busca de sua identidade. Nem Paraíso Terreal, como sonhavam protestantes franceses no século XVI, nem Inferno, como imaginava Frei Vicente do Salvador, no XVII. Nem* moderno*, como propunham os modernistas de 1922. Nesse país imaginário, "o futuro já era", comentava em 1987 o compositor Antônio Carlos Jobim. Trata-se, já agora, de se enfrentar a História Contemporânea.*
(Carlos Guilherme Mota)

Eu junto meus cangaceiros
E grito à rapaziada
Defunto é minha lavoura,
Este rifle é minha enxada
A chuva é a munição,

1. Graduando em Licenciatura em História na Universidade Federal do Piauí. Membro do GT "História, Cultura e Subjetividade" (DGP/CNPq). Bolsista de iniciação científica (PIBIC/CNPq) na Universidade Federal do Piauí, sob orientação do Prof. Dr. Fábio Leonardo Castelo Branco Brito. E-mail: assisbarbosar@hotmail.com.

2. Doutor em História Social pela Universidade Federal do Ceará. Docente do Departamene to de História e do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí. Colíder do GT "História, Cultura e Subjetividade" (DGP/CNPq) e integrante do GT Nacional de Teoria da História e História da Historiografia da Associação Nacional de História (ANPUH). E-mail: fabioleobrito@hotmail.com.

Eu sou filho do sertão
Não perco uma só botada.
(Antônio Silvino, cangaceiro do sertão do Brasil)

O Brasil é um país geograficamente continental que abriga uma multiplicidade de populações, costumes e culturas ao longo de seu extenso território. Essa conjuntura nacional trouxe diversos sentimentos de nacionalidade e identidade, de modo que, em cada região temos um ou mais projetos de Brasil e uma definição para o mesmo. Pela ausência de um sentimento de unidade nacional, algumas medidas foram tomadas ao longo do tempo, sobretudo a partir do século XIX, com a criação do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), e entre os anos 1930 e 1940, com a tentativa de elaborar interpretações do país através de teses sociológicas, a exemplo daquelas desenvolvidas por Sérgio Buarque de Hollanda em 1932, Gilberto Freyre em 1936 e Caio Prado Júnior em 1947. Porém, nem uma das mais importantes instituições do país como o IHGB, ou mesmo as configurações de modelos explicativos para o país conseguiria o intento de desvendar uma nacionalidade, elaborar sistemática e definitivamente uma ideia do que é ser brasileiro. Isso se explica por conta do Brasil não ser um país de uma identificação única, e sim, ser um território com diversas faces e projetos de "Brasis", em uma tentativa que, conforme nos ensina Carlos Guilherme Mota em sua conferência Cultura brasileira ou cultura republicana, trazia uma nova sociedade civil, cuja tentativa de decifração sempre padeceria de imperfeições (MOTA, 1990, p. 37).

Ainda nessa intensa tentativa de explicar o Brasil, o período localizado entre o final da década de 1950 e os primeiros anos da década de 1960 foi tomado pela busca por esses diferentes "Brasis", que, em seu bojo, carregaria a necessidade de estabelecer um caminho que fosse marcado por um nacionalismo que emanasse do "povo". Assim, diversas iniciativas culturais que se expressariam no país nesse período carregam consigo o ideal de nacional-popular, que tinha como objetivo a exaltação da cultura nacional, pondo de lado as culturas internacionais. Tal projeto ideológico no campo da cultura é uma perspectiva que tem base o pensamento do filósofo Antonio Gramsci, marxista italiano que foi um dos primeiros a trazer a perspectiva cultural para o debate materialista, entendendo

a existência de uma vontade coletiva nacional-popular, que seria uma "consciência atuante da necessidade histórica", que deveria promover uma reforma intelectual e moral, onde a cultura deveria se vincular às classes dos sujeitos que movimentam efetivamente a sociedade (ALENCAR, 2017, p. 188). Dito isso, essa teoria surge com intuito de valorizar as classes sociais mais populares, acreditando na arte como ferramenta de revolução e entregando um papel social aos intelectuais.

Nesse ínterim, engajado na perspectiva gramsciana do nacional-popular, cabe ressaltar a criação dos Centros Populares de Cultura (CPC), vinculados aos espaços acadêmicos e aos movimentos de esquerda, como a União Nacional dos Estudantes (UNE), que tinham como objetivo a disseminação da arte de forma mais acessível. Esses centros passam a incentivar a produção de filmes, peças de teatros, entre outras formas de expressão que valorizem a cultura brasileira. Seria o CPC um instrumento potente de compreensão da cultura brasileira por essa ótica, pois, como afirma Marcos Napolitano, em seu *Cultura brasileira: utopia e massificação*:

> O texto-base do manifesto do CPC tentava mostrar como o jovem artista engajado poderia "optar por ser povo", mesmo tendo nascido no seio de famílias mais abastadas. Aliando formação e talento, com os estilos e conteúdos da cultura popular, o artista engajado poderia ajudar a construir a autêntica cultura nacional, cuja tarefa principal era estimular a conscientização em prol da emancipação da nação diante de seus usurpadores (nacionais e estrangeiros). [...] Mas antes de atingir o povo, o artista deveria se converter aos novos valores e procedimentos, nem que para isso sacrificasse o seu deleite estético e sua vontade de expressão pessoal, em nome de uma pedagogia política que atingisse as massas, estudantis e trabalhadoras (NAPOLITANO 2001, p. 37-38).

Nessa conjuntura, se faz presente a Caravana Farkas e o documentário *Memórias do Cangaço*, realizado pelo cineasta baiano Paulo Gil Soares em 1965, parte do documentário de longa-metragem *Brasil Verdade*, lançado em 1968, filme estudado no presente trabalho. Expressões e costumes populares, como o samba, futebol e até mesmo o cangaço, parte dos estudos desse amplo movimento que configura nos primeiros anos desse projeto cinematográfico, são representações do que é o Brasil, representações estas que estão inseridas entre os diversos projetos de

"Brasis". O país, como já citado aqui, conta com um hibridismo cultural que ultrapassa até mesmo as fronteiras de seu imenso território. Isso contribuiria para que atos tão distintos como, por exemplo, futebol e cangaço, andem juntos no ideal de país construído pela esquerda militante presente no CPC, a exemplo de outro documentário que constitui parte do projeto, *Subterrâneos do Futebol*, de Maurice Capovilla.

Dentre os sujeitos que passaram a partilhar desses projetos de Brasil construídos do ponto de vista da cultura, a exemplo do que já ocorria nos átrios do CPC, encontrava-se o cineasta Thomaz Jorge Farkas. Nascido em 1924, em Budapeste, capital da Hungria, Thomaz Farkas migra com os pais daquele país em direção ao Brasil em 1930. Seu pai, Farkas Deszö, cujo nome seria aportuguesado para Desidério Farkas, se tornaria sócio-fundador da empresa brasileira de fotografia Fotóptica, de forma que o pequeno Thomaz ganharia sua primeira câmera fotográfica com seis anos de idade.

Após o golpe militar que assolava o Brasil em 1964, Farkas se une a um grupo de jovens cineastas que, àquela época, enfrentavam problemas com o governo recém-instaurado. Aquela que passaria a se chamar "Caravana Farkas", ainda que localizada no contexto cultural de vanguarda dos anos 1960, na qual emergem iniciativas tais como o Cinema Novo, o Cinema Marginal e os experimentalismos fílmicos em super-8, não se encaixava nos modelos de produção de sua época. Ainda que seguindo sua própria filosofia de produção, enquanto bebia em diferentes fontes estéticas e políticas - dentre as quais o pensamento difundido nos CPCs -, a iniciativa terminava por vincular-se ao viés das esquerdas organizadas de seu tempo, embora não se fizesse na forma de "filmes de protesto" ou do chamado "cinema sociológico" ao qual que se propunha o Cinema Novo.

Formado por jovens cineastas, advindos, em sua maioria, da formação cineclubista, o grupo reunido em torno de Farkas, àquele momento, era ligado a políticas de esquerda, logo, eram alvos de perseguição da ditadura militar. Reunidos, em espécie de autoexílio, no apartamento que Farkas mantinha no Guarujá, litoral de São Paulo, enquanto olhavam para a praia sem poder acessá-la, o grupo, composto pelo argentino Manuel Horácio Gimenez, os baianos Geraldo Sarno e Paulo Gil Soares e o paulista Maurice Capovilla começam a idealizar aquilo que constituiria

a primeira leva de filmes vinculado àquele grupo. Capovilla, a exemplo disso, atuava como redator do jornal carioca Última Hora, relatando matérias com as ligas camponesas e o sindicalismo rural, sendo essa ação o suficiente para que fosse caracterizado como "comunista" pelos militares. Conforme detalha o cineasta, em entrevista concedida a Pedro Simmonard:

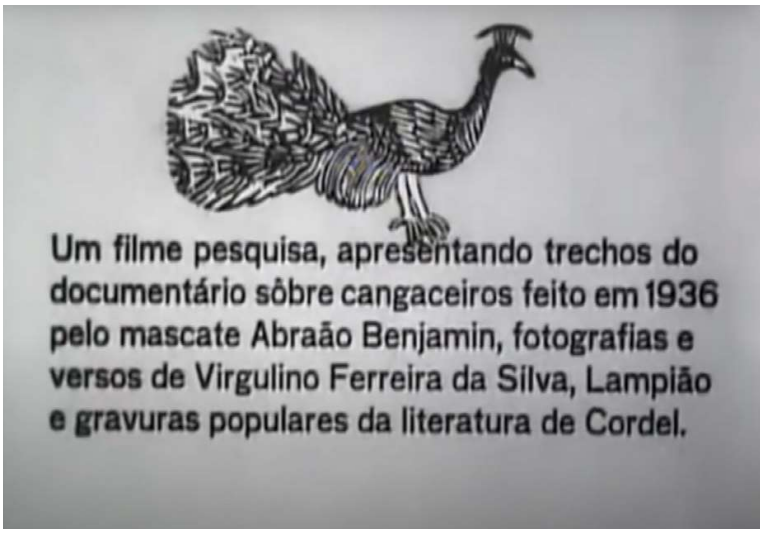
> [...] Em 1964 foi aquela debandada geral. Eu já trabalhava na Última Hora, ainda São Paulo, - só vim para o Rio em 1975 - e havia uma série de problemas e cada um de nós saiu para um lado; a maioria fugiu. Eu encontrei abrigo na casa de um amigo interessado em cinema que é o Thomas Farkas, o dono da Fotoptica. Na mesma condição que eu estava o Geraldo Sarno que tinha fugido da Bahia, Paulo Gil Soares, Vlado [Vladimir Herzog]. [...] Nesse caso era problema do Partido e, basicamente, o fato de eu ter feito, na Última Hora, eu era repórter especial lá nesse período de 1964, um levantamento das Ligas Camponesas e dos sindicatos rurais (CAPOVILLA, 2021, p. 272).

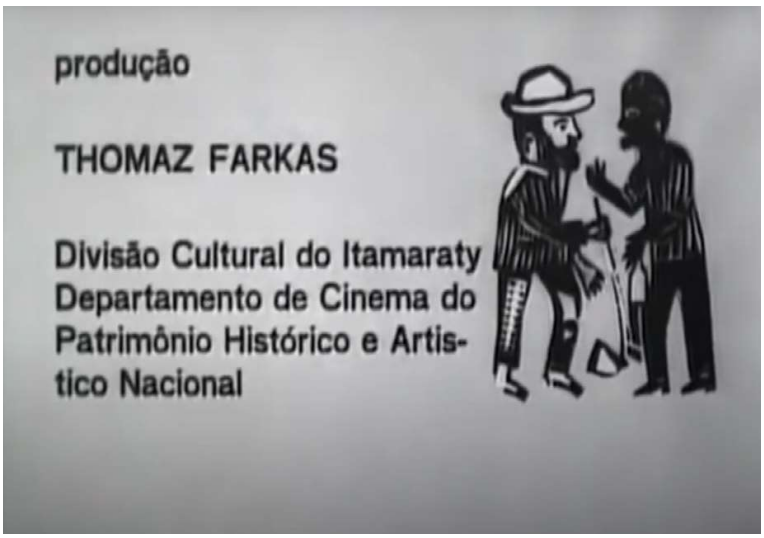
Com alcunhas de comunistas, tornaram-se inimigos mortais do novo regime que subia ao poder. Precisando se esconderem das forças militares da ditadura, buscaram apoio financeiro no "líder" do grupo, Thomaz Farkas. O cineasta e agora dono da Fotoptica ofereceria apoio financeiro ao grupo, que contava, conforme depoimento acima transcrito, com Capovilla, Vladimir Herzog, Geraldo Sarno e Paulo Gil Soares. Entre esses, o jornalista, cineasta e fotógrafo Herzog, responsável pela produção de vários dentre os filmes da primeira fase do grupo, foi o único que de fato perdeu a vida, após se apresentar, de forma voluntária, para depor no Destacamento de Operações de Informação - Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-CODI), sendo encontrado morto no dia 25 de outubro de 1975 (GASPARI, 2001). Além dele, a figura do soteropolitano Paulo Gil Soares também seria importante no processo de configuração dos primeiros filmes dessa geração de cineastas, pois, tendo sido parceiro de trabalho de Glauber Rocha, também participou do grupo Jogralesca de Teatralizações Poéticas e da cooperativa Yemanjá Filmes, ambas em Salvador.

Filme mais significativo de Paulo Gil Soares, *Memória do Cangaço* se destaca como resultado de uma construção de uma identidade nor-

destina. Sua compreensão passa pela necessidade de contextualizá-lo nesse tempo em que um conjunto de intelectuais, sobretudo jovens vinculados aos movimentos de esquerda no Brasil, tentavam integrar-se nessa iniciativa de definir a nação pela sua ótica. Segundo Jean-Claude Bernadet, em *Brasil em tempos de cinema*, "fanáticos e cangaceiros oferecem [...] material de primeira qualidade para um cinema que quer o marginalismo" (BERNADET, 2007, p. 60), questão muito recorrente no contexto do nacional-popular. O cangaço seria uma condição de marginalidade que atraía os cineastas do período, a exemplo de Carlos Coimbra, que, em 1960, lançaria *A Morte Comanda o Cangaço* e, em 1963, *Lampião, Rei do Cangaço*. O mesmo ocorreria com Aurélio Teixeira, com seu *Três Cabras de Lampião* e Wilson Aguiar, com *Nordeste Sangrento*, ambos de 1962 (BERNADET, 2007, p. 59).

As imagens que abrem o documentário são cartelas de créditos, onde são observados traços da cultura local, parte do modelo que se desejava construir na estética do grupo vinculado a Thomaz Farkas, sobretudo no que se refere à busca de uma dada identidade nacional brasileira e uma perspectiva regional para as discussões sobre o sertão. A xilogravura, representativa dos cangaceiros e lavradores sertanejos, aparecem em diálogo direto com as imagens que indicam o grupo produtor do documentário e sua vinculação a instituições, tais como a Divisão Cultural do Itamaraty de Cinema do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional.





Imagens 01, 02 e 03: Cartelas com créditos iniciais do filme Memória do Cangaço.

Ainda nesse conjunto de imagens, que indica a metodologia com a qual o documentário foi realizado, aparecem também figuras que remetem a outras tradições da cultura popular nordestina, tais como a figura do pavão, a qual remete ao *Pavão Misterioso*, do romance de cordel de José Camelo de Melo Rezende, cuja representação correspondia a uma história passada em região longínqua da Europa, na qual uma máquina em forma de pavão era utilizada para resgatar uma princesa do alto de uma torre. Tais traços conversam diretamente com as representações sertanejas, visto que suas constituições históricas estabelecem profundas conexões no imaginário popular, conforme elementos do próprio filme buscarão, ao longo de sua narrativa, demonstrar.

A abertura do filme se dá com uma imagem de diferentes grupos sertanejos e é conduzida, pelo *voz-over* que narra o filme, para o pórtico da Faculdade de Medicina da Bahia, espaço marcado por forte influência do discurso eugenista, produzido no final do século XIX e início do século XX e que, conforme pode ser percebido na imagem abaixo, diferiam em muito das memórias sertanejas que aparecem no filme ao longo de seu desenvolvimento. Naquela faculdade, o professor Estácio de Lima, catedrático de Medicina Legal de duas unidades superiores daquela instituição, o cangaço - ou "cangaceirismo", como ele o chama - seria resultante "de influências nítidas do meio geográfico, do meio telúrico, do clima, de todas aquelas desordens de uma natureza ainda não dominada pela ciência e pela técnica" e, ao mesmo tempo, "de uma sociedade primitiva, de uma justiça que não foi suficientemente inteligente para enfrentar as questões do meio" (MEMÓRIA…, 1965).

Imagem 04: Pórtico de entrada da Faculdade de Medicina da Universidade da Bahia

Assim como Estácio de Lima, outros intelectuais da Faculdade de Medicina da Bahia acreditavam não existir uma origem natural do cangaço. O que acreditam existir seria, portanto, uma série de fatores que determinam o homem, como fatores de matriz social e biológica, ou seja, alimentavam a crença de que o cangaceiro seria guiado pela natureza a sua volta, sendo assim, só caracteriza-se como um bandido social por conta do meio miseravelmente seco ao qual se encontram. A partir dessa proposta de pensamentos, podemos entender que ser cangaceiro é resistir e lutar contra uma realidade que está intrínseca ao seu ser. Esse pensamento é marcado por uma série de perspectivas herdadas de debates que emergem ainda no início do século XX, em que a medicina legal surge como uma disciplina acadêmica, conforme narra Lilia Moritz Schwarcz em seu *O espetáculo das raças*:

> [...] Nela, o objeto privilegiado não é mais a doença ou o crime, mas o criminoso. Abandona-se o vocabulário estrito da medicina, para alcançar um linguajar que mais se aproxima da fala policial e dos discursos dos juízes de direito. [...] Era na condição de médicos peritos, especializados no estudo da mente do criminoso, que esses profissionais defenderão a criação de uma prática diversa. [...] (SCHWARCZ, 1993, p. 274-275).

Historicamente caracterizada como uma instituição que reforçaria o determinismo biológico e o determinismo geográfico no campo dos

estudos sociais e médicos, a Faculdade de Medicina da Bahia se destaca como importante instituição na elaboração de sentidos sobre os sujeitos. Essa busca por especializar-se no estudo da mente do criminoso carregaria o perigo de naturalizar a prática do cangaço, vinculando-a à natureza onde vivem, concedendo ao cangaceiro um escudo ético, uma espécie de justificativa social e biológica para os atos cometidos por esse indivíduo. Transformado em um anti-herói, o cangaceiro se torna uma versão do herói mítico inglês, Robin Hood, símbolo de um espécie de justiça na qual se "retira dos ricos para dar aos pobres".

Essa perspectiva, de revestir o cangaceiro desse escudo ético, é debatida em *Guerreiros do sol*, de Frederico Pernambucano de Mello, onde realiza estudo sobre a violência e o banditismo no Nordeste do Brasil. Nessa obra, o autor exclama uma dimensão da construção de identidades dos cangaceiros, afirma que "fazer-se cangaceiro significaria, nessa visão, responder a uma afronta sofrida, passando o ofendido a desenvolver toda a sua ação guerreira na busca de uma vingança capaz de reintegrar-lhe o rígido quadro da honra" (MELLO, 2011, p. 115) e, em última instância, obedeceria ao meio de pobreza onde viviam.

Nesse ambiente inóspito, de poucas oportunidades, onde a miséria reina, valores que rodeiam o que é certo e errado podem ser facilmente invertidos, além de andarem sobre uma linha tênue. Nesse contexto, representado pela imagem ruralizada do sertão que pode ser visto no *frame* abaixo, Paulo Gil Soares conduz a narrativa de *Memória do Cangaço* indicando o surgimento do cangaço como uma saída para a sobrevivência dessas pessoas que encontravam-se à margem, seja a margem do Brasil, geograficamente falando, seja à margem da sociedade.

Imagem 05: Grupo de sertanejos, imagem de 1964.

O movimento cangaceiro que ficou famoso no Nordeste do Brasil em meados do século XX está inserido dentro do conceito desenvolvido pelo historiador Eric Hobsbawm, o de *banditismo social*. O intelectual afirma que a causa para o banditismo social é a pobreza, inexistência do Estado, falta de perspectivas futuras e a vingança. Todas essas características podiam ser avistadas no Nordeste do Brasil, local onde faltava saúde, educação e comida, ou seja, faltava o básico e o mínimo de dignidade para a população que vivia na miséria. Assim, conforme afirma o autor:

> O ponto básico a respeito dos bandidos sociais é que são proscritos rurais, encarados como criminosos pelo senhor e pelo Estado, mas que continuam a fazer parte da sociedade camponesa, e são considerados por sua gente como heróis, como campeões, vingadores, paladino da justiça talvez até mesmo como líderes da libertação e, sempre, como homens a serem admirados, ajudados e apoiados (HOBSBAWM, 1976, p. 11).

É nessa perspectiva, de se tomar o cangaço como uma ação de banditismo social, ou seja, parte de um processo de "proscrição rural", que o filme apresenta os aspectos dos cangaceiros vistos pelo viés de uma memória autorizada no contexto nordestino. Espécie de contraponto a esse olhar é apresentada na entrevista concedida a Paulo Gil Soares pelo Coronel José Rufino, matador confesso de mais de vinte cangaceiros. Durante sua fala, na qual cita suas façanhas contra o cangaço, inclusive

citando cangaceiros dos quais ceifou a vida, o documentário apresenta um corte de cena, mostrando um vídeo de Lampião ao qual podemos considerar raro, pois mostra a figura do icônico "rei do cangaço", que poucas vezes foi visto e filmado.

Imagem 06: Lampião e os adereços de cangaceiro profissional, imagem de 1936.

A imagem mostrada durante a fala do então coronel e acima reproduzida é de 1936, tratando-se de um registro feito pelo mascate Abraão Benjamin. A partir dela, é possível observar os rastros do cangaço como movimento emblemático no sertão do Brasil, que serviu como instrumento de vingança, mas também serviu como serviço para terceiros. O cangaço se popularizou em algumas regiões como um serviço profissional, de modo que o principal nome de sua história seria um símbolo não apenas no plano das práticas, mas também da dimensão dos ritos, dos gestos e da indumentária. Lampião impunha respeito por meio de suas vestes viris e despojadas, mas que de certo modo eram menos apropriadas para o combate real. Esse fato se dava pela situação que se colocava à época, onde o cangaço era um meio de vida e os combates imputavam temor à população civil. Sobre isso, Frederico Pernambucano de Mello arremata:

> No caso de Lampião, por exemplo, as fotografias fornecem excelente confirmação do modo como ele se insere no sistema de classificação que

> defendemos. É que tendo enquadrado o capitão como representante do cangaço profissional, por ter sido essa a modalidade profissional que predominou fartamente em sua vida, aceitamos que nos anos iniciais de sua longa carreira ele tenha-se dedicado ao cangaço de vingança [...]. Se examinarmos uma fotografia do Lampião vingador da fase autenticamente guerreira, o veremos absolutamente sóbrio. Ao contrário, o Lampião da década dos 30, da fase profissional em que o cangaço era apenas um meio de vida e os combates, coisas a evitar, enfeitava-se dos pés à cabeça [...] (MELLO, 2011, p. 143).

Esse Lampião devidamente adornado, que traz elementos representativos do cangaço no imaginário e da memória sertaneja, são os traços que ajudam, em conjunto com outras fontes, a compreender o contexto retratado. A fala de José Rufino, associada à imagem de Lampião retratada nos cortes do documentário, indica a necessidade de percepção das imagens e dos testemunhos como instrumentos potentes para compreensão do passado. Nessa perspectiva, no tocante ao uso dos testemunhos como material para o documentário etnográfico, é possível dizer que a história oral, enquanto elemento próprio do cineasta-etnógrafo, mas também do historiador, humaniza a história, trazendo os relatos de quem muitas vezes não apareceu como protagonista dentro da historiografia tradicional, processo que se tornou mais evidente principalmente com as suas novas perspectivas lançadas após os estudos franceses da Escola dos *Annales*.

Tomada como recurso significativo para uma análise das experiências do passado, sendo possível de se estudar no âmbito de um documentário, essa metodologia apresenta-se como um importante suporte para a construção e operacionalização de fontes, das quais são exemplo o testemunho de Rufino, o qual se torna ainda mais significtivo quando atrelado a sua expressão de calmaria diante da afirmação de assassinato de cangaceiros, postura que, provavelmente, atrela-se à imagem que ele próprio carregava dos bandidos sociais do sertão: o de figura que deveriam ser eliminadas de um cenário a ser pacificado, ainda que pela força. Para a realização desse trabalho etnográfico com o uso da oralidade, há a necessidade de uma sistematização dos testemunhos, buscando a melhor atribuição dos fatos e respeitando as vivências das pessoas entrevistadas, além de humanizar seus relatos. A propósito disso, a historiadora Verena Alberti evidencia:

> A História oral é uma metodologia de pesquisa e de constituição de fontes para o estudo da história contemporânea surgida em meados do século XX, após a invenção do gravador a fita. Ela consiste na realização de entrevistas gravadas com indivíduos que participaram de, ou testemunharam, acontecimentos e conjunturas do passado e do presente. Tais entrevistas são produzidas no contexto de projetos de pesquisa, que determinam quantas e quais pessoas entrevistar, o que e como perguntar, bem como que destino será dado ao material produzido (ALBERTI, 2005, p. 155).

Tal processo coaduna com a necessidade de uma virada testemunhal para a história, na qual o saber advindo da oralidade colabora. O mesmo já vinha sendo utilizado no cinema documentário, como é exemplo *Cabra Marcado Para Morrer*, documentário de Eduardo Coutinho, iniciado em 1964, e que iria concluído apenas em 1984, ano em que já se estabeleciam as bases para a abertura política do país. Para além de importante recurso cinematográfico para o estudo do regime militar no Brasil, o documentário em questão, tal como ocorre em *Memória do Cangaç*o, pode ser tomado como esse importante exemplo do uso metodológico da história oral para a experiência fílmica. É, portanto, através de testemunhos tais como o de Rufino, obtidos no contexto de elaboração do filme, que elementos outros da experiência do cangaço são apresentados.

Dentre os elementos aos quais os testemunhos presentes em *Memória do Cangaço* são incorporados encontram-se outras imagens com vestígios não apenas de Lampião, mas também de seu bando, atuando em regiões tais como o Cariri cearense e pernambucano e partes do sertão de Alagoas, Sergipe e Bahia. Pelas raras imagens que temos acesso, tais como os já citados registrados de meados da década de 1930, é possível perceber que os cangaceiros vestiam-se de uma forma diferente, mas com vestimentas que se faziam necessárias, no que tange o processo de desbravamento da mata nativa do sertão nordestino, pois, mesmo sendo roupas menos práticas para o combate, protegiam o corpo da vegetação rude.

Imagem 07: Lampião e seu bando, imagem de 1936.

Conforme pode ser visto na imagem acima, os adereços que utilizavam voltava-se para a estética ríspida, viril e religiosa dos cangaceiros, mostrando desde seus ornamentos e adereços de batalhas como a faca e o "cinturão" de munição, até as imagens de santos e cruzes que carregavam, exaltando sua fé no místico de que possuíam o "corpo fechado", sendo assim, imunes às investidas de seus inimigos. Trata-se, dentre outros elementos, de estabelecer símbolos de masculinidade, vinculados a esses traços que se demarcariam historicamente como definidores do dito "macho" nordestino. Sobre essa relação, Durval Muniz de Albuquerque Júnior, em seu *Nordestino: invenção do falo*, discorre:

> É esta natureza que também explicaria uma característica decisiva do nordestino, a de ser másculo, viril, macho. Só um macho poderia defrontar-se com uma natureza tão hostil, só com uma exagerada dose de virilidade se conseguiria sobreviver numa natureza adusta, ressequida, áspera, árida, rude; traços que se identificariam com a própria masculinidade. [...] A masculinidade nordestina se forjara na luta incessante contra um meio em que apenas os mais potentes, os mais "membrudos", os mais rijos, homens que nunca se vergam, nunca amoleciam diante de qualquer dificuldade, conseguiam vencer. [...] (ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2013, p. 172)

Os mesmos elementos aparecem em imagem seguinte, na qual aquilo que é demonstrado nos frames de 1936 são vistos preservados, a exemplo da arma de fogo, do colar, utilizado como guia de proteção, e da bolsa de couro, todos eles apresentados no filme como adornos que identificariam os cangaceiros no espaço sertanejo, sendo, também, lugares de memória, capazes de evocar esse passado que remete a uma tradição nordestina, algo que definiria aquele espaço como um lugar no contexto do Brasil.

Imagem 08: Objetos de adorno dos cangaceitos

Conforme pode ser analisado, a partir das imagens e da própria produção de discursos em torno das artes e do cinema brasileiro no início dos anos 1960, *Memórias do Cangaço* guarda conexões com as correntes de pensamento sobre as artes e a política às quais a Caravana Farkas, sobretudo sua geração precursora está inserida, estando conectado diretamente com a esquerda militante que se opunha ao regime civil-militar presente no poder nos idos da década de 1960. Através desse filme, a Caravana Farkas conecta-se com alguns símbolos que são entendidos pelo movimento como representações de uma nacionalidade brasileira, uma verdadeira diversidade de "Brasis", a exemplo da representação de um sertão marcado pela pobreza e pelo banditismo social como forma de resistência às agruras de um cotidiano sofrido.

Na esteira desses discursos, Paulo Gil Soares traz para o filme algumas de suas experiências com CPC, o cineclubismo baiano e o Cinema Novo, esse último com contribuições de filmes como *Lampião, Rei do*

Cangaço, de Carlos Coimbra, lançado em 1963. Insere-se, portanto, no momento em que, assim como lembra Elson de Assis Rabelo, "o próprio Nordeste, como produção imagético-discursiva do nacional-popular, era bombardeado nas artes e na literatura, em que os enunciados e imagens regionalistas e modernistas eram apropriados de maneira diversas, desmontados e postos junto a outras matérias e formas de expressão" (Rabelo, 2017, p.106).

Referências

Filme

MEMÓRIA DO CANGAÇO. Direção: Paulo Gil Soares. 1965, 29 min. son. p&b.

Entrevista

CAPOVILLA, Maurice. Entrevista concedida a Pedro Simmonardem 22 de dezembro de 1993. In: SIMONARD, Pedro (Org.). *No rastro do Cinema Novo.* Curitiba: Kotter Editorial, 2021.

Bibliografia

ALBERTI, Verena. História oral: a história dentro da história. In: PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). *Fontes históricas.* São Paulo: Contexto, 2005.

ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. *Nordestino:* invenção do falo. Uma história do gênero masculino (Nordeste, 1920-1940). São Paulo: Intermeios, 2013.

ALENCAR, Mônica Maria Torres de. Gramsci e a perspectiva nacional-popular no âmbito da Cultura. *O Social em Questão*, Rio de Janeiro, n. 39, p. 185-210, set.-dez. 2017.

BERNADET, Jean-Claude. *Brasil em tempos de cinema:* ensaio sobre o cinema brasileiro de 1958 a 1966. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

HOBSBAWM, Eric J. *Bandidos.* Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1976.

MELLO, Frederico Pernambucano de. *Guerreiros do sol:* violência e banditismo no Nordeste do Brasil. São Paulo: A Girafa, 2011.

MOTA, Carlos Guilherme. Cultura brasileira ou cultura republicana? *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 04, n. 08, p. 19-38, abr. 1990.

NAPOLITANO, Marcos. *Cultura brasileira:* utopia e massificação (1950-1980). São Paulo: Contexto, 2001.

RABELO, Elson de Assis. *Os contratempos da história:* literatura, folclore e a obscura invenção do Piauí. Curitiba: Prismas, 2017.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças:* cientistas, instituições e questão racial no Brasil (1870-1930). São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

AS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS DAS PESSOAS NEGRAS E PRETAS EM JORNAIS DO RIO DE JANEIRO DE 1888: UM ESTUDO LEXICAL[1]

Rafaela Costa dos Santos[2]

1 Introdução

> "Usar uma palavra no lugar de outra é mudar a visão do mundo social e, com isso, contribuir para transformá-lo".
> (Pierre Bourdieu)

No princípio, segundo o livro do Gênesis, a vida começou a formar-se a partir de um comando de Deus – "Haja luz" –, e, dessa forma, Ele foi criando o mundo a partir da sua Palavra. Com base nessa breve narração do texto bíblico, percebe-se que a linguagem é fator necessário para nomear o mundo, guiar ações e estabelecer um sentido para os fenômenos que nos rodeiam.

Dessa maneira, a partir da aquisição da linguagem, comunicamo-nos com outras pessoas. A interação, por sua vez, é carregada de individualidades, pois, como afirmam Bakhtin-Voloshínov (1997, p. 35), "[...] a consciência adquire forma e existência nos signos criados por um grupo organizado no curso de suas relações sociais". Assim, os membros de uma sociedade se influenciam por meio da comunicação linguística e,

1. Este texto é um recorte da pesquisa que desenvolvi no meu Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura Plena em Letras-Português da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), *Campus* Professor Possidônio Queiroz, sob orientação do Professor Doutor Messias dos Santos Santana.

2. Graduada em Licenciatura Plena em Letras-Português, pela Universidade Estadual do Piauí, *Campus* Professor Possidônio Queiroz. E-mail: rafaelasantos@aluno.uespi.br; costa-rafaela904@gmail.com.

desse modo, crenças, ideologias[3] e manifestações culturais são transmitidas entre os sujeitos no decorrer do tempo, pela língua, pois o indivíduo entende melhor o mundo por meio do sistema de comportamentos que a sociedade constrói, criando, muito vezes, um pré-conceito sobre algo antes de conhecê-lo realmente, e este julgamento é o que gera, por exemplo, a discriminação (Blikstein, 1985, p. 61).

Considerando, portanto, essa contextualização preliminar, esta pesquisa apresenta o seguinte objetivo geral: *analisar as representações sociais de pessoas negras e pretas em jornais do Rio de Janeiro publicados em 1888, a partir de construções linguísticas em que ocorram as palavras negro e preto*. Para isso, propõe-se os seguintes objetivos específicos: i) identificar, em jornais conservadores e liberais do século XIX, construções linguísticas que contenham as palavras *negro* e *preto* referindo-se às pessoas negras e pretas; ii) descrever, quanto aos aspectos semânticos, as construções linguísticas que possuam em sua estrutura as palavras *negro* e *preto* presentes nos jornais conservadores/escravocratas e liberais/abolicionistas do Rio de Janeiro em 1888 e que façam referência às referidas pessoas; iii) apresentar uma caracterização acerca de como as pessoas negras e pretas são representadas sob a perspectiva social nesses jornais, ao longo do ano de 1888.

O ano de 1888[4] foi escolhido para este estudo por ser o ano em que se deu a aprovação da Lei Áurea e um momento em que as discussões sobre a libertação ou não dos escravizados estavam acirradas. Já a opção pela cidade do Rio de Janeiro deu-se por ser a então capital, no século XIX, do Brasil e possuía a maior população "escrava" urbana das Américas (Mary Karasch *apud* Barra, 2015, p. 794). Em vista disso, percebe-se que, no Rio de Janeiro, os periódicos tinham maior alcance entre o público leitor.

É importante, no entanto, ressaltar que, nesse momento histórico, os

3. Ao longo deste trabalho, entenderemos que "A ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com as suas condições reais de existência" (Althusser, 1980, p. 77). Nesse sentido, "toda a ideologia representa, na sua deformação necessariamente imaginária, não as relações de produção existentes [...], mas antes de mais [nada] a relação (imaginária) dos indivíduos com as relações de produção e com as relações que delas derivam" (*ibid.,* p. 82). Assim, empregaremos o termo ideologia como sinônimo de *visões de mundo*.

4. A priori, a proposta deste estudo envolvia dois anos, para tentar verificar essas represene tações no ano da abolição e no ano seguinte. No entanto, como havia uma grande quantidade de dados, optamos apenas pelo período de 1888. Como a abolição ocorreu próximo ao meio do ano, acreditamos ser possível fazer essa análise apenas no ano de 1888.

jornais tinham um período de vida muito curto; por isso, em virtude de atenderem ao período estabelecido nesta pesquisa, optamos pelos periódicos *Novidades* e *O Paiz*, pois ambos estavam em circulação em todo o ano de 1888 e são, respectivamente, escravocrata e abolicionista; assim, selecionamos um jornal de cada lado da disputa (escravocrata e abolicionista), para que pudéssemos ter representatividade de ambos os lados.

Sendo assim, será constituído um *corpus*, a partir do qual as análises serão desenvolvidas, considerando as versões digitais dos jornais *Novidades*, um jornal conservador, e *O Paiz*, um jornal abolicionista, ambos publicados na cidade do Rio de Janeiro, no século XIX, os quais se encontram disponibilizados no site da Fundação Biblioteca Nacional[5].

Para fundamentar as discussões desta pesquisa, utilizaremos os estudos sobre língua e cultura, sobretudo Mattoso Câmara Júnior (1955); as noções de língua e visão de mundo, na perspectiva de Durán (2004); as discussões sobre representação social, com Moscovici (1978), bem como a concepção de discurso, tal como exposta em Bakhtin-Volochínov (1997). Além disso, apresentaremos discussões a respeito do racismo linguístico direcionado às pessoas negras, especificamente às pretas, conforme Nascimento (2019), e sobre a história da cor negra e preta, com Pastoureau (2011).

A linguagem como representação

Ao longo do tempo, a linguagem foi concebida de diferentes maneiras, até chegarmos à concepção atualmente mais aceita no âmbito dos estudos linguísticos, que é aquela que a considera como "[...] um lugar de interação humana, de interação comunicativa pela produção de efeitos de sentido entre interlocutores, em uma dada situação de comunicação e em um contexto sócio-histórico e ideológico"[6] (Travaglia, 2009, p. 23).

5. Disponível no seguinte endereço eletrônico: https://www.gov.br/bn/pt-br. Para acessar os arquivos, seleciona-se a seção *Hemeroteca Digital* e, em seguida, *período*, quando poderemos preencher com as informações da busca a ser realizada. Na sequência, deve-se delimitar a pesquisa deste estudo, informando o período – no site não é possível selecionar um ano específico, por isso selecionamos o período de 1880 a 1889, a fim de englobamos o ano de análise –, o local desejado – Rio de Janeiro –, o jornal – inicialmente pesquisamos um jornal, depois o outro – e, por fim, digitamos a palavra que queremos pesquisar – para esta pesquisa, *negro e preto*.

6. Segundo Travaglia (*op. cit.*, p. 21-23), além dessa concepção de linguagem, há outras duas: na primeira dessas concepções, aquele que fala bem é o que pensa adequadamente, e,

As interações entre os sujeitos, por seu lado, ocorrem com base nos lugares sociais que eles ocupam. Assim, o processo histórico vivido por determinado grupo contribui para constituição da sua linguagem, e esta se manifesta através do texto: "[...] em todos os elementos constitutivos de nossa língua há a influência da forma como nossa sociedade estruturou a sua visão dos fatos, a perspectiva de quem os vê" (*ibid*., p. 77).

Nesse sentido, de acordo com Mattoso Câmara Júnior (*op. cit.*, p. 55, destaque no texto), a principal função da língua é a de "[...] REPRESENTAÇÃO do mundo das coisas, em cuja base se processa a COMUNICAÇÃO". Logo, é, portanto, na interação pela linguagem que nós nos conhecemos e conhecemos os outros:

> Não tomo consciência de mim mesmo senão através dos outros, é deles que eu recebo as palavras, as formas, a tonalidade que forma a primeira imagem de mim mesmo. Só me torno consciente de mim mesmo, revelando-me para o outro, através do outro, com a ajuda do outro (Bakhtin *apud* Todorov, 1981, p. 148).

Assim, o modo como enxergamos ou representamos a realidade é fruto de fatores externos e/ou sociais e internos, relacionados a aspectos subjetivos, individuais e mentalmente construídos, a depender da experiência dos usuários. No que diz respeito à representação, Moscovici (1978, p. 63) afirma que "representar um objeto é, ao mesmo tempo, conferir-lhe a posição de um signo, é conhecê-lo, tornando-o significante". A partir do exposto, percebemos que a representação é a internalização de imagens sobre aquilo que nos rodeia, passando a constituir o que pensamos sobre determinada realidade e influenciando-nos em nosso modo de agir.

A partir dessa atribuição de sentidos e significados, nossos discursos, de acordo com Florêncio *et al.* (2016, p. 27-28), começam a ser mais moldados, de modo que a maneira que socializamos, fazemo-lo a partir de

---

portanto, aquele que mais sabe articular sua fala em relação ao que pensa. Nesta concepção, considera-se que o falante deve obedecer às regras da norma padrão tanto para pensar, quanto para exteriorizar de forma organizada aquilo que se está pensando, o individual se torna um dos aspectos mais relevantes, desconsiderando a situação comunicativa e o ouvinte. Outra maneira de organizar a linguagem é aquela em que ela é caracterizada como um instrumento de comunicação, isto é, comunica-se bem aquele que conhece as convenções normativas. Além disso, existe uma troca de informações entre o falante e o ouvinte, mas o essencial é a utilização do código e regras linguísticas (*ibid.*).

uma posição que ocupamos na sociedade, das ideologias que carregamos e dos estereótipos que criamos a partir das nossas vivências. Partindo desse pressuposto, na visão de Durán *(op. cit.,* p. 492, tradução nossa),

> As ideias compartilhadas em um grupo social são o que fazem com que cada indivíduo se comporte de determinada maneira em seu ambiente. Isso se refletirá nas atividades cotidianas e na linguagem, pois o indivíduo, na maioria das sociedades, é mais uma extensão da sociedade do que um ser independente e individualista, como concebido na cultura ocidental atual.

Dessa forma, o entendimento das construções linguísticas, por exemplo, exige de nós a mobilização de uma série de lembranças e vivências experienciadas na comunidade e não apenas o conhecimento superficial das palavras. Nessa perspectiva, em seu livro, Moscovici *(op. cit.*, p. 25) aborda a relação da representação social com a linguagem, entendendo que esta serve para projetar aquilo que começa com a atividade mental. E, mais adiante *(op. cit.*, p. 26-27), ainda acrescenta:

> [...] uma representação fala tanto quanto mostra, comunica tanto quanto exprime. No final das contas, ela produz e determina os comportamentos [...]. Em poucas palavras, a representação social é uma modalidade de conhecimento particular que tem por função a elaboração de comportamentos e a comunicação entre indivíduos. [...] elas possuem uma função constitutiva da realidade, da única realidade que conhecíamos por experiência e na qual a maioria das pessoas se movimenta. [...] é, alternativamente, o sinal e a reprodução de um objeto socialmente valorizado.

Além disso, representar carrega consigo cargas ideológicas que são responsáveis por emitir um juízo de valor sobre as situações e as pessoas ao nosso redor. Assim, conclui-se, seguindo Wachelke (2007), que nós vemos o mundo objetivo a partir das representações subjetivas que fazemos dele.

2.1 A representação da cor preta e das pessoas negras e pretas na cultura e na linguagem

Desde há muito tempo, as cores despertam no ser humano sensações e emoções, por isso, atribuímos significados às cores, que, por sua vez,

representam objetos e lugares, e isso influencia as percepções sociais e culturais, que vão sendo construídas por nós através do inconsciente. A cor preta/negra, por exemplo, segundo Pastoureau (2011, p. 28), nem sempre esteve associada a algo ruim: significava, justamente, o contrário. No período Neolítico[7], o *negro* era uma cor associada à morte, mas a significação estava relacionada ao renascimento *(loc. cit.)*. Significação semelhante existia entre os egípcios, cujos deuses eram pintados a preto, e essa cor não possuía sentido negativo *(loc. cit.)*.

Em outras culturas, tais como a romana e a grega, a cor preta também estaria associada ao modo de organizarem-se socialmente e às funções/ofícios exercidos pelas pessoas (Pastoureau, *op. cit.*, p. 20). Assim, em ambas as sociedades, a cor branca estava associada aos sacerdotes; a vermelha, aos guerreiros; e a preta, às pessoas que exerciam funções/ofícios que eram socialmente desvalorizados (*ibid., loc. cit.*). Considerando-se as funções/ofícios acima relatados, é possível concluir que, também nessas sociedades, a cor preta estava associada a algo ruim[8].

De acordo com Pastoureau (2011, p. 18), considerando a teoria da criação na cultura judaico-cristã, já mencionada em nossa *Introdução*, somente após a separação entre luz e escuridão, Deus criou os seres viventes, ou seja, as plantas, os animais e os seres humanos (Bíblia, 2002, p. 34). Assim, para Pastoureau (*loc. cit.*), o preto foi a primeira cor a ser mencionada e, já neste período, onde não havia sequer vida, era uma cor associada às trevas e ao vazio.

À vista disso, a cor preta é utilizada para representar as trevas, estando associada ao mal, ao pecado, ao castigo, a comportamentos errados, angústia e atos ímpios. E esta foi a representação que se generalizou no Ocidente[9], conforme destaca Coelho (2008, p. 20):

---

7. Período da "pré-história" entre aproximadamente 10.000 e 5.500 a. C. (Mazoyer, 2010, p. 182-183).

8. O latim possuía duas formas para a cor preta: *Ater* (opaco) e *Niger* (brilhante). *Ater* foi a mais utilizada para designar a cor preta, mas a partir do século II a. C. ela passou a ter significação negativa. *Niger* significava apenas preto brilhante, porém, depois adquiriu uma significação "boa", utilizada para se referir a todas as cores pretas presentes na natureza. E foi *Niger* quem originou todas as outras palavras que fazem referência de alguma forma a palavra negro (Pastoureau, 2011, p. 26).

9. Segundo Coelho (2008, p. 20), "seu simbolismo não é universal (como o do vermelho), pois, no Oriente ao contrário do Ocidente, sua importância e lado positivo é muito intensificado: simboliza nobreza, antiguidade e experiência no Japão, é por isso que as faixas

> O preto [...] foi ganhando desdobramentos e até chegar a possuir simbolismos contraditórios com predominância maior dos de cariz negativos e macabros (principalmente no Ocidente) [...]. Na Idade Média o negro era associado à Saturno que regia os melancólicos, deus que tinha um duplo caráter, porém nessa época só predominava seu caráter negativo[...]. Foi também a partir no século XIV que Satã aparece representado em pinturas como uma entidade vestida de negro. Por todos esses motivos a cor remete diretamente à morte e a partir disso tem tido conotações em sua maioria infelizes, sendo muito usado em expressões que figuram algo ruim, por exemplo como sinal de maus presságios.

Em suma, a associação da cor preta/negra a algo ruim deriva não da natureza da cor em si ou das pessoas que a têm; tal significação resulta de uma construção sócio-histórica e cultural.

2.2 As pessoas negras e pretas e sua representação em língua portuguesa

Neste trabalho, as utilizações das palavras *negro* e *preto* referem-se a cor das pessoas, pois no período em que estabelecemos para este estudo o uso dessas duas palavras referem-se apenas a cor. No entanto, estamos cientes de que as discussões a respeito desses sintagmas se ampliaram e ganharam nova significação, o primeiro refere-se a uma raça, e esta engloba pretos e pardos, e o segundo somente a cor preta. Dito isso, após a chegada dos escravizados ao Brasil, a identidade linguística e a identidade cultural dos africanos foram apagadas, no que Nascimento (2019, p. 12-13) chama de epistemicídio. Apesar disso, os povos africanos conseguiram ainda deixar influência da sua língua na língua do colonizador[10].

No colonialismo, a língua foi utilizada para difundir todo um conjunto de ideologias e representações existentes a partir da perspectiva do colonizador, inclusive acerca de como viam as pessoas negras e pretas, implantando projetos e as colocando em condições de inferioridade. Nesse sentido, as línguas nunca são neutras e sempre são atravessa-

---

do mais alto grau de experiência nas artes marciais são pretas; simboliza fertilidade por associação com as nuvens de chuva escuras que traziam fartura para a agricultura no Egito Antigo [...]".

10. De acordo com Nascimento *(op. cit.,* p. 12), essa língua falada pelos povos africanos no Brasil foi denominada de pretoguês por Lélia Gonzalez.

das por processos de poder, que se refletem nas relações sociais. Logo, a sensação de inferioridade das pessoas negras surgiu também a partir do apagamento da real cultura desses povos, e quanto mais o colonizado aprendesse sobre a língua do colonizador, mais "civilizado", na visão dos europeus, o africano ficaria (Fanon, 2008, p. 34).

Como consequência do epistemicídio acima referido – por meio do qual o colonizador tentou apagar e extinguir daquele povo a língua, os saberes populares dos espaços em que viviam e os conhecimentos necessários para a sua sobrevivência após a abolição (Nascimento, *op. cit.*, p. 24) –, as pessoas negras começaram a negar sua própria identidade e cor, surgindo, então, o emprego da palavra *moreno* (inclusive com adjetivações, *moreno claro*, *escuro*) e até *mulato*, para referir-se a pessoas de etnia negra de cor "clara" com características físicas que se aproximam às das pessoas brancas (Nascimento, *op. cit.*, p. 29).

Nesse sentido, o preconceito racial, por exemplo, se perpetua por meio de um sistema específico para inferiorizar pessoas e é repassado e reforçado através da língua. À vista disso, vê-se, então, que muito mais que descrever uma realidade, pela linguagem, as pessoas a criam ou a representam, a partir de suas perspectivas e das escolhas linguísticas que fazem. Logo, o discurso, segundo Florêncio *et. al.* (2016, p. 26-28), é produzido nas relações sociais, em determinado momento histórico, podendo ser repassado entre as gerações ou deixar de existir.

Portanto, considerando as discussões supracitadas, falar determinada língua é, antes de tudo, adotar uma cultura e carregar toda bagagem de mundo que essa linguagem construiu para si (Fanon, 2008, p. 33). Por isso, para alcançar os objetivos deste estudo, fazemos o seguinte questionamento: como as pessoas negras e pretas eram representadas em língua portuguesa no período em que a escravidão ainda existia, especificamente no ano da abolição da escravatura, nos jornais do Rio de Janeiro? É justamente a esta pergunta que dedicaremos a próxima seção.

3 Representações sociais das pessoas negras e pretas em jornais do Rio de Janeiro de 1888

É por meio da linguagem que sabemos como determinada civilização de uma época específica pensa(va) acerca de diversos assuntos e temos

acesso ao pensamento de certo período histórico através dos textos escritos por essa sociedade. Nessa perspectiva, é possível afirmar, consoante Oliveira (2007, p. 139), que "Examinadas com muito cuidado, as palavras nos põem diante da nua e crua realidade da violência institucionalizada, a qual tem marcado o desenrolar da história da sociedade brasileira".

Assim, quando, em 1870, iniciaram-se os primeiros movimentos de pessoas que defendiam a abolição da escravatura[11], também surgiram jornais para defender os interesses dos grandes latifundiários. Aqueles, por sua vez, buscavam descrever o quanto a escravidão era algo ruim para o império. Dessa forma, os rumores de uma possível abolição estavam se espalhando e como se tratava de um assunto público, os redatores, tanto liberais, quanto conservadores, teriam que relatar e noticiar esse fato, independentemente da posição ideológica dos seus representantes. Afinal, era uma notícia de grande relevância social e um momento oportuno para serem expressas opiniões contrárias ou a favor ao fim da escravidão.

Ante, portanto, a importância que a língua exerce diariamente em nossa vida e dada à importância que os jornais tiveram no contexto histórico da abolição da escravidão no Brasil, esta pesquisa visará a analisar de que maneira as pessoas negras e pretas são representadas em jornais do ano de 1888. Para isso, no entanto, as construções linguísticas a serem analisadas são somente aquelas que possuem em sua estrutura as palavras *negro* e *preto* e que estejam referindo-se a pessoas[12], tal qual ocorre nos exemplos a seguir[13]:

---

11. Segundo Duque-Estrada (2005 [1918[1]]. p. 77–64), os três principais nomes desse período foram: O Deputado Joaquim Nabuco, o Sr. Rui Barbosa e José do Patrocínio.

12. Vários exemplos há em que as palavras *negro* e *preto* não ocorrem referindo-se a pessoas, como nestes: "Jacques Lagarde levantou-se e passou a mão pela testa, como para expellir da mente os **negros pensamentos** que a ensombreciam" (ed. 01211, 30/01, p. 2); "Está sendo adoptado em **Ouro Preto**, por individuos sem o menor escrupulo, o systema de calumnia pelo telegrapho" (ed. 00038, 18/02, p. 1); "Para maior prova do que dizemos, todos os vestidos estarão com os preços marcados e poderão ser vistos por todas as pessoas que quizerem certificar-se da realidade. **Vestidos pretos** e de côres quasi de graça" (ed. 00225, 13/10, p. 3). Tais exemplos não serão, contudo, objeto de análise neste estudo.

13. Conforme destacado na *Introdução*, os exemplos aqui apresentados foram extraídos a partir dos jornais disponíveis no site da Fundação Biblioteca Nacional. Observamos, ainda, que todos os exemplos serão transcritos, aqui, conforme se encontram no original. Além disso, uma vez que são trechos que serão objeto de análise, adotamos a metodologia de citarmo-los com recuo, como se fossem citações maiores que três linhas; contudo, mantivemos a digitação em espaço simples e com fonte em tamanho 10.

> Segundo informam ao *Diario de Campinas*, no local onde se deu o assalto existem muitos **negros fugidos aquilombados** (ed. 00039, 21/02, p. 1).
>
> O **preto chegou a ameaçar com a morte** aquella senhora que lhe dera expontaneamente a liberdade (ed. 00059, 15/03, p. 2).

Os jornais analisados serão *O Paiz* e *Novidades*, por serem representativos de dois grupos ideológicos que tiveram destaque nesse momento. A título de ilustração, apresentamos, na tabela abaixo, o total de ocorrências com as palavras *negro* e *preto*, em ambos os jornais (aqui, foram incluídas as ocorrências que não se referem a pessoas, embora não sejam objeto de análise de nossa pesquisa):

Tabela 1 – Número de ocorrências dos jornais *O Paiz* e *Novidades* nos anos de 1888 com as palavras *negro* e *preto*

Jornais	**Ocorrências em que a palavra negro e preto refere-se a pessoas**	**Ocorrências em que a palavra negro e preto não se referem a pessoas**	**Total de ocorrências**
Novidades	97	334	431
O Paiz	143	630	773

Fonte: Produzida pela Autora a partir de informações da Fundação Biblioteca Nacional

A partir dos números acima, no ano de 1888, foram identificadas mais ocorrências das palavras *negro* e *preto* no jornal *O Paiz* que no *Novidades*. A partir disso surge o questionamento, como cada um deles representa as pessoas negras e pretas?[14]. Esta é a pergunta que buscaremos responder, ao longo das duas próximas seções (3.1 e 3.2).

14. Várias são as representações atribuídas às pessoas negras e pretas nos jornais *Novidades* e *O Paiz*. Neste estudo, no entanto, abordaremos somente aquelas que tiveram maior destaque.

3.1 Representação social das pessoas negras e pretas no jornal *Novidades*

O jornal *Novidades*, fundado em 1887, foi criado a fim de divulgar os interesses dos proprietários de terras, os quais, por sua vez, queriam seus "escravos" trabalhando e, em caso de dar-se-lhes a liberdade, exigiam indenização. Considerando essa contextualização, na sequência apresentaremos algumas das principais representações das pessoas negras e pretas veiculadas nesse jornal no período em foco.

3.1.1 A representação dos negros e pretos como criminosos

Uma das caracterizações apresentadas no jornal *Novidades*, por exemplo, representa os africanos como criminosos, conforme segue:

> Segundo informam ao *Diario de Campinas*, no local onde se deu o assalto existem muitos **negros fugidos** aquilombados (ed. 00039, 21/02, p. 1).

> Da *Aurara Barramansense* de 15 do corrente, tiramos a seguinte noticia: Sabemos por pessoa vinda da linha do centro que no dia 6, 7 ou 8 do corrente, um **grupo de pretos assaltou** a estação da Concordia, da estrada de ferro D. Pedro II, com o fim de se apoderarem do café alli existente, o que conseguiram, por falta de força para repellil-os (ed. 00151, 16/07, p. 2).

A partir dos exemplos acima, podemos perceber que as pessoas negras e pretas são sempre suspeitas de cometerem atos criminosos, mesmo sem provas sobre elas, como ocorre no primeiro exemplo: neste caso, a simples presença de tais pessoas no entorno onde o crime ocorre já a torna suspeita. Dessa forma, as pessoas negras e pretas, no período pesquisado (final do século XIX) – e ainda hoje –, eram julgadas, muitas vezes, não exatamente pelos seus atos, mas com base em representações sociais atribuídas a elas.

Os quilombos eram os locais em que os negros se refugiavam, assim como era em busca desses que os capitães do mato procuravam caçar negros a pedidos dos senhores, que pagavam pela recuperação do cativo. Por outro lado, as informações apresentadas na última notícia tratam de crimes aparentemente praticados por pessoas negras. Assim, com a

divulgação de tais notícias, é possível que o jornal tenha interesse em divulgar uma representação negativa das pessoas negras e pretas. Tendo em especial atenção ao último exemplo – mas sem ao mesmo tempo desconsiderar a gravidade do fato – é importante destacar que os negros, após serem libertados, não foram beneficiados por nenhuma política de assistência governamental, de modo que tiveram que lutar pela sua sobrevivência.

3.1.2 A representação dos negros e pretos como vítimas de atrocidades

Embora o jornal *Novidades* tenha sido criado para ir contra a abolição, como vimos na *Introdução*, é possível perceber, em algumas publicações, que as pessoas negras e pretas são representadas sendo vítimas cotidianamente de diversas violências, tanto no período escravocrata, quanto no pós-escravidão. Eis alguns exemplos:

> Está portanto provado do inquerito que ao soldado Antonio Pereira do Nascimento cabe a responsabilidade directa e immediata da **morte do preto Evaristo**, e ao soldado Francisco Pessoa de Albuquerque a dos ferimentos graves praticadas em Antonio Mendes Guimarães, a ambos a dos ferimentos leves praticados a Marcos Ferreira da Costa, José Freitas e Domingos Ferreira da Silva, além da cumplicidade em que ambos incorreram mutuamento pelos crimes de que cada um delles individualmente se fez autor (ed. 00055, 10/03, p. 1).

> Nota-se o requinte da ferocidade nestas mortes: **o preto teve a cabeça decepada do tronco**, e ainda assim tão cutilada, que foi necessario deitar-se os pedaços em um balaio para serem levados á autoridade; a mulher tambem teve a cabeça cortada na parte superior, alem de outros ferimentos pelo corpo (ed. 00249, 13/11, p. 1).

Mesmo sendo um jornal de caráter conservador, os discursos mostram o caráter assumido socialmente pelos redatores, e as escolhas das palavras utilizadas expressam uma agressividade quando se trata dos escravizados. Assim, o primeiro exemplo mostra uma informação sobre um inquérito da morte de um preto cometida por soldado: a lei deveria ser obedecida, mas observa-se, também, que, não diferentemente, dos

tempos atuais, o soldado/polícia tem como alvos para cometerem abusos de autoridade as pessoas negras, especialmente as pretas, de pele retinta. Já a última construção descreve duas mortes terríveis, desumanas, nas quais a violência foi tanta que o jornal noticiou a informação com detalhes: tanto o preto, quanto uma mulher morreram dessa forma, mas não demonstra, em nenhum momento, o impacto que estas mortes causaram ou algum comentário a respeito, apenas apresenta a informação.

3.2 Representação social das pessoas negras e pretas no jornal *O Paiz*

O periódico *O Paiz* surgiu em 1884. Inicialmente, o jornal defendia ideias republicanas, embora, oficialmente, não se apresentasse como tal[15]. Tempos depois, assumiu-se abolicionista e atuava divulgando discursos que enfatizavam o quanto a escravidão era ruim para o império. Dessa forma, o periódico passou a apoiar a emancipação dos escravizados, contando, tempos depois do seu surgimento, com a contribuição de Joaquim Nabuco – abolicionista radical e famoso por seus posicionamentos críticos (Silva, 2017, p. 44-45).

Considerando, portanto, o caráter abolicionista do jornal *O Paiz*, analisaremos as caracterizações mais significativas que ele apresenta acerca das pessoas negras e pretas ao longo do ano de 1888. Tal análise nos fornecerá subsídios para que, posteriormente, possamos estabelecer uma comparação entre a maneira como essas pessoas eram representadas neste jornal e no *Novidades*.

3.2.1 A representação dos negros e pretos como pertencentes a um grupo étnico/identidade social

A partir de nossas análises dos dados copilados junto ao jornal *O Paiz*, foi possível verificar, neste jornal, um número significativo de ocorrências em que a palavra *negro* se refere às pessoas negras e pretas como marca de uma identidade social. Eis alguns exemplos que corroboram essa nossa afirmação:

15. "O jornal dava visibilidade para as crises do governo, bem como propunha uma mudana ça no regime político. Contudo não se apresentava oficialmente como um jornal partidário, mas sim neutro e imparcial [..] (Silva, 2017, p. 44-45).

> Sois a estatua do crime; affirmais o modelo: **O negro se vingou de vós**, sem percebel-o: Deu-vos n'alma um máo traço algum buril fatal: Vós bebestes o leite ao vil seio africano: Fetichistas, máo grado o vosso orgulho insano, Tinheis no escravo bom vosso grande ideal (ed. 01328, 27/05, p. 5).

> **A cansada phrase de que o Brazil** não **póde existir sem negros** foi a primeira vez formulada por Mauricio de Nassau em seu relatorio dirigido em 1639 á Assembléa dos Dezanove (ed. 01208, 27/01, p. 1)

Na primeira ocorrência acima, extraído de uma edição que veio à luz apenas alguns dias após a aprovação da Lei Áurea, a palavra *negro* remete para a imagem de um negro "vingativo", por causa dos sofrimentos que passou. Percebe-se que, nele, o redator não mede esforços nas suas críticas aos proprietários dos escravizados. Por fim, o último exemplo, publicado em janeiro de 1888, rememora uma afirmação feita no século XVII, a qual pode ser interpretada de duas maneiras: uma delas destaca a grande quantidade de africanos que chegaram ao Brasil para serem instrumentos de trabalho, os quais acabam por alcançar uma importância vital para a manutenção das atividades econômicas do país; na outra, pode-se compreender como uma referência ao fato de os negros corresponderem à maior parte da população brasileira e terem feito parte da história da criação do país.

3.2.3 A representação dos negros e pretos como rebeldes

Os "escravos", constantemente, esquematizaram fugas. A fuga era, no entanto, uma ação perigosa aos negros, pois, ao serem capturados em quilombos, eram marcados a ferro com a letra "F", para simbolizar que aquele se tratava de um fugido (Moura, 1988, p. 226). Logo, a fuga de um "escravo" gerava algumas ruínas aos proprietários, eles gastavam dinheiro tanto com a perda do escravizado, quanto pela contratação de capitães do mato para recuperá-lo (*op. cit.,* 227-228).

Essa atuação ativa no processo de luta contra a escravidão também pode ser percebida a partir de reportagens que foram divulgadas no jornal *O Paiz*, conforme demonstram estas ocorrências:

> Quando o povo assim se regosijava nas maiores expansões de justo contentamento, appareceu a alguma distancia da multidão, como figura sinistra, um *capitão de matto*, um tal Manoel de Senna, um desgraçado, que desrespeitando a solemnidade daquelle enthusiasmo santo, **acompanhava um preto escravo**, com destino não sabemos para que logar (ed. 01311, 09/05, p. 1).

> Dous dos capitães do matto ficaram muito maltratados; e a favor do conflicto **os pretos desappareceram** (ed. 01210, 29/01, p. 5).

Na primeira citação, os capitães do mato iam em busca de negros fugidos a mando dos proprietários de terras, não importava a hora ou a ocasião; eles o capturavam e o levavam de volta ao seu dono. No trecho acima, vemos que as pessoas ficaram assustadas e aborrecidas com tal atitude, pois o capitão do mato atrapalhou a solenidade que estava ocorrendo. Por fim, o último exemplo mostra que os pretos estavam à espera de apenas uma oportunidade para saírem da sua situação de tortura, qualquer que fosse ela. Vemos, dessa forma, que a fuga de cativos é constante, e a busca por eles também – noite ou dia eles estavam sendo procurados. Fica evidente, ainda, que, mesmo com os castigos, os escravizados continuavam a resistir, sendo *rebeldes* (como eram chamados os negros fugidos).

4 Considerações finais

As crenças, preconceitos e diversas formas de discriminação racial ditas de forma sutil, cotidianamente, fazem parte da normalidade da sociedade. Esta, por sua vez, ainda descrer que existe uma estrutura extensa de preconceitos enraizados, às vezes inconscientemente, pelo racismo histórico. Daí que, a partir da análise dos discursos presentes nas construções linguísticas dos jornais abordados ao longo desta pesquisa, pode-se perceber a presença de vários posicionamentos a respeito das pessoas escravizadas.

Nessa perspectiva, no jornal *Novidades*, existe a forte presença de caracterizações que inferiorizam as pessoas negras e pretas, que reforçam a discriminação e criam estereótipos, tais como: criminosos, vítimas de

atrocidade e outras caracterizações[16]. Ademais, a forma de marcar a identidade dos negros e pretos era sempre referindo-se a escravos, estando constantemente em condição de subserviência.

Já o jornal *O Paiz*, ao empregar as palavras *negro* e *preto* (dentro do contexto em que elas ocorrem), traz uma representação das pessoas negras e pretas de modo diferente, no sentido de que as vincula à identidade étnica e cultural dos povos escravizados. Mas, sobretudo, verifica-se a representação das pessoas negras e pretas como pessoas capazes de lutar pela própria liberdade, motivo pelo que frequentemente promoviam fugas e se refugiavam em quilombos (sendo rebeldes).

É importante, contudo, ressalvar que em ambos os jornais há reproduções de discursos que reforçam estereótipos referindo-se aos africanos. Considerando o contexto ideológico da época, é quase impossível não utilizar um discurso que não veicule a forma marginalizada com que o negro era tratado, tal como ainda faz-se atualmente, até de forma inconsciente. Mas substituir determinadas construções e reconhecer essas pessoas como possuidoras de uma história socioculturalmente construída antes de vir para o Brasil é o começo de um avanço na maneira de enxergar a população africana, e isso foi o que os abolicionistas do jornal *O Paiz* tentaram fazer.

Referências

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do estado**. 3 ed. Lisboa: Presença, 1980.

BAKHTIN, Mikhail; VOLOCHÍVOV, Valentin Nikolaevich. **Marxismo e Filosofia da Linguagem**: Problemas fundamentais do Método Sociológico na Ciência da Linguagem. 8. ed. São Paulo: Editora Hucitec, 1997.

BARRA, Sérgio Hamilton da Silva. A cidade corte: o Rio de Janeiro no início do século XIX. **1º Colóquio Internacional de História Cultural da Cidade**, Porto Alegre, 2015.

BÍBLIA. **Bíblia de Jerusalém**. São Paulo: Paulus, 2002.

16. Estas caracterizações não foram mencionadas neste trabalho pelo tamanho máximo exigido para estudo, vide nota de rodapé 14.

BLIKSTEIN, Izidoro. **Kaspar Hauser ou A fabricação da realidade**. 2. ed. São Paulo: Cultriz, 1985.

COELHO, Érika Rodrigues. **Do luto ao absoluto**: a trajetória da não-cor. Monografia. Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2008.

DUQUE-ESTRADA, Osório. **A Abolição**. Brasília: Senado Federal, Conselho Editorial, 2005 [1918[1]]. v. 39.

DURÁN, Juan de Dios Luque. LENGUAJE Y VISIÓN DEL MUNDO. **Estudios de lingüística del español**, Barcelona, v. 21, 2004.

FANON, Frantz. **Pele negra, máscaras brancas.** trad. Renato da Silveira. Salvador: EDUFBA, 2008.

FLORÊNCIO, Ana Maria Gama; MAGALHÃES, Belmira; SOBRINHO, Helson Flávio da Silva; CAVALCANTE, Maria do Socorro Aguiar de Oliveira. **Análise do Discurso**: fundamentos & práticas. 2. ed. Maceió: Edufal, 2016.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **BNDigital l**: Coleção Casa dos Contos. Rio de Janeiro, 23 fev. 2015. Facebook: biblioteca nacional.br. Disponível em: https://www.gov.br/bn/pt-br. Acesso de: 28 out. 15 nov. 2023.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **O Paiz**: RJ. Rio de Janeiro, 1884 – 1889. Jornal. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: https://www.gov.br/bn/pt-br. Acesso de: 28 out. a 15 nov. 2023.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL (Brasil). **Novidades**: RJ. Rio de Janeiro, 1887 – 1892. Jornal. Acervo da Fundação Biblioteca Nacional. Disponível em: https://www.gov.br/bn/pt-br. Acesso de: 13 nov. a 15 nov. 2023.

MAZOYER, Marcel. **História das agriculturas no mundo**: do neolítico à crise contemporânea. Trad. de Cláudia F. Falluh Balduino Ferreira. São Paulo: Editora UNESP; Brasília, DF: NEAD, 2010.

MATTOSO CAMARA JR, J.. Língua e cultura. **Revista Letras**, [S.l.], v. 4, dez. 1955. Disponível em: https://revistas.ufpr.br/letras/article/view/20046/13227. Acesso em: 20 jul. 2024.

MOSCOVICI, Serge. **A Representação Social da Psicanálise**. trad. por Álvaro Cabral. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

MOURA, Clóvis. **Sociologia do negro brasileiro.** São Paulo: Ática, 1988.

NASCIMENTO, Gabriel. **Racismo linguístico**: os subterrâneos da linguagem e do racismo. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

OLIVEIRA, Luiz Henrique Silva de. **A representação do negro nas poesias de Castro Alves e de [Luiz Silva] Cuti**: de objeto a sujeito. Dissertação. Faculdade de Letras da Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2007.

PASTOUREAU, Michel. **Preto**: história de uma cor. trad. Lea P. Zylberlicht. São Paulo: Editora Senac: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo, 2011.

SILVA, Roger Anibal Lambert da. **Em nome da ordem**: o Jornal do Commercio e as batalhas da abolição. Tese. Universidade Federal Fluminense, Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Departamento de História, Niterói: 2017.

TODOROV, T. Mikhail Bakhtin. Le príncipe dialogique. In: BRANDÂO, Helena Hathsue Nagamine. **Introdução à análise do discurso.** 2ª ed. Campinas: INICAMP, 2004.

TRAVAGLIA, Luiz Carlos. **Gramática e interação**: uma proposta para o ensino de gramática. 13. ed. São Paulo: Cortez, 2009.

WACHELKE, João Fernando Rech; CAMARGO, Brigido Vizeu. Representações Sociais, Representações Individuais e Comportamento. **Revista Interamericana de Psicología/Interamerican Journal of Psychology**, Santa Catarina, v. 41, n. 3, 2007.

PASSO ATRÁS, PASSO ADIANTE: O "*MOONWALK*" DA CIDADANIA NO BRASIL FACE À MANUTENÇÃO DE PRÁTICAS E DISCURSOS AUTORITÁRIOS NA *MÍDIA TRADICIONAL*

Nathan Santos de Lavôr[1]
Cláudia Cristina da Silva Fontineles[2]

> Como em 1937, o rápido aumento da participação política levou em 1964 a uma reação defensiva e à imposição de mais um regime ditatorial em que os direitos civis e políticos foram restringidos pela violência. [...] O período combinou a repressão política mais violenta já vista no país com índices também jamais vistos de crescimento econômico. Em contraste com as taxas de crescimento, o salário mínimo continuou a decrescer (CARVALHO, 2001, p. 157-158).

Em meio a passos para atrás e passos adiantes[3], a cidadania no Brasil caminha cônsono à performance do *Moonwalk*[4], passo de dança que ficou conhecido mundialmente através do cantor e dançarino norte-a-

1. Acadêmico do 8º período do curso de Licenciatura Plena em História pela Universidad de Federal do Piauí (UFPI), no Campus Ministro Petrônio Portella. Email: Nathan2gx@gmail.com

2. Bolsista em Produtividade Científica CNPq. Professora Associada da Universidade Federal do Piauí (Departamento de História, Pós-Graduação em História e Pós-Graduação em Ciência Política) e orientadora desta pesquisa. Email: claudiafontineles@ufpi.edu.br

3. Para o aprofundar da discussão, consultar: CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

4. Embora o *moonwalk* tenha ficado mundialmente conhecido pelas performances inebriantes do artista, não foi ele quem, de fato, criou o movimento. Na verdade, o passo pode ser definido como "o produto de mais de 70 anos de evolução da dança", segundo a escritora **Shanna Freeman. Disponível em:** <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/no-dia-mundial-da-danca-entenda-como-michael-jackson-aprendeu-o-moonwalk.phtml>**. Acesso em 29 de nov. de 2023.**

mericano Michael Joseph Jackson, artista responsável por aprimorar[5] a ilusão do movimento deslizante de andar para trás enquanto parece mover-se para frente.

Em consonância com o exposto, o nono álbum de estúdio do Rei do Pop, "*History: Past, Present and Future, Book I*"[6], lançado em 1995, apresenta algumas canções que manifestam conexões com a história do Brasil, notadamente marcado pela recorrência de práticas arbitrárias, repressivas e excludentes.

Dentre as músicas, selecionamos "*They Don´t Care About Us*" (Eles Não Ligam Pra Gente) e "*Scream*" (Grito) como estratégia para facilitar a análise e compreensão dos interesses que adornaram o editorial "*ditabranda*" e a exibição da telenovela "*Amor e Revolução*" posto que segundo o historiador José D'Assunção Barros, "através das fontes musicais, podemos estudar não somente a música de uma dada sociedade (o que confluiria para uma história da música), mas também a própria sociedade como um todo, nos seus aspectos extramusicais." (BARROS, 2018, p. 29).

O caso "ditabranda"

No dia 17 de fevereiro de 2009, o jornal Folha de S. Paulo publicou o editorial "Limites a Chávez" com o objetivo de refletir sobre as manobras

5. A primeira vez que **Michael Jackson** apresentou o *moonwalk* ao público foi no dia 25 de março de 1983, quando fez uma performance especial com os irmãos no programa "*Motown 21: yesterday, today, forever*". Três dançarinos ensinaram a Michael os preceitos do passo que viria a se tornar o *moonwalk*: **Jeffrey Daniel, Geron "Casper" Candidate e Derek «Cooly» Jackson.** Para **Derek 'Cooly'**, porém "o *moonwalk* foi criado a partir de **Michael Jackson**". "Esse foi um movimento de dança totalmente diferente [...] é um movimento circular, como se você estivesse flutuando no ar, e você continua em um círculo", explicou à ABC News. **Disponível em:** <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/no-dia-mundial-da-danca-entenda-como-michael-jackson-aprendeu-o-moonwalk.phtml>**. Acesso em 29 de nov. de 2023.**

6. "*HIStory: Past, Present & Future, Book 1",* frequentemente chamado apenas de *HIStory*, é um álbum duplo lançado por Michael Jackson em 1995 que reúne trinta canções. No primeiro disco - *HIStory Begins* - uma coleção de quinze sucessos remasterizados. No segundo disco - *HIStory Continues* - a primeira coleção de músicas inéditas lançada pelo cantor desde que foi acusado de abusar sexualmente de um menor no ano de 1993. O álbum vendeu mais de 20 milhões de cópias em todo o mundo e recebeu seis indicações ao Grammy no ano de 1996. Seu título faz um trocadilho com a palavra HIStory (história) e o pronome HIS (dele), formando HIStory (Sua história). https://www.encartespop.com.br/2010/08/encarte-michael-jackson-history-past.html.

políticas que estavam ocorrendo na Venezuela, bem como as consequências que uma dinâmica de reeleição ilimitada poderia ocasionar tanto naquele país como em toda américa latina.

Nesse contexto, em meio às duras críticas ao sistema político venezuelano, "a análise do jornal acabou dando origem ao termo "ditabranda", neologismo que qualificou o regime militar vigente no Brasil entre os anos de 1964 a 1985 como "brando", se comparado a outros regimes militares da América Latina." (DIAS, 2012, p. 9)[7]. Corrobora com a análise do autor o seguinte fragmento do referido editorial:

> Mas, se as chamadas "ditabrandas" - caso do Brasil entre 1964 e 1985 - partiam de uma ruptura institucional e depois preservavam ou instituíam formas controladas de disputa política e acesso à Justiça -, o novo autoritarismo latino-americano, inaugurado por Alberto Fujimori no Peru, faz o caminho inverso. O líder eleito mina as instituições e os controles democráticos por dentro, paulatinamente. (LIMITES A CHAVEZ. **Folha de S. Paulo**. ano 88. nº 29.175, p. A2, 17 de fev. 2009 apud Dias, 2012, p. 9).

Diante do exposto, é possível perceber que o Jornal da família Frias posiciona-se de forma crítica e contrária à nova modalidade de política autoritária vigente em alguns países latino-americanos, caracterizada por um sistema de eleições diretas, porém frágil do ponto de vista da lisura das instituições e dos controles democráticos.

Entretanto, ao olhar para o passado político brasileiro, o veículo de comunicação impressa classifica como "ditabranda" – um neologismo eufemista – o período que, conforme Ferreira e Gomes (2014) foi iniciado a partir do "golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime

7. A obra "O presente da memória: uso do passado e as (re)construções de identidade da Folha de São Paulo, entre o 'golpe de 1964' e a 'ditabranda'" é fruto de uma dissertação feita por André Bonsanto Dias e apresentada ao Curso de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal do Paraná, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Comunicação. Nela, o autor procura analisar o percurso editorial do jornal Folha de São Paulo acerca dos fatos que antecederam, percorreram e sucederam o período militar no Brasil entre os anos de 1964 e 1985, com o fito de evidenciar as motivações do uso do neologismo "ditabranda", em editorial de 17 de fevereiro de 2009, ao invés do termo ditadura, bem como a construção e reviravoltas da imagem do periódico no imaginário coletivo. Disponível em: < https://acervodigital.ufpr.br/handle/1884/27381>. Acesso em 08 de nov. 2023.

democrático e instituiu a ditadura no Brasil"[8].

Como consequência imediata, o termo acabou provocando, a partir da análise de seus críticos, "a maior crise de credibilidade da história do jornal" (DIAS, 2012, p. 12), sendo responsável por eclodir diversas críticas e manifestações perante a opinião pública, em especial entre os internautas e imprensa alternativa.

Toda essa repercussão negativa veio em função da notória falta de sensibilidade, empatia e respeito, por parte do referido editorial, para com os militantes de esquerda e oposicionistas em geral, vítimas da atrocidade dos militares.

Sob esse prisma, corrobora com o posicionamento dos críticos ao termo, o prefácio escrito pelo Cardeal Paulo Evaristo Arns para o "*Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964*"[9]. Nele, podemos sentir a dor de nossos compatriotas brasileiros que foram perseguidos, torturados, desaparecidos ou mortos em consequência da atuação repressiva e autoritária do Estado:

> Tocar nos corpos para machucá-los e matar. Tal foi a infeliz, pecaminosa e brutal função de funcionários do Estado em nossa pátria brasileira após o golpe militar de 1964. Tocar nos corpos para destruí-los psicologicamente e humanamente. Tal foi a tarefa ignominiosa de alguns profissionais da Medicina e de grupos militares e paramilitares durante 16 anos em nosso país. Tarefa que acabamos exportando ao Chile, Uruguai e Argentina. Ensinamos outros a destruir e a matar. Lentamente e sem piedade. Sem ética nem humanismo. Macular pessoas e identidades. Perseguir líderes políticos e estudantis. Homens e mulheres, em sua maioria jovens. (ARAÚJO, 1995, p. 21).

---

8. FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. **1964**: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014. Na obra, os historiadores Ângela de Castro Gomes e Jorge Ferreira trazem a público por meio de uma escrita convincente, envolvente e de fácil compreensão, os eventos que antecederam o golpe, visando o entendimento amplo da conjuntura política, econômica e social que já havia resultado em outras três tentativas de golpe – 1954, 1955 e 1961.

9. O "Dossiê dos Mortos e Desaparecidos Políticos a partir de 1964" foi produzido pela CoC missão de Familiares e Mortos e Desaparecidos Políticos e Instituto de Estudos da Violência do Estado, pelo Grupo Tortura Nunca Mais - RJ e pelo Grupo Tortura Nunca Mais - PE, publicado em 1995. Disponível em < https://hdl.handle.net/1884/66682 >. Acesso em 25 de nov. 2023.

Nesse enquadramento, de forma análoga à dolorosa narrativa do Cardeal sobre o último regime militar no Brasil, a angústia e o desabafo do eu-lírico da canção "*They Don´t Care About Us*" é também um sentimento partilhado por aqueles brasileiros que tiveram seus corpos tocados ou destruídos após o golpe de 1964.

Lançada no mesmo ano de publicação do referido dossiê, a composição do artista norte americano Michael Joseph Jackson ganha contornos de brasilidade não apenas por conta do videoclipe gravado na Favela Dona Marta e no Largo do Pelourinho, como também em função da capacidade de sua letra revelar algumas de "nossas sociabilidades e sensibilidades coletivas mais profundas" (NAPOLITANO, 2002, p. 77) [10].

Assim sendo, a 4ª, 5ª, 6ª e 8ª estrofes da canção conseguem coadunar todo aquele sentimento de raiva, terror, vulnerabilidade, injustiça, invisibilidade, desgosto e cansaço decorrentes da atuação de um estado autoritário, desigual e excludente, símile ao praticado no Brasil durante os anos de chumbo e ainda recorrente na institucionalidade democrática atual.

> Me espanque, me odeie
> Você nunca vai conseguir me quebrar
> Me obrigue, me aterrorize
> Você nunca vai me matar
>
> Me judie, me processe
> Todo mundo faz isso
> Me chute, me chute
> Não diga que sou preto ou branco
>
> Tudo o que eu quero dizer é que
> Eles não ligam para nós
> Tudo o que eu quero dizer é que
> Eles não ligam para nós
>
> [...]
>
> Estou cansado de ser vítima do ódio

10. Sobre as possibilidades de interação entre história e música, consulte NAPOLITANO, Marcos. **História & música**: história cultural da música popular. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2002.

> Você me arranca meu orgulho
> Oh, pelo amor de Deus
> Olho para os céus para cumprir a profecia
> Me liberte
> (MICHAEL JACKSON, "*They Don´t Care About Us*" – tradução nossa).[11]

Paralelamente, em meio a todo esse aparato repressivo, observamos na 4ª e 5ª estrofes demonstrações de resistência contra as práticas autoritárias advindas do Estado brasileiro, tendo sido elas verbalizadas através da convicção do eu-lírico em nunca ser fraturado ou morto, mesmo diante dos espancamentos, terror ou judiação sofridos.

Tal dinâmica, de acordo com o historiador José Murilo de Carvalho (2001), preponderou no Brasil durante os anos de chumbo, período esse em que se mobilizaram contra o governo alguns setores da sociedade, "sobretudo os operários e os estudantes" (CARVALHO, 2001, p. 161). Entretanto, ainda segundo Carvalho (2001), ao analisarmos as táticas da oposição aos militares na última ditadura brasileira, essa resistência enfrentava uma batalha inglória e desigual, com opositores assassinados dados como desaparecidos e mortes até hoje não esclarecidas.

> Em resposta à falta de alternativa para a oposição legal, grupos de esquerda começaram a agir na clandestinidade e adotar táticas militares de guerrilha urbana e rural. Em setembro de 1969, houve o primeiro ato espetacular da guerrilha urbana, o sequestro do embaixador norte-americano. Daí até o final do governo Médici, em 1974, forças da repressão e da guerrilha se enfrentaram em batalha inglória e desigual. Aos sequestros e assaltos a bancos dos guerrilheiros, respondia a repressão com prisões arbitrárias, tortura sistemática de presos, assassinatos. (CARVALHO, 2001, p. 162-163)

Diante de toda essa arbitrariedade contra a sociedade brasileira, Otá-

11. *Beat me, hate me / You can never break me / Will me, thrill me / You can never kill me / Jew me, sue me / Everybody do me / Kick me, kick me / Don't you black or white me / All I wanna say is that / They don't really care about us / All I wanna say is that / They don't really care about us / [...] / I'm tired of being the victim of hate / Your ripping me of my pride / Oh, for God's sake / I look to heaven to fulfill it's prophecy / Set me free*. Versos de "*They Don´t Care About Us*" no idioma original. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/michael-jackson/73212/>. Acesso em 15 de fev. 2024.

vio Frias Filho, então diretor de redação e herdeiro do jornal Folha de S. Paulo, não teve outra escolha a não ser publicar uma nota de autocrítica. Contudo, ele reiterou seu posicionamento e continuou a defender, à luz da história, que o regime brasileiro havia sido menos autoritário do que o ocorrido nos vizinhos latino-americanos ou em ditaduras de esquerda tais como a cubana.

> O uso da expressão "ditabranda" em editorial de 17 de fevereiro passado foi um erro. O termo tem uma conotação leviana que não se presta à gravidade do assunto. Todas as ditaduras são igualmente abomináveis. Do ponto de vista histórico, porém, é um fato que a ditadura militar brasileira, com toda a sua truculência, foi menos repressiva que as congêneres argentina, uruguaia e chilena -ou que a ditadura cubana, de esquerda. (EDITORIAL, **Folha de S. Paulo**, p. A6, 08 de mar. 2009).[12]

Em primeira análise, conforme acentua Dias (2012), em que pese o jornal Folha de S. Paulo ter consolidado sua identidade – a partir do começo dos anos de 1980 – como sendo o "jornal das diretas", voltado à luta pela redemocratização e pela pluralidade de ideais, não podemos esquecer que ele bem recebeu e apoiou o golpe de 1964 pois, enquanto uma empresa capitalista[13], precisava de capital externo e estabilidade econômica para crescer e se modernizar.

> Neste período, a empresa manteve importantes relações com o Estado, sendo ele um dos seus principais anunciantes. Disto decorre o fato de que a grande expansão tecnológica da empresa, momento em que o jornal obtém lucros expressivos, se deu exatamente durante o período caracterizado pelos "anos de chumbo" (DIAS, 2012, p. 58).

12. FOLHA avalia que errou, mas reitera críticas. **Folha de S. Paulo**. ano 88. nº 29.194, p. A6, 08 de mar. 2009.

13. Como Frias e Caldeira eram do ramo do empresariado, adotaram uma postura mais profissional frente ao jornal e se preocuparam, em um primeiro momento, em reorganizar e modernizar o jornal enquanto uma empresa capitalista. Neste sentido, o golpe foi bem recebido nas páginas da Folha visto que o jornal dependia ainda, e muito, de capital externo para se estabilizar. Ideologicamente, também não havia muita discordância entre o empresariado e o governo militar que tomou posse em 1964. Não foi apenas a Folha, mas praticamente toda a grande imprensa no país apoiou o regime. Este apoio da imprensa se consolidou pelo constante combate à "radicalização" dos ideais comunistas que, obviamente, não interessavam a uma empresa capitalista.

Por conseguinte, "para que a empresa se consolidasse enquanto um grande conglomerado, as relações com a política deveriam ser amigáveis no sentido de que não barrassem a sua expansão" (DIAS, 2012, p. 58). Desse modo, diante das dificuldades econômicas, do ímpeto pela modernização e da radicalização política, a Folha de S. Paulo, a princípio, modelou sua linha editorial para conclamar e apoiar o levante dos militares.

Em seguida, mesmo com o avanço do autoritarismo e supressão dos direitos constitucionais – incluindo a censura prévia, perseguição, tortura, mortes e desaparecimento de opositores políticos – o jornal foi omisso ao acatar e ser conivente com o regime, reflexo da importante relação mantida com o Estado e com os militares.

Nesse interim, o aporte financeiro injetado através das propagandas oficiais do Estado foi fundamental tanto para a modernização quanto para o crescimento das vendas e receitas da empresa. Outrossim, por conta da conivência e colaboração com o regime – tendo inclusive fornecido seus veículos para combater organizações de esquerda[14] – a Folha "é lembrada como um jornal que praticamente não sofreu censura durante o regime" (DIAS, 2012, p. 58).

Em segunda análise, com o advento do governo Geisel, o general presidente instituiu a sua política de transição buscando "promover o seu legado como o presidente da distensão – dedicado a restituir a democracia no país" (AMORIM, 2014, p.12). Corrobora com o exposto o relato de Otávio Frias Filho sobre a conversa que o seu pai, Octávio Frias de Oliveira, teve com o general Golbery a respeito dos planos de Geisel:

> No começo de 74, antes de o Geisel tomar posse, o meu pai teve uma conversa com o general Golbery no Rio de Janeiro. E nessa conversa ele disse ao meu pai quais eram os planos do governo Geisel, o que eles queriam [...]. Enfim, na linguagem dele, queriam recolocar o regime nos trilhos iniciais. Queriam acabar com os abusos e seria muito importante ter um jornal que caminhasse nesse sentido. O meu pai, que já tinha se

14. O relatório final da Comissão Nacional da Verdade chancela a versão de que o Grupo Folha, dono do jornal Folha de S.Paulo, deu não apenas apoio financeiro e ideológico ao golpe de 1964, mas apoio material à repressão contra os opositores da ditadura com o fornecimento de veículos para a Operação Bandeirante, a Oban, um centro de investigações do Exército que combatia as organizações de esquerda. Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/blogs/midiatico/cnv-chancela-versao-de-que-a-folha-emprestou-carros-para-a-ditadura-3323/>. Acesso em 23 de nov. 2023.

> sensibilizado com isto, pelas discussões que a gente vinha tendo internamente, achou que aquilo era quase um sinal de novos tempos no país. E começou a orientar o trabalho da gente nessa direção. (FRIAS FILHO, 1984, apud DIAS, 2012 p.60).[15]

Vale aqui destacar que veículos de comunicação como a Folha de S. Paulo, após receberem os investimentos de capital externo que possibilitaram a modernização e a consolidação enquanto empresa capitalista, "encontravam-se com suas dívidas sanadas e uma maior independência financeira". (DIAS, 2012, p. 59). Entretanto, a família Frias ao perceber que seu jornal só prosperaria num regime democrático, começou a adotar uma linha mais combativa visando expandir ainda mais seus negócios nos novos tempos e distanciar-se do projeto autoritário que ela própria ajudara a construir. Destarte, ao assumir "uma postura mais crítica e menos omissa em relação ao governo militar" (DIAS, 2012, p. 59), a Folha demonstra mais uma vez agir por interesses econômicos, agora no embalo da redemocratização e das "Diretas Já".

Entrementes, a postura da Folha passava a condizer com os anseios democráticos da sociedade civil brasileira, notadamente cansada das injustiças, intrigas e mentiras da institucionalidade autoritária. Por sua vez, esse esgotamento dos brasileiros para com a institucionalidade autoritária vigente, é análogo ao que Michael Jackson e sua irmã, Janet Jackson, musicalizaram em "*Scream*", a primeira faixa do álbum "*History: Past, Present and Future, Book I*", lançado em 1995. A música como um todo é um grito de protesto, mas aqui tomaremos como referência os versos de número 1, 2, 5 e 6.

> Estou cansado da injustiça
> Estou cansado das intrigas
> Suas mentiras são nojentas
> Então o que isso significa? Caramba
>
> Me derrubando
> Tenho que me levantar
> Por mais desgastante que soe

15. FRIAS FILHO, Otávio. Entrevista à revista Lua Nova, Brasiliense, CEDEG, vol. 1, nº 2, jul-set. 1984., p. 34. In: TASCHNER, 2002 apud DIAS, 2012, p. 60.

O sistema inteiro é uma merda, caramba
[...]

Com tanta confusão, isso não te faz querer gritar?
(Faz você querer gritar)
Você é agredido, abusado e vitimizado dentro do esquema
Você tenta lidar com todas as mentiras que eles vasculham
Alguém, por favor, tenha piedade
Porque simplesmente não posso aguentar

Pare de me pressionar
Apenas pare de me pressionar
Pare de me pressionar
Me faz querer gritar (gritar)
(MICHAEL JACKSON, "*Scream*" – Tradução nossa). [16]

Ao longo de toda a música, em especial nas estrofes acima, Michael e Janet expressam a mesma revolta e inconformismo partilhados em "*They Don´t Care About Us*". De modo mais específico, esse grito dos irmãos Jackson é canalizado contra a imprensa sensacionalista e a maneira como ela tratou as acusações de abuso sexual contra menores sofridas pelo astro pop, condenando-o antes mesmo do findar das investigações, em um verdadeiro circo midiático altamente lucrativo[17] para os veículos de mídia envolvidos.

Curiosamente, essa primeira acusação de atitudes inapropriadas contra crianças, de acordo com o escritor e jornalista investigativo Ian Halperin (2009), veio poucos meses após Michael Jackson ter subido ao palco para uma performance no "baile de gala da posse do presidente Bill Clinton" (HALPERIN, 2009, p. 22), em 10 de janeiro de 1993.

16. *I'm tired of Injustice / I'm tired of the schemes / Your lies are disgusting / So what does it mean? Damn it / Kicking me down / I got to get up / As jacked as it sounds / The whole system sucks, damn it / [...] / With such confusion, don't it make you want to scream? (Make you want to scream) / You're bashed, abused and victimized within the scheme / You try to cope with every lie they scrutinize / Somebody, please, have mercy 'Cause I just can't take it / Stop pressuring me / Just stop pressuring me / Stop pressuring me / Make me want to scream (scream).* Versão de "*Scream*" no idioma original. Disponível em: <https://www.letras.mus.br/michael-jackson/73206/>. Acesso em 15 de fev. 2024.

17. "Lá nos Estados Unidos, os tabloides deliraram com as notícias. O *New York Post* estampou a manchete 'Peter Pan ou Pervertido?' [...]. Mesmo assim, a maioria dos americanos duvidava das acusações." (Halperin, 2009, p. 45).

Naquele momento, o Rei do Pop "estava começando a se tornar quase tão famoso por seus esforços humanitários quanto por sua música" (Halperin, 2009, p. 23), acabando por não ser

> [...] uma surpresa quando Jackson foi convidado para se apresentar no baile de gala da posse do presidente Bill Clinton, em 1993. Ele parecia um símbolo natural para a nova era de progresso que Clinton representava depois de doze longos anos sombrios de presidentes americanos de direita. (HALPERIN, 2009, p. 23-24).

A informação supramencionada levanta suspeitas de que as acusações contra o astro pop tenham sido motivadas por questões político-partidárias, em virtude de seu declarado apoio ao plano de governo do Presidente democrata Bill Clinton, cenário esse que não é o foco do nosso trabalho. Contudo, guardadas as devidas especificidades, a referida hipótese nos permite rememorar as perseguições, retaliações e vinganças executadas contra opositores do último regime militar brasileiro (1964 - 1985), conforme demonstra Carvalho (2001). Ainda segundo o historiador,

> Várias comissões de inquérito foram criadas para apurar supostos crimes de corrupção e subversão. As mais famosas foram os Inquéritos Policiais Militares (IPMs), em geral dirigidos por coronéis do Exército, que perseguiram, prenderam e condenaram bom número de opositores. O perigo comunista era a desculpa mais usada para justificar a repressão. Qualquer suspeita de envolvimento com o que fosse considerado atividade subversiva podia custar o emprego, os direitos políticos, quando não a liberdade, do sujeito. Como em geral acontece em tais circunstâncias, muitas vinganças pessoais foram executadas sob o pretexto de motivação política. (CARVALHO, 2001, p. 160-161).

Infere-se assim que diante da guerra contra à ameaça comunista, o Estado brasileiro legitimava sua atuação repressiva através de mecanismos institucionais, tais como as comissões de inquérito. Sob esse prisma, a institucionalidade autoritária também usava de suas atribuições legais para a prática de vinganças pessoais, evidenciando o uso do aparelho repressivo do Estado segundo os interesses privados e pessoais.

E é exatamente esse cenário que a telenovela *Amor e Revolução* irá

apresentar no horário nobre do SBT, dois anos após o editorial "dita-branda".

Amor e Revolução

No dia 5 de abril de 2011, o Sistema Brasileiro de Televisão (SBT) começava a exibir, em horário nobre, sua mais nova produção de teledramaturgia, a novela *Amor e Revolução*. Estreava ali a primeira novela da televisão brasileira "a abordar o período da ditadura no Brasil como trama central." (DIAS, 2012, p.13).

Segundo o próprio site da emissora, detentora dos direitos de exibição da trama, *Amor e Revolução* se passa durante os "anos de chumbo" e conta a história de amor vivida pelo militar José Guerra e pela guerrilheira Maria Paixão. À primeira vista, o amor entre os dois é impossível.[18]

Logo nas suas primeiras cenas, somos conduzidos para a sede da UNE (União Nacional de Estudantes) no dia 1º de abril de 1964, primeiro dia do Golpe Militar. Naquele momento, os jovens Maria Paixão (Graziella Schmitt) e José Guerra (Cláudio Lins) se conhecem em meio a um incêndio que atingia o prédio da entidade.

No transcurso da produção, a novela apresenta outras histórias ficcionais que muito bem ilustram e trazem à tona memórias do período, tais como uma chacina promovida por um grupo de perseguição a comunistas, o abuso de poder por parte dos militares, a tortura e a morte nos porões da ditadura, o perigo de se contestar o regime, e a organização de movimentos revolucionários na luta pela democracia e pela liberdade.[19]

Nas palavras do escritor da novela, Tiago Santiago, o objetivo era "narrar a história de personagens diretamente ligados ao tema da ditadura, seja a favor ou contra, como militares, guerrilheiros, torturadores, artistas, jornalistas, advogados e estudantes nos anos brutais da repressão.[20] Para além disso, a novela também aborda questões sobre as mu-

18. Sinopse da novela apresentada no canal de vídeos da emissora: Disponível em <https://www.sbtvideos.com.br/programas/amor-e-revolucao>. Acesso em 10 de nov. 2023.

19. As informações foram extraídas do site especializado em teledramaturgia brasileira. Disponível em <http://teledramaturgia.com.br/amor-e-revolucao/>. Acesso em 10 de nov. 2023.

20. As informações foram extraídas do portifólio do escritor, cineasta e autor Tiago Santiago. Disponível em < https://www.tiagosantiago.com.br/index.php#home>. Acesso em 10 de nov. 2023.

danças comportamentais na década de 60, como a liberação da mulher após a pílula, o feminismo, o movimento hippie, a cena teatral e musical, as transformações provocadas pela moda, entre outras revoluções culturais dos anos 60.

Também foi em *Amor e Revolução* que, pela primeira vez, a cena de um beijo entre duas pessoas do mesmo sexo foi exibida em uma telenovela brasileira[21]. Contudo, a produção causou "polêmicas e gerou muita discussão não apenas por ter mostrado o primeiro beijo gay de uma novela no Brasil" (DIAS, 2012, p. 13). Antes mesmo de completar duas semanas no ar, "um grupo de militares criou um abaixo-assinado encaminhado ao Ministério Público para interromper a transmissão da novela." (DIAS, 2012, p. 13).

Segundo os militares o, governo da então Presidenta Dilma Rousseff, do Partido dos Trabalhadores (PT), estaria interessado em influenciar a opinião pública em favor do debate sobre a implementação da Comissão da Verdade, instrumento esse que iria investigar as violações de direitos praticadas pelo Estado entre 1946 e 1988, com foco nos 21 anos de ditadura militar.[22] Além disso, a retórica do abaixo-assinado joga luz à crise financeira na qual o Grupo Silvio Santos[23] estava passando, inferindo a suspeita de que o empresário teria negociado a produção da telenovela em troca de aporte financeiro[24].

---

21. Quarenta segundos. Esta foi a duração do primeiro beijo gay visto nas telenovelas do Brasil. O tempo foi o ideal para mostrar a paixão que explodia entre Marina (Giselle Tigre) e Marcela (Luciana Vendramini) em Amor e Revolução (2011), no SBT. Disponível em: <https://natelinha.uol.com.br/famosos/2021/06/06/luciana-vendramini-relembra-primeiro-beijo-gay-das-novelas-sem-frescura-164999.php>. Acesso em: 10 de nov. 2023

22. Comissão da Verdade 10 anos: "Importante lembrar o que é regime de exceção", diz Dilma Rousseff. Disponível em <https://www.brasildefato.com.br/2021/11/18/comissao-da-verdade-10-anos-importante-lembrar-o-que-e-regime-de-excecao-diz-dilma-rousseff>. Acesso em 10 de nov. 2023.

23. O empresário Silvio Santos colocou todo seu complexo empresarial como garantia do emprésé timo de R$ 2,5 bilhões concedido ao Banco Panamericano, do Grupo Silvio Santos, pelo Fundo Garantidor de Crédito (FGC). A operação de ajuda financeira foi anunciada ontem. A garantia inclui o Sistema Brasileiro de Televisão (SBT), a empresa de cosméticos Jequiti, a Liderança Capitalização, as lojas do Baú da Felicidade e o próprio Banco Panamericano. As garantias somam R$ 2,7 bilhões. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia-e-negocios/noticia/2010/11/silvio-santos-coloca-sbt-como-garantia-de-emprestimo.html>. Acesso em 10 de nov. 2023.

24. A Caixa Econômica Federal (CEF) pagou R$ 739,2 milhões para adquirir parte do Banco PanAmericano. Segundo comunicado divulgado, o banco estatal, por meio da Caixa Participações S.A. (Caixapar), adquiriu pouco mais de um terço do capital total da instituição

> Criado pela Associação Beneficente dos Militares Inativos e Graduados da Aeronáutica (ABMIGAer), o documento afirma que a produção tem sido feita sob encomenda e negociação do governo federal com Silvio Santos, proprietário do SBT. Segundo os militares, o governo estaria preocupado em garantir legitimidade à implantação da Comissão da Verdade e aproveitou o momento de crise do grupo – na época com o caso da falência do Banco Panamericano – para negociar com o empresário a produção do material. (DIAS, 2012, p. 13).

De forma análoga à tentativa de censura prévia sofrida pelo astro pop Michael Jackson no começo de 1996, quando este veio ao Brasil para gravar cenas do videoclipe da canção "*They Don´t Care About Us*" no Largo do Pelourinho e no Morro da Favela Dona Marta, tivemos em 2011 o ensaio desse mesmo mecanismo – oriundo da institucionalidade autoritária – contra uma produção artísticas que ousava tocar em feridas abertas de um passado ainda recente.

Ratifica-se o supra com a fala do próprio diretor da novela exibida no canal de Senor Abravanel, Reynaldo Boury: "Vamos contar a história do Brasil em uma época de muita turbulência, mas que está praticamente esquecida ou é desconhecida pelas novas gerações. É uma novela intrigante [...] um tema nunca debatido e exibido nas telenovelas".[25]

Em vista disso, o Ministério Público Federal no Distrito Federal (MPF/DF) arquivou, ainda em abril de 2011, o pedido da ABMIGAer para censurar a novela *Amor e Revolução*, citando que tal ato fere direitos do princípio constitucional, a exemplo da liberdade de expressão.[26] Por

---

financeira, mas compartilhará, em condições de igualdade, o poder com os administradores privados. De acordo com nota conjunta assinada pelas duas instituições, a divisão igualitária de poder foi possível porque a Caixa comprou 49% das ações preferenciais mais 20,69% das ações preferenciais do PanAmericano. Considerando os dois tipos de ações, a Caixapar passou a deter 35,54% do capital total do banco. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/noticias/caixa-economica-compra-35-5-do-banco-panamericano-por-cerca-de-r-740-milhoes/2024595>. Acesso em 10 de nov. 2023.

25. As informações foram extraídas do portifólio do escritor, cineasta e autor Tiago Santiago. Disponível em < https://www.tiagosantiago.com.br/index.php#home>. Acesso em 10 de nov. 2023.

26. O Ministério Público Federal no Distrito Federal (MPF/DF) arquivou o pedido da ABA MIGAer para censurar a novela "Amor e revolução", exibida no SBT. O folhetim retrata a perseguição política contra os militantes de esquerda durante a ditadura militar (1964-1985). O procurador da república, Peterson de Paula Pereira, arquivou a acusação pois os

conseguinte, a produção do SBT continuou a ser exibida até o seu findar, em 13 de janeiro de 2012, totalizando 204 capítulos.

Tal entendimento, em respaldo com a institucionalidade democrática, assemelha-se com o que foi aplicado para indeferir o pedido de liminar expedido pelo juiz da 5ª Vara da Fazenda Pública do Rio de Janeiro, Lucas Felipe da Silva Haddad, que suspendia a gravação do clipe de Michael Jackson na favela do morro Dona Marta, em fevereiro de 1996.

Para o devido fim, a advogada Diana Nunes Barroso, a pedido do então vereador Antônio Pitanga (PT), expediu um mandado de segurança para cassar a liminar que proibia as gravações no morro Dona Marta. No mandato, a advogada justificava que "a liminar fere o princípio da liberdade de expressão e é prejudicial à imagem da cidade" (ZORZI, **O Estado de S. Paulo**, 09 de fev. 2021)[27].

Dando prosseguimento, apesar dos esforços do "Homem do Baú" de colocar em rede nacional e horário nobre uma teledramaturgia cuja a trama, em concordância com Dias (2012), permitia ampliar o ainda pequeno leque de debate sobre as lembranças do último e recente período militar brasileiro, Silvio Santos não estava comprometido com a pauta, mas sim com a manutenção de um bom relacionamento com o Governo e com os benefícios financeiros – haja vista a crise na qual o Grupo Silvio Santos estava passando – oriundos dessa interação, postura essa que marca a sua trajetória empresarial até os dias atuais[28].

Não por acaso, seis anos após a exibição da novela *Amor e Revolução*, o SBT alinha-se ideologicamente com as pautas defendidas pelo Presidente Jair Bolsonaro, o militar reformado e ex-deputado que ao declarar

---

fatos não apresentavam elementos suficientes. No documento, o procurador justifica no documento que "conjecturar que a teledramaturgia será exibida em troca de negociatas, objetivando desqualificar a imagem das Forças Armadas, pode ser tão nocivo quanto censurar o folhetim, pois, efetivamente, tolhe-se direitos de envergadura constitucional, ferindo o princípio da liberdade de expressão". Disponível em <https://oglobo.globo.com/politica/ministerio-publico-arquiva-pedido-de-censura-da-novela-amor-revolucao-2794690>. Acesso em 10 de nov. 2023.

27. ZORZI, André Carlos. Clipe de Michael Jackson no Brasil teve polêmicas com Justiça, políticos e tráfico. **O Estado de S.Paulo**, 09 de fev. 2021. Disponível em <https://www.estadao.com.br/emais/gente/clipe-de-michael-jackson-no-brasil-teve-polemicas-com-justica-politicos-e-trafico/>. Acesso em 10 de nov. 2023.

28. Da esquerda à direita, boa relação com governos é marca de Silvio Santos. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/midia/da-esquerda-a-direita-boa-relacao-com-governos-e-marca-de-silvio-santos/>. Acesso em 11 de nov. 2023.

seu voto em favor do processo de impeachment da então Presidenta Dilma, no ano de 2016, fez uma homenagem à memória do coronel Carlos Alberto Brilhante Ustra, militar que comandou as seções de tortura quando ela havia sido presa durante a ditadura.[29]

Em suma, tanto o editorial "Ditabranda" quanto a telenovela *Amor e Revolução* revelam a estratégia usada por parte das empresas de comunicação do país ao interagir com o Estado Brasileiro. Desprende-se assim, que em busca da satisfação dos interesses econômicos, o veículo manifesta seu apoio à institucionalidade vigente através da omissão, complacência ou persuasão da opinião pública perante pautas sensíveis e caras ao governo.

Ademais, em face desse comportamento arrivista, característico dos círculos plutocráticos brasileiros, o país não consegue se desvencilhar de sues históricos problemas sociais, tais como a concentração de renda, o latifúndio, a pobreza, a fome, e a desigualdade racial, por exemplo, fato esse que o impede de consolidar a democracia e a cidadania.

Para concluir, em meio a passos para atrás e passos adiantes, a construção cidadania no Brasil é um movimento análogo à mais famosa e reproduzida performance de dança do Michael Jackson, o *Moonwalk*: Quando parece avançar, desliza e recua em meio ao silenciar das práticas de tortura, arroubos autoritários, medidas de exceção, liminares de censura, inconstitucionalidades e até mesmo golpes institucionais.

Por esse motivo, em que pese os muitos avanços e conquistas logradas ao longo da República, o processo de construção da cidadania no Brasil constantemente é alvo de retrocessos, seja em decorrência das ditaduras ou em função da manutenção de práticas autoritárias e excludentes dentro da institucionalidade democrática.

REFERÊNCIAS

AMORIM, Bianca Rihan Pinheiro. **Nas entrelinhas da distensão**: a construção de memórias no arquivo pessoal de Ernesto Geisel. Orientadora: Samantha Viz Quadrat. Niterói. UFF/ICHF/PPGH 2014. Disserta-

29. Conheça a história sombria do coronel Ustra, torturador e ídolo de Bolsonaro. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2018/10/17/conheca-a-historia-sombria-do-coronel-ustra-torturador-e-idolo-de-bolsonaro>. Acesso em 11 de nov. 2023.

ção (mestrado em História).

ARAÚJO, Maria do Amparo Almeida et al. **Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964**. Recife: Companhia Editora de Pernambuco, 1995.

BARROS, J. D'A. História e Música: considerações sobre suas possibilidades de interação. **Revista História & Perspectivas**, Uberlândia, v. 31. n. 58, p. 25-39, jan./jun. 2018.

CARVALHO, José Murilo de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CARVALHO, Juliana Maria. Cidadania no Brasil: conquistas na teoria e desafios na prática. Revista Educação Pública, 2013. Disponível em: < https://educacaopublica.cecierj.edu.br/artigos/13/40/cidadania-no-brasil-conquistas-na-teoria-e-desafios-na-praacutetica>. Acesso em 10 de nov. 2023.

DIAS, André Bonsanto. **O PRESENTE DA MEMÓRIA** - Usos do passado e as (re)construções de identidade da Folha de S. Paulo, entre o golpe de 1964 e a 'ditabranda'. Curitiba, Paco Editorial, 2012.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Angela de Castro. **1964**: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FOLHA avalia que errou, mas reitera críticas. **Folha de S. Paulo**. ano 88. nº 29.194, p. A6, 08 de mar. 2009.

HALPERIN, Ian. **Os últimos anos de Michael Jackson revelados**. São Paulo: Porto de Ideias, 2009.

NAPOLITANO, Marcos. **História & música**: história cultural da música popular. Belo Horizonte, MG: Autêntica, 2002.

ROLLEMBERG, Denise. As trincheiras da memória: a Associação Brasileira de Imprensa e a ditadura (1964 – 1974). In: ROLLEBERG, Denise e

QUADRAT Samantha (org.). **A Construção Social dos Regimes Autoritários: legitimidade, consenso e consentimento no século XX**, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2010, pp. 100-101.

ZORZI, André Carlos. Clipe de Michael Jackson no Brasil teve polêmicas com Justiça, políticos e tráfico. **O Estado de S.Paulo**, 09 de fev. de 2021. Disponível em https://www.estadao.com.br/emais/gente/clipe-de-michael-jackson-no-brasil-teve-polemicas-com-justica-politicos-e-trafico/. Acesso em 10 de ago. 2023

PARTE IV
MEMÓRIA, RESISTÊNCIA E TEMPORALIDADES

ENTRE PRÁTICAS E REPRESENTAÇÕES: O CENTENÁRIO DE NASCIMENTO DE OSWALDO ARANHA (1994)

Lucas Gomes[1]
Francisco de Assis de Sousa Nascimento[2]

> A liberdade não é uma concessão de homens ao homem, nem favor do Governo ao povo. É condição mesma vida do indivíduo e das coletividades. A sua negação é sempre passageira e inútil, porque faz com que volte mais vigoroso. (O Jornal, 1945, p.8)

O itinerário de Oswaldo Euclydes de Souza Aranha (1894-1960), este experiente Gaúcho possuía princípios inabaláveis, de modo que perpetuar-se ao passo da vida pública, sendo assim sua trajetória rodeada de contribuições com a sociedade brasileira. Nascido na cidade de Alegrete, no Rio Grande do Sul. Oswaldo Aranha, enquanto intelectual, segundo Sirinelli (1998) e Baptista (2023), constitui-se com sujeito historicamente e culturalmente, além inspirar, age com uma interação no tocante da camada social enquanto "criador" ou "mediador" da cultural.

1. Graduando em História pela a Universidade Federal do Piauí. Além de Técnico em ada ministração pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. E-mail: lucasglucas5@gmail.com

2. Professor Associado IV da Universidade Federal do Piauí - UFPI, do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil - PPGHB/UFPI. Graduado em História pela UESPI, Graduação em Pedagogia pela UFPI e Graduação em Psicologia pela Uninassau - Teresina. Registro CRP 21/04623. Especialização em Docência do Ensino Superior pela UESP, Mestrado História do Brasil, pela UFPI, Doutorado em História Social pela Universidade Federal Fluminense - UFF e pós-doutorado História pela PUC SP. Coordena os Programas Stricto Sensu da Pró Reitoria de Ensino de Pós-Graduação - PRPG/UFPI. E-mail: franciscoufpi@gmail.com

Desta maneira, enquanto intelectual e ator político, desenvolveu-se durante o tempo de sua formação acadêmica na Faculdade Livre de Direito do Rio de Janeiro em 1916, período em que envolveu-se com movimento estudantil, introduzindo-se, portanto, nos embates cívicos, construindo assim uma consciência crítica reflexiva sobre a sociedade Brasileira.

Nesse sentido, de acordo do Stanley (1994), Oswaldo Aranha ao passo da vida pública papéis significativos, foi um principais articuladores da revolução de 1930, ao lado de personalidades que incluíam Flores da Cunha, João Neves da Fontoura, entre outros, cujo objetivo era lançar a candidatura de Getúlio Vargas a presidente da república em ocasião da sucessão presidencial de Washington Luís.

Além disso, exerceu cargos relevantes durante o tempo que fez parte do Governo de Vargas entre 1930 a 1945, sendo Ministro da Justiça e Negócios Interior em 1930-1931, Ministro da Fazenda em 1931 ocupando até 1934, além assumir o cargo de Embaixador do Brasil em Washington de 1933 até a proclamação do Estado Novo em 1937, como também esteve comando do Itamaraty em 1938, deixando as Relações Exteriores em 1944, como também integrou-se ao serviço da diplomacia brasileira, destacando-se sobretudo como mediador na conferência da Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU) em 1947, quando foi decidida a criação do Estado de Israel.

Com isso, a colaboração política de Oswaldo Aranha atenuou-se com discernimento de uma consciência em prol do Brasil, de modo a respaldar sua maturidade e empenho cívico, desse modo, é evidente sua contribuição nacional, sobretudo a preocupação em evidenciar e posicionar o Brasil mundialmente.

Desta forma, a memória de Oswaldo Aranha, é palco de diversas discussões, estando intrinsecamente relacionada à preservação, bem como a relação dos mecanismos de apropriação do personagem no tempo histórico, e no processo de construção e de transmissão de uma memória social.

Nessa perspectiva, o foco do nosso interesse, constem em uma análise sobre as celebrações comemorativas em torno do centenário do estadista e diplomata Oswaldo Aranha em 1994, cuja a trajetória foi marcada por uma intensa participação no teatro político brasileiro entre a década

de 1930-1960, dessa forma o objetivo é investigar os arranjos da instrumentalização acerca da memória social, isto é, os mecanismos de reafirmação de uma memória coletiva, mas também as formas de visibilidade por meio da comemoração, desta forma analisando como ocorre apropriação da lembrança e do recordar através dos artifícios criados para prestigiar e homenagear.

Com isso, de acordo com Pollak (1989), a memória coletiva define-se o que é comum a determinado grupo, bem como a que diferencia dos demais grupos, de modo que a fundamenta e fomentação de um sentimento de pertencimento nas margens sócio-culturais.

De modo, observarmos as utilizações da rememoração, como processo de construção e de transmissão de uma memória social, realizadas por organizações, instituições e comunidades, tanto pela Fundação Getúlio Vargas (FGV), Fundação Alexandre Gusmão (FUNAG), a Família Aranha, a Comunidade Judaica, através de análise hemerográfica dos jornais *O Globo e o Estado de S. Paulo,* propondo-se perceber as "multi-reivindicações" e as práticas que pretendem reconhecer a identidade social sobre a memória social, assim, incorporando sob forma das diversas subjetividade envolta das representações coletivas de organizações sociais, além disso, identificando os segmentos de grupos de interesses.

Desta forma, segundo Barros e Chartier, (2005, 1989), no âmbito da produção cultural circulam em detrimento de dois pólos, tendo em vista a interação de ambas como noções complementares, sendo estas as concepções de "práticas" e "representações", isto é, "modos de fazer" e "modos de ver", respectivamente, que constituem os sujeitos produtores e receptores.

Além disso, as formas de homenagens a serem examinadas, são fundamentalmente, segundo Pierre Nora (1993), "lugares de memória", sendo resto ou vestígios, que toma uma forma extrema que subsiste uma consciência comemorativa de uma história, de modo que são espaços que guardam um sentimento de continuidade, de certo modo, pertencendo a dois domínio, sendo natural e artificial, nessa perspectiva, as celebrações ganham um novo significado fundamental, os de lugares, constituindo-se de três sentidos da palavra, material, simbólico e funcional.

Para que ocorressem adequadamente o evento, foi interpelada por medidas que possibilitasse a realização da comemoração do centenário

de nascimento de Oswaldo Aranha em 1994, dessa forma o Governo do Estado organizou uma comissão responsável para o aprontamento das abordagens a serem feitas acerca imaginário social do homenageado.

Nesse sentido, compreendemos as homenagens como "lugares de memória", pois através da representação circunscrita envolta de Oswaldo Aranha, surgem como necessidade de "[...] parar o tempo, e bloquear o trabalho do esquecimento, fixar um estado de coisas, imortalizar a morte, materializar o imaterial [„„] para prender o máximo de sentido num mínimo de sinais [...]."(NORA, 1993, p.22)

Com isso, foi criada uma comissão incubida de coordenar as atividades comemorativas e de outras providências, sob o decreto de 20 de dezembro de 1993, publicado no diário nacional em 20 de dezembro do ano respectivo, pela a Presidência da República, sendo assinada por Itamar Franco (1930-2011), e integrada pelos Ministros de Estados das Relações Exteriores, pelo Ministro da Justiça e pelo Ministro da Fazendo, cabendo-a, então, às seguintes obrigações

> "Art. 1º É criada a Comissão do Centenário de Oswaldo Aranha, para coordenar o programa nacional das comemorações do centenário do nascimento daquele eminente homem público, que ocorrerá no ano de 1994. Art. 2º A comissão será composta pelos Ministros de Estado da Justiça, das Relações Exteriores e da Fazenda, cabendo ao Presidente da República presidir os trabalhos de sua instalação. Parágrafo único. Os membros da comissão, em ato conjunto, designarão o seu Secretário-Executivo, escolhido entre servidores do Ministério das Relações Exteriores. Art. 3º A critério dos membros da comissão, poderão ser criadas subcomissões setoriais, com definição da área de competência, composição, duração, e outros elementos indispensáveis ao seu funcionamento. Art. 4º O apoio técnico e administrativo aos trabalhos da Comissão será prestado pelo Ministério das Relações Exteriores, através da Fundação Alexandre de Gusmão. Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação. Brasília, 20 de dezembro de 1993; 172º da Independência e 105º da República".[3]

Além disso, a comissão do centenário tinham apoio de outras instituições, como a Fundação Alexandre de Gusmão (FUNAG), sendo um parecerista funcionamento e composição dos elementos chaves, mas

3. Col. Leis Rep. Fed. Brasil, Brasília, v.l86, n.I, p. 1-514, jan. 1994.

também contribuindo com a organização de uma coletânea, intitulada, "Oswaldo Aranha: 1894-1960: discursos e conferências" publicada em 1994, reunindo um conjunto de discursos ao passo da vida pública de Aranha, a obra foi parte integrante juntamente com a secretaria-executiva nos eventos comemorativos.

Cabe destacar que o prefácio da coletânea, foi escrita por então presidente da FUNAG, Gerson Fonseca Júnior, onde acentuou saudosamente a atuação política e cívica, ao afirmar que Aranha, combinava o conhecimento das boas causa com o segredo de realizá-las, além de ser um homem que marcou seu tempo, sendo um sujeito que mais compreendeu que o Brasil é indissociável de uma atuação internacional ativa e alicerçada em valores de equilíbrio, tolerância e de paz.

Nesse enquadramento, segundo Rodrigues (2002), o objeto "comemorações" assume um caráter com a natureza de mecanismo de reafirmação de uma memória social, tanto individual quanto coletiva, aliás, uma prática simbólica que englobam uma função política-ideológica e sociocultural, além do mais refletir sobre as representações circundante ao imaginário de Oswaldo Aranha, bem como às sensibilidades despertadas envolta de uma "rede de sociabilidade"(SIRINELLI, 2003), em torno de uma memória afetiva.

Desse modo, ao analisarmos como ocorrem as construções das representações envolta da memória de Aranha, observar-se afetividade rodeia a sociedade brasileira e a comunidade judaica, além de considerar os conflitos e os interesses ideológicos por trás da comemoração do centenário, que

> Isso nos mostra que se a memória é um fenômeno construído social e individualmente, ela é também um elemento constituinte do sentimento de identidade, tanto individual quanto coletiva, no sentido de que é um fator extremamente importante do sentimento de continuidade e de coerência de uma pessoa ou de um grupo em sua reconstrução de si. (SÁ, 2014, p.138)

Nesse sentido, a memória como fator de interlocução para produção historiográfica consistem em aspectos sobrepostos por camadas de interesses tanto coletivos quanto individuais para construção de uma consciência ou identidade social, isto é, para cada comunidade os elementos

na recordação compõem um sentimento de pertencimento, dessa forma, "a memória se torna um campo de disputa, de confronto."(POLLAK, 1989, p.3-4 apud SÁ, 2014, p. 138).

Desse modo, ao comparamos a análise feita por João Paulo Rodrigues, no artigo "As comemorações do Bicentenário da revolução francesa em foco: Entre crises e redefinição de uma memória em disputa", sobre as comemorações do bicentenário da revolução francesa em 1989, consideração a ocasião de festividade envolta da formação de um imaginário difundida na dimensão da memória, tendo em mente as inúmeras produções de instrumentos capazes de enfatizar o imaginário glorioso para o público diversificado, além disso, ressalta a criação de artifícios audiovisuais, artísticas, bem com uma divulgação de seletas e variadas de imagens, e propagandas vinculados a imprensa e etc, para consolidar uma memória coletiva, desse modo:

> O Bicentenário da Revolução Francesa de 1789 foi planejado para ser uma comemoração marcante. Assim, com anos de antecedência, foram iniciados os preparativos e montadas as comissões para cuidar de todos os detalhes da efeméride, que deveria exaltar os duzentos anos da Revolução que "fundou" a França moderna e o mundo contemporâneo. (RODRIGUES, 2019, p. 332)

Nesse sentido, Rodrigues (2019), ao sistematizar indagações sobre a realização dos festejos do bicentenário, ao apontar como palco de afirmações e questionamentos, dessa maneira ao criticar sobre as dificuldades enfrentadas pela a comissão organizadora institucionalizada pelo o governo francês, intitulada: "Missão do bicentenário", cujo o intuito era reafirmar na contemporaneidade o sentimento de uma identidade nacional, tendo como ápice a Revolução Francesa, contudo, em decorrências das mudanças sociais na vésperas do bicentenário, pois em evidências ass diversas problemáticas para constituir o sentimento de unificação de nacionalidade.

Nessa perspectiva, é possível que a comissão responsável pelo centenário de Oswaldo Aranha, poderia ter enfrentado dificuldades nos preparativos das comemorações, tendo em vista as mudanças sociais e culturais, além das transformações sobre seus intelectuais e atores políticos, nesse sentido, por ter se passado três décadas desde o falecimento de

Aranha ocorrido em 1960; dessa forma, ao criar instrumentos simbólicos para reafirmar uma memória traduzindo-se por sinais visíveis no mais íntimo de sua cultura mediante as celebrações.

As relações de disputas pela a memória: as múltiplas-reivindicações da rememoração

Dessa forma, considerando as transformações sociais e culturais ao longo de três décadas no Brasil, a partir do momento do desfecho da vida pública de Oswaldo Aranha, surgem novas vertentes de (re)leituras sobre os intelectuais, ganhar novos espaço para debates sobre narrativa histórica, nesse caso, um outro olhar sobre Oswaldo Aranha.

Desse modo, recorremos a um caso ocorrido na década de 1980, envolvendo a historiadora Maria L. Tucci Carneiro ao construir uma sua (re)análise sobre "O antisemitismo na Era Vargas (1930-1945)", ao defender sua tese de doutorado em 1987, e posteriormente publicá-la em forma de livro em 1988, cujo a "preocupação da autora era mostrar a face da História do Brasil, momento em que a intelectualidade e a diplomacia brasileira comprometeram a tradição liberal e democrática através de manifestações anti-semitas" (CARNEIRO, 1988, p. 44). Apesar do foco principal livro não tenha sido o Oswaldo Aranha, obteve uma repercussão negativa no cenário acadêmica, além de ter afetado indiretamente a memória consolidada de Oswaldo Aranha, ao generalizar que o chanceler tinha uma posição conivente com ideologias do Estado Novo, enquadrando-o no princípio contra as ideias pró-democráticas.

Tendo em vista o durante o período que Oswaldo Aranha exercia o cargo no Itamaraty em 1938 a 1944, assimilando-o as práticas políticas Estadonovista antissemitas, mas, que seja esclarecido, quando Aranha assume o Ministério das Relações Exteriores, constava em vigor a primeira circular secreta em 1937, que reduzia a concessão de emissões de vistos para os imigrantes estrangeiros judeus, entretanto, ao entrar para do Itamaraty teve que assinar uma outra segunda circular secreta em 1938, que reconfigurou a primeira, acrescentando novas condições criteriosas para emissão de vistos a estrangeiros,

Nesse sentido, em 14 de setembro de 1988, o Jornal *Estado de S. Paulo*, traz uma matéria com a opinião de Pedro Aranha Corrêa do Lago,

neto de Oswaldo Aranha, que descontente com o conteúdo do livro, contesta as acusações de Maria L. Tucci Carneiro, ao dizer que

> Como leitor atento, mas também como neto de Oswaldo Aranha, não posso aceitar que uma pesquisadora afoita, em busca de um enfoque sensacionalista que encubra as deficiências graves de um trabalho superficial, escolha meu avô como alvo de acusações improcedentes e o condene com afirmações e evidência documental distorcidas, tentando apresentá-lo como`a figura de proa do anti-semitismo no Estado Novo. Entre a má-fé e a incompetência da pesquisadora, prefiro acreditar nesta última para explicar seu zelo cego na defesa da hipótese-chave para o "sucesso de vendas" de seu trabalho, que a levou a uma lamentável seqüência de erros numa tese que tinha pelo menos o mérito de levantar um tema importante. (O Estado de S. Paulo, 1988, p. 42)

Deste modo, é perceptível as relações de disputas pela memória social de Oswaldo Aranha, por um lado a família que rebate todas as críticas que desmistifique o chanceler, que em detrimento de sua manifestação cívica, política e no engajamento nacional e internacional, dessa maneira acusa a historiadora de sensacionalista e por utilizar a imagem de Aranha em benefício próprio para divulgar o lançamento do seu livro, por certo, o seio familiar surge como máquina conservadora, para preservar, manter e proteger a integridade do diplomata.

Contudo, Maria L. T. Carneiro, rebate as críticas feitas pelo Pedro Aranha Corrêa do Lago, sobretudo ao desqualificar sua tese, ao destacar que

> E, se foram feitas uma série de acusações ao meu trabalho, quais os documentos que provam o contrário? Acho louvável e admiro que o neto do chanceler tenha tanto empenho para que o mundo resguarde a imagem do avô que é a dele Disso só pode dignificá-lo. Mas, que isso possa ser relacionado com fatos de repercussão internacional, não é possível aceitar. Não podemos deixar que a humanidade tenha falsas idéias. E, diante de um arquivo Bimo o Histórico do Itamarati, que impede aos historiadores o direito de examinar documentos pergunto: A realidade quem está ocultando os fatos?. (O Estado de S.Paulo, 1988, p. 44).

De modo, ao confrontar o imaginário construído sobre Aranha, mostrando-o como conivente com atos anti-semitas praticados pelas po-

líticas do Estadonovista, contudo, tal afirmativa resultou numa polêmica com familiares que saíram em defesa do estadista, em outro ponto é o artigo da revista *Veja* em 1987, que destacava a tese de dissertação doutorado da Maria L. T. Carneiro, ao criticar o estadista, ao ponto que Família Aranha realizam uma "nota de esclarecimento"[4] rebatendo as acusações, publicado no jornal do *Estado de S. Paulo* em 1987, ressaltando atuação de Oswaldo Aranha na decisão na formação do Estado de Israel como uma prerrogativa máxima como diplomata.

Nesse caso, ao afirmar que Oswaldo Aranha, foi conivente com as práticas anti-semitas no Estado novata, durante o governo de Getúlio Vargas, tendo em vista as medidas restritivas de perseguição dos imigrantes judeus, bem como a redução da permissão de refugiados no território brasleiro.

Em virtude disso, existe de tal forma uma espécie de resistência pelo grupo familiar de Oswaldo Aranha em preservar a integridade de sua memória, ao aproximar sua representação ao espelhamento de um símbolo salvador para a comunidade judaica, mas também distanciar a figura do ex-chanceler das políticas anti-semitas propagadas pelo Estadonovista de Getúlio Vargas.

Com isso, os familiares e a comissão organizadora, tomam por meio de providências discursivas, o tom de seletividade do que deve ser recordado e lembrado nas festividades de comemoração no centenário, evitando assim relações de conflitos e disputas narrativas em torno da memória de Oswaldo Aranha.

Além disso, existe uma tendência de conservação o imaginário em torno do desempenho de Aranha ao ajudar a comunidade judaica na conferência da ONU em 1947, quando presidiu como presidente da segunda sessão da assembleia geral sobre a discussão sobre a divisão da palestina, sobretudo na criação do Estado unificado de Israel, com isso existem uma mobilidade para preservar a memória do estadista.

Dessa forma**,** a memória Oswaldo Aranha transforma-se em um núcleo de "[...] conflitos e disputas em detrimento dos fatores de continuidade e de estabilidade deve ser relacionada com as verdadeiras batalhas da memória assistimos [...]"(POLLAK, 1989, p.4). De modo que a**s** repre-

4. ARANHA, família. Oswaldo Aranha, povo judeus e o liberalismo. **O Estado de S. Paulo**. 07 de nov. de 1887, p.33.

sentações em torno da memória, "inserem-se em um campo de concorrências e de competições cujo desafios se enunciam em termo de poder e de dominação" (CHARTIER, 1990, p.17 apud Barros, 2005, p. 139).

Entre práticas e representações: Oswaldo Aranha no Centenário de nascimento

Com isso, ao analisar os fatores de permanências acerca da memória de Oswaldo Aranha, além de observar as representações circunda o centenário, mas também pontuando os aspectos que deixaram de ser lembrados, isto é, que foram objetos de esquecimento, além disso os debates que contornam a ação política do ex-ministro, nessa perspectiva os instrumentos simbólicos ou dos aparatos ideológicos que foram criados para o realização do evento de comemoração do centenário.

No que concerne, Pollak (1989), compreende a existência nessa intrínseca conexões do fervores da memória, e no que tange aos diversos grupos de interesse sobretudo na dimensão do recordar e do lembrar, havendo, então, uma relação de conflitos e disputas, desta maneira o grupo familiar, a comunidade judaica israelense e a sociedade brasileira compõem camadas complexas que se envolvem em "múltiplas reivindicações" pela memória, nesse caso, reclamar as diferentes compreensões sobre Oswaldo Aranha.

De acordo com Bonaldo (2014), às comemorações surgem com um propósito de construção e de reforçar a concepção de identidade, isto é, de unificação, assim como ocorre na formação de uma nacionalidade, que possuem um conjunto de lembranças do presente e do passado para constituir a "formação das almas", de modo, segundo Carvalho (1990) existe também construções de símbolos, alegorias e mitos que são partes integrantes dos interesses ideológicos e políticos, de modo a formar um sentimento de pertencimento de uma noção ao assimilar elementos identitários.

Com efeito, a comemoração do centenário de Oswaldo Aranha, também está composta por laços que unem o seio familiar, a veste da comunidade judaica, como também a sociedade brasileira a medida que os indicadores ideológicos e políticos criam os mecanismos de reafirmação da lembrança, desse modo, "[...] a memória, visaria, nesse sentido, o pas-

sado construído e transmissão por imagem e representações"(RODRIGUES, 2002, p. 427).

Partindo das análises Bonaldo (2014), em torno das difíceis relações entre lembrança e esquecimento, sugere também que a comemoração incorpora com dever de esquecimento ou de alteração, pois há também a objetificação do que deve ser lembrado de acordo com a vontade política, isto é, quando ocorre a manipulação deliberada da memória, por outro lado, a surgência "[...] dos mecanismos das apropriações dos tempos históricos, e por outro, os processos de construção e de transmissão de uma memória social." (RODRIGUES, 2002, p. 427), nesse sentido, no teatro social a memória é objeto de caráter seletivo, contendo uma simbologia do sujeito para uma determinada comunidade, correspondendo aos interesses individuais ou coletivos envolta da apropriação da memória.

Haja vista as relações de disputas narrativa se entrelaçam como uma concha de retalhos, existindo também as permanências que contorna a memória, outrossim, é necessário percebermos quais as continuidade que se perpetuam e ganham formas na realização do centenário em 1994, sendo assim, ao analisarmos, por exemplo, o texto de homenagem a Oswaldo Aranha, escrito por José de Júlio Rozental, Raanana, Israel, publicada em 13 de fevereiro de 1994, no Jornal *O Globo,* no espaço destinado para cartas dos leitores, lembrando a jornada do estadista na assembleia geral da ONU em 1947, ao destaque que

> [...] lembro-me de um homem, um brasileiro, que participou intensamente da criação do Estado de Israel, presidindo a inesquecível mesa da ONU que garantíu, em 29/11/1947, o sonho dos judeus de todo o mundo se tornasse realidade. Esse personagem, que figura na história do povo brasileiro, terá seu centenário de nascimento no próximo dia 15/2/1994. Refiro-me ao chanceler Oswaldo Aranha. Como judeu, não posso deixar de, nesta oportunidade, render esta modesta homenagem que, através do GLOBO, será levado ao conhecimento não só dos judeus mas de todos os brasileiros, de qualquer credo, que devem conhecer os valores históricos das personalidades brasileiras no contexto internacional. (O Globo, 1994, p. 6)

Há também uma outra homenagem publicada em 6 de abril de 1994, no fórum dos leitores do jornal *Estado de S. Paulo,* intitulado *Os "outros" Schindler,* escrito por Zaki Sciama, Capital, ao comentar que:

> [...] Hoje, convém citar o nome de Oswaldo Aranha. O diplomata brasileiro chefiou a delegação brasileira e presidiu a sessão especial da Assembléia-Geral na ONU em 1947. Na ocasião, seu voto em favor da criação do Estado de Israel foi decisivo. O nome do brasileiro Oswaldo Aranha será lembrado para sempre pelo povo judeu. (O Estado de S. Paulo, 1994, p. 3)

Nesse sentido, os trechos acima possibilitam identificarmos algumas permanências sobre a memória de em torno da comunidade judaica, conservam a percepção da memória social sobre Oswaldo Aranha, na carta de de Zaki Sciama, no Jornal *o Estado S. Paulo*, notamos disseminação e continuidade da memória sobre um sentimento de gratidão que esta comunidade conservou desde de 1947 até 1994, dando o reconhecimento aos valores históricos da personalidade brasileira.

Com isso, a carta escrita por José de Júlio Rozental, publicada no jornal *O Globo,* serve para observarmos a consciência democrática e solidária em prol dos israelenses, além do mais dá legitimação a atuação política de Oswaldo Aranha na assembleia da ONU em 1947, dessa forma consolidando-se como uma personalidade brasileira significativamente relevante para a comunidade judaica.

Em 14 de março de 1994 foi publicado no jornal *O Globo,* uma outra manifestação que dá-se através da Confederação Israelita Brasil (CONIB), juntamente com a família Aranha e a comissão do centenário, convocando-o a comunidade judaica para prestigiar a missa celebrada por D. Hélder Câmara, no dia 15 de março do corrente na Igreja Nossa Senhora da Candelária no Rio de Janeiro, desse modo observa-se a mobilidade por parte da CONIB em convocar a comunidade judaica para participar das comemorações.

Além disso, o arcebispo emérito de Recife e Olinda Dom Hélder Câmara quem rezou a missa de sétimo dia de Oswaldo Aranha em 1960, todavia, mesma estando com a saúde debilitada e desconsiderando os conselhos médicos, desembarcou no Rio de Janeiro para a abertura das homenagens que ocorreriam ao longo todo ano de 1994, contudo, é necessário ressaltar a missa e os eventos foram feitos com um mês de atraso, apesar dos cem anos completos ter ocorrido em 15 de fevereiro, o adiamento do evento foi propositalmente, pois a data coincidiu com a o carnaval,

justificando o retardo das homenagens.

De acordo com Cezár Loureiro, em uma matéria do jornal *O Globo* em 15 de março de 1994, ressalta que a celebração na Candelária, estiveram presentes cerca de 500 pessoas prestigiando a cerimônia pelo o centenário de nascimento de Oswaldo Aranha, compareceram à missa

> [...] Os quatro filhos do diplomata: Oswaldo Aranha Filho, Euclydes Aranha, Delminda Aranha Corrêa do Lago e Luísa Zilda Aranha Corrêa da Costa; o embaixador Antônio Corrêa do Lago; o presidente da Academia Brasileira de Letras, Josué Montello; o presidente das Organizações Globo, jornalista Roberto Marinho, e sua esposa, Dona Lily de Carvalho Marinho; e o escritor Hélio Silva, entre outros. A maioria dos 16 netos e 19 bisnetos de Oswaldo Aranha também assistiu à missa. (O Globo, 1994, p. 10)

Podemos, observar, então, a participação do seio familiar, prestigiando a missa em comemoração do centenário do saudoso estadista, além disso podemos identificar outras personalidades que compareceram na cerimônia, da indústria televisiva, como o jornalista Roberto Marinho, e de instituições políticas, como o embaixador Antônio Corrêa Lago, e acadêmicas, como escritor Hélio Santos.

Além disso, podemos salientar algumas figuras significativas participaram dos eventos comemorativos, como o então presidente da Academia Brasileira de Letras, o Josué Montello, que em 9 de agosto de 1994, foi cerimonialista que abriu a exposição de comemoração do centenário no centro cultural do Banco Brasil[5].

Além disso, houveram outras formas de circulação da memória de Aranha ao longo do ano de 1994, para celebrar as comemorações, e uma das mais significativa homenagens feita para o chanceler, foi promovida pelo o Centro Cultural Paço Imperial e Centro de Pesquisa e Documentação da História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas, que ao proverem e mostrarem uma exposição intitulada "Retratos de Oswaldo Aranha", com cerca de 100 fotografias que registram momentos públicos e particulares de Aranha, organizada por Aline

5. BLANC, Valéria. Josué Montello abre hoje a exposição comemorativa de nascimento de Oswaldo Aranha, no Centro Cultural Banco do Brasil. **O Globo.** 9 de agosto de 1994. Roda Viva. p.3.

Lacerda e Mônica Kornis, do CPDOC, a exposição foi exibida no Paço Imperial, na Praça Quinze de Novembro, no Rio de Janeiro, estando aberto para visita de 4 de abril até 15 de maio do respectivo ano.

Dessa forma, na matéria Oswaldo Aranha é homenageado em fotografia, feita por Eduardo Sousa Lima, no jornal *O Globo*, demonstra em detalhes como a exposição foi dividida em cinco bloco temáticos, o primeiro em "O Homem, a terra" é abordada sua vida particular, o segundo "Tempo de mudanças" trata seu ingresso na Política"; o terceiro "Tempo de revolução" aborda sua projeção no cenário político nacional, o quarto "A boa vizinhança" destaca sua atuação ministro das relações exteriores e por fim a "A experiência na crise" mostra sua retirada da via pública.

Em 4 de abril de 1994, em uma entrevista concedida a Eduardo Sousa Lima, que foi publicada no jornal *O Globo*, para a divulgação das fotografias, Aline Lacerda, explica os objetivos da exposição:

> A idéia central é contar a história de Oswaldo Aranha, a partir do seu arquivo privado. Procuramos escapar da biografia e da ordem cronológica. Não serão apenas fotos históricas. Como ele era um fumante inveterado há um seqüência inteira de fotos dele fumando, por exemplo. (O Globo. 1994, p. 2)

Haja vista, a importância da exposição realizada pelo Paço Imperial e CPDOC, Mônica Kornis, também complementa ao comentar a relevância de cada fotografia, dessa maneira para organizadoras o que de fato importa são os tipo de informação que cada imagem dá, nesse sentido, a "fotografia é uma rica fonte de informações para a reconstituição do passado, ainda que sua utilização também possa comportar a constituição de ficções." (ABUD, 2010, p.147).

Nessa perspectiva, para as duas o que é significativo, isto é, as fotografias da atuação de Oswaldo Aranha na ONU em 1947, bem como registro ao lado de figuras internacionais importantes como Walt Disney e Orson Welles. De modo, que percebemos que existe um processo de seletividade sobre o lembrar, ao utilizarem a fotografia como instrumentalização da memória, isto é, do que se deve ser lembrado, em virtude do esquecimento e silenciamento de outras memórias que também poderiam ser expostas, mas também expor outras faces do estadista ao passo da vida pública.

Como, escreveu Carlos Ivan, em sua matéria intitulada "Paço mostra fotos de Oswaldo Aranha", para *o Globo* em 5 de abril de 1994, a história da vida pública e particular confundem-se nas cem fotos Aranha, pois retratam diversos acontecimentos da trajetória política do ex-embaixador de sua participação sociopolítica quando ocupa-se de cargo estratégicos. Além disso, ressalta que na inauguração da exposição "Retratos de Oswaldo Aranha" contou com a presença do então ministro da cultura, Luiz Roberto do Nascimento e Silva, onde elogiou exponencialmente, ao dizer que, "acho vital esse trabalho do CPDOC voltado para a preservação desse período histórico que pode ser recontado através de personagens importantíssimos da política do país."[6]

À vista disso, Abud (2010), ressalta com devido cuidado sobre as alterações que as fotografias podem sofrer ao longo de suas visitações, de fato, as imagens revelam um fragmento da memória, de modo que dão visibilidade e "veracidade", entretanto, as fotografias podem assumir sentidos, como de registro, de documentação, de lembrança ou recordação, mas também de resistência, pois dependendo de quem são os sujeitos interpretando-a, as fotografias ganham uma contação de simbologia, transformando-a em um instrumento de memória social, ao envolverem as múltiplas-reivindicações.

Por fim, destacamos também a confecção de uma série de selo em 1994, da empresa brasileira de correios e telégrafos, que imaginaram três personalidades que se destacaram na vida política e cultural do país. Dessa forma, homenageando Edgar Santos, Otto Lara e Oswaldo Aranha, sendo ilustrada pelo desenhista Fernando Lopes, inicialmente tiveram uma tiragem de cerca de 1,2 milhão estando circulação pelo Brasil até dezembro de 1995, nesse sentido, o que é nos interessa é esta última personalidade, pois a ilustração presente no ressalta a participação de Oswaldo Aranha na ONU em 1947, tendo uma fotografia de perfil como eixo principal e ao fundo do enquadramento do retrato do discurso de Aranha assembleia geral.

Dessa forma, para a comunidade judaica, a fotografia e o Selo de Oswaldo Aranha na atuação da ONU, transfigura em um sentido de resistência, tanto para Israelista quanto no seio familiar, sendo que as foto-

6. IVAN, Carlos. Paço mostra fotos de Oswaldo Aranha. **O Globo.** 5 de abril de 1994. Rio p.8.

grafias aspiram um tipo de lembrança do mais íntimo dos sentimentos.

Considerações finais

Desta maneira, em 1994 foram realizadas diversas homenagens a Oswaldo Aranha, enquanto personalidade considerada importante para o teatro sociopolítico do Brasil, ou seja, as migalhas desse conjunto de representações com o tempo ficaram espalhadas, mas nessa análise tomaram forma no conjunto que compõem seus próprios sentidos. Nessa perspectiva, reunimos, portanto, alguns dos fragmentos que nessa alquimia de rememorar ao passo de alinhá-los, pois dessa forma ganham um novo contorno de significados, a de comemoração. Mas também, reconstruímos a trajetória de Oswaldo Aranha enquanto intelectual e ator político ao passo que é invocado por meio das "práticas" e "representações", no segmento da sua vida pública, em que viveu em prol da consciência democrática.

Desse modo, o trabalho historiográfico a partir das celebrações, sobretudo da comemoração do centenário de Oswaldo Aranha, tendo em vistas as "multi-reivindicações" sobre a memória social, mas também a sua instrumentalização como ferramenta de silenciamento e esquecimento, isto é, da rememoração, de modo que ocorrem apropriação da lembrança e do recordar através das representações da memória, além despertar as sensibilidades além de simbolizar para cada segmento de grupos. Desse modo, a análise teve como foco a diversidade da instrumentalização da memória social, tendo em vista os artifícios criados ao longo das décadas de 1994.

Portanto, a análise através da comemorações dá a possibilidade de compreendermos a trajetória de Oswaldo Aranha, mas sobretudo o advento das práticas e representações em torno de uma memória social, e como os grupos se relacionam na disputas narrativas, haja vista como seu imaginário e apropriados por uma "rede de sociabilidade" ao seus interesses, dessa forma a realização das comemorações do centenário é mais uma forma de observar como esses grupos buscam representar as suas próprias convicções através de um personagem.

Referências

ABUD, Kátia Maria. Fotografia e ensino de História. In: ABUD, Kátia Maria, SILVA, André Chaves de Melo, ALVES, Ronaldo Cardoso, (Org.). **Ensino de história.** São Paulo: Cengage Learning. 2010. p. 147-164

BONALDO, Rodrigo Bragio. **Comemorações e efémeros:** ensaio episódios sobre história de dois paralelos**.** tese (Doutorado em História) - Programa de Pós-Graduação em História, Universidade do Rio Grande do Sul. Porto Alegre. 2014.

BARROS, José D´Assunção. A História cultural e a contribuição de Roger Chartier. **Diálogos**, DHI/PPH/UEM, v. 9, n. 1, p. 125-141, 2005.

CARVALHO, José Murilo de. **A formação das almas:** o imaginário da República no Brasil**.** -São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHARTIER, Roger. O mundo como representação. **Estudos Avançados.** São Paulo. v.11. n.5. p.173-191. 1991.

HILTON, Stanley E. **Oswaldo Aranha:** uma biografia. Rio de Janeiro: Objetivo, 1994.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos e por meio dos periódicos. In:. **Fontes Históricas.** org. Carla Bassanezi Pinsky. ed.3. reim.7. - São Paulo: Contexto. 2023. p.111-154.

LE GOFF, Jacques. **História e Memória**. Bernardo Leitão... [et al.] (Trad.) - Campinas, Editora da UNICAMP, 1990.

MAUAD , Ana Maria. **Poses e Flagrantes:** ensaios sobre história e fotografias. — Niterói : Editora da UFF, 2008.

NORA, Pierre. Entre memória e História: a problemática dos lugares. KHOURY, Yara Aun.(Trad.). **Projeto História**. São Paulo. 1993.

POLLACK, Michael. Memória, Esquecimento e Silêncio. **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro. Vol.2, n.3, p.3-15, 1989.

POLLACK , Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos.** Rio de Janeiro. v.2, n.10. 1992, p. 200-212.

RODRIGUES. João Paulo. As comemorações do Bicentenário da revolução francesa em foco: Entre crises e redefinição de uma memória em disputa. **Territórios e Fronteiras**, Cuiabá, vol. 12, n. 2, 2019, p. 331-354.

SILVA, Helenice Rodrigues da. "Rememoração"/comemoração: as utilizações sociais da memória. **Revista brasileira de História.** São Paulo. v. 22. n. 44. p. 425-438. 2002.

SÁ, Antônio Fernando de Araújo. História e memória na era das comemorações. v. 16. n.17. **Memória social.** Chapecó: Argos. 2003. p. 121-155.

Fontes

ARANHA, família. Oswaldo Aranha, povo judeus e o liberalismo. **O Estado de S. Paulo.** 7 de nov. de 1987, p.33. Disponível em: <https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19871107-34570-nac-0033-999-33-not/tela/fullscreen> acesso em 28 de junho de 2023

BLANC, Valéria. Josué Montello abre hoje a exposição comemorativa de nascimento de Oswaldo Aranha, no Centro Cultural Banco do Brasil. **O Globo**. 9 de agosto de 1994. Roda Viva. Disponível em: <https://duyt0k3aayxim.cloudfront.net/PDFs_XMLs_paginas/o_globo/1994/08/09/02-segundo_caderno/ge090894003SEG1-1234_g.jpg>.Acesso em 25 de junho de 2023

CARNEIRO, Maria Luiza Tucci. Tucci Carneiro responde o neto de Oswaldo Aranha, O **Estado de S. Paulo**. 5 de outubro de 1988, caderno 2, p. 44. Disponível em:< https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19881005-34851-nac-0044-cd2-6-not/busca/Aranha+Oswaldo>. Acesso em 07 de julho de 2023

IVAN, Carlos. Paço mostra fotos de Oswaldo Aranha. **O Globo.** 5 de abril de 1994. p.8. Disponível em:<https://duyt0k3aayxim.cloudfront.net/PDFs_XMLs_paginas/o_globo/1994/04/05/01-primeiro_caderno/

ge050494008RIO1-1234_g.jpg>. Acesso em 25 de junho de 2023.

LOUREIRO, Cezar. Realização da missa do centenário de Oswaldo Aranha. **O Globo**. 16 de março de 1994. Disponível em:<https://duyt0k3aayxim.cloudfront.net/PDFs_XMLs_paginas/o_globo/1994/03/16/01-primeiro_caderno/ge160394007NAC1-1234_g.jpg>. Acesso em 24 de junho de 2023

LIMA, Eduardo Sousa. Oswaldo Aranha é homenageado em mostra fotográfica. **O Globo.** 4 de abril de 1994 Disponível em:<‚https://duyt0k3aayxim.cloudfront.net/PDFs_XMLs_paginas/o_globo/1994/04/04/03-segundo_caderno/ge040494002SEG1-1234_g.jpg>. Acesso em 25 de junho de 2023

LAGO, Pedro Aranha Corrêa do. Neto de Oswaldo Aranha contesta a historiadora. **O Estado de S. Paulo.** 14 de setembro de 1988, caderno 2, p.42. Disponível em:< https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19880914-34833-nac-0042-cd2-6-not/tela/fullscreen>. Acesso em 07 de julho de 2023.

ROZENTAL, José de Júlio. Carta dos leitores: Oswaldo Aranha. **O Globo.** 13 de Fevereiro de 1994. Opinião. p.6. Disponível em: <https://duyt0k3aayxim.cloudfront.net/PDFs_XMLs_paginas/o_globo/1994/02/13/01-primeiro_caderno/ge130294006OPI1-1234_g.jpg>. Acesso em 25 de junho de 2023

SCIAMA, Zaki. Os "Outros" Schindler. **O Estado de S. Paulo.** 6 de abril de 1994, p. 3. Disponível em:<https://acervo.estadao.com.br/pagina/#!/19940406-36694-nac-0003-edi-a3-not>. Acesso em 28 de junho de 2023

"ELES DIVIDIRAM O MUNDO, NADA MAIS ME SURPREENDE": REGGAE E POLÍTICA EM TIKEN JAH FAKOLY

Wanderson Ramonn Pimentel Dantas[1]

Introdução

O objetivo do presente texto é refletir sobre a relação entre Reggae e Política através da vida e obra de Tiken Jah Fakoly. Como autor e intérprete, sua música se consolidou historicamente como uma das vozes mais potentes do Reggae costa-marfinense e, sobretudo, africano pela musicalidade dos ritmos que dão a identidade ao ritmo *ivoirien*[2], como pelo aspecto político de crítica e denúncia social dos males do colonialismo sobre a sociedade africana.

A pesquisa se localiza temporalmente de 1990 a 1999. A razão que justifica o recorte temporal anterior parte de duas premissas: a primeira diz respeito ao recorte temporal de um disco, o *Mangercratie* (1996). Entende-se que esses discos têm importância artística e política ao se localizarem temporalmente em um período sobre o qual a Costa do Marfim passa por instabilidade política de 1990, com a guerra civil que se instaura a partir da morte de Félix Houphouët-Boigny (1905–1993).

O aporte teórico-metodológico utilizado nesse artigo toma como pressuposto teórico a perspectiva da história política e história social da música. Nesse sentido, tomamos a política na sua possibilidade on-

1. Mestre em História do Brasil–UFPI. Professor Substituto da UESPI/Campus Dr. Josefina Demes. E-mail: wandersonrpd@gmail.com

2. Sempre quando o termo aparecer, estaremos nos referindo à situação costa-marfinense. Diferente de *ivoirité* que é uma construção ideológica calcada no colonialismo e racismo.

tonegativa, ou seja, em outras palavras, "o desvendamento da estreiteza e insuficiência da prática política enquanto atividade humana racional e universal" (CHASIN, 2009, p. 66). Em outras palavras, a formação da Costa do Marfim não deu aos indivíduos a plena liberdade e condições possíveis de pensar a sociabilidade e desenvolvimento social pós-independência, porque os vínculos de continuidade do colonialismo só intensificaram as contrações da formação social desse povo.

Outro conceito importante para a discussão desses elementos é o "colonialismo". Para Fanon, o colonialismo é uma estrutura política e ideológica que se "entranhou" na organização social dos países pós-libertação e independência das nações africanas durante os anos 60 e 80, que tomou nova "forma". Ao invés de se organizar por um aparato militar, de subjugação direta do colonizador sobre o colonizado por meio da violência direta, ela se organiza por outro *modus operandi*, que constroem a dominação em cima de elementos políticos, econômicos e psicológicos.

Por outro lado, para a análise do artigo, se faz necessária a compreensão de elementos da história social da música. Em suma, trata-se de tocar a investigação procurando encontrar na forma musical do Reggae a historicidade que condicionou sua identidade africana. Nesse sentido, tratamos de especificar os elementos que compuseram a construção dessa identidade a partir da sua historicidade: entender como as letras, a sonoridade e o contexto político consolidou o ritmo a partir da interpretação de Tiken Jah Fakoly e, através desses processos entender como o Reggae se tornou um instrumento de crítica à política costa-marfinense.

Meu país vai mal: Política, tribalismo e colonialismo

A Costa do Marfim se tornou independente em 1960, após passar por um longo tempo pertencendo ao domínio da África Ocidental Francesa. Essa região constituiu uma "federação" com oito colônias compostas por uma unidade administrativa central, com exceção da parte francesa do que hoje é o Togo. (MAZRUI; WONDJI, 2010). O processo de independência da Costa do Marfim foi marcado por uma certa "estabilidade", se comparada com os restante das outras nações emergentes. O processo foi marcado por um forte "declínio" do controle colonial pós-Segunda Guerra Mundial, principalmente com o processo de descolonização do

Magrheb, com a independência da Líbia e do Egito. O movimento político da comunidade africana começou a se espalhar na região do *Sahel* a partir de pequenas revoltas.

A Conferência Africana Francesa de Brazzaville, ocorrida entre 30 de janeiro a 8 de fevereiro de 1944, agregou colonos e governadores em torno de discussões que possibilitassem o desenvolvimento das colônias, considerando o clamoroso atraso que a "metrópole" francesa infringiu a suas colônias. Muito embora se aponte que essa era uma condição especial das "colonizações francesas" (idem), Walter Rodney, aponta que essa é uma condição de todas as colônias africanas:

> Os trabalhadores e os camponeses africanos produziam bens e serviços de um determinado valor para o capitalismo europeu. Uma pequena proporção dos frutos dos seus esforços eram retidos por eles sob a forma de salários, pagamentos em dinheiro e serviços sociais para a manutenção do colonialismo. O resto destinava-se aos variadíssimos beneficiários do sistema colonial (RODNEY, 304)

Nesse ponto, a situação da Costa do Marfim não foi diferente. Como colônia, o principal produto que levou à evolução do processo de integração a "economia-mundo" (WALLERSTEIN, 1995) nos séculos XIX e XX foi o Cacau. Nesse sentido, a Conferência de Brazzaville se colocou como uma alternativa dos colonos e da burguesia colonizada (entre eles, intelectuais, médios proprietários de terra, alguns poucos profissionais liberais) para obter maior "autonomia" fora do bloco francês. Tal tentativa foi categoricamente rechaçada justamente por que se via nessa reivindicação aspirações de cunho nacionalista.

A situação da França, pós-Segunda Guerra, se caracterizou pela tentativa de manutenção dos "territórios de além-mar". O crescimento da frente de esquerda no cenário político da metrópole se impôs como elemento para reivindicação de deputados oriundos das colônias na Assembleia Nacional Constituinte. Para reter a influência que começou a se desenhar entre a esquerda e a luta anticolonial, o general Charles de Gaulle (1890-1970), permitiu a eleição de um colégio (e, posteriormente, do segundo) para que os deputados colonizados votassem com o desejo da administração colonial. Por questões objetivas, cabe citar que estão entre esses deputados, Léopold Sédar Senghor (1906-2001),

do Senegal e filiado ao Partido Socialista e Félix Houphouët-Boigny, da Costa do Marfim.

No contexto de Guerra Fria, vários partidos começam a estourar na AOF. O Partido Comunista, o Partido Socialista constrói núcleos de ligação entre franceses e os africanos. O destaque deve ser dado ao *Rassemblement Démocratique Africain* (RDA) que pretendia construir bases para manutenção da autonomia interna em marcos constitucionais. Criado por Houphouët-Boigny, a organização tinha como outro líder Sékou Touré em Guiné. Paralelamente, Senghor criou o Bloco Democrático Senegalês (BDS). Houphouët-Boigny adquire notoriedade no movimento dos sindicatos em 1937–38 durante as grandes greves da década de 40. Só na Costa do Marfim, oito delas foram reprimidas duramente pelo exército francês com enfrentamento violento. Durante esse período, a Costa do Marfim se tornou um dos mais importantes "empreendimento" francês. Nesse sentido, a administração colonial zelou pelos interesses das câmaras de comércio e dos administradores locais. E, a medida do possível, reprimiu tudo que pusesse esse sistema em jogo.

Isso gerou uma crise sem precedentes na década de 50. Visentini (2022), defendeu que durante esse período, o império Colonial Francês não conseguiu segurar o ímpeto de protagonismo político dos movimentos ligados à RDA. Com a *Loi-Cadre* em junho de 1956 proposta por Sékou Touré, tinha como objetivo propor a "africanização administrativa" da colônia a partir da perspectiva da federalização. Por outro lado, enquanto se intensificou a luta pela independência e pela federalização, a França aumentou ainda mais a repressão nos seus domínios coloniais. A Costa do Marfim passou a ser visada pelos esforços de repressão principalmente pela atuação política de Houphouët-Boigny no RDA.

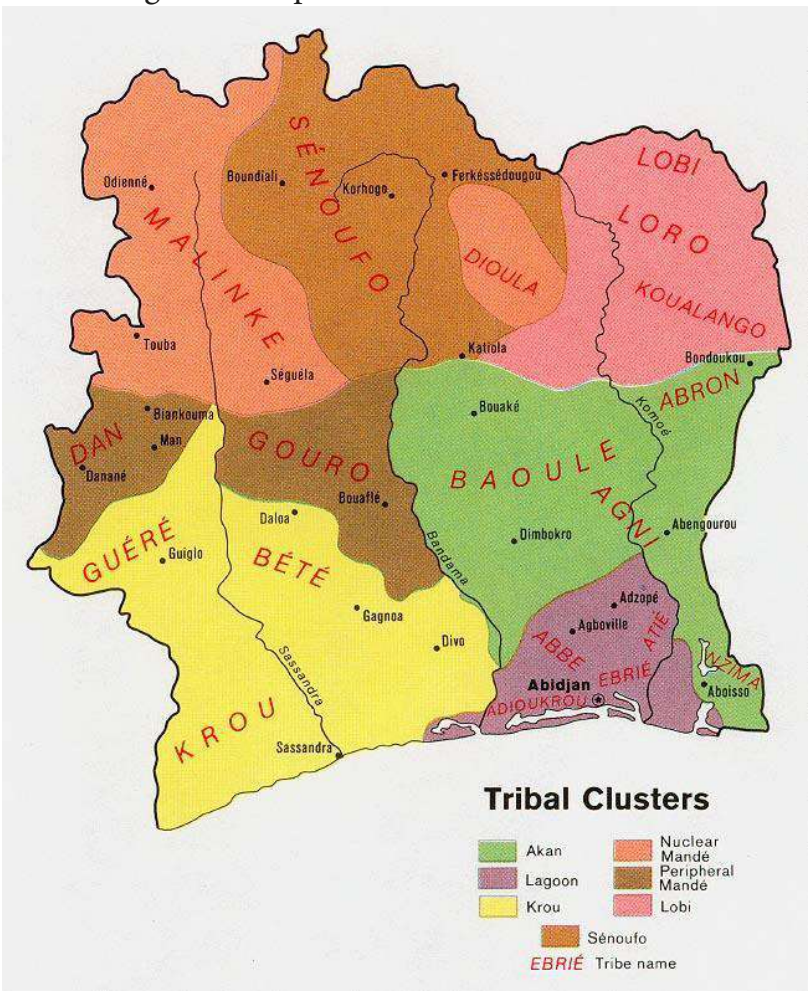
Um dos instrumentos que os colonos dominam bem é a violência. Nesse ponto, Frantz Fanon tem total razão ao expor que "nas colônias, o interlocutor válido e institucional do colonizado, o porta-voz do colono e do regime de opressão é o policial e o soldado (FANON, 2022, p. 34). O movimento de conter o RDA e o *Parti Démocratique de la* Côte d'*Ivoire* (PDCI) conseguiu fortalecer a posição de Houphouët-Boigny. A política de "limpeza" das oposições levou o governador Laurent Pé-

choux (1904-2000) ordenar a queima de cidades e o assassinato de camponeses. A enérgica violência contra o domínio colonial francês foi uma das cartadas políticas e militares tomadas por de Gaulle para conter o avanço do movimento que começou a tomar caráter unionista. Houphouët-Boigny, por outro lado, recuou das atividades mais "radicais" para assumir uma política mais "fraterna" aos desejos governamentais (MAZRUI; WONDJI, 2010)

Mesmo com esse "recuo tático" de Houphouët-Boigny, o PDCI havia organizado por um movimento de massas que combinava a ação de sindicatos patronais com outros sindicatos de trabalhadores que exigiam o fim da discriminação racial e o fim do colonialismo. À medida que a repressão aumentava, os colonizados se convenciam daquilo que Fanon havia alertado: só é possível combater violência, com violência (FANON, 2022). Mesmo com a ação de construir um reordenamento da "União Francesa" para a "Comunidade Francesa" visando despertar o sentimento de pertencimento a metrópole, o movimento de independência e a consequente "balcanização" da AOF se tornou inevitável. Uma série de independências foram proclamadas de 1958 até 1960, contando primeiramente com a independência do Guiné e por último a Mauritânia (salvo a situação particular do Togo) (cf. MAZRUI; WONDJI, op.cit.).

A Costa do Marfim se torna uma nova nação. Independente desde 7 de agosto de 1960, o principal desafio consistiu em desenvolver um novo Estado diante dos inúmeros problemas herdados do tempo do colonialismo. Era necessário modernizar o Estado, incentivar o desenvolvimento socioeconômico dessa nova nação e lidar com um problema: a constituição social do povo *ivoirien* e a ideia de *ivoirité*. O Território em que compreende a Costa do Marfim, está distribuído da seguinte forma:

Figura 1: Mapa tribal da Costa do Marfim



Referência: http://www.mappery.com/map-of/Ivory-Coast-Tribal-Map

O mapa exposto na Figura 1, podemos vislumbrar como a divisão étnica se estabeleceu na Costa do Marfim no século XX a partir das raízes linguísticas. Segundo Jean-Noël Loucou (1984), as etnias estão divididas na seguinte ordem: Na região Norte do território *ivoirien*, temos os *Malinkés* ou *Mandê* (que agrega *Bambara* e *Dioulá*)[3], os *Gour* (*Senoufós*, *Koulango*, *Lobi* e *Loro*)[4]. Na região Sul, os *Mandê du Sud* (*Dan, Gouro,*

3. Os *Malinkés* são composições tribais oriundas do antigo Império Kong, Satama-Sokoura e Bondoukou. Essas tribos migraram entre o século XVI e XVIII para a região noroeste da Costa do Marfim. Muitos deles tem origem no antigo território do Mali, Burkina Faso e Guiné. Segundo Loucou (idem), eles têm a mesma origem étnica, uma cultura muito próxima, uma língua comum que transcende os dialetos e uma compreensão histórica da sua ancestralidade com o Reino Kong e do Alto-Níger. Não por acaso, mas será possível ver alguns desses elementos problematizados por Tiken Jah Fakoly ao falar das suas raízes.

4. Essa etnia agrega todos os povos do oeste africanos que falam o idioma "gur". Tanto que eles podem ser conhecidos por povos "Gur". Os Senoufôs se encontram estabelecidos em

Gban e *Ben*)[5], os *Krou* (*Bété* e *Wè*)[6], os *Lagunaire* (*Abbé*, *Ebrié*, *Adidukrou* e *Atié*)[7] e, por fim, os *Akan* (*Baoulé*, *Agni*, *Abron* e *Nzima*)[8]. A Costa do Marfim é um território marcado por uma composição multiétnica. Tiken Jah Fakoly, por exemplo, nascido em Odienné pertence à etnia *Malinkés*, também conhecidos como *Mandês*. Houphouët-Boigny, por exemplo, pertence a etnia *Baoulé*, dada a sua origem, Dimbokro. A composição social que é uma das identidades daquela nova nação é uma das marcas cruéis herdadas do imperialismo e colonialismo europeu que findou com povos e estruturas sociopolíticas de séculos anteriores.

Durante o período de 1960 a 1980, a Costa do Marfim foi uma das nações que se tornaram mais "prósperas" entre os antigos domínios coloniais franceses. Ao contrário do que o nome possa significar, o processo de independência dessa nova nação não significou um ponto nas relações coloniais. Ao contrário, as relações coloniais se mantiveram. Quando falamos sobre a permanência da "colonialidade", recorremos à compreensão de Frantz Fanon. Em *Condenados da Terra* (2022), o autor martinicano entende que a forma história do processo de descolonização da África aconteceu a medida em que os colonizadores retiraram os elementos da administração colonial juntamente com as forças armadas, mas, sem ônus das relações econômicas e políticas.

---

uma área que vai para além do território marfinense. Agrega, da mesma forma, o sul do Mali, ao extremo oeste de Burkina Faso como também se estabelece na região noroeste de Gana (cf. idem)

5. Os *Mandé du Sud* compreendem povos que falam línguas radicadas do *Malinké* muito embora a divisão histórica entre esses povos tenham acontecido em 1600 a.C. Os *du Sud* são representados pela pelos grupos de língua que se afastam do *Malinké*: o *Busa* da Nigéria, o *Bisa*, o *Samogho*, o *Boho* do Burkina Faso e do Mali, o *Manon* da Libéria e sete línguas da Costa do Marfim: *Dan* ou *Yacouba*, *Wen* ou *Toura*, *Kouéni* ou *Gouro*, *Gban* ou *Gagou*, *Mouan*, *Ouan* e *Gan* (cf. idem).

6. Situados na região sudoeste da Costa do Marfim e ao sul da Libéria. Esse grupo reuni vinɨte e uma tribos que falam línguas muito próximas que podem ser separadas entre ocidentais e orientais pelo rio Sassandra. Os *Guéré*, *Wobé*, e *Bété* tem a mesma origem, um grande grupo chamado *Gadi*. Com o tempo elas se separaram e formaram outros grandes grupos: *Wè* (Gueré e *Wobè*) e Magwé (*Bété* e outros grupos).

7. Formam quatorze grupos nas regiões dos lagos e das savanas. São grupos, segundo Louɵcou (1984), que estão desde muito tempo morando naquela localidade.

8. Os *Akan* são compostos de povos da África Ocidental que falam a língua *twi* e as suas variações. Essa etnia une *agnis, axantis, baulés, fântis* e *assas* pela cultura e pelas variações linguísticas. Esses povos ocupam regiões florestais e temperadas da região de Gana, Costa do Marfim, mas originalmente esses povos teriam migrado da Etiópia.

Em outras palavras, rompeu-se politicamente a partir do momento em que se construiu uma nova nação. Contudo, o rompimento não permitiu romper do ponto de vista econômico e social com a metrópole. Esse é um dos pontos que Tiken Jah Fakoly critica duramente a política historicamente conhecida por *Françafrique*: a relação mantida entre as ex-colônias e a metrópole onde a relação de dominação permanece por trás de contratos econômicos, sociais e militares. Tiken Jah Fakoly, na música de mesmo nome, fala que a política do *françafrique* é uma piada de "mal gosto" (*La politique França-África/C'est du blaguer tuer*) e explica porque:

> *Ils nous vendent des armes*
> *Pendant que nous battons*
> *Ils pillent nos richesses*
> *Et se disent* être *surpris de voir l'Afrique toujours en guerre*
> *Ils ont brûlé le Congo*
> *Enflammé l'Angola*
> *Ils ont ruiné le Gabon*
> *Ils ont brûlé Kinshasa*
> *Ils cautionnent la dictature*
> *Tout* ça *pour nous affamer*
> *Ils pillent nos richesses*
> *Pour nous enterrer vivants*
> *Ils ont brûlé le Congo*
> *Enflammé l'Angola*
> *Ils ont brûlé Kinshasa*
> *Ils ont brûlé le Rwanda* (FAKOLY, 1999)

O Estado francês durante o período de 1960 a 1980, se voltou tanto para suas ex-colônias, quanto para outros domínios coloniais procurando estabelecer entrepostos comerciais. A jovem nação da Costa do Marfim, sob o comando de Houphouët-Boigny foi do "céu ao inferno" nos últimos quartos do século XX. Com a independência, o "campo de batalha" de sobrevivência como nação foi ganho. Diferentemente de suas congêneres, a Costa do Marfim sofreu muito pouco com a instabilidade característica do momento. A situação de terra "arrasada" criticada por Fakoly com relação ao Congo (Brazzaville), Angola, Congo Kinshasa (também conhecido como Zaire), e Ruanda não se replicou imediata-

mente em Abidjan.

O cacau foi uma forte *commodities* explorada pela França e durante todo o período de 60 a 80, houve uma valorização desse produto que impulsionou a economia *ivoirien*. O cacau foi mais produzido na região centro-sul do país, juntamente com o café consolidou a região como um polo atrativo para a migração em busca de trabalho. A própria condição do país composição multiétnica na qual os cidadãos compartilham de vínculos com migrantes de outros países como Mali, Guiné, Togo, Burkina Faso, como no próprio território (DIALLO; OLIVEIRA; SILVA, 2024)

Essa situação permitiu a Houphouët-Boigny, que favorecesse ainda mais o polo de produção com políticas inclusivas e integracionistas desses povos imigrantes. Entre as décadas de 60 e 70, o efeito foi considerável ao ponto da produção agrícola ocupar boa parte do PIB. Mesmo após independente, a economia continuou a depender de capital estrangeiro. No "giro a direita" que Houphouët-Boigny dado na década de 50, pode-se manter relações comerciais com a França que mantiveram as relações coloniais, ou "neocoloniais" como definiria Kwame Nkrumah. Isso porque a França se colocou para a Costa do Marfim, como a garantidora das principais necessidades em setores estratégicos da jovem nação. A privação deles, ou mesmo de pessoas que auxiliassem a "reconstruir" a terra arrasada deixada pela experiência colonial. Isso coloca a França no controle do processo. E, diga-se de passagem, isso também permitiu aos países europeus e aos Estados Unidos, desestabilizarem governos política, social, econômica e militarmente.

A julgar por essa situação, a crise do capital ocorrida coma principal *commodities* entre o final dos anos 80 para 90, foi só mais um fator que levou a crise na Costa do Marfim. O fato da Costa do Marfim estar bem no centro daquilo que foi denominado como "Terceiro Mundo" (HOBSBAWM, 2014), pode-se dizer que o território *ivoirien* foi posto num contexto de disputa ideológica que corroborou com um forte intervencionismo francês não só nos setores econômicos. Houphouët-Boigny se manteve no poder construindo uma política centralizada no PCDI, com apoio das Forças Armadas. Mesmo que houvesse uma tentativa de integração econômica dos eixos norte e sul, ao aprofundar a crise, com aumento do desemprego e consequentemente, com a pauperização da produção (AKINDÉS, 2000; BAHI, 2013; DIALLO; OLIVEIRA; SILVA, 2024).

Esses fatores levaram a inúmeros protestos sociais durante os anos 90. A profunda recessão que passou a economia *ivoirien* em 1987 foi o gatilho para representantes das classes médias urbanas, estudantes, professores, funcionários públicos exigissem que o governo operasse com políticas públicas para resolver o problema. O governo adotou o *Programmes d'Ajustesment Structurel* (PAS), mas o desequilíbrio permaneceu. A situação chegou ao ponto de amplificar o fenômeno da pobreza que passou de 10% em 1985 para 36,8% em 1995. A pressão social em cima de Houphouët-Boigny a partir das manifestações em fevereiro de 1980 para se abrirem as eleições com participação pluripartidária (AKINDÉS, 2000; BAHI, 2013; DIALLO; OLIVEIRA; SILVA, 2024).

A primeira eleição com sistema pluripartidário teve dois candidatos: Laurent Gbagbo pelo *Front Populaire Ivoirien* (criado por um racha no PCDI em 1982, durante a vigência unipartidária) e Houphouët-Boigny pelo PCDI. O resultado consistiu na permanência de Houphouët-Boigny com pouco mais que 81% dos votos. O impacto do último governo do "cordeiro de Yamoussoukro" foi dar continuidade ao processo de pauperização da população *ivoirien* a partir do de um projeto liberal impactado pelo Consenso de Washington. Isto é, consistiu privatizações da infraestrutura estratégica, o que resultou no aprofundamento da crise, no desenvolvimento de crises intertribais, em retrocesso demográfico e aprofundamento da crise social com salutar contribuição do colonialismo. Esse foi o cenário que o jovem Moussa se deparou ao começar a sua trajetória como músico.

Tiken Jah Fakoly, Reggae, pan-africanismo, Rastafarianismo e tribalismo

Doumbia Moussa Fakoly nasceu em 23 de junho de 1968, na cidade de Odienné na região noroeste da Costa do Marfim. De origem étnica *malinké*, o jovem Doumbia cresceu num ambiente influenciado por sua cultura tribal proveniente dos mandês, como também sofreu forte influência religiosa, ao professar a fé muçulmana. Num primeiro momento, é importante destacar que o papel exercido por Fakoly como uma pessoa que desperta consciências não tem influência somente do Reggae. Nas entrevistas em que é perguntado sobre o porquê de manter uma pos-

tura bastante crítica sobre a forma real da política *ivoirien* defende que essa tendência de falar a verdade e de tentar formar consciência se dá por sua formação em meio aos *griots*. Esse termo se refere a pessoas que assumem a função de

> [...] artista, músico, contador de histórias, genealogistas, conselheiro de reis, o *griot* é, sobretudo, o personagem que vai mediar dota espécie de conflitos. A transmissão de conhecimento para a formação e educação da comunidade a que pertence também é outra característica importante no que se refere à sua atuação na sociedade (BERNAT, 2013, p. 53).

O *Griot*, no bambara/dioulá é chamado de *djéli* (ou *jéli*), é uma atividade passada de geração em geração, ou seja, é mantida hereditariamente por meio da oralidade. Fakoly reivindica a identidade *djéli* na música *Le descendent*, do seu primeiro álbum, o *Mangercratie*, como descrito à guisa da representação:

> Je suis Le Descendant de Fakoly
> Je ne sais pas où je vais mais je sais d'où je viens […]
> Mon premier ancêtre s'appelait Toubouré
> Toubouré a été suivi par Fandê
> Fandê a été suivi de Djé
> Djé a été suivi de Djessé
> Djessé a été suivi de Katélé
> Katélé a éte suivi par Soumankaly
> Soumankaly suivi par Yérélenko
> Yérélenko a été suivi par Fakoly Koumba Any Fakoly Daaba[9]

Ao construir sua linhagem ancestral, Fakoly atribui a si mesmo uma tarefa: de utilizar-se das palavras, mas não no sentido de "mediar conflitos". Pelo contrário, o uso da palavra se voltou para o despertar das consciências a partir da música. A formação cultural de Fakoly e a compreensão de mundo que emanou da forma como enxergava a realidade, fez com que o jovem de religião muçulmana se encantasse pelo Reggae,

9. Eu sou descendente de Fakoly/Não sei para onde vou, mas sei de onde venho/Meu primeiro ancestral se chama Toubouré/Touboré foi sucedido por Fandê/Fandê foi sucedido por Djé/Djé foi sucedido por Djessé/ Djessé foi sucedido por Katélé/Katélé foi sucedido por Soumankaly/Soumankaly foi sucedido por Yérélenko/ Yérélenko foi seguido por Fakoly Koumba Any Fakoly Daaba (Tradução nossa).

principalmente a partir de um personagem: Bob Marley. Em todas as entrevistas que concedeu, é central a figura do *reggaeman* jamaicano como uma influência na formação do futuro artista *ivoirien*. O encanto com o estilo musical tinha um forte problema social em virtude dos elementos políticos que compõem as reivindicações do rastafarianismo sobre o seu modo de vida e o uso da *ganja*.

Doumbia começa sua carreira como Tiken Jah após o falecimento do seu pai. A primeira banda em que tocou foi formada entre 1987 a 1990, chamada curiosamente de *Djelys* (acrônimo de *griot* em bambara). Permanecendo em Odienné, a *Djelys* teve o seu primeiro álbum publicado em cassete com mesmo nome. Em 1991, ele vai para Abidjan e lá participa de um concurso para a TV nacional. Naquele período, qualquer banda alavancava a partir do momento em que pudesse alcançar grandes holofotes pela televisão. A carreira toda foi construída para se manter distante do cenário de grande mídia com turnês e tocando em clubes. Ele afirma que o começo da carreira foi bastante complicado:

> No começo foi muito, muito difícil para mim porque vim de uma família muçulmana. Muitas pessoas daqui [da Costa do Marfim] pensam que os muçulmanos não devem cantar, porque isso poderia impedi-los de ir ao paraíso. Mas eu queria cantar. Por isso, quando a minha família me proibiu, lhes perguntei que outra coisa poderia fazer, pois não poderia voltar a escola definitivamente. Depois do falecimento do meu pai em 1987, nós não podíamos nos manter. O meu irmão mais velho queria que eu me tornasse comerciante. Me deu um pouco de dinheiro para começar. Comprei ovos na Costa do Marfim e os vendi em Guiné Conacri para comprar outros produtos que depois vendi no meu país. Fiz isso durante três anos, até 1999. Mas, ao mesmo tempo, sempre que tinha algum tempo livre, ensaiava em segredo, porque não podia dizer à minha família que ainda gostava de música. Não queria falar isso para eles (FAKOLY, 2010, tradução nossa).

Nesse sentido, a trajetória de Tiken Jah Fakoly como musicista só tomou contornos de sucesso após o seu primeiro álbum como solo, o *Mangercratie*. O álbum foi lançado em 1996 e se configurou como um sucesso do ponto de vista musical. A estrutura entre música e canção se mantém ativas nas 12 faixas do álbum a ponto de lhe conferir uma identidade. Sob a perspectiva musical, o *Reggae Roots*, praticado pela Jamai-

ca como um estilo musical "em diáspora", mantém uma característica própria: os ritmos da música são ditados por compassos que vão de 2 até 4 tempos com forte presença de instrumentos como o contrabaixo e as batidas da bateria que se impõem como elementos que se sobrepõem a escala de sons predispostas.

O estilo de Reggae pelo qual se notabilizou Tiken Jah recorre a uma voz rouca, de um baixo dissonante e um estilo musical muito próximo do pop. Como um elemento de timbre, é possível encontrar elementos da cultura mandê nas produções pelo uso de instrumentos característicos como o *Kora* (uma espécie de harpa-alaúde com 21 cordas), o *Djeli Ngoni* (que também é um alaúde com até 7 cordas), o *Balafon* (instrumento percursos do xilofone), por exemplo. Outro ponto que funcionará como identidade para suas músicas é o aspecto cancionista presente na ligação de letra e voz, que dão a consistência ao timbre alcançado. A esses ponto, a letra se coloca assaz potente: muitas vezes pronunciadas em dioulá/bambara, francês e inglês, Tiken Jah Fakoly combina uma linguagem que alcançará as massas discutindo sua realidade social e política através da denúncia ao colonialismo, ao racismo, ao tribalismo e todos os males que marcaram o nascimento da nova nação.

Fakoly viu de perto a crise sobre a qual se arrastou a Costa do Marfim em 1990. A morte de Houphouët-Boigny em 1993 aprofundou a crise e o seu substituto, Henri Konan Bedié (1934-2023) não cessou a crise. Ela se intensificou a partir do conceito de *ivoirité*. Com a crise econômica, pauperização e um ambiente caótico, alguns "intelectuais orgânicos" do colonialismo se utilizaram de elementos ideológicos para encontrar os "culpados" daquela situação. O ambiente favorável para os migrantes, se tornou desfavorável a partir do momento em que se passou construir uma lei de cunho xenófobo que denunciava os imigrantes como "falsos marfinenses". Isso causou uma profunda divisão na sociedade *ivoirien* que passou a desenvolver práticas xenofóbicas que acabaram desembocando em distinções tanto étnicas quanto religiosas (AKINDÉS, 2000; BAHI, 2013; DIALLO; OLIVEIRA; SILVA, 2024).

"Nascer na África e não reagir aquilo que se vê diariamente é praticamente impossível" (FAKOLY, 2008), é com essas palavras que Fakoly responde quando questionado sobre enxergar a situação social. Ele tomou a realidade daquele momento e refletiu na música: suas composi-

ções, tanto em seu fazer musical, quanto em suas letras, tem a função de representar a sociedade *ivoirien* e, sobretudo, africana. Fakoly, por exemplo, na política da *ivoirité* um problema político gigantesco. Em *Mangercratie*, escrito e gravado durante a crise que se instaurara sob controle de Bedié e das Forças Armadas *ivoirien*, Fakoly canta, em *plus jamais* ça, um protesto. Fez a população um pedido de "pare". Parar para "nunca mais fazer asneira". Mas, com relação ao quê? A segregação operada pela manutenção do conceito de *ivoirité* como um critério racial e religioso de instaurar a diferença entre os *ivoiriens*:

> Quand ça commence et que tu change de camp tu deviens
> automatikema libérien ou bien ghanéen sinon on t'appelle le
> burkinabé tout simplement parce que t'as changé de camp
> Plus jamais ça on a déconné (2x)
> Quand ça commence et que tu changes de camp tu deviens automatikema le dianimambo oui le "persona non grata"
> Parce que tu as changé de camp
> Plus jamais ça on a déconné (2x)
> Mais pourquoi casser nos acquis
> Mais pourquoi reprimer les citoyens
> Au nom de quelle politique faut-il détruire
> Au nom de quelle politique faut-il diviser mon peuple on a déconné (FAKOLY, 1996)[10]

Nesse trecho, Fakoly considera uma política equivocada (para não utilizar outro termo) a divisão operada pelo termo *ivoirité*. Ao questionar "*tout simplement parce que t'as changé de camp*", ele realmente perguntou aos seus ouvintes se realmente eles querem se colocar do outro lado, se realmente querem abraçar a ideia nacionalista que separa o país. Sobre se "colocar do outro lado", parte da premissa de divisão regional e religiosa operada pelo conceito: o Sul, cristão, moderno, "realmente *ivoirien*" e o Norte, atrasado, muçulmano e fruto da migração (burqui-

10. Quando começamos a mudar de lado, passamos a ser um liberiano ou um ganês autot maticamente/caso contrário chamamos-lhes de burquinabês/ simplesmente mudamos de lado/ Nunca mais (fizemos asneira) 2x/ Quando você começa a mudar de lado, tornas-te automaticamente o dianimambo, sim, uma *persona non grata*/ por que você mudou de lado?/Nunca mais (fizemos asneira) 2x/ Mas por que quebrar os nossos ganhos?/Mas por que reprimir os cidadãos?/Em nome de que política devemos destruir/ Em nome de que política devemos dividir o povo? Estragamos tudo! (tradução nossa).

nabês, malineses, guineenses). Fakoly convoca seus ouvintes para a reflexão, principalmente a geração mais jovem que estava nas ruas, mas plenamente pela ideologia oriunda do colonialismo renitente.

Fakoly, em entrevista, expôs que não se identificou com o conceito de *ivoirité*. Filho de migrantes malineses e burquinabês e ainda por cima muçulmano professo, Fakoly encontra-se no estereótipo difundido por políticos comprometidos com o colonialismo na Costa do Marfim. Uma vez entrevistado, Fakoly afirmou que o país em que vive foi construído por todos, e sua referência vai do Mali, Guiné, Burkina Faso, Benin, Togo, etc. "gente vinda das mais diversas partes para nos ajudar a construir a nossa nação" e continua: "A unidade da África é a única solução para desenvolver o continente" (FAKOLY, 2016). Ele mesmo já chegou a dizer que não se sentia um *ivoirien*, devido às suas raízes, no entanto, se sentia africano. Fakoly, do ponto de vista político, toma o pan-americanismo como uma ideologia norteadora das suas canções quanto dos seus pensamentos.

Vejamos, a letra, por exemplo, de *Afrika*. Nessa música, o *reggaeman* afirma o seguinte: "*I know their system/ is a plot Against my people/ but if Jah is for us/ nobody can be aganist us/ if Jah is for my people/ I don't know who can try who can try to be ennemi/ my Afrika wants to be free*" (FAKOLY, 1996). Nessa letra, podemos destacar alguns pontos: primeiramente, a ideia de união africana defendida pelo pan-africanismo e em segundo lugar, o rastafarianismo pelas referências à figura de Jah. Fakoly se define como pan-africanista porque ele vê na luta pan-africanista um norte ideológico para construir a sua luta. A definição de "pan-africanismo" historicamente sobreposta parte da contribuição de autores negros de língua inglesa nos Estados Unidos e nas Antilhas. A questão se colocou sobre a "herança africana" no que diz à condição da identidade cultural do negro em diáspora (GILROY, 2001; MUNANGA, 2016).

No entanto, em que sentido, Tiken Jah Fakoly expressa o seu "pan-africanismo"? Vamos nos deter sobre esse ponto. Na entrevista *El pulso de África* (2008), ele foi questionado se o pan-africanismo poderia ser considerado uma "resposta política" à dependência derivada do projeto político colonial em África. Ele responde que a Costa do Marfim é o exemplo mais concreto da política colonial proposta contra a população ocidental da África. A separação operada pela manutenção ideológica e

política do conceito de *ivoirité* é um dos artifícios ideológicos que tenta dividir a população para tomar conta da riqueza de recursos naturais da Costa do Marfim. Nesse sentido, ele conclui o seguinte:

> Para que a África mantenha uma posição forte frente ao saque de nossas riquezas, é necessário que os africanos falem com uma só voz. O "Ocidente" pode enfrentar um país, mas não a todo o continente. Lamentavelmente, oitenta porcento dos governantes africanos não foram eleitos democraticamente. Essa falta de representatividade dos nossos políticos faz com que a união dos países africanos não seja uma solução que poderíamos contar a curto prazo; se não eles não possuem legitimidade no interior dos seus países, dificilmente vão poder dirigir-se ao restante dos africanos para pleitear a unidade africana (idem, p. 124. Tradução nossa).

Em outros termos, Fakoly expressa o "pan-africanismo" em outro sentido. No sentido, próximo à perspectiva da União Africana, defendida por Fanon. No entanto, é importante comentar que a leitura que Fakoly realiza sobre a função social do termo agrega tanto o sentido imposto no contexto americano. Não custa lembrar que o *Reggae* originalmente mantém suas raízes na cultura jamaicana. Afinal, o ritmo é a expressão artística do movimento pan-africano que se baseou na influência política e ideológica de Marcus Garvey, o que acabou por se configurar num credo religioso: o rastafarianismo. Na letra de *Afrika*, existe uma menção à Jah (*but if Jah is for us,* mas se Jah é por nós) não é à toa: a inspiração musical de Fakoly comungou de forte influência do movimento *Rastafari*.

No entanto, seja importante dizer que Fakoly não tomou o rastafarianismo como uma crença religiosa, mas sim como uma crença política. Ele professou o credo na religião muçulmana e professa como deus, *Allah* e, não, Tafari Makonnen, também conhecido como Haile Selassié I, o *Ras Tafari*. O rastafarianismo surge nos *ghettos* jamaicanos como uma religião que mantém na sua estrutura de ser uma forte ligação com a África sob a condição em diáspora. Para os *Rastas*, Marcus Garvey seria um dos profetas do credo que professava o retorno à terra prometida, à "Judá" dos africanos, a Etiópia. A crença combina elementos políticos, religiosos e ideológicos do cristianismo e do judaísmo para todos os jamaicanos que abraçaram plenamente o rastafarianismo.

Fakoly defende que o rastafarianismo é um norte político para a expressão do seu *Afroreggae*. Não se trata de um credo. Fakoly enxerga a Etiópia como um país africano no grande ideal de união que ele enxerga como prognóstico futuro. A leitura de livros sobre os *Rastas* não o fizeram repensar a sua religião. Para ele, o "movimento Rasta" é a expressão política da luta contra a injustiça, escravidão e o colonialismo visando o futuro da história africana. Talvez, a proximidade com a Etiópia entre as notícias que ecoavam do mundo afora não encorajavam Fakoly na crença em Selassié. A Etiópia, não diferentemente da Costa do Marfim: golpes militares em 1961 pela Guarda Imperial, e depois de uma convulsão social em 1973 influenciada pelos movimentos sociais colocara o "estado proto-feudal" a ponto de rompimento, o que gerou o golpe de 1974 que culminou na prisão de Hailé Selassié (VISENTINI; *Et Al.*, 2022).

Desse modo, Tiken Jah Fakoly seguiu um caminho próprio na construção do seu *afroreggae*. Ele construiu (e ainda constrói) um patrimônio para compreensão da sua própria história ao mesmo tempo, em que contribui para entendermos a História da Costa do Marfim. O estudo de música nos possibilita alçar um profundo voo sobre a história, principalmente quando podemos assim adentrar a questões políticas tão distantes de nós. Fakoly, com suas contribuições musicais, deixa uma profunda contribuição cultural. Perfeitamente alinhada com a sua base, enquanto um herdeiro de *griot* e como um *reggaeman* seguidor da tradição crítica de Bob Marley.

Referências

AKINDÈS, F. Inégalités sociales et régulation politique en Côte d'Ivoire. La paupérisation en Côte d'Ivoire est-elle réversible ? **Politique africaine**, v. 78, n. 2, p. 126–141, 2000. Disponível em : https://www.cairn.info/revue-politique-africaine-2000-2-page-126.htm.

BAHI, AGHI. **L'ivoirité mouvementée: jeunes, medias et politique en** Côte d'**Ivoire**. Bamenda: Langaa Research & Publishing, 2013.

CASTELLANO DA SILVA, I.; DE OLIVEIRA, L. K.; DIALLO, M. A. A crise da Costa do Marfim: a desconstrução do projeto nacional e o neo-

-intervencionismo francês. **Conjuntura Austral**, v. 2, n. 6, p. Pág. 4–32, 2011. Disponível em: https://seer.ufrgs.br/index.php/ConjunturaAustral/article/view/20643. Acesso em: 21 jul. 2024.

CHASIN, José. **Marx**: estatuto ontológico e resolução metodológica. São Paulo: Boitempo, 2009.

FAKOLY, Tiken Jah. El pulso de África. Entrevista concedida a Isidro Lopez. **Minerva**: Revista del círculo de Bellas Artes, n. 7, p. 122–125, 2008. Disponível: https://cbamadrid.es/revistaminerva/articulo.php?id=236

_____. **Mangercratie**. Paris: Barclay, 1996. Disponível em: https://youtu.be/6_u3c2Kmx_g?si=yb7Sud0REE-NhzzI. Acesso em 1 jun. 2016.

_____. **Tiken Jah Fakoly, l'exil forcé du chanteur ivoirien**. , fev. 2003. Disponível em: <https://doi.org/10.3406/homig.2003.3959>

_____. **Interview: Tiken Jah Fakoly in Bamako, Mali (part 1)**. , 2010. Disponível em: <https://unitedreggae.com/articles/n466/102810/interview-tiken-jah-fakoly-in-bamako-mali-part-1>. Acesso em: 8 jul. 2024

_____. **Plus jamais** ça, Paris: Barclay, 1996. Disponível em: https://youtu.be/HDTueJT8Qys?si=E3f-dJ3Vfe2IPwEe

_____. **Plus rien ne m'etonne**. , 2004. Disponível em: <https://youtu.be/6_u3c2Kmx_g?si=yb7Sud0REE-NhzzI .>. Acesso em: 1 jun. 2016.

_____. PAPO IRIE. **Entrevista a Tiken Jah Fakoly (Rototom, 2016)**. , 2016. Disponível em: <http://www.reggae.es/2017/03/27/entrevista-a-tiken-jah-fakoly-rototom-2016/>. Acesso em: 8 jul. 2024

_____. **Tiken Jah Fakoly: se he de morir por África, estoy preparado.** , 23 out. 2016. Disponível em: <https://www.cannabis.es/pw/2015/10/23/tiken-jah-fakoly/>. Acesso em: 8 jul. 2024.

_____. **Plus rien ne m'etonne**. Paris: Barclay, 2016. Disponível em: https://youtu.be/6_u3c2Kmx_g?si=yb7Sud0REE-NhzzI . Acesso em 1 jun. 2016.

FANON, Frantz. **Os condenados da terra**. Trad. Lígia Fonseca Ferreira; Regina Salgado Campos. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

GILROY, Paul. **O Atlântico Negro: modernidade e dupla consciência**. Rio de Janeiro: Editora 34; Universidade Candido Mendes; Centro de Estudos Afro-Asiáticos, 2001.

HOBSBAWM, Eric J. **Era dos extremos**: o breve século XX, 1914–1991. Trad. Marcos Santarrita. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.

LOUCOU, Jean-Noël. **Histoire de la** Côte D'**Ivoire:** la formation des peuples. Tomo 1. DEDA: Abidjan, 1984.

MAZRUI, Ali. A.; WONDJI, Christophe. **História geral da África**. v. VIII. Trad. Luis Hernan de Almeida Prado Mendoza. Brasília: UNESCO, 2010.

MORAES, José Geraldo Vinci de. História e música: canção popular e conhecimento histórico. **Revista Brasileira de História**. 2000, v. 20, n. 39. Acesso em 01 novembro 2023, pp. 203–221. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0102-01882000000100009>.

MUNANGA, Kabengele. Pan-africanismo, negritude e teatro experimental do negro. **Ilha Revista de Antropologia**, Florianópolis, v. 18, n. 1, p. 109–122, 2016. DOI: 10.5007/2175-8034.2016v18n1p109. Disponível em: https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/2175-8034.2016v18n1p109. Acesso em: 12 jul. 2024.

NKRUMAH, Kwame. **Neocolonialismo**: último estágio do Imperialismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

SCHUMANN, Anne. Music at war: reggae musicians as political actors in the Ivoirian crisis. **Jounal of African Cultural Studies**, v. 27, n. 3, p. 342–355. Disponível em: ttp://dx.doi.org/10.1080/136915.2015.1028027.

RODNEY, Walter. **Como a Europa subdesenvolveu a África**. Lisboa: Seara Nova, 1975.

VISENTINI, Paulo Fagundes; *et al.* **Revoluções e regimes marxistas**: rupturas, experiências e impacto internacional. 2. ed. Porto Alegre: Leitura XXI; Nerint; UFRGS, 2022.

WALLERSTEIN, Immanuel. **Após o liberalismo** : em busca da reconstrução do mundo. Petrópolis: Vozes, 2002.

WISNIK, José Miguel. **O som e o sentido**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

"STRIKE A POSE!": O BALLROOM COMO UMA EXPRESSÃO DA COMUNIDADE LGBTQIA+

Luiz Gustavo Oliveira Rodrigues[1]

Introdução

Desde o início do movimento LGBTQIA nos anos 1960-1970 nos Estados Unidos, a cena urbana era marcada pelas práticas heteronormativas até mesmo dentro da dita "comunidade". As pessoas mais diferentes não eram inseridas nestes ambientes de relações homoafetivas nos Estados Unidos.

> O voguing e as demais categorias de performance das balls podem ser entendidas em sua origem como um estudo profundo da codificação social hetero e cisnormativas dos corpos em nossa sociedade euro e brancocentrada, que, apesar das especificidades, guarda muitas semelhanças com a sociedade americana. [...] O gesto que a ballroom produz é uma espécie de agenciamento coletivo de desnaturalização das técnicas corporais em uma lente de gênero e sexualidade, mas não só: um estudo sobre performatividades dominantes (normativas) de classe, gênero, raça e sexualidade. (REIS, 2021, p. 3)

Algo que deixa marcado para o início do movimento vogue, ou house, no qual esses corpos excluídos dos espaços dedicados aos homossexuais da época se encontravam em espaços fundados com um fator comum: a dor da exclusão, essa exclusão seria a força para expressar a dor através da dança e da música, esses lugares se chamavam haus ou

1. Graduande em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Piauí - UFPI, E-mail: luizgor16@ufpi.edu.br

house, casas que acolhiam e funcionam como diz a sua tradução literal, uma casa.

Tim Lawrence (2011) desenvolve uma história através da sua introdução: *'Listen, and you will hear all the houses that walked there before': A history of drag balls, houses and the culture of voguing*[2] sobre o que sucedeu a cultura de ballrooms drags, ele cita que essa cultura surgiu alinhada à pautas raciais nos anos 1960, já em 1972 ocorre organizações dessas balls, mas se popularizam em peso a partir dos anos 1980.

Essa diversidade da cena voguing dentro das casas contava com homossexuais considerados afeminados – algo rejeitado pela heteronormatividade branca de Stonewall, dragqueens, travestis, transsexuais, mulheres e outras identidades fora do binarismo. As casas eram não apenas espaços para celebração, mas de fato casas, um lugar no qual existia uma figura mais materna que acolhia as mais diversas pessoas ali, como:

> Dentro dessas casas havia-se um sistema com uma mãe (mother), que adotava filhas, aqui nessa época populariza-se as drag queens, mas também transexuais e travestis, onde performavam nessas houses, em noite de balls (bailes), onde competiam em performances. Nas manifestações iniciais da Ballroom, as primeiras casas produziam bailes à fantasia que ocorriam no bairro do Harlem, nos quais as Drag Queens performaram, competiam e, ao mesmo tempo, acolhiam (SANTOS, 2018). (DA SILVA, 2023, p. 12)

Essas casas antigamente poderiam ser casas de apoio como um lugar de reunião da comunidade ou de fato lugares que acolhiam pessoas, hoje em dia é mais comum apenas serem espaços para os encontros das ballrooms, já que casas de apoio e acolhimento no Brasil se tornaram uma questão maior para políticas públicas, desde que:

> A atual visibilidade das minorias sexuais e a revelação cada vez mais precoce de identidades sexuais e de gênero resultam com frequência na expulsão de jovens de casa. A ruptura ocorre antes de sua emancipação financeira, o que os põe em situação de vulnerabilidade. (VICK, 2023)

2. "'Escute, e você irá ouvir todas as casas que já caminharam aqui antes': Uma história de balls drags, houses e a cultura do voguing" introdução do livro "Voguing and the Gay Ballroom Scene of New York City, 1989-92."

Se então nesses espaços se popularizaram ao redor dos guetos nova iorquinos, com o tempo esse movimento se popularizou também através da música, como na música "Vogue" (1990) de Madonna:

> Esse modo exibicionista, audacioso e contraventor da dança vogue, aparece em 1990 na canção, coreografia e videoclipe vogue da cantora pop Madonna. A letra da canção convida para dançar vogue e atenta para possíveis formas de perceber o que e como vemos (What are you looking at?); perceber o contexto onde estamos (Look around); usar a imaginação (All you need is your own imagination, so use it); valorizar as diferenças para além das convenções de raça e gênero (It makes no difference, if you're black or white, if you're a boy or a girl); sentir-nos bonitos como somos, como superstars (Beauty's where you find it. You're a superstar); dançar (Let your body move to the music. Let your body go with to the flow); fazer pose, se posicionar (Strike a pose). A letra da canção Vogue parece jogar com os sentidos do termo vogue que, em inglês, pode significar a dança vogue, moda, pose e, ainda, aquilo que está em voga, que é popular. (BERTE, 2014, p. 71)

Para um exemplo mais recente, a cantora norte-americana se baseia na influência ballroom norte-americana em seu álbum "Renaissance" (2022). Além disso, a dança vogue tinha modalidades de dança que expressam justamente formas de dizer algo, como a feminilidade e masculinidade, o deboche, e enfim. As melhores se destacavam nessas comemorações nas houses, e as mesmas começaram a ser algo sempre presente nessas balls, como:

> Em 1970 já existiam as categorias, porém estas não tinham a função e complexidade dos dias atuais. Havia uma categoria chamada Butch Mod Face, na qual a pessoa inserida na competição teria que mostrar aos jurades que era machone e masculine, que se vestia bem, que tinha postura de modelo e também exibia um belo rosto. Já no início dos anos de 1980, a categoria em questão foi separada em três categorias: Butch Realness, Models Effect e Face. As categorias seguiram se subdividindo e multiplicando (LAWRENCE, 2011). (DA SILVA, 2023, p. 17)

Após 2020, a cultura ballroom cresce, tanto pelo isolamento social quanto pela popularização desse movimento como protesto cultural e espaço para a manifestação da diferença e expressão do corpo. Como por

exemplo, na série "Pose" (2018-2021) fala sobre as transexuais e travestis nos anos 1980 em Nova Iorque, que foram expulsas e estão vivendo o nascimento dos bailes voguing. Nisso, as obras audiovisuais se tornam um exemplo de conquista de espaço, a obra contava com atores e atrizes transsexuais, a série tinha uma base que contava com uma justificativa e participação dessa comunidade que construiu a história que era contada na série. Como a seguinte citação exemplifica bem o sistema dessas casas, que a série traz como cenário:

> A estrutura dos ballrooms (salões de baile), como pontua Santos (2018), se baseia em três conceitos: o sistema de gênero, a estrutura de parentesco (houses) e os eventos de competição (balls). As houses constituíam família para aqueles participantes, que defendiam seu legado nos balls, é nesse momento que surgem as principais e mais populares houses da Cultura Ballroom que conhecemos atualmente, se consolidando como mainstream houses (FELIPE, 2022, p. 10)

Discussão

Com esses exemplos citados acima de como o ballroom deixa as ruas e entram também na cultura social como movimento, no Brasil não é diferente, apesar das primeiras houses serem vistas durante os anos 2000-2010, e se popularizarem mais fortemente durante a década de 2020. "No Brasil a curiosidade por essa dança/cultura, Voguing/Ballroom, foi despertada a partir dos anos 2000, por meio do surgimento des pioneires." (DA SILVA, 2023, p. 23)

Esse trecho destaca o desenvolvimento dessa cultura e a forma como algo que surgiu em outro país chega a uma determinada comunidade de outra nação. Podemos dizer então que o vogue é algo que cresce aos poucos no Brasil, mas que se torna muito importante graças às primeiras pessoas que tiveram contato com isso, e decidiram então fazer disso algo que faça parte de suas vidas, seja por vontade própria ou apenas consequência do que a vida levou até elas. Chatzipapatheodoridis (2017) cita que o desenvolvimento de ligações entre pessoas da comunidade é algo que se consolidou muito dessa parte, podendo elas ser públicas ou privadas.

Essas relações demonstram, como citado durante o texto, que haviam nessas casas sistemas de relações que o afeto presenciava. Um afe-

to que, em situações de violência familiar e social, não se fazia presente, e justamente daí as mothers ou até mesmo, fathers, estão ali para acolher e apoiar essas pessoas que eram excluídas. Vale destacar que essas pessoas que eram vistas como a figura líder desses espaços já haviam experienciado situações semelhantes das pessoas vulneráveis que procuram as houses.

Dentro disso, partimos para o Brasil, para o desenvolvimento deste artigo, se baseia no Trabalho de Conclusão de Curso de graduação em Dança na Universidade Federal de Pernambuco de autoria de Isabelle Beatriz Lucena da Silva, intitulado da seguinte forma pela autora: "As implicações da dança Voguing na vida de corporeidades inseridas na cultura Ballroom Norte e Nordeste", apresentado em 2023.

Em primeiro ponto, foi necessária a contextualização do que o trabalho dela trata, então achei necessário tomar seu trabalho para questionar: de que forma a cultura ballroom existe no nordeste? E qual a importância de seu trabalho no âmbito acadêmico? Como podemos utilizar seu trabalho como fonte metodológica de pesquisa na historiografia?

Afinal, essa cultura foi inicialmente muito forte na região sudeste, mas no nordeste então se torna uma questão de grande interesse de pesquisa pois é uma região muito forte de diversidade. Apesar da autora abordar também a região norte, ambas as regiões são bastante negligenciadas em relação às pesquisas sobre uma História que aborde as questões de gênero, e digo especificamente sobre as não binarismos, e ainda mais detalhado que são as drag queens, travestis e transsexuais em um recortre temporal pós-pandemia.

> Dessa forma, este trabalho se origina com o propósito de trazer mais visibilidade para as duas regiões, constituindo-se como um legado sobre como se iniciou a Cultura Ballroom em cada estado, de forma a fomentar sua inserção no mundo acadêmico, o que, consequentemente, envolve valorizar corpos periféricos e excluídos pela sociedade, negres e LGBTQIA+, no universo formal de ensino. Desta forma, escrever sobre esses assuntos, significa um ato político. (DA SILVA, 2023, p. 36)

A autora também tem uma metodologia muito importante e interessante: a história oral. A história oral se torna um método indispensável quando se está disponível para entender e pesquisar narrativas e

visões que socialmente não são tão aceitas, e que nem sempre tiveram a oportunidade de ter suas memórias relatadas e registradas para que não fossem esquecidas.

> Por meio da compreensão da historicidade e do quão é importante a cultura Ballroom para a construção de uma representatividade para corpos marginalizados pela sociedade, é indispensável a disseminação tanto do discurso quanto de ambientes que incluam e incentivem essas pessoas. Através desta pesquisa, buscamos compreender como a dança Voguing e a cultura Ballroom podem acolher e transformar vidas. Outro objetivo do trabalho foi colaborar com a construção formal de uma historicidade para a cultura Ballroom nas regiões Norte e Nordeste do Brasil. (DA SILVA, 2023, p. 36)

Vale destacar também sobre as questões capitalistas que levam o movimento a ser comercializado, é uma necessidade ver em amplitude social e cultural um elemento que surge ainda no final do século XX, e como isso reflete o pós pandemia ocidental da comercialização do movimento LGBTQIA+ para a indústria fonográfica entre 2020-2024. Afinal o ballroom surgiu e influenciou diversas vidas e o movimento artística, mas relembrando uma das causas do surgimento dessas haus que:

> Em um ambiente sociocultural (New York, 1980) em que os heterossexuais e brancos podiam fazer tudo enquanto os gays deviam controlar como se vestiam, falavam e se portavam, a ball culture forjava espaços em que os participantes podiam ser o que quisessem, mostrar sua elegância, sedução, beleza, habilidades e conhecimentos. Temporariamente, podiam se mostrar e se expressar sem correr o risco de serem criticados, questionados e humilhados. (BERTE, 2014, p. 70)

Durante o seu trabalho, Da Silva destaca bastante as pessoas que fizeram parte dessas entrevistas, de onde elas são, e como são essas pessoas. Todas são LGBTQIA+, no qual falam sobre as suas trajetórias de vida e como esses caminhos tortuosos levaram para as haus de ballroom, Haus que desafiam o sistema de uma maneira que incomode as linearidades e conformidades sociais dos papéis de gênero, como:

> O gesto que a ballroom produz é uma espécie de agenciamento coletivo de desnaturalização das técnicas corporais em uma lente de gênero e se-

> xualidade, mas não só: um estudo sobre performatividades dominantes (normativas) de classe, gênero, raça e sexualidade. (REIS, 2021, p. 3)

Como citado anteriormente, a autora traz consigo uma prática metodológica que é utilizada principalmente em pesquisas de viés social. A história oral como um recurso de construção desse trabalho é muito interessante aqui pois justamente o que se vê são pessoas que nem sempre tiveram uma chance de explicar e o que expiram elas a continuarem batalhando ali. "A partir das informações compartilhadas peles entrevistades, por meio do questionário realizado de forma remota, é possível constatar que esta cultura/comunidade vai muito além de um espaço de divertimento e acolhimento." (DA SILVA, 2023, p. 36).

A violência social sofrida por elas se torna um ponto base do desenvolvimento de suas narrativas. "A memória contém incomensuráveis potencialidades, destacando-se o fato de trazer consigo a forte marca dos elementos fundadores, além dos elos que conformam as identidades e as relações de poder." (DELGADO, 2009, p. 18). Entrevistar essas pessoas é uma forma de lhes dar voz e colocar alguma luz nelas para serem enxergadas até mesmo dentro da academia, mas também socialmente.

Não somente para relatar e refletir num contexto de atualidade, mas também buscar construir uma narrativa na qual se posicione e questione como se deu esse desenvolvimento de uma História LGBTQIA+ que muitas vezes é relatada de uma forma linear e inclusiva, sendo que é ao contrário, a própria comunidade não era unida em seu nascimento, e muito excludente, então justifica-se também a minha necessidade de se discutir e introduzir uma História e Gênero que reflita sobre como o passado dos anos 80 na América do Norte reflete todo o futuro que se desenrolou e se relaciona com muitas vidas pessoais de pessoas que fazem parte da comunidade LGBTQIA+.

Também analisar o impacto nas pessoas entrevistadas por Beatriz e o impacto delas, não somente se conectar ao que aconteceu lá fora e voltar a olhar o que aconteceu aqui dentro,, mas buscar olhar o que aconteceu dentro do Brasil também para que haja um relacionamento. Em meu ver não há sentido em trazer o que aconteceu lá fora para se não há como relacionar o que isso resultou em um âmbito nacional, trazer o que fez parte de um desenvolvimento de identidades brasileiras é a maior forma

de ver uma manifestação cultural que veio de fora e como isso impacta a diversidade.

Muito da contribuição historiográfica desse trabalho de Isabelle Beatriz pode se encontrar como uma importante fonte para a História do Tempo Presente, linha de pesquisa presente na historiografia na qual desenvolve um enfoque na História atual do mundo, com figuras de pessoas e influências que se fazem muito presentes nas nossas vidas, seja elas do nosso dia a dia ou não, a proximidade que essa linha traz para o pesquisador e para seu leitor é justamente como tudo é muito próximo. O historiador é:

> [...] Pois o único que pode superar a descontinuidade fundamental que costuma existir entre o aparato intelectual, afetivo e psíquico do historiador e o dos homens e mulheres cuja história ele escreve. Para os historiadores dos tempos consumados, o conhecimento histórico é sempre uma difícil operação de tradução, sempre uma tentativa paradoxal: manifestar sobre o modo de equivalência um afastamento irredutível. Para o historiador do tempo presente, parece infinitamente menor a distância entre a compreensão que ele tem de si mesmo e a dos atores históricos, modestos ou ilustres, cujas maneiras de sentir e de pensar ele reconstrói. (CHARTIER, 2006, p. 215)

Isso acaba sendo um problema às vezes quando se trata de uma História para a leitura pública, uma leitura por parte de pessoas que não fazem parte e não são acostumadas com a escrita historiográfica que varia e se torna cada vez mais rebuscada e acadêmica. Então a História do Tempo Presente recorre muito para a História Oral, algo utilizado demais na História Social quando essa ia tratar sobre a história vista de baixo, que é quando uma narrativa pode ser analisada a partir de pessoas comuns.

Então a História Oral e o Tempo Presente são uma combinação de grande enriquecimento que o trabalho traz, apesar da autora não ter formação na área de História, seu trabalho tem práticas bastante historiográficas, então:

> A emergência da história do século XX com um novo estatuto, definido por alguns como a história do tempo presente, portanto, como portadora da singularidade de conviver com testemunhos vivos que, sob certo aspecto, condicionam o trabalho do historiador, coloca obrigatoriamen-

> te em foco os depoimentos orais. Além disso, as próprias transformações das sociedades modernas e as consequentes mudanças no conteúdo dos arquivos, que cada vez mais passam a dispor de registros sonoros e visuais, impulsionam a tendência a uma revisão do papel das fontes escritas, visuais e orais. (FERREIRA, 2012, p. 177)

Afinal é um trabalho que combina a história de minorias com algo que se originou fora do Brasil, e como isso formou vidas no Norte e Nordeste brasileiro, e como isso foi afetado também pela pandemia de 2020, e ainda mais: entrevistando e tendo a nuance de expor pontos fracos sociais que essas pessoas sofrem ao serem marginalizadas por justamente não seguirem as normas sociais binarismos do capitalismo.

Uma narrativa para que não somente se o movimento ballroom, mas no movimento LGBTQIA+ e as suas histórias que se deram na metade do século XX e resultaram nesse desenvolvimento social e os elementos que contribuíram para a construção desse mundo no qual existe uma necessidade de representação não como espaço de respeito e histórico cultural mas como uma figura de comercialização e atração para a aceitação e consumo deste elemento da diversidade pela sociedade, por exemplo. Como cita Chatzipapatheodoridis (2017), "No entanto, a sua linguagem apelativa às massas corre o risco de nivelar ou, pior, apagar as nuances da luta de classes que originalmente a trouxeram à formação. Como mencionado acima, as Casas são criadas agora apenas como produtoras".[3]

Conclusão

Então, o nascimento de várias vertentes que surgem da dança vogue, e como as vertentes de representação, identidade e realidade se tornam questões que se misturam e podem ser olhadas separadamente para construir essa visão como um completo. Como:

> Sobre o Voguing, é falado entre os grupos de pessoas inseridos nesta cultura, a respeito de várias versões sobre o seu surgimento. Uma dessas versões afirma que, nas celas da prisão de Rikers Island, em Nova York, gays negres estavam preses devido à perseguição policial nos bares

3. "However, its mass-appealing language risks flattening out or, worse, erasi class-struggle nuances that originally brought it into formation. As mentioned above, Houses are even created now solely as production companies", tradução direta.

> e boates da cidade e, nessa situação, tinham acesso à leitura de apenas dois títulos de revista: Playboy ou Vogue. Narra a hipótese, que essas pessoas reproduziam em seus corpos as poses das modelos das revistas, "batalhando" entre si e, posteriormente, quando livres, inseriram os movimentos nos bailes, criando uma sequência de movimentos que se transformou em dança. (DA SILVA, 2023, p. 21)

Judith Butler. Penso então que para analisar as questões de gênero não somente como uma questão de protestos desses corpos como expressões do movimento, também pensar em uma maneira de justamente tentar entender através das suas manifestações de gênero para como se deram as lutas, motivações e reflexões dessas personalidades e sua coletividade. Reis ainda destaca que para Butler e sua questão sobre gênero dentro da arte drag Queen de ballroom que:

> A performatividade do gênero é uma forma de pensar como todas as marcações sociais não são meramente diagnósticos de diferenças corporais pré-existentes, mas pelo contrário, essas diferenças são também resultado de um constante treino e repetição de padrões corporais e cognitivos. (REIS, 2021, p. 5)

Butler ainda discorre em outra conclusão, na qual também entra bastante no ballroom e nas questões de gênero, como essas expressões são escolhas da pessoa quando se encontram com suas relações e identidades, pensando então em sua principal linha de desenvolvimento da teoria queer que:

> O gênero e o sexo são, portanto, efeitos, e não os fundamentos da sexualidade. O sujeito e seu gênero é o resultado dos atos performáticos tanto de nomeação ("sou homem, sou mulher") como de comportamentos ("um homem age dessa maneira, uma mulher age de outra maneira") que ajudam a estabilizar provisoriamente a identificação com um ou outro sexo criando uma ilusão de unidade e estabilidade entre corpo, desejo, sexualidade, orientação sexual e práticas sexuadas. (DE TILIO, 2014, p. 139)

Não apenas se limitando a isso, mas retomando sobre como as categorias existentes nos shows que ocorriam dentro dessas Houses continham um público diverso que tentava expressar através de seu corpo maneiras artísticas que não expressam no dia a dia, é capaz relacionar o desenvolvi-

mento do ponto de vista de Butler com o de Tara Susman:

> "Estas categorias são tratadas como essenciais, mesmo que confirmem intrinsecamente a construção do género. Tais violações de categoria podem ser enfrentadas com debates apaixonados e quase violentos. Por outro lado, um indivíduo pode fazer uma mudança de gênero e as definições de categoria mudam lentamente" (SUSMAN, 2000, p. 119)

Podemos concluir então que o artigo discutiu a importância do trabalho de Isabelle Beatriz Lucena da Silva para a fomentação dos estudos sobre História e Gênero, especificamente sobre a História Queer, já que há poucos materiais de pesquisa sobre a dança voguing e ballroom, e ainda menos quando se olha para o Norte e Nordeste.

Seu trabalho mescla práticas historiográficas e se aproxima do público com uma linguagem mais sociável, assim também trazendo através de entrevistas o parecer de pessoas que fazem parte de comunidades e laços que estiveram presentes em lutas contra a violência da comunidade LGBTQIA+.

Referências

BERTE (UFSM), O. VOGUE: DANÇA A PARTIR DE RELAÇÕES CORPO - IMAGEM. **DANÇA**: Revista do Programa de Pós-Graduação em Dança, [S. l.], v. 3, n. 5, 2015. DOI: 10.9771/2317-3777dança.v3i2.13338. Disponível em: https://periodicos.ufba.br/index.php/revistadanca/article/view/13338. Acesso em: 09 dez. 2024.

BUTLER, Judith. Performative Acts and Gender Constitution: An Essay in Phenomenology and Feminist Theory. **Theatre Journa**l, v. 40, n. 4, p. 519-531, 1988. Disponível em: http://www.jstor.org/stable/3207893?-seq=1&cid=pdf-reference#references_tab_contents. Acesso em: 09 dez. 2023.

CHARTIER, Roger. A visão do historiador modernista. In: AMADO, Janaína (Org). **Usos & abusos da história oral**. 8. ed. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006. p. 215-218.

CHATZIPAPATHEODORIDIS, Constantine. Strike a Pose, Forever:

The legacy of vogue and its re-contextualization in contemporary camp performance. **European Journal of American Studies**, v.11, n.3, p.1-16, 2017. Disponível em: http://journals.openedition.org/ejas/11771. Acesso em: 21 jul. 2024.

DA SILVA, Isabelle Beatriz Lucena. **As implicações da dança Voguing na vida de corporeidades inseridas na cultura Ballroom Norte e Nordeste**. Orientador: Francini Barros Pontes. 2023. 71f. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Dança, Centro de Artes e Comunicação, Universidade Federal de Pernambuco, Recife. 2023.

Delgado, Lucilia de Almeida Neves. **História oral e narrativa**: tempo, memória e identidades. História Oral, v. 6, p. 9-25.

FERREIRA, Marieta de Moraes. História oral: velhas questões, novos desafios. In: CARDOSO, Ciro Flamarion (Org). **Novos domínios da história**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012. p. 169-186.

LAWRENCE, Tim. 'Listen, and you will hear all the houses that walked there before': A history of drag balls, houses and the culture of voguing. In: BAKER, Stuart. **Voguing and the house ballroom scene of New York City**. Londres: Soul Jazz Books, 2011.

SUSMAN, Tara. "The Vogue of Life: Fashion Culture, Identity, and the Dance of Survival in the Gay Balls". **disClosure: A Journal of Social Theory**, Columbia University, v. 9, n. 15, p. 117-141. 2000. Disponível em: https://uknowledge.uky.edu/disclosure/vol9/iss1/15. Acesso em: 21 jul. 2024.

VICK, Mariana. **Qual o papel de casas de acolhimento para pessoas LGBTI+**. Disponível em: https://www.nexojornal.com.br/expresso/2023/12/07/qual-o-papel-de-casas-de-acolhimento-para-pessoas-lgbti. Acesso em: 21 jul. 2024.

NEOLIBERALISMO, ACELERAÇÃO TEMPORAL E PATOLOGIA SOCIAL: UMA ANÁLISE CRÍTICA DA TEORIA DA HISTÓRIA

André Wesley Barbosa Oliveira[1]

Introdução

Segundo a OPAS (Organização Pan-Americana de saúde)[2], cerca de 800 mil pessoas morrem por suicídio a cada ano. Estima-se que mais de 300 milhões de pessoas em todo o mundo sofra de depressão. Dados disponibilizados pelo CNS (Conselho Nacional de Saúde)[3] apontam que segundo a OMS (Organização Mundial da Saúde), o Brasil é o país com o maior número de pessoas ansiosas. Demonstrando também resultados de uma pesquisa desenvolvida pela Vittude (plataforma online voltada para a saúde mental e trabalho) que apontam que "37% das pessoas estão com estresse extremamente severo, enquanto 59% se encontram em estado máximo de depressão e a ansiedade atinge níveis mais altos, chegando a 63%". Soma-se a isso ainda, fatores como ansiedade, síndromes de pânico e burnout. A lista é grande e alarmante. Como chegamos a isso?

O aumento dos casos nos últimos anos é indiscutível. É ainda um fator de incômodo, a presença dessas patologias em ambiente familiar pessoal. Além do conhecimento de que o problema se estende diante dos

1. Graduando em Lic. Plena em História pela Universidade Estadual do Piauí - UESPI – campus Dra. Josefina Demes. E-mail: andrewesleybo@aluno.uespi.br

2. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topicos/depressao>. Acesso em: 04 dez. 2023.

3. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/2971-27-04-livev-transtornos-mentais-e-adoecimento-no-ambiente-de-trabalho-como-enfrentar>. Acesso em: 23 dez. 2023

mais diversos lugares do Brasil e do mundo, cercando nossas vidas e moldando nossos relacionamentos.

Um dos principais fatores que contribuem para os desenvolvimentos dessas patologias é a forma como o indivíduo experiencia seu tempo. Essa experiência, dentro de um mesmo recorte temporal, pode não se dar de forma uniforme. Ao longo dos anos, a forma como experienciamos o tempo vem mudando, atualmente vivemos em um contexto de extrema perpetuação do presente.

Entretanto, esse background só se faz viável, pela lógica que o valida, a saber, o neoliberalismo. Essa lógica validativa ocorre por meio da apropriação, subjugação e ressignificação de estruturas sistêmicas. Dentre as quais, três são extremamente violentadas: o (1) tempo, a (2) linguagem e as (3) relações interpessoais**.** As relações de trabalho – podem ser compreendidas como uma quarta categoria, que de forma mais ampla abrangeria de certo modo aspectos das três anteriores - são, antes de tudo, o principal meio de desestruturação e regulamentação dessas estruturas.

Ainda mais, além dos aspectos econômicos e políticos, a lógica neoliberal também se estende ao domínio cultural, moldando valores e comportamentos sociais. Apoiado na análise de Han (2017), entendo que a ênfase na competição e na maximização do lucro promove uma cultura de consumo intensivo e individualismo exacerbado, onde o sucesso pessoal é frequentemente medido pelo poder de compra e pela posição social.

Isso contribui para a fragmentação das comunidades e para uma maior alienação social, à medida que os laços comunitários cedem lugar a uma busca incessante por status e realização pessoal. Além disso, o foco na responsabilidade individual e na meritocracia, características centrais do pensamento neoliberal, pode intensificar sentimentos de inadequação e desesperança em indivíduos que enfrentam dificuldades financeiras ou profissionais. É, portanto, necessário pensar essa crise a partir de um tripé: Neoliberalismo-Temporalidades-Patologias Sociais.

Uma vez que, segundo Han (2017, p. 23), "A sociedade do século XXI não é mais a sociedade disciplinar, mas uma sociedade do desempenho. Também seus habitantes não se chamam mais "sujeitos da obediência", mas sujeitos de desempenho e produção", como a sociedade interpreta e se adapta a essas mudanças tem implicações profundas não

apenas na saúde mental dos indivíduos, mas também na estrutura social e nas políticas públicas necessárias para abrandar os impactos negativos desse contexto.

Portanto, explorar como o neoliberalismo modela a experiência temporal e como isso se reflete nas dinâmicas sociais contemporâneas é essencial para uma análise abrangente das crises de saúde mental e das patologias sociais emergentes. A partir disso, é necessário entender como a história vem se comportando diante de acontecimentos instáveis e mudanças aceleradas. É o que tentarei desenvolver nesse estudo, a partir, antes de tudo, de uma perspectiva teórica da história.

A fim de realizar uma análise mais aprofundada, utilizo a História da Historiografia como referência teórico-metodológica, uma vez que esta proporciona recursos fundamentais para não só entender os acontecimentos do passado, mas também como tais eventos têm sido interpretados, contados e compreendidos ao longo do tempo. Isso possibilita uma avaliação crítica sobre as maneiras como o conhecimento histórico é construído e as influências ideológicas e epistemológicas que moldam tais construções.

A própria prática historiográfica não escapa das influências neoliberais. A exigência por publicações rápidas, indicadores de produtividade acadêmica e a competição entre pesquisadores refletem a mentalidade neoliberal presente nas instituições de ensino e pesquisa.

Assim, a História da Historiografia se revela como uma ferramenta essencial para compreender as intricadas relações entre tempo, sociedade e história na contemporaneidade.

Lógica neoliberal

A implementação do neoliberalismo foi viabilizada por uma combinação de fatores econômicos, políticos e sociais que surgiram principalmente entre as décadas de 1970 e 1980. Um dos principais impulsionadores foi a crise econômica global dos anos 1970, caracterizada pela estagflação - uma mistura de alta inflação e estagnação econômica que desafiou as teorias econômicas keynesianas predominantes na época. A incapacidade dos governos de lidar eficazmente com a estagflação criou um ambiente favorável para a busca de novas abordagens econômicas,

abrindo caminho para as ideias neoliberais que prometiam resolver esses problemas por meio de políticas de mercado livre e desregulamentação.

Além disso, o contexto internacional também contribuiu para a sua disseminação. A globalização econômica e a integração dos mercados financeiros internacionais criaram pressões competitivas que incentivaram muitos países a adotarem reformas neoliberais para atrair investimentos estrangeiros e se integrarem à economia global. Instituições financeiras internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI) e o Banco Mundial tiveram um papel significativo nesse processo, condicionando a assistência financeira e os empréstimos à implementação de políticas neoliberais. Essas reformas incluíam a ultraliberalização a partir da supressão da competição. Quebra das economias do Sul Global e das suas possibilidades de produção para uma tecnologia de ponta em detrimento ao fortalecimento da lógica da produção de insumos.

É tendo isso como base, que na segunda parte da obra "*A Nova Razão do Mundo: Ensaio Sobre a Sociedade Neoliberal*", os autores Pierre Dardot e Christian Laval (2016) se voltam para a análise de uma "Nova Racionalidade", que possibilita o que os mesmos chamam de "A Grande Virada" (que nomeia o sexto capítulo). Passando a tomar o neoliberalismo como um modo de pensar e estruturar a vida em sociedade. Mostrando que mediante essa nova forma de organização, a "virada" - instalação de fato do sistema - foi possível. "Em uma palavra, só há "grande virada" mediante a implantação geral de uma nova lógica normativa, capaz de incorporar e reorientar duradouramente políticas e comportamentos numa nova direção" (DARDOT; LAVAL, 2016, p. 192).

Pensar a lógica neoliberal e como ela se instala no mundo e particularmente no Brasil é estar diante de uma contradição aparente. No entanto, essa contradição vem a ser a força motriz e o pilar mais valioso desse mesmo sistema. Parecendo desfuncional – o que de fato é – se torna o mais adaptável dos sistemas, justamente por que não se instala a partir de um conjunto de regras e valores, mas, como bem aponta Fisher (2009, p. 14 - 15), em sua obra *Realismo Capitalista*: "É um sistema que não mais governa por meio de uma lei transcendente. Ao contrário: desmantela todos os códigos desse tipo, apenas para reinstalá-los *ad hoc*".

Existe uma eficiência ao se moldar conforme o ambiente, por isso, Fisher continua: "Os limites do capitalismo não são fixados de uma vez

por todas, mas definidos (e redefinidos) de maneira pragmática e improvisada". Por isso, o neoliberalismo como um sistema, extrapola o âmbito econômico e político, não surgindo por acaso. Há toda uma conjuntura que possibilita seu desenvolvimento.

Essa capacidade de adaptação é crucial para a sobrevivência do neoliberalismo, que, ao longo das décadas, tem demonstrado uma habilidade única de absorver críticas, resistências e transformações sociais, culturais e tecnológicas. Vivemos em uma era de rápidas mudanças tecnológicas, crises ambientais, desigualdades econômicas crescentes e movimentos sociais dinâmicos. Cada um desses fatores representa um desafio, mas também uma oportunidade para o neoliberalismo se redefinir.

Por exemplo, a revolução digital e a ascensão da economia de plataformas (como Uber, Amazon e Airbnb) exemplificam como o capitalismo neoliberal se reinventa. Essas plataformas utilizam tecnologias avançadas para criar novos mercados, transformar padrões de consumo e redefinir relações de trabalho. Ao fazer isso, o neoliberalismo não apenas sobrevive, mas também se fortalece, integrando as novas tecnologias como parte de sua estrutura.

Em resposta a esse contexto marcado por crises econômicas e ambientais, desigualdades acentuadas e a dissolução de antigas certezas e instituições, o neoliberalismo se ajusta, oferecendo soluções de mercado para problemas sociais e ambientais, promovendo a ideia de que a eficiência e a inovação do setor privado são as melhores ferramentas para lidar com esses desafios. Ao mesmo tempo, redefine constantemente suas práticas e ideologias para manter sua relevância e poder.

Diante disso, o próprio homem passa a ser ressignificado, bem como a sua existência (o que não vem ao caso em discussão). Entretanto, o homem, visto como elemento principal no trabalho tradicionalmente, passa, no neoliberalismo, a ser visto não só como produtor de mercadoria, mas ele mesmo se confunde com essa mercadoria. Vida e Trabalho passam a ser indissociáveis. "O trabalho passou a construir a própria finalidade da vida". (CARMO, 2005, p. 38).

A racionalidade neoliberal estende a lógica de mercado para todas as esferas da sociedade. Não se limita apenas à economia tradicional, mas reconfigura instituições e indivíduos como participantes do mercado. A única constante passa a ser a instabilidade. Acarretando o que Rodrigo

Turin denomina de "reconstrução ontológica do ser". Tudo é moldável e para sobreviver diante dessa lógica, a sua incorporação é indispensável.

Isso significa que práticas, valores e comportamentos associados ao mercado, como eficiência, competitividade e maximização de recursos, são aplicados em áreas como educação, saúde, cultura e vida pessoal. Cada instância da sociedade é reorganizada de acordo com princípios de mercado, transformando todos os aspectos da vida social em questões de concorrência e eficiência. O homem é levado a pensar, falar, se relacionar e viver através do mercado. Prova disso é a incorporação da linguagem empresarial no cotidiano. A explosão de conceitos como flexibilidade, eficiência, inovação.

> Diferentemente do liberalismo clássico, que se construía a partir da noção de "troca", o neoliberalismo tem seu âmago discursivo na noção de "concorrência". Se para os autores do liberalismo clássico a dimensão da troca se ancorava em pressupostos antropológicos, vinculados a uma natureza humana – e de onde se erigiam suas filosofias da história de caráter teleológico -, na razão neoliberal a lógica concorrencial não estabelece nenhum vínculo prévio com a natureza, sendo puramente artificial, devendo, portanto, ser produzida. [...] Outro aspecto fundamental da racionalidade neoliberal é o fato de estender a razão de mercado a todas as instâncias da sociedade, reconfigurando as instituições e os indivíduos como atores de mercado (TURIN, 2019, p. 253).

A exploração passa a ser o carro chefe do modelo, uma vez que o lucro se torna um fim em si mesmo. Para Byung-Chul Han (2017, p. 107) "A economia capitalista absolutiza a sobrevivência. Ela se nutre da ilusão de que mais capital gera mais vida, que gera mais capacidade para viver. [...] A preocupação por uma boa vida dá lugar a histeria pela sobrevivência". Han ressalta ainda o caráter dessa exploração:

> No regime neoliberal a exploração tem lugar não mais como alienação e autodesrealização, mas como liberdade e autorrealização. Aqui não entra o outro como explorador, que me obriga a trabalhar e me explora. Ao contrário, eu próprio exploro a mim mesmo de boa vontade na fé de que possa me realizar. E eu me realizo na direção da morte. Otimizo a mim mesmo para a morte (HAN, 2017, p. 116).

A partir disso, pode-se entender a valorização do discurso meritocrático. Desse modo, Fisher reconhece que estamos diante de um "impiedoso moedor de carne do capital". O mesmo corrobora: "O capital é um parasita, um vampiro insaciável, uma epidemia zumbi; mas a carne viva que ele transforma em trabalho morto é a nossa, os zumbis que ele produz somos nós". (FISHER, 2019, p. 28-29).

O impacto sociocultural das políticas neoliberais é evidente. As promessas de desenvolvimento frequentemente não se concretizaram, resultando em uma maior desigualdade de renda e no fortalecimento das classes econômicas dominantes. Em diversas situações, a diminuição da intervenção estatal resulta em cortes significativos nos sistemas de proteção social, prejudicando os grupos mais vulneráveis. Como exemplo disso a desregulamentação do setor financeiro, um pilar fundamental do pensamento neoliberal, contribuiu para a crise financeira global de 2008[4], evidenciando os perigos associados a mercados excessivamente desregulados.

Aceleração e a crise das temporalidades

É através da imersão nesse *modus operandi* que se estabelecem mecanismos para a reestruturação da experiência social do tempo. O neoliberalismo, por meio de suas necessidades, nos leva a desenvolver mecanismos para nos ajustarmos socialmente uma vez que, segundo o sociólogo alemão Norbert Elias (1998, p. 30) "[...] à função de meio de orientação exercida pelo tempo vem juntar-se mais uma outra: a de instrumento de regulação da conduta e da sensibilidade humanas". Dada necessidade de maiores resultados produtivos em um menor tempo. Mecanismos esses que produzem na sociedade percepções de estar no tempo de formas diversas. Funcionando como um modelo paradoxal. Uma vez que se passa buscar a otimização do tempo, mas, que nunca apresenta resultados que não sejam a sua própria escassez.

4. A crise financeira global de 2008 teve sua origem na quebra do mercado imobiliário estadunidense, causando um efeito dominó que culminou em uma crise bancária generalizada e recessão em escala global. O aumento das hipotecas de alto risco e a securitização excessiva desses empréstimos desempenharam um papel crucial. Isso gerou desconfiança nos mercados financeiros, impactando economias ao redor do globo e resultando em altas taxas de desemprego e instabilidade econômica considerável.

> Como todos sabem por experiencia própria, o tempo se apresenta, enfim, na perspectiva cotidiana de sociedades modernas, de modo fundamentalmente paradoxal, uma vez que, em todas as práticas cotidianas, é economizado numa proporção crescente através da refinada implantação do planejamento organizacional e da técnica moderna, sem, entretanto, perder seu caráter de escassez. Pelo contrário, quanto mais tempo economizamos, menos temos [...] (ROSA, 2019, p. 33–34).

Pensar o tempo historicamente, é pensa-lo a partir da experiência. A aceleração do tempo e a crise das temporalidades são eventos que demonstram transformações significativas na maneira como o tempo é percebido e estruturado na sociedade atual, que é fortemente influenciada pelo sistema neoliberal. Com o fenômeno da aceleração, a experiência perde valor. "[...] esses novos conceitos de movimento que parecem emergir na sociedade contemporânea figuram uma nova forma de temporalidade, marcada pela hiperaceleração social e pela ausência de télos que a organize enquanto ordem narrativa" (TURIN, 2018, p. 190). O desvalor da experiencia é a destruição do próprio sentido da práxis histórica.

Esse acontecimento é impulsionado por diversos fatores. Em primeiro lugar, os progressos tecnológicos, principalmente nas áreas de comunicação e informação, permitem que transações e interações aconteçam quase que de forma instantânea. Plataformas como as redes sociais diminuem consideravelmente o tempo necessário para a comunicação e a tomada de decisões.

Somado a isso, essa ideologia predatória, cria um cenário onde a velocidade é primordial. Empresas e pessoas são constantemente incentivadas a aumentar sua efetividade e a reagir prontamente às demandas do mercado. Essa dinâmica acelerada gera uma mentalidade imediatista, onde o mérito é frequentemente avaliado pela rapidez em se obter resultados. O consumo também é impactado por essa aceleração. Bens e serviços são concebidos, lançados e descartados em um ritmo cada vez mais acelerado, promovendo um ciclo de obsolescência programada e consumo ininterrupto.

A globalização, outra característica do neoliberalismo, intensifica ainda mais essa aceleração. A interconexão dos mercados globais significa que os eventos em uma parte do mundo podem ter impactos ime-

diatos em outras regiões, exigindo respostas rápidas e adaptabilidade. Isso cria um ciclo de constante atualização e adaptação para acompanhar as mudanças globais

Pensar a aceleração a partir de uma perspectiva totalizante pode se tornar um problema. Quem está sujeito a aceleração? Só quem está mergulhado na lógica neoliberal? Quem está mergulhado na lógica neoliberal? Só compartilhantes de uma rotina de trabalho nas grandes metrópoles? O conceito se estenderia a comunidades que ainda se encontram isoladas?

Refletir a partir de um modelo de sociedade ideal já seria difícil, uma vez que, mesmo assim, a experienciação desse tempo é subjetiva, portanto, diversa. A cada dia é mais difícil fugir do "modelo" de mercado. Interiores e comunidades que apresentam o mínimo de contato já começam a passar por esse processo. Uma vez que possuem ferramentas que possibilitam extrapolar o âmbito econômico, a tecnologia passa a ser uma das principais aliadas nesse cenário. Não importa o quão distante da cidade se esteja, uma rede de conectividade mundial te mantém interligado. "Nas redes sociais, o "compartilhamento" de um mesmo presente se processa na dimensão da difusão "viral", em uma velocidade e com efeitos incontroláveis pelos sujeitos." (TURIN, 2019, p. 16).

É nesse ponto, entendendo que a aceleração, mesmo abrangendo o maior número da população, ainda assim não se fazendo totalizante, que é possível pensar em uma crise de "temporalidades múltipla", como postula Turin (2019). Ainda os que estão sob a pressão dessa aceleração, não o estão de forma uniforme. Dependem de fatores que efetivam sua imersão no sistema, como por exemplo sua exposição digital ou seu relacionamento social, ainda suas condições trabalhistas. "A aceleração social nas décadas mais recentes [...] parece produzir uma dessincronização estrutural entre as esferas sociais, pulverizando o tempo histórico em uma miríade de ritmos desconexos" (TURIN, 2019, p. 11).

Em *Tempos Precários: Aceleração, Historicidade e Semântica Neoliberal*, Turin mostra as implicações da aceleração na experiencia histórica. Tomando a semântica e a formulação conceitual neoliberal como um dos impulsionadores dessa aceleração. Defendendo que a lógica neoliberal é um dos fatores de sincronia dentro do que ele chama de "cotemporalidade". Outros são, os fatores climáticos e a ubiquidade das novas

tecnologias. Evidenciando a possibilidade de múltiplos tempos dentro de um mesmo agora. Essa aceleração, ele corrobora, é marcada pela lógica do capital. Pela competitividade, a formação do outro como um inimigo e, ainda, pela disputa social do lugar.

> Assim, a aceleração da mudança social pode ser definida como um aumento das taxas de expiração de experiencias e expectativas orientadoras da ação, e como encurtamento dos intervalos de tempo que, para cada esfera funcional, de valor e de ação, podem ser determinados como presente. [...] Naturalmente é concebível, ainda, que esse processo de contração apresente, em distintas esferas, diferentes velocidades, e que ocorra uma inércia ou, em âmbitos sociais determinados, até mesmo um "alongamento do presente", o que pode conduzir ao fenômeno da crescente dessincronização social (ROSA, 2019, p. 152-153).

A crise das temporalidades está associada aos efeitos dessa velocidade na percepção pessoal do tempo. "Afinal, nosso tempo de crise configura, acima de tudo, também uma crise de representação do tempo." (TURIN, 2019, p. 9). A busca pela eficiência e produtividade pode causar a sensação de que o tempo é escasso. A máxima popular "tempo é dinheiro", passa a ser um reflexo daquilo que foi incorporado ao âmago da sociedade contemporânea.

A fronteira entre o tempo dedicado ao trabalho e o tempo livre se torna confusa, com muitas pessoas se sentindo constantemente conectadas e incapazes de se desconectar. Essa situação é agravada pela flexibilização das relações de trabalho incentivada pelo neoliberalismo, que substitui horários fixos e previsíveis por jornadas de trabalho mais flexíveis e incertas. Isso acaba resultando em uma divisão fragmentada do tempo.

Essa crise também impacta as relações sociais. A velocidade e a intensidade das interações podem levar a relacionamentos mais superficiais e menos duradouros, já que a manutenção de vínculos profundos requer tempo e dedicação, recursos cada vez mais raros. A aceleração temporal e a crise das temporalidades são reflexos de um modelo econômico que prioriza a maximização do lucro em detrimento do bem-estar e da qualidade de vida. Essa lógica transforma além da maneira como o tempo é percebido, a forma como é vivido, criando desafios significativos para a saúde mental e social dos indivíduos.

> O processo violento que assistimos de ressinconcronização desses diferentes tempos sob o novo tempo hegemônico, hipercelerado e privatizado do neoliberalismo, representa não apenas o esvaziamento de outras possibilidades de experiência, como também o apagamento inédito de uma imaginação de futuro, condenando-nos a uma sucessão acelerada e desconectada de "agoras" (TURIN, 2019, p. 267-268).

Esse processo não apenas elimina a diversidade de experiências possíveis, mas também destrói a capacidade de imaginar e planejar um futuro. Assim, somos condenados a uma sucessão incessante e desconexa de momentos presentes, o que reflete uma forma de controle e alienação que impede qualquer visão ou construção de um amanhã. Acarretando o que talvez seja o ápice dessa crise: a hipervalorização do presente e o apagamento do horizonte de expectativa.

É através dessa evidenciação, que Hartog, por exemplo, vai cunhar o conceito de presentismo. O imediatismo na sociedade contemporânea, a lógica da conectividade, tudo passa a ser presente. Paradoxalmente essa crise me faz lembrar de Agostinho de Hipona quando, falando sobre passado e futuro, ele afirma: "Assim, seja onde ou como estiverem, só podem existir como presentes" (AGOSTINHO, 2019, p. 225). Hartog diz:

> Ora, não foi uma configuração suficientemente diferente que se impôs desde então? Aquela, pelo contrário, de uma distância que se tornou máxima entre o campo da experiência e o horizonte da expectativa, até o limite da ruptura. De modo que a produção do tempo histórico parece estar suspensa. Daí talvez essa experiência contemporânea de um presente perpétuo, inacessível e quase imóvel que busca, apesar de tudo, produzir para si mesmo o seu próprio tempo histórico. Tudo se passa como se não houvesse nada mais do que o presente, espécie de vasta extensão de água agitada por um incessante marulho. É conveniente então falar de fim ou de saída dos tempos modernos, isto é, dessa estrutura temporal particular ou do regime moderno de historicidade? Ainda não sabemos. De crise, certamente. É esse momento e essa experiência contemporânea do tempo que designo presentismo (HARTOG, 2013, p. 39-40).

Uma vez que o conceito de tempo é extremamente caro a nós historiadores, a perspectiva presentista, ao colocar em conflito a própria relação de tempo histórico, mostra o grau de comprometimento atual da

própria história. Koselleck, postula que o tempo histórico se constituiria entre o passado de experiência e o horizonte de expectativa, ou seja, nessa tensão do presente (ou de presentes), utilizando um conceito do próprio autor, em diferentes estratos temporais. A integração da história à própria lógica aceleracionista, é, antes de uma lógica de resistência estrutural – o que acontece na tentativa de continuar dando sentido a sua existência nesse cenário -, sua própria descaracterização.

"Patologias do tempo"

Diante do que foi abordado, podemos entender as patologias sociais como manifestações de sofrimento e disfunção que surgem como resposta às pressões, demandas, desregulações temporais e características da vida moderna em sociedade. Por isso, reconhecendo a amplitude da catástrofe, nos amparamos na evidência de Hartmut Rosa:

> É plausível supor que as ondas de aceleração, como cerne do processo de modernização, são causadas principalmente por inovações técnicas e sua implantação industrial. [...] todas essas formas de aceleração tecnológica de transporte, comunicação e produção modificaram o universo de experiencia e a cultura cotidiana de forma por vezes chocante e traumática, levando a uma sensação autotransformadora do estar no tempo e estar no mundo, de modo que esse mundo parece [...] irromper sobre os sujeitos "incessantemente com a violência de um acidente", de tal maneira que os conceitos de choque e trauma, provenientes da medicina, parecem categoricamente bastante apropriados. Resumindo, elas conduziam àquilo que Harvey define como "compressão do espaço-tempo" (ROSA, 2019. p. 80).

Turin (2019, p. 44) e Fisher (2009, p. 48) são objetivos ao caracterizar essas patologias. O primeiro, como "patologias do tempo", o segundo, falando sobre o déficit de atenção e hiperatividade, como "patologia do capitalismo tardio". Fisher continua: "a consequência de se estar conectado aos circuitos de entretenimento-controle de uma cultura de consumo hipermediada". Turin aprofunda ao toma-las como prova da insustentabilidade desse sistema: "Os indícios da insustentabilidade dessa forma de sincronização estão por todo lado. [...]. Primeiro, com a explosão dos índices de depressão e ansiedade, essas patologias do tempo".

Essas afirmativas, apesar de não parecerem aproximáveis, estão extremamente conectadas – mediante tudo o que já foi discutido no presente trabalho, uma vez que a desregulação do tempo é fruto da lógica capitalista contemporânea -. Byung-Chul Han afirma que a causo do adoecimento é: "[...] o imperativo do desempenho como um novo *mandato* da sociedade pós-moderna do trabalho" (2017, p. 27). Reforça ainda, assegurando que o hipercapitalismo: "arranca a dignidade do ser humano". (p. 127).

Nesse contexto, na medida em que a estabilidade fixa é substituída por uma estabilidade dinâmica. O homem passa a ser empurrado à flexibilização, à uma constante reconstrução de si e a se moldar conforme a situação (do mercado). Turin afirma que a lógica neoliberal na modernidade vem: "encurtando o tempo disponível para os indivíduos se recuperarem dos impactos da precarização das condições de trabalho e de seus efeitos psíquicos, sendo obrigados a reinventar-se continuamente." (2019, p. 29).

Como consequência dessa vida inconstante emerge a ansiedade, uma das patologias mais comuns e se caracteriza por um estado constante de preocupação, medo e tensão. Esse distúrbio pode se manifestar em diversas formas, desde crises de pânico até transtornos de ansiedade generalizada. A vida contemporânea, com suas exigências por desempenho, a constante conexão digital e a pressão por sucesso, amplifica esses sentimentos de ansiedade, tornando-os onipresentes para muitas pessoas. A ansiedade não só afeta a saúde mental, mas também pode levar a problemas físicos.

O burnout, ou síndrome do esgotamento profissional, é outra patologia significativa, e uma das mais comuns. Ele se manifesta através de um estado de exaustão emocional, física e mental, causado pelo estresse crônico no trabalho. Han, falando sobre a condição do homem moderno, diz:

> A coerção de desempenho força-o a produzir cada vez mais. Assim, jamais alcança um ponto de repouso da gratificação. Vive constantemente num sentimento de carência e de culpa. E visto que, em última instância, está concorrendo consigo mesmo, procura superar a si mesmo até sucumbir. Sofre um colapso psíquico, que se chama de burnout (esgotamento). O sujeito do desempenho se realiza na morte. Realizar-se e

> autodestruir-se, aqui, coincidem (HAN, 2017, p. 86).

Ele vai além:

> O sujeito de desempenho explora a si mesmo, até consumir-se completamente (burnout). Ele desenvolve nesse processo uma autoagressividade, que não raro se agudiza e desemboca num suicídio. O projeto se mostra como um projetil, que o sujeito do desempenho direciona contra si mesmo (HAN, 2017, p. 101).

As principais características do burnout incluem sentimento de sobrecarga, despersonalização e uma diminuição significativa na realização pessoal. As condições de trabalho contemporâneas contribuem fortemente para o desenvolvimento dessa síndrome.

A depressão é uma patologia que envolve um estado persistente de tristeza profunda, desesperança e desinteresse. A psicanalista Maria Rita Kehl, em sua obra O Tempo e o Cão: A Atualidade das depressões[5], relaciona o estar deprimido com a perda de uma idealização futura, o que ela coloca como fantasia, um depois preenchido. Maria Rita aponta que o deprimido vive em um "tempo que não passa", e como causa ela elenca a ausência dessa perspectiva do depois: "A duração, para o depressivo, frequentemente adquire a forma insuportável de um tempo estagnado, sem apoio em nenhuma lembrança significativa do passado, sem nenhuma fantasia que torne o futuro desejável." (KEHL, 2009, p. 140).

Esse processo de idealização só se torna possível com a valorização da experiência. É através do passado e da memória, que as bases para o futuro se constroem. No entanto, na sociedade moderna, a pressão por cumprir padrões de sucesso, o isolamento social, acarretado na valorização do eu, a falta de apoio do outro e a constante tensão, são dardos lançados constantemente sobre o escudo dessa mesma experiência humana. A depressão pode levar a consequências drásticas, como suicídio.

A alienação, refere-se a um sentimento de desconexão e falta de significado na vida, nesse caso, resultante de um sistema social e econômico que prioriza o consumo e a produtividade acima do bem-estar individual

5. Em participação no programa Café Filosófico, a psicanalista também apresenta suas ideias a partir do referido livro de forma resumida. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=kwxyT5n6E9o&t=2427s>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2024.

e torna o indivíduo alheio ao que produz. Aqui, novamente o papel das redes sociais é inegável. Na medida em que possibilita uma comparação exagerada de modos de vida – nesse caso, o ideal de perfeição se distribui desde os corpos até as ações. Todos se manifestam como detentores de uma verdade que não resolve os problemas dos mais variados contextos. O mundo ideal das redes acaba se sobrepondo a realidade cruel.

Na contemporaneidade, essa alienação se manifesta na forma de um distanciamento entre as pessoas e suas atividades diárias, levando a um sentido de vazio e despropósito. Soma-se a isso uma crise da racionalidade, uma vez que o ato reflexivo e crítico exige tempo. "Decisões racionais são construídas a longo prazo" (HAN, 2022, p. 36).

"A "epidemia de doença mental" nas sociedades capitalistas deveria sugerir que, ao invés de ser o único sistema que funciona, o capitalismo é inerentemente disfuncional, e o custo para que ele pareça funcionar é demasiado alto" (FISHER, 2009, p. 37). Nesse caso, Fisher aponta o neoliberalismo como um sistema que camufla os males que ele mesmo produz. Em suma, as patologias sociais são reflexos das complexidades e pressões da vida moderna. Elas não apenas afetam a saúde mental e física dos indivíduos, mas também têm implicações mais amplas para o funcionamento das sociedades.

Considerações finais

Em síntese, percebemos que o crescimento das doenças sociais está intimamente relacionado com a ideologia neoliberal, que influencia nossas vivências temporais e sociais. O foco na performance e na competição, características centrais do pensamento neoliberal, gera uma aceleração das temporalidades, tornando a vida contemporânea um ciclo constante de ritmo acelerado e eficácia. Esse padrão não só fragmenta o tempo e intensifica a sensação de falta, como também altera a percepção do indivíduo em relação à sua própria existência e seu valor, agravando sentimentos de inadequação e desesperança.

O neoliberalismo expande a mentalidade de mercado para todos os aspectos da existência, estabelecendo um cenário no qual o êxito é avaliado pela habilidade de adquirir bens e pela posição social. Isso contribui para a alienação coletiva e a divisão das sociedades, fortalecendo a con-

cepção de que a sobrevivência e o progresso são resultado unicamente do desempenho pessoal, o que intensifica as disparidades e coloca cada vez mais pressão sobre o indivíduo.

Os desafios referentes ao tempo mostram a impotência e a instabilidade do mundo atual, no qual a constante exigência de mudanças e renovações individuais colabora para um estado contínuo de ansiedade. A adaptação das relações de emprego piora esse quadro, gerando horários de trabalho mais imprevisíveis e fragmentados, que dificultam o descanso e a recuperação do corpo e da mente.

Essas patologias relacionadas ao estresse excessivo - o burnout é um exemplo claro disso - são resultado direto do excesso de demandas e falta de equilíbrio que a sociedade atual impõe. A constante pressão por independência leva a um ciclo de exaustão e autodestruição, no qual a pessoa é levada a se esforçar cada vez mais até chegar ao total esgotamento.

Para suavizar esses impactos, é crucial repensar a estrutura social e as políticas públicas, promovendo um equilíbrio entre a vida profissional e pessoal, e valorizando a saúde mental e o bem-estar (conceito bastante presente em Han) acima do mercado. Uma análise abrangente das crises de saúde mental e das patologias sociais emergentes deve considerar a influência do neoliberalismo sobre as temporalidades e buscar formas de ressignificar a experiência do tempo, permitindo a construção de um futuro mais humano.

Perante toda essa complexa elaboração o papel da história precisa ser repensado. O conceito de história é relativamente abrangente o suficiente para abarcar rupturas e mudanças. "Assim, o conceito de História teve de servir para cobrir todas as extensões temporais – desde a expectativa de futuro, sem base na experiência, até a pesquisa sobre o passado, destituída de qualquer expectativa" (KOSELLECK, 2019, p. 207). O que hoje nos é caro é a velocidade com que essas tem ocorrido. Benjamin já trazia a reflexão em suas teses sobre o conceito de história: "A história é objeto de uma construção cujo lugar não é o tempo homogêneo e vazio, mas um tempo saturado de "agoras" (1994, p. 229).

Nesse ponto, sou levado a compartilhar da afirmativa de Turin (2022, p. 142), de que a hiperaceleração social "associada a um avanço disruptivo das tecnologias, convergiu para um cenário cada vez mais

distópico, acenando para um "mundo sem nós" — esse ponto de virada onde a imaginação falha e para o qual o próprio conceito de história se torna obsoleto."

Neste contexto, a história como estudo do tempo se revela como uma disciplina que precisa continuamente repensar e reimaginar suas abordagens para capturar a complexidade das experiências humanas. O desafio é integrar a velocidade das transformações contemporâneas e as expectativas de futuro, mantendo a relevância da análise histórica. Portanto, a história deve ser vista não apenas como uma análise retrospectiva, mas também como uma prática dinâmica que incorpora o presente e se adapta às contínuas mudanças do tempo.

Portanto, a história, precisa ser constantemente repensada e adaptada para refletir a complexidade das experiências humanas e as rápidas transformações contemporâneas. Koselleck, Benjamin e Turin nos ajudam a entender como a história deve englobar todas as extensões temporais e como a hiperaceleração social e tecnológica desafia nossas concepções tradicionais. Dessa forma, a história não é apenas um registro do passado, mas uma prática dinâmica que deve considerar o presente e as expectativas de futuro, integrando a velocidade das mudanças e permanecendo relevante em um mundo em constante evolução.

Referências

ARAUJO, Valdei; PEREIRA, Mateus H. F. **Atualismo 1.0: como a ideia de atualização mudou o século XXI**. Ouro Preto: SBTHH, 2018.

AGOSTINHO. **Confissões**. São Paulo: Principis, 2019.

BENJAMIN, Walter. Sobre o Conceito de História. In: _____. **Obras Escolhidas**. Vol. 1. São Paulo: Brasiliense, 1994.

BLOCH, Marc. **Apologia da história, ou o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BRIDLE, James. **A nova idade das trevas: A tecnologia e o fim do futuro**. 1 ed. São Paulo: Todavia, 2019.

CAFÉ FILOSÓFICO CPFL. Aceleração e Depressão. YouTube, 16 de novembro de 2017. Disponível em:< https://www.youtube.com/watch?-v=kwxyT5n6E9o&t=2427s>. Acesso em: 15 de fevereiro de 2024.

CARDOSO JR, HR; MUDROVCIC, MI; LANDWEHR, A. Tempos da História: Uma Visão Geral dos Estudos do Tempo Relacionados à Teoria da História (Conceitos, Questões e Tendências). **História** (São Paulo), v. 42, p. e2023043, 2023.

CARMO, Paulo Sérgio do. **A ideologia do trabalho**. 2 ed. São Paulo: Moderna, 2005.

CONSELHO NACIONAL DE SAÚDE. **CNS promoverá live sobre a saúde mental dos trabalhadores e trabalhadoras no Brasil.** Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/ultimas-noticias-cns/2971-27-04-live-transtornos-mentais-e-adoecimento-no-ambiente-de-trabalho-como-enfrentar>. Acesso em: 23 dez. 2023.

DARDOT, Pierre; LAVAL, Christian. **A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal.** Tradução Mariana Echalar. São Paulo: Boitempo, 2016.

ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. **Depressão.** Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topicos/depressao>. Acesso em: 04 dez. 2023.

DOSSE, François. **A história em migalhas: dos Annales à nova história**. Bauru: Edusc, 2003.

ELIAS, Norbert. **Sobre o tempo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

FISHER, Mark. **Realismo capitalista**. São Paulo: Autonomia Literária, 2009.

HAN, Byung-Chul. **Infocracia: digitalização e a crise da democracia**. Tradução de Gabriel S. Philipson, Editora Vozes, Petrópolis, RJ: 2022.

HAN, Byung-Chul. **Psicopolítica: o neoliberalismo e as novas técnicas**

de poder. Tradução: Maurício Liesen. Belo Horizonte: Âyné, 2020.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade do Cansaço**; tradução de Enio Paulo Giachini. 2ª edição ampliada – Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

HAN, Byung-Chul. **Sociedade Paliativa: a dor hoje**. Tradução: Lucas Machado. Petrópolis, RJ: Vozes, 2021.

HARTOG, François**. Regimes de historicidade: presentismo e experiências do tempo**. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

Kehl, M. R. **O tempo e o cão: a atualidade das depressões**. são Paulo: Boitempo, 2009.

KOSELLECK, Reinhart; GUMBRECHT, Hans Ulrich; RODRIGUES, Thamara de Oliveira (org.). **Uma latente filosofia do tempo**. São Paulo: Editora Unesp, 2021.

KOSELLECK, Reinhart; MEIER, C; Günther, H; ENGELS, O. **O Conceito de História**. Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2019.

PEREIRA, Mateus Henrique de Faria. **Lembrança do presente: ensaios sobre a condição histórica na era da internet**. Belo Horizonte: Autêntica, 2022.
ROSA, Hartmut. **Aceleração: a transformação das estruturas temporais na modernidade**. São Paulo: Unesp, 2019.

TURIN, Rodrigo. A "catástrofe cósmica" do presente: alguns desafios do Antropoceno para a consciência histórica contemporânea. In: _____. **História do tempo presente: mutações e reflexões**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2022. p. 141-163.

TURIN, Rodrigo. Entre o passado disciplinar e os passados práticos: figurações do historiador na crise das humanidades. **Tempo**, Niterói, vol. 24, n. 2, p. 186 – 205, 2018.

TURIN, Rodrigo. Presentismo, neoliberalismo e os fins da história. In: AVILA, Arthur; NICOLAZZI, Fernando; TURIN, Rodrigo (org.). **A His-**

tória (in)disciplinada: teoria, ensino e difusão do conhecimento histórico. 1 ed. Vitória: Milfontes, 2019, v. 1, p. 245 – 271.

TURIN, Rodrigo. **Tempos precários: historicidade, aceleração e semântica neoliberal**. Copenhague: Zazie Edições, 2019.

SOBRE OS/AS AUTORES/AS

André Wesley Barbosa Oliveira
Graduando em Lic. Plena em História pela Universidade Estadual do Piauí - UESPI – campus Dra. Josefina Demes. E-mail: andrewesleybo@aluno.uespi.br

Betanha de Castro Silva
Graduanda do 8º semestre de História na Universidade Estadual do Piauí- Uespi. E-mail: silvabetanha74@gmail.com

Cláudia Cristina da Silva Fontineles
Professora doutora associada ao corpo docente do departamento de História da Universidade Federal do Piauí, bolsista em produtividade CNPq. E-mail: claudiafontineles@ufpi.edu.br

Cristiane Maria Marcelo
Doutora em História. Docente da Universidade Estadual do Piauí – Campus Prof. Ariston Dias Lima, São Raimundo Nonato-PI. E-mail: cristiane.marcelo@srn.uespi.br

Edwar Alencar Castelo Branco
Doutor em História, Bolsista de produtividade em pesquisa do CNPq, é Professor titular na Universidade Federal do Piauí. Líder do GT História, Cultura e Subjetividade (DGP/CNPq). Email: edwar2005@uol.com.br

Estefene Mendes da Silva
Graduanda do curso de Licenciatura em História, na Universidade Estadual do Piauí – Campus Prof. Ariston Dias Lima, São Raimundo Nonato-PI. E-mail: estefenesilva@aluno.uespi.br

Fábio Leonardo Castelo Branco Brito
Doutor em História Social pela Universidade Federal do Ceará. Docente do Departamento de História e do quadro permanente do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil da Universidade Federal do Piauí. Colíder do GT "História, Cultura e Subjetividade" (DGP/CNPq) e integrante do GT Nacional de Teoria da História e História da Historiografia da Associação Nacional de História (ANPUH). E-mail: fabioleobrito@hotmail.com.

Francisco de Assis de Sousa Barbosa Júnior
Graduando em Licenciatura em História na Universidade Federal do Piauí. Membro do GT "História, Cultura e Subjetividade" (DGP/CNPq). Bolsista de iniciação científica (PIBIC/CNPq) na Universidade Federal do Piauí, sob orientação do Prof. Dr. Fábio Leonardo Castelo Branco Brito. E-mail: assisbarbosar@hotmail.com.

Francisco de Assis de Sousa Nascimento
Professor Associado IV da Universidade Federal do Piauí - UFPI, do Departamento de História e do Programa de Pós-Graduação em História do Brasil - PPGHB/UFPI. Graduado em História pela UESPI, Graduação em Pedagogia pela UFPI e Graduação em Psicologia pela Uninassau - Teresina. Registro CRP 21/04623. Especialização em Docência do Ensino Superior pela UESP, Mestrado História do Brasil, pela UFPI, Doutorado em História Social pela Universidade Federal Fluminense - UFF e pós-doutorado História pela PUC SP. Coordena os Programas Stricto Sensu da Pró Reitoria de Ensino de Pós-Graduação - PRPG/UFPI. E-mail: franciscoufpi@gmail.com

Gabriela Berthou de Almeida
Doutora em História pela UNICAMP e Professora Adjunto II do Curso de História da UESPI/Floriano. E-mail: gabrielaberthou@frn.uespi.br

Gustavo de Andrade Durão
Graduado em História (PUC-SP). Mestre em História (UNICAMP). Doutor em História Comparada (UFRJ). Pós-Doutorado em História Social da Cultura (PUC-Rio). Professor adjunto do curso de História da UESPI de São Raimundo Nonato. Email: gustavo.durao@srn.uespi.br

Ítala Teixeira de Sousa
Graduanda no curso de Licenciatura em História pela Universidade Federal do Piauí. E-mail: italateixeira@ufpi.edu.br

Jackeline da Silva Santos Carvalho
Estudante do curso de Licenciatura em História da UESPI/Oeiras e bolsista FAPEPI, PIBIC 2023/2024, projeto: "História, ciência e natureza: levamento de bibliografia e fontes sobre o Piauí colonial (1772-1822)". E-mail: jackelinedasilvaoliveiras@aluno.uespi.br

Joel Marcos Brasil de Sousa Batista
Mestrando em História do Brasil pelo programa de Pós-Graduação em História do Brasil na Universidade Federal do Piauí. Bolsista da CAPES/DS. Possui experiência nas pesquisas de temas relacionados à História do Brasil República, com ênfase na Formação da Identidade Nacional brasileira, a Produção científica discursiva jornalística, História da Imprensa, Ditadura Militar, História do Piauí e a imprensa piauiense. Email: joelmarcosbrasil@gmail.com e Currículo Lattes: http://lattes.cnpq.br/5235906662071 69

Lucas Gomes
Graduando em História pela Universidade Federal do Piauí. Além de Técnico em administração pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí. E-mail: lucasglucas5@gmail.com

Luiz Gustavo Oliveira Rodrigues
Graduande em Licenciatura em História pela Universidade Federal do Piauí - UFPI, E-mail: luizgor16@ufpi.edu.br

Maria Helena Ferreira da Costa
Graduada em Pedagogia. Habilitação Supervisão Escolar. Licenciatura Plena em Educação Artística. Especialista em História da Arte e Arquitetura, Mestranda Interdisciplinar Sociedade e Cultura (UESPI). mhfcosta@aluno.uespi.br

Mariane de Sales Silva
Mestra em História pelo Programa de Pós-Graduação em História/

PPGHis da Universidade Federal do Maranhão - UFMA. E-mail: mariane-sales@hotmail.com

Messias dos Santos Santana
Doutor em Filologia e Língua Portuguesa, pela Universidade de São Paulo; Professor do Curso de Licenciatura Plena em Letras/Português da Universidade Estadual do Piauí (UESPI), *Campus* Professor Possidônio Queiroz, na cidade de Oeiras. E-mail: messiassantos@ors.uespi.br

Natanael da Silva Cardoso
Graduando em Licenciatura História na Universidade Federal do Piauí. Membro do GT História, Cultura e Subjetividade (DGP/CNPq). Bolsista PIBIC/CNPq sob orientação do Prof. Dr. Edwar Alencar Castelo Branco. Email natanaelsilvacardoso216@gmail.com

Nathan Santos de Lavôr
Acadêmico do 8º período do curso de Licenciatura Plena em História pela Universidade Federal do Piauí (UFPI), no Campus Ministro Petrônio Portella. Email: nathan2gx@gmail.com

Neiliane Coelho Gomes
Graduada em Licenciatura Plena em Letras/Português, pela Universidade Estadual do Piauí (UESPI), *Campus* Professor Possidônio Queiroz, na cidade de Oeiras. E-mail: neilianecoelhogomes378@gmail.com

Rafaela Costa dos Santos
Graduada em Licenciatura Plena em Letras-Português, pela Universidade Estadual do Piauí, *Campus* Professor Possidônio Queiroz. E-mail: rafaelasantos@aluno.uespi.br; costarafaela904@gmail.com.

Rafaela de Oliveira Souza
Graduanda do curso de Licenciatura em História, na Universidade Estadual do Piauí – Campus Prof. Ariston Dias Lima, São Raimundo Nonato-PI. E-mail: rafaelasouza@aluno.uespi.br

Raimundo Nonato da Nóbrega Cunha
Graduando do curso de Licenciatura em História pela Universidade Federal do Piauí. E-mail: rnnc2002@ufpi.edu.br

Vitória Macedo de Souza
Graduanda do 8º semestre do curso de História na Universidade Estadual do Piauí. E-mail: vitóriasouza@aluno.uespi.com

Wanderson Ramonn Pimentel Dantas
Mestre em História do Brasil–UFPI. Professor Substituto da UESPI/Campus Dr.ª Josefina Demes. E-mail: wandersonrpd@gmail.com